DAVIDSON PANIS KASEKER

MUSEU, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO

Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação Interunidades
em Museologia da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em Museologia

Área de Concentração: Museologia
Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Morais
Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial
e dos processos museológicos

SÃO PAULO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação

KASEKER, Davidson Panis.

Museu, território, desenvolvimento: Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)/ Davidson Panis Kaseker; Orientador José Luiz de Morais. São Paulo, 2014.

288 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2014

Musealização, território, patrimônio, gestão, desenvolvimento

CDD _____

Nome: KASEKER, Davidson Panis

Título: Museu, território, desenvolvimento: Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Museologia

Aprovado em: 23/09/2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Luiz de Morais Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À Íris e Helena, a quem o futuro pertence.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira Ana, às minhas filhas Lígia e Camila, com gratidão pela compreensão e incansável apoio ao longo da elaboração deste trabalho.

A meus pais, Oswaldo e Rosina, aos meus irmãos Edson, Emerson e Mônica, a Odil, Sônia, André e Júnior pela solidariedade.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Luiz de Morais pela oportunidade e pela confiança. À Profª. Drª. Maria Cristina Oliveira Bruno e à Profª. Drª. Ana Lucia Duarte Lanna, integrantes da banca examinadora pelas contribuições críticas.

À Profª. Drª. Marília Xavier Cury pelo incentivo. Ao amigo Luiz Fernando Mizukami e a todos os demais colegas do PPGMUS pela solidariedade e troca de informações. Ao amigo Dr. Sílvio Alberto Camargo Araújo pela cumplicidade.

Ao grande amigo Newton de Moura Müzel (*in memoriam*) pelo incentivo, ao Prof. Euflávio Barbosa (*in memoriam*) com admiração, à D. Leonor Ribeiro de Oliveira (*in memoriam*) como homenagem. Ao jornalista Jandir Abreu Gonzaga, à profª. Zuleide Pereira Leite, à escritora Maria Olinda, aos meus ex-colaboradores Patrícia Almeida, Jaquelina Arruda Leite, Nadima Campolim Merege, Diego Neves Ruivo e Maria Cristina Oliveira pelas prestimosas contribuições. Ao Engº Luiz Cavani e ao Dr. Paulo de La Rua pelas parcerias.

À Dra. Renata Vieira Motta e a todos os colegas da UPPM/SEC pelo carinho e incentivo.

A Hugues de Varine-Bohan e a Julio Abe Wakahara pelas inspirações.

“museu é o mundo: é a experiência cotidiana”

Hélio Oiticica

RESUMO

MUSEU, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO - Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)

O escopo da pesquisa é formular diretrizes para o processo de musealização na gestão do patrimônio cultural, a partir de uma visão que integra os conceitos de museu, território e desenvolvimento, embasado no viés da interdisciplinaridade e no princípio da interação participativa.

Com base na trajetória do museu de território, desde quando surgiu no final do XIX, abrindo caminho para o ecomuseu, na década de 1970, criado sob a égide da Nova Museologia, serão abordadas as diversas modalidades que esta tipologia assume e o seu enraizamento na sociedade contemporânea.

No Brasil de hoje, segmentos sociais marginalizados, alguns deles praticamente "invisíveis", estão reinventando o conceito de ecomuseu. São concebidos como reação à desterritorialização. Surgem nas favelas e nos bairros periféricos das regiões metropolitanas, no interior do país e em aldeias indígenas. Estão atrelados às lutas pela cidadania, pela terra, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento das culturas marginais.

Como estudo de caso, as diretrizes metodológicas da musealização territorial serão desenvolvidas visando sua aplicação no município de Itapeva (SP). Nesse sentido, a pesquisa se enquadra em um dos objetivos estratégicos do ProjPar, que é o da valorização e instrumentalização das comunidades com relação às possibilidades de reverter o quadro de desconhecimento e consequente subutilização de seu patrimônio cultural em benefício do desenvolvimento local, atendo-se ao princípio da sustentabilidade.

Palavras-chave: musealização, território, patrimônio, gestão, desenvolvimento

ABSTRACT

MUSEUM, PLANNING, DEVELOPMENT – Guidelines for musealization process in the Itapeva (SP)'s heritage management

The scope of the research is to formulate guidelines for the musealization process in the cultural heritage management from a vision that integrates the concepts of museum planning and development, based on the bias of interdisciplinarity and the principle of participatory interaction.

Based on the trajectory of the territory museum, since it emerged in the late nineteenth century, paving the way for the eco-museum, in the 1970's decade, created under the auspices of the New Museology, will be discussed the various forms that this typology assumes and its rooting in contemporary society.

In Brazil today, marginalized social groups, some of them pratically "invisible", are reinventing the concept of eco-museum. They are conceived as a reaction to deterritorialization. They arise in the slums and metropolitan regions suburbs, in the countryside area and in indigenous villages. They are linked to the struggles for citizenship, for land, for minorities' rights, for the recognition of marginal cultures.

As a case study, the methodological guidelines of territorial musealization will be developed for their application in the municipality of Itapeva (SP). In this sense, the research fits into one of the strategic objectives of ProjPar, which is the communities' appreciation and instrumentalization about the possibilities to reverse the ignorance and consequent underutilization of their cultural heritage for the local development, sticking up to the principle of sustainability.

Keywords: musealization, territory management, heritage, development

ABREVIATURAS

ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
ALL	América Latina Logística
APA	Área de Proteção Ambiental
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAGR	Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura
CF	Constituição Federal
COMDEPHAAT	Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico
EAs	Environmental Assessments (Avaliações Ambientais)
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
EISs	Environmental Impact Statements (Estudos de Impacto Ambiental)
ETE	Escola Técnica Estadual
FONSIs	Findings of No Significant Impact (Certidão Negativa de Impacto Significativo)
ECA	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
EUA	Estados Unidos da América
FEPASA	Ferrovia Paulista S.A.
FFLCH	Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para a Museologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHGGI	Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva
IPHAN	Instituto de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IP	Inventário Participativo
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UPPM	Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico
LAMAR	Laboratório de Arqueologia de Itapeva
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOM	Lei Orgânica Municipal
MAE-USP	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MASB	Museu do Alto Sertão da Bahia
MAST	Museu de Astrologia e Ciências Afins (RJ)
MHI	Museu Histórico de Itapeva
MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
MOMA	Museu de Arte Moderna de Nova Iorque
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MuWoP	Museological Working Papers
NOPH	Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica
NMT	Núcleo Museológico Temático
NPS	National Park Service (Serviço Nacional de Parques)
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Projeto de Emenda Constitucional

PEPC	Planning, Environment & Public Comment (Serviço de Planejamento, Meio Ambiente e Comentário Público)
PIT	Posto de Informações Turísticas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPA	Plano Plurianual
PPGMUS-USP	Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade de São Paulo
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PR	Paraná
PROJPAR	Projeto Paranapanema
RODs	Records of Decision (Registros de Decisão)
RA	Região Administrativa
RS	Rio Grande do Sul
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SIRP	Sistema Integrado de Referências Patrimoniais
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SISEM-SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SMCT	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SP	São Paulo
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UGGP	Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial
UEM	Universidade Estadual de Maringá (PR)
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFB	Universidade Federal da Bahia
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UGF	Universidade Gama Filho (RJ)

UGGP	Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UP	Unidade de Paisagem
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01 – Painel ilustrativo das diversas atrações do Shelburne Museum em 2010.....48

Fig. 02 – Roteiro temático de atrações do Shelburne Museum.....51

Fig. 03 – Fotos de animais protegidos pelo parque Yellowstone.....55

Fig. 04 – Gêiser é uma das principais atrações do parque.....55

Fig. 05 - Estruturas artificiais para a contemplação das belezas naturais.....56

Fig. 06 – Peça moldada em cristal lapidado por volta de 1830.....63

Fig. 07 – O grande braseiro, óleo sobre madeira, 1956 (130 x 110 cm).....63

Fig. 08 – La Briqueterie e o Centro de Interpretação da Linha de Demarcação.....64

Fig. 09 – À esquerda, o museu do Canal e à direita o Museu da Mina.....64

Fig. 10 – Aquarela de Jean Baptiste Debret que retrata Faxina.....121

Fig. 11 – Aquarela de Jean Baptiste Debret que retrata Faxina.....122

Fig. 12 – Fachada do Teatro Santana.....125

Fig. 13 – Fachada da primeira instalação da Santa Casa de Itapeva.....126

Fig. 14 – Fachada do edifício-sede da Santa Casa de Itapeva em 1919.....126

Fig. 15 – Atual sede da Santa Casa.....127

Fig. 16 – Fachada do Gabinete de Leitura Itapevense.....127

Fig. 17 – Prédio do Colégio Sant'Anna, a primeira escola pública de Itapeva.....127

Fig. 18 – Inauguração da Estação Ferroviária de Vila Isabel.....129

Fig. 19 – Ilustração do projeto arquitetônico de Ramos de Azevedo.....130

Fig. 20 – Estação de Itapeva em 1912.....130

Fig. 21 - Fac-simile do balanço da EFS a partir de Itapeva no ano de 1945.....131

Fig. 22 – Obras de alargamento da Rua Santana, na área central da cidade.....135

Fig. 23 – Desenho das inscrições rupestres do Vorá.....142

Fig. 24 – Inscrições rupestres do Abrigo Itapeva.....142

Fig. 25 – Inscrições rupestres do Abrigo Fabri.....143

Fig. 26 – Sítio Fonseca durante escavação.....152

Fig. 27 – Urnas funerárias do Sítio Fonseca.....152

Fig. 28 – Litóglifo do Abrigo Pouso Alto e Borda.....152

Fig. 29 – Inscrições do período histórico no Canyon Faxinal.....152

Fig. 30 – Operação de decalque de gravura histórica.....153

Fig. 31 – Paisagem em que se insere o Abrigo da Fazenda Remanso I.....153

Fig. 32 – Ruínas de taipa de pilão no sítio Tapinha.....153

Fig. 33 – Placa de sinalização do Quilombo do Jaó.....155

Fig. 34 – Instituto Planeta Terra desenvolve ações de educação ambiental 173

Fig. 35 – Lira Itapevense apresenta-se no Coreto da Praça Anchieta 174

Fig. 36 – Laboratório de Arqueologia encontra-se em plena atividade.....178

Fig. 37 – Casa da família Camargo, onde funcionou a sede regional de Furnas.....180

Fig. 38 – Aulas teóricas do curso de capacitação.....183

Fig. 39 – Aulas práticas do curso de capacitação.....183

Fig. 40 – Catedral de Santana.....185

Fig. 41 – Casa da Cultura Cícero Marques.....186

Fig. 42 – Capela Nª Sª do Carmo.....187

Fig. 43 – Escola Municipal Acácio Piedade.....188

Fig. 44 – Estação Ramos de Azevedo.....188

Fig. 45 – Conjunto Residencial Pátio da Estação.....189

Fig. 46 – Estação Cultura Prof. Newton de Moura Müzel.....190

Fig. 47 – Sede do 54º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo.....190

Fig. 48 – Seminário Dom Sílvio Maria Dario.....191

Fig. 49 – Sede da Delegacia Seccional da Polícia Civil de Itapeva.....191

Fig. 50 - Sede da Fazenda Pilão d'Água.....192

Fig. 51 – Demolição efetuada à revelia da lei no centro da cidade.....193

Fig. 52 – O retrato da especulação imobiliária.....194

Fig. 53 – Vista da cidade no mirante do "Pedrão".....199

Fig. 54 – Obras do Mirante Debret.....201
Fig. 55 – Canyon de Itanguá.....202
Fig. 56 – Abrigo Itapeva.....203
Fig. 57 – Percurso de integração das referências patrimoniais.....214
Fig. 58 – Casa da Cultura Cícero Marques 228
Fig. 59 – Localização da Casa da Cultura na praça central da cidade.....229
Fig. 60 – O painel do presbitério da Catedral de Santana.....230
Fig. 61 – Musealização da Catedral de Santana.....230
Fig. 62 – Visita técnica do Curso de Turismo à Capela de Nª Sª do Carmo.....231
Fig. 63 – Visitação à E.M. Acácio Piedade.....232
Fig. 64 – Visitação à Sala Verde.....232
Fig. 65 – Localização dos núcleos museológicos na área central.....233
Fig. 66 – Pedrão: Área classificada como área verde urbana.....235
Fig. 67 – Parque Pilão d'Água apresenta espaços diversificados.....236
Fig. 68 – Visita mediada à área da senzala.....236
Fig. 69 – Perímetro da área de proteção ambiental do Parque Pilão d'Água.....238
Fig. 70 – Croquis da obra e localização do Mirante Debret.....239
Fig. 71 - A estação exposta ao vandalismo e deterioração.....240
Fig. 72 – Atividades desenvolvidas no Quilombo do Jaó.....240
Fig. 73 – Grupo de dança reúne jovens.....241
Fig. 74 – Sem-Terra em ocupação recente em Itapeva.....242
Fig. 75 – Produção agrícola e hortigranjeira no Assentamento Pirituba.....242
Fig. 76 – Abrigo Itapeva: visitação turística.....243
Fig. 77 – Sítio arqueológico Silveira.....244
Fig. 78 – Estação Cultura "Prof. Newton de Moura Müzel".....244
Fig. 79 – Ilustração de rota patrimonial.....245
Fig. 80 – Ilustração do mapa do patrimônio histórico na região central de Itapeva....246

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa de monitoramento de focos de incêndio Parque Yellowstone.....57
Mapa 02: Mapa das comunidades do Creusot-Montceau em janeiro de 2014.....61
Mapa 03: Rota do patrimônio na comunidade Le Creusot-Montceau.....65
Mapa 04: Área territorial da URGH Alto do Paranapanema.....91
Mapa 05: Composição da Região Administrativa de Sorocaba.....92
Mapa 06: Área da R.A. de Itapeva em relação à R.A. de Sorocaba.....93
Mapa 07: O Território da Cidadania Sudoeste Paulista.....95
Mapa 08: Mapa da Região Turística Verde Sudoeste Paulista.....96
Mapa 09: Mapa de localização de Itapeva no Estado de São Paulo, Brasil.....105
Mapa 10: Cartografia dos IDHMs no Estado de São Paulo.....105
Mapa 11: Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo.....106
Mapa 12: Formações geológicas da região.....107
Mapa 13: O meridiano de Tordesilhas e as rotas de ocupação na América do Sul....114
Mapa 14: Áreas de cultivo do café no Est. de S. Paulo nos anos de 1937-1938.....128
Mapa 15: Área de Itapeva em 1872.....137
Mapa 16: Área de Itapeva em 1933.....137
Mapa 17: Área de Itapeva em 1940.....137
Mapa 18: Área de Itapeva em 2000.....137
Mapa 19 – Mapa da ocupação indígena no sul e sudeste do país.....144
Mapa 20 - Município de Itapeva com a localização de sítios arqueológicos.....151

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Visão sinóptica das mudanças nas relações museais.....43
Quadro 02 – Classificação de museus de território por subtipologia.....48
Quadro 03 – Quadro comparativo da composição das diversas divisões regionais.....97
Quadro 04 – Cenários da ocupação humana na área de estudo.....140
Quadro 05 – Toponímia regional.....146
Quadro 06 – Toponímia local.....146
Quadro 07 – Vocabulário regional de origem indígena.....147
Quadro 08 – Quadro sinótico proposto por Stuart Davies.....165
Quadro 09 – Quadro ilustrativo do método SWOT.....167
Quadro 10 – Composição do acervo do Museu Histórico de Itapeva.....169
Quadro 11 - Organograma proposto para a gestão da APA Teyque‘pe‘.....215
Quadro 12 – Estrutura polinuclear para a musealização territorial de Itapeva.....229
Quadro 13 – Estrutura de pessoal do museu.....249
Quadro 14 – Organograma do Museu de Território de Itapeva.....251
Quadro 15 – Organograma do Museu de Antioquia.....252
Quadro 16 – A dinâmica das fases de planejamento.....254

SUMÁRIO

Introdução.....19

Capítulo I – De patrimônio a herança em céu aberto.....23

1.1 – Museus e Museologia: tradições, transições e rupturas 23

1.2 – Sociomuseologia e Ecomuseologia: limites e reciprocidades 38

1.3 – Museus de território e seus mitos fundadores.....49

1.3.1 – Panorama contemporâneo dos museus de território 66

1.3.2 - O patrimônio museológico como recurso do desenvolvimento 70

Capitulo II – Fundamentos para a musealização territorial de Itapeva (SP) 81

2.1 – Princípios teórico-metodológicos da musealização 81

2.2 – O patrimônio museológico no cenário político institucional 85

2.3 – Organização territorial e desenvolvimento 90

2.4 - O município de Itapeva como território patrimonial 101

2.4.1 – As características geográficas do município de Itapeva 104

2.4.2 – Aspectos históricos da formação de Itapeva 111

2.4.3 – As referências patrimoniais do município 139

Capítulo III – Itapeva: uma proposta de musealização territorial 163

3.1 – Primeiro passo: planejamento museológico.....166

3.2 – Diagnóstico situacional para a musealização territorial de Itapeva.....166

3.2.1 – O Museu Histórico de Itapeva.....168

3.2.2 – O Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva.....171

3.2.3 – O Instituto Planeta Terra e o patrimônio ambiental.....172

3.2.4 – Corporação Musical Lira Itapevense e o patrimônio imaterial.....173

3.3 – Avanços e recuos nas políticas públicas de proteção do patrimônio.....174

3.3.1 – Convênio com MAE-USP para a gestão patrimonial.....176

3.3.2 – A atuação do COMDEPHAAT e o embate na proteção ao patrimônio.....179

3.3.3 – O Inventário Geral do Patrimônio Histórico de Itapeva.....181

3.4 – Diretrizes para a realização do inventário patrimonial.....195

3.5 – Diretrizes para a gestão patrimonial do território de Itapeva 210

3.5.1 – Modelos referenciais propostos para Piraju e Salto.....210

3.6 – Um modelo de musealização territorial para Itapeva.....219

3.6.1 – Um modelo de gestão patrimonial para Itapeva.....246

3.6.2 – Ações programáticas para o museu de território de Itapeva.....254

Considerações finais 265

Referências 272

Anexos.....282

Introdução

Reconhecidamente, desde que o museu se tornou público, no séc. XVIII, sua função sócio-educativa tem sido motivo para justificar sua existência. O tema central desta dissertação corresponde à tentativa de demonstrar que, para além de sua função social consubstanciada na ideia de ser um instrumento de desenvolvimento social e cultural a serviço de uma sociedade democrática, o museu assume crescentemente um lugar de destaque como agente político no contexto em que se insere.

Pressupondo-se que, contemporaneamente, não cabe ao museu apenas o papel de objeto de políticas de Estado, é possível, em especial ao museu-território, se assumir também, no exercício da sua função de mediação, como sujeito ativo na formulação de políticas públicas responsáveis pela preservação e administração da memória e do patrimônio cultural como um todo. Implica, nesse sentido, a compreensão de que não basta à comunidade público-alvo se conscientizar de que esses bens sejam significativos para ela, mas que a responsabilidade pela sua preservação e gestão também deve ser por ela compartilhada.

A eleição deste campo de pesquisa e do tema central da dissertação se enquadra em um dos objetivos estratégicos do Projeto Paranapanema (ProjPar), que é o da valorização e instrumentalização das comunidades com relação às possibilidades de reverter o quadro de desconhecimento e consequente subutilização de seu patrimônio cultural em benefício do desenvolvimento local.

Proponho investigar como o museu do século XXI pode encarar essa questão a partir da musealização territorial, substituindo o tradicional trinômio homem-objeto-museu por um trinômio mais abrangente: território-patrimônio-sociedade. Assim, à luz de enfoque interdisciplinar e transdisciplinar, ao propor diretrizes metodológicas para a musealização territorial esta pesquisa irá se alinhar ao corpo de investigações científicas denominado ProjPar, cujas origens remontam ao final da década de 1960, a partir das pesquisas pioneiras empreendidas pela arqueóloga Luciana Pallestrini, tendo sua continuidade a partir da década de 80 sob a liderança do arqueólogo José Luiz de Morais, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), assumindo então um novo paradigma relacionado à interface Arqueologia/Patrimônio.

Com efeito, o Plano Diretor do ProjPar contempla como missão:

> Criar condições favoráveis para o estudo e proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico, arquitetônico e urbanístico e do patrimônio ambiental e paisagístico enquanto bens de uso especial, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades da bacia do Paranapanema pelo incentivo à participação coletiva. (MORAIS, L. 2000, p. 6)

Dessa forma, este projeto de musealização territorial vem se somar a um expressivo conjunto de pesquisas acadêmicas produzidas ao longo dos últimos 40 anos, assumindo como parte de seu diagnóstico situacional todo o conhecimento científico proporcionado por estes pesquisadores, sejam eles arqueólogos, museólogos ou mesmo especialistas de diferentes áreas do conhecimento como a da historiografia regional.

Em especial, há que se estabelecer um diálogo com o pensamento de Maria Cristina Oliveira Bruno, que adotou o Vale do Paranapanema como estudo de caso para a proposição de processos de musealização, vindo a constituir importante "reflexão sobre as contribuições do patrimônio arqueológico, notadamente aquele institucionalizado em museus, para a compreensão da história cultural do Brasil" (CÂNDIDO, 2008). Ao apontar o histórico abandono das fontes arqueológicas do processo cultural contemporâneo, Bruno conclui que este distanciamento tem como fator preponderante o desinteresse dos arqueólogos pela comunicação museológica das pesquisas de sua área.

Devido à impossibilidade de desenvolver o projeto em toda a área circunscrita ao ProjPar e, portanto, diante da necessidade de selecionar uma microrregião específica, a pesquisa opta por concentrar os estudos no município de Itapeva (SP). Muito embora as identidades territoriais do mundo pós-moderno sejam sempre múltiplas e abertas a múltiplas (re)construções, como avaliam os geógrafos contemporâneos, a escolha de um "ente tradicional" – o município – vinculado a uma dimensão geopolítica embasada na concepção do Estado-Nação, cujos referenciais se encontram em processo de esgotamento, se justifica por definir bem ou mal os limites espaciais da pesquisa, facilitar um maior contato com autoridades e representantes da comunidade, bem como acesso a informações locais. Além disso, *stricto sensu*, este critério de seleção está previsto no Plano Diretor do ProjPar, que estabelece o município como Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial (UGGP).

Relevante, ainda, é a constatação de que, a despeito da existência de milhares de páginas de teses, dissertações e relatórios técnicos provenientes de pesquisas acadêmicas e preventivas, todo o expressivo patrimônio composto por fragmentos e artefatos de sítios pré-históricos e históricos, acervos de museus municipais e coleções particulares “estão à margem das ações de salvaguarda, preservação, conservação e extroversão da arqueoinformação, que necessitam de fundamentos básicos” (ARAÚJO, S. 2012). Segundo o pesquisador, os municípios carecem de informações técnicas para poderem articular os diversos setores sociais envolvidos com o objetivo de preservar e potencializar o patrimônio cultural como fator de desenvolvimento.

Aliada a esta demanda, cabe assinalar que toda esta região do Vale do Paranapanema, situada no Sudoeste Paulista, apresenta baixos índices de desenvolvimento nos diversos indicadores instituídos para a aferição da qualidade de vida (IDH, IDHM, IPRS). Por isso mesmo, no âmbito da pesquisa, sempre que nos referirmos ao conceito de desenvolvimento, estaremos compreendendo-o no seu sentido holístico: cultural, educacional, socioambiental, turístico e socioeconômico.

Vale também salientar que existe um convênio entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e a Universidade de São Paulo, assinado por intermediação do MAE-USP, em 18 de julho de 2010, que objetiva planejar e executar ações visando o estudo, proteção, valorização e inclusão social do patrimônio arqueológico, pré-histórico e histórico do Município de Itapeva. Convênio este autorizado pela Lei Municipal nº 1020, de 21/07/97, e pela Resolução USP nº 3461, assinado em 18 de junho de 2010.

Nos termos desse convênio, a pesquisa pretende formular subsídios para a elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural de Itapeva, propondo as diretrizes de um processo de musealização territorial embasado em princípios metodológicos de planejamento museológico para delinear a política de aquisição, conservação, documentação e comunicação do acervo constituído pelo conjunto de bens culturais a ele diretamente relacionado, sejam materiais ou imateriais, assim como propor políticas públicas de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim, que estejam em consonância com as demais políticas públicas adotadas pelo governo municipal, a partir de seus balizamentos institucionais (Lei Orgânica do Município e Plano Diretor do Município) e

de metas estratégicas contidas em instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A pesquisa deverá definir propostas de orientações técnicas que norteiem a criação e manutenção de instalações e ambientes adequados para a salvaguarda e comunicação do acervo que vier a ser musealizado, seja aquele compreendido no interior dos espaços expositivos, seja aquele localizado em espaços externos tidos como lugares de memória, tanto naturais como culturais. Pretende-se, ainda com esta iniciativa, proporcionar condições objetivas de repatriamento de centenas de artefatos e milhares de fragmentos arqueológicos identificados com os cenários de ocupações humanas na região de Itapeva, que foram coletados em sítios arqueológicos apropriados como objetos de estudos de pesquisadores e que, atualmente, encontram-se em reserva técnica, sob a guarda do MAE-USP e assim permanecem disponíveis a ações de educação patrimonial e à fruição da população.

Hipóteses da dissertação

01 – A musealização territorial pode transformar o patrimônio cultural em recurso para o desenvolvimento sustentável.

02 – Existe viabilidade político-cultural para se implantar um processo de musealização territorial em Itapeva que encontre eco e cumplicidade no espectro social, de modo que haja estímulo ao envolvimento de grupos de interesse especializado, profissionais e voluntariado, imbuídos no propósito de participação sistemática da comunidade e do público.

03 – A definição de diretrizes de ação para a musealização territorial, para além da elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural do município, pode contribuir para o ordenamento sócio-ambiental do território.

Capítulo I – De patrimônio a herança em céu aberto

1.1 – Museus e Museologia: tradições, transições e rupturas

Os museus – inequivocamente - têm enfrentado grandes e variados desafios no mundo contemporâneo, dentre os quais em especial dois merecem destaque. Para o senso comum, os museus têm de ser "vivos", dinâmicos, interativos. Ponto de vista que, conscientemente ou não, tornou-se hegemônico para o público[1]. Já para o senso crítico dos que se debruçam sobre os fenômenos museológicos, primeiro deve-se indagar qual a necessidade da existência de museus? Temos verdadeiramente necessidade de preservar a nossa memória e consequentemente a nossa identidade? Os museus terão futuro e qual será o futuro dos museus? O que entendemos por patrimônio e como podemos transformá-lo em herança cultural? Quais contribuições o museu pode proporcionar ao homem contemporâneo? Que papel o museu deve desempenhar na sociedade? Como entender as novas tipologias de museus? O que é e para que serve a Museologia?

O objetivo precípuo deste primeiro capítulo é identificar a evolução das bases conceituais e dos principais procedimentos vinculados aos estudos museológicos, assim como as questões a eles relacionadas, que permitem a transformação do patrimônio (ou dos bens patrimoniais) em herança cultural. Mais ainda, pretende-se identificar os percursos e percalços que levaram os museus e a museologia a se depararem com os desafios acima enunciados e, ao mesmo tempo, apontar em especial a conceituação do museu-território e possíveis futuros para sua inserção na contemporaneidade.

A reflexão sobre a historicidade do pensamento museológico abre caminho para que seja possível elucidar, num esforço subsequente, os aspectos metodológicos concernentes às especificidades dos processos museológicos aplicados à musealização territorial, tema central desta dissertação.

Para se compreender a construção das bases epistemológicas da Museologia, é preciso voltar às origens dessa longa trajetória que, numa perspectiva diacrônica, se

[1] "O senso-comum decorre de um conhecimento não crítico e imediatista, é formado por um conjunto de informações não sistematizadas, que podem estar corretas ou não, podem ser úteis ou não. A crítica ao senso-comum, o aprofundamento e a sistematização das informações, o abandono das opiniões incoerentes e inconsistentes, portanto, é a base para a construção do conhecimento científico." (CHAGAS, 1994, p. 9)

inicia notoriamente no continente europeu e, portanto, como fenômeno histórico da civilização ocidental moderna. Foram as visões de mundo do Humanismo, desde o século XVI, e posteriormente do Iluminismo, que levaram uma *praxis* presente desde os primórdios da civilização – o colecionismo –, cuja expressão maior se encontra nas galerias de curiosidades e nos gabinetes de História Natural, ao surgimento dos museus como instituição, revelando nesse percurso suas motivações e as matrizes políticas e culturais da época.

Assim podemos entender que os museus, tais como inicialmente concebidos, organizam-se em torno de coleções, na forma de equipamento cultural urbano encerrado entre quatro paredes e qualificado para exercer a "representação de princípios nacionalistas e como expressão de políticas expansionistas e colonizadoras, consagradas nos séculos XVIII e XIX" (BRUNO, 2000). Mais ainda, como assinala a autora, "é evidente a relevância, ao longo dos séculos, das coleções e das atitudes inerentes ao colecionismo, para a preservação patrimonial, para a consolidação dos museus e para a hierarquia do pensamento em Museologia". No entanto, a ideia de que a coleção em si representa o domínio sobre um tema e é responsável pela valorização do olhar científico e pela conservação da produção artística privilegiou a preservação da memória unicamente atrelada ao viés do colecionismo, "como se os apelos inerentes à evidência material da cultura só pudessem ser respeitados neste contexto".

O holandês Samuel von Quiccheberg (1529-1567) foi pioneiro na tentativa de elaborar uma teoria das coleções:

> "O holandês Quiccheberg, em Munique, em 1565, ao elaborar a primeira tentativa de uma teoria das coleções de museu, talvez não pudesse avaliar o pioneirismo de sua contribuição numa área totalmente nova ou que seria seguido, posteriormente, por Major, no século XVII, afirmando o caráter disciplinar da Museologia; por Neickelius, em 1727; por Diderot, em 1765, com seu ensaio sobre a organização racional do Louvre; por Lafont Saint Yenne, durante a Revolução Francesa, postulando em panfletos por "museus para o povo"; por Goethe e seus lúcidos textos sobre a atividade museal (aumento das coleções, arranjo estético, função educacional dos museus)". (GUARNIERI,1989, apud BRUNO, 2010, p.243)

Sua proposta de organização ideal de museu em três áreas - Ciências, História e Artes – deu origem às três tipologias que irão se tornar preponderantes por muito tempo e

quiçá até nos dias atuais. São elas também que passaram a delimitar os estudos museológicos nas áreas de conservação, investigação e comunicação.

> "Neste contexto os museus adquirem força e visibilidade, tornando-se espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos. Assim desenvolveram-se novos programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções." (SILVA, M.; 2010, p. 40).

Não por acaso, surgiram nesse período as primeiras sociedades científicas, como a Academia do Cimento em Florença (1657), a Real Sociedade de Londres (1660) e a Academia de Ciências de Paris (1666), que passaram a sistematizar não só o conhecimento científico, mas também os métodos de classificação de acervos do mundo natural e artificial, reflexo do espírito de investigação racional e da abordagem enciclopédica que o conhecimento assumia na época. É com esse mesmo espírito universalista que surgem os primeiros museus públicos, como o Ashmolean, criado pela Universidade de Oxford (1683), o Museu Britânico (1759) e o Museu do Louvre (1793), em Paris, destinados a ampliar o acesso às grandes coleções a estratos sociais até então excluídos dessa possibilidade, com o intuito de promover a instrução pública sob a ótica da hierarquia do poder, da riqueza, do saber e do gosto.

O influente pintor neoclássico Jacques-Louis David (1748-1825), proeminente na Academia de Belas Artes de Paris, defendeu critérios que deveriam pautar a constituição do Museu da República. "O museu não é mostra banal de objetos de luxo ou frivolidades que não vão servir senão para satisfazer a curiosidade. Há de converter-se em uma escola importante", sentenciou. (CARREÑO, 2004) Com esse espírito, o Louvre foi oficialmente inaugurado como Museu Central das Artes em 10 de agosto de 1793, com um acervo formado principalmente por pinturas confiscadas à família real e aos aristocratas que haviam fugido da Revolução Francesa.

Sob a forte inspiração do Iluminismo, dentre os primeiros teorizadores da então incipiente disciplina da Museologia, cabe destacar Diderot (1713-1784), que escreveu um ensaio sobre a organização do Louvre, Kleim (1837), autor da primeira historiografia sobre museus, além do próprio Goethe (1749-1832), que discorreu sobre a atividade museal propondo parâmetros para a ampliação das coleções, arranjo estético e função educacional dos museus.

Vale assinalar, todavia, que, embora tenham alcançado maior prestígio, os museus enciclopédicos não foram os únicos modelos institucionais adotados nesta fase inaugural. Ao longo do século XIX, proliferaram outras tipologias, como os museus nacionais, os museus especializados, monográficos, e museus locais, embora todos eles centrados no princípio de valorização de coleções de objetos. As exceções ficam por conta da criação do *Nordiska Museet* de Estocolmo (1872) e do *Norsk Folkemuseum* de Oslo (1895), considerado o primeiro museu ao ar livre, destinado a preservar tradições do povo e da nação (SOARES, 2006).

Em suma, nos séculos XVIII e XIX, o campo da Museologia se organizou a partir dos estudos dos artefatos culturais (produtos antrópicos) e espécimes da natureza (animais, plantas, minerais etc), priorizando a produção do conhecimento em torno da organização das instituições museológicas e da apreciação estética. Ensaiam-se assim os primeiros passos para estabelecer diretrizes para a cadeia operatória da Museologia[2], com a preocupação central de promover a preservação do patrimônio museológico e a educação pública não formal.

A abertura e multiplicação de museus com acentuados propósitos educativos acarretaram novo impulso à divulgação da ciência e, por consequência, o conhecimento começou a atingir um público maior do que os letrados e cientistas, o que politicamente faz sentido:

> "Dar a conhecer ao grande público era parte da dominação do conhecimento, legitimando o *status* dos estudiosos e delimitando a fronteira entre o homem de ciência e o público leigo". (SILVA, M., 2010, p.41)

Chagas (2003, p. 30) reporta-se a Françoise Choay para lembrar que, no século XX, "as portas do domínio patrimonial" foram forçadas. Um número cada vez maior de pessoas, organizadas em grupos ou não, passou a interessar-se pelo campo do patrimônio, "não apenas em sua vertente jurídico-burocrática vinculada ao chamado direito administrativo, mas, sobretudo, por sua dimensão sociocultural". A evolução do conceito de patrimônio, que alcançaria uma polissemia por vezes geradora de ambiguidades e contradições, é apontada por ele como responsável pela diversificação tipológica dos museus:

[2] Entenda-se como cadeia operatória da museologia todos os procedimentos curatoriais que envolvem o acervo, desde a sua coleta, pesquisa, documentação e conservação, até a sua comunicação.

> "A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu e suas diferentes classificações tipológicas, não têm mais de duzentos e cinqüenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local." (CHAGAS, 2003, p. 31)

De fato, com a modernidade, desde a virada do século XX, os museus crescem exponencialmente em número e diversidade e as reflexões sobre seu estatuto e papel social, aos poucos, ganham importância. É o que demonstra a criação da *Museums Association* (1889), na Inglaterra, e *American Association of Museum* (1906), nos Estados Unidos, entidades criadas para discutir questões profissionais relacionadas ao museu enquanto instituição e à Museologia enquanto área de estudo, conforme assinala Suely Cerávolo (2004, p.239). É bem verdade que estas incursões sobre o que se poderia chamar de teoria museológica até então continuam privilegiando muito mais as técnicas e ações curatoriais voltadas para o tratamento, preservação e investigação das coleções.

A evolução do pensamento museológico e a consolidação epistemológica da Museologia ao longo do século XX passam por duas etapas bem distintas, cujos marcos institucionais mais expressivos são, reconhecidamente, a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) associado à UNESCO, em 1946, e a instauração do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), em 1977.[3]

Do ponto de vista dos procedimentos museológicos, a despeito da multiplicação do número de instituições museológicas e da diversificação de tipologias, na primeira metade do século os museus privilegiam hegemonicamente recortes patrimoniais muito assemelhados do ponto de vista da abordagem e apropriação do patrimônio cultural seja das comunidades em que estão inseridos, seja do legado cultural da humanidade como um todo.

Em certa medida nem mesmo a fundação do Museu de Arte Moderna (MOMA), em 1929, foge à regra. Embora marcada pela inauguração de um modelo de museu

[3] O ICOFOM objetiva o estudo da museologia teórica, sendo seu papel "desenvolver pesquisas, análises e debates, contribuindo para a independência da área" e "funcionar como 'consciência' do ICOM" (CERÁVOLO, 2004, p. 239).

inspirado na renovação das concepções museológicas, é significativo que o MOMA se mantenha voltado para coleções de objetos (fotografia, desenho, belas artes e arquitetura) mesmo sendo o primeiro a enfocá-las de modo multidisciplinar. Nada mais poderia ser tão revelador do cenário de contradições da época. Nascido por iniciativa de figuras exponenciais da elite, o MOMA procurou desenvolver uma ação pedagógica voltada para a popularização da arte, investindo na renovação da linguagem das exposições, ao mesmo tempo em que buscava reparar uma lacuna na única das grandes capitais do mundo a não contar com uma galeria em que se pudesse contemplar os mestres fundadores da arte moderna.

Seja contemplando vieses ideológicos dedicados ao culto da burguesia, das nações e da identidade nacional, seja contemplando a produção artística contemporânea ou mesmo coleções especializadas, tanto os museus públicos como os privados concentram seus focos nas coleções e seus objetos, por maior que seja a diversificação pretendida. Mais do que isso, porque priorizam as coleções, via de regra museus e museólogos privilegiam a autoridade dos especialistas e imprimem ao seu discurso um caráter autoritário, monológico[4], no sentido que Bakhtin atribui ao termo, ou seja, um discurso que não tem um destinatário e não pressupõe uma resposta.

Nesse período, assinala Hugues de Varine [5], a grande maioria dos museus tem como objetivo promover a arte, a cultura e a ciência, contribuir para o prestígio da cidade, de uma autarquia, um mecenas ou um intelectual, e quando muito projetar-se para o turismo em massa. Poucos museus se interessam pelo “não público” [6] identificados nas populações locais “menos cultas” e apenas um público elitizado domina seus códigos de linguagem (MARTÍN-BARBERO, 1997; BORDIEU, 2003; CANCLINI, 2011). Nota-se, então, no campo da teoria museológica um desequilíbrio na correlação entre os estudos e análises das experimentações praticadas nos museus e a inserção das instituições museológicas nas suas respectivas sociedades. Descompasso que

[4] A "aula magistral", onde o professor expõe e os alunos se limitam a ouvir é um exemplo de discurso monológico. (BAKHTIN,1997)

[5] Hugues de Varine-Bohan (Metz, 3 de novembro de 1935) foi diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), de 1965 a 1974.

[6] Na década de 60 do século XX, levantamento estatístico revelou que o acesso às obras culturais é privilégio da classe culta; no entanto, tal privilégio exibe a aparência da legitimidade. Com efeito, neste aspecto, são excluídos apenas aqueles que se excluem. “Se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a possibilidade pura de tirar proveito das obras expostas nos museus, ocorre que somente alguns têm a possibilidade real de concretizá-la”. (BORDIEU, 2003, p. 69)

contribui para perenizar o caráter universalista refratário a mudanças de forma e conteúdo identificadas na origem e desenvolvimento de novos processos de musealização.

Cabe assinalar como traço positivamente marcante dessa primeira metade do século XX o grande desenvolvimento de técnicas conservacionistas, a sistematização de técnicas documentalistas e a especialização das pesquisas curatoriais, que corresponderam a um grande avanço no campo da museologia aplicada. Entretanto, já em 1927, o poeta Paul Valery dispara:

> "A classificação, conservação, utilidade pública das coleções, crescimento ininterrupto das coleções e exposição entediante vão contra o desejo de que toda visita a um museu seja prazerosa. Pelo contrário, convertem o museu em templo e salão, cemitério e escola, e ao visitante um diletante ou um erudito". (CARREÑO, 2004).

Não é por menos que, em maio de 1968, a palavra de ordem do movimento estudantil, que eclodiria nas ruas de Paris e revolucionaria o mundo, conclamava para que se ateasse fogo ao Louvre, "então considerado protótipo do almoxarifado do patrimônio burguês" (MENESES, 1994, p. 11). Sinal de que os museus como instituição não haviam progredido no compasso da sociedade, conforme as exigências contemporâneas de sua cultura.

A sobrevivência dos museus como instituição pública chegou mesmo a ser duramente questionada, como aponta Mário Chagas:

> "O necrológio do museu, traduzido a partir de um determinado desejo político, aparecia acompanhado de um discurso que colocava em movimento críticas severas ao caráter aristocrático, autoritário, acrítico, conservador e inibidor dessas instituições, consideradas como espécie em extinção e por isso mesmo apelidadas de 'dinossauros' e de 'elefantes brancos'". (CHAGAS, 2003, p.264)

Por oportuno, em Grenoble, durante a Conferência Internacional do ICOM em 1971, o beninense Stanislas Adotévi e o mexicano Mario Vásquez proclamavam abertamente: a "revolução do museu será radical ou o museu desaparecerá". (CHAGAS, 2003, p. 264)

Importante consignar que, ao longo do século permeado por duas grandes guerras mundiais, as transformações políticas e econômicas em grande parte continuam sendo compreendidas por meio de um instrumental teórico construído no final do

século XIX, sem problematizar as noções de classe, indivíduo, Estado e desenvolvimento – "forjadas no interior de uma entidade nodal, mas cuja crise se agudiza em face das mudanças atuais: a nação" (ORTIZ, 2006, p. 16). As transformações que se manifestam no século XX passam a gerar novos comportamentos sociais e novas demandas culturais, que gradativamente se mundializam[7], a despeito das características bastante diferenciadas dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e dos países marginalizados. "No processo de globalização, a cultura de consumo desfruta de uma posição de destaque", aponta Ortiz (2006, p. 10). A cultura de consumo se transforma numa das principais instâncias mundiais de definição da legitimidade dos comportamentos, desterritorializando as manifestações culturais. A bem da verdade, a ideologia do nacionalismo – entendida no sentido estrito como sentimento de valorização marcado pela identificação com uma nação – é colocada em xeque diante das mudanças.

Nesse contexto, os museus se deparam com a concorrência da indústria cultural. A partir dos anos 30 e 40, o enquadramento dos indicadores de memória encontra no cinema um referencial poderoso. Depois veio a televisão, ambos lidando com um repertório patrimonial ancorado na cultura de massas. O mundo se transforma em uma aldeia global, preconiza Marshall Mcluhan (1911-1980), ao discorrer sobre o impacto dos meios de comunicação de massa sobre a sociedade e os indivíduos.

Não se trata de consagrar a ideia da "homogeneização dos hábitos e dos pensamentos", como querem alguns. À visão bipolar e até certo ponto ingênua que enxerga na mundialização da cultura o dilema da uniformização das consciências, fenômeno em que as individualidades se dissolveriam em detrimento do todo, contrapõe-se nas décadas seguintes o conceito da multiculturalidade aplicado a sociedades pluriculturais, conforme estipula Charles Taylor. Mais à frente, Canclini (2011, p. 277) acrescenta que não se pode reduzir o debate cultural às oposições entre tradicional e moderno e entre popular e massivo. Contemporaneamente, diz ele, o entendimento da cultura passa por uma mistura desses elementos, sendo necessário averiguar sua hibridação. O conceito de hibridação cultural abrange diversas formas de mesclas interculturais, indo além dos conceitos de mestiçagem e sincretismo. Ao referir-se à modernidade-mundo, Ortiz alerta que uma cultura

[7] Renato Ortiz distingue a utilização dos termos "globalização" e "mundialização". O primeiro é empregado quando a referência se dá a processos econômicos e tecnológicos; mundialização, recomenda o autor, deve ser reservado ao domínio específico da cultura.

mundializada adquire especificidade própria, “fundando uma nova maneira de ‘estar no mundo’, estabelecendo novos valores e legitimimações” [8].

Para a sobrevivência dos museus, essas questões são fundamentais. De fato, se os museus participam ou deveriam participar da dinâmica cultural e a dinâmica se constrói na (re)significação constante (BRUNO, 2000), os museus clássicos ou assim chamados tradicionais ao longo desse percurso foram se fossilizando, suas coleções e objetos foram emudecendo e, ao perderem a conexão com a contemporaneidade, tornaram-se anacrônicos. Daí passarem a ser identificados pelo senso comum como meros depósitos de coisas velhas. É o preço que os museus e a museologia tiveram que pagar por não estenderem o olhar para além das quatro paredes e não compreenderem seu papel de mediação entre patrimônio e sociedade.

Não obstante, sinaliza Duncan Cameron, as rupturas estavam em curso, prenunciando o surgimento de um movimento de renovação dos museus e da Museologia:

> [...] a década de 1960 assistiu a um debate ideológico sobre o museu: sua consideração como uma estrutura de poder vinculada ao sistema produtivo e ideológico, intelectualmente opressor e ao serviço dos valores estéticos burgueses. (CAMERON, 1971, *apud* CARREÑO, 2004)

A primeira expressão pública e formal de grande impacto deste movimento se dá com a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM, que se tornaria o marco inaugural de uma nova museologia.

> A Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, evidencia simbolicamente a implosão de valores seculares, desencadeando uma busca de novos caminhos para os processos de musealização. (BRUNO, 2010, p.20)

Ao encorajar novas formas de museologia, a Mesa de Santiago afasta-se do “campo estreito da museografia e das pesquisas sobre as obras ou espécimes, para reconhecer a globalidade do patrimônio”, assinala Varine (2012, p. 30). Um ano antes da Declaração de Santiago, recorda Varine, a IX Conferência Geral do ICOM, realizada em Paris, Dijon e Grenoble, na França, já antecipava modificações substanciais ao conteúdo e à forma da cooperação internacional entre os museus, promovendo a revisão dos estatutos e da definição de museu e a afirmação da

[8] Indo além, diz Ortiz, “uma cultura mundializada corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou” (2006, p. 31).

importância do meio ambiente na vocação dos museus, para assinalar *pari passu* o surgimento da dimensão política no conceito de museus. É emblemático que o reposicionamento dos museólogos diante do papel social dos museus e de sua importância como instrumento de desenvolvimento tenha sido alavancado neste encontro realizado na América Latina, um continente no qual as línguas inglesa e francesa não são nativas, reunindo um grupo de especialistas sem predominância de museólogos europeus ou norte-americanos.

Em Santiago do Chile, promoveu-se "a tomada de consciência, pelos museus, da situação atual e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la", como "condição essencial para sua integração à vida da sociedade" (VARINE, 2010). Deve-se levar em consideração que esse pensamento inovador e revolucionário reflete as mudanças e transformações vividas à época, como assinala Bruno Soares:

> Nos anos de 1960 e 1970, juntamente com o surgimento de um novo pensamento na Museologia, muitos movimentos que eclodiam no cenário internacional começaram a desestabilizar o sistema de pensamentos no setor dos museus; alguns destes movimentos eram explicitamente políticos. Movimentos por direitos civis, movimentos pela liberdade das mulheres e de várias outras minorias, na busca por identidades nacionais e locais, acompanharam movimentos nacionalistas que emergiam em países colonizados que haviam se tornado independentes recentemente; e ainda a influência de pensadores ativistas revolucionários. Todas essas influências gradualmente alcançaram o limiar dos museus. (SOARES, 2006, p.3)

A partir dos flancos abertos, nos anos setenta, no corpo da museologia clássica, tanto pela Mesa de Santiago, quanto pelas experiências museais pioneiras desenvolvidas posteriormente no México, na França, na Suíça, em Portugal, no Canadá e em outros cantos do planeta, organiza-se nos anos oitenta o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM).

Não é por menos que, na opinião de Peter Van Mensch, existiram duas revoluções no universo dos museus. A primeira delas se situa no final do século XIX, com a criação de organizações profissionais, códigos de ética e associações de amigos dos museus, entre outros fatores, além de profundas alterações na linguagem expositiva, adotando a "limpeza" visual e possibilitando a observação da singularidade dos objetos, ao invés dos espaços atulhados até então. A segunda seria a chamada Nova Museologia, fruto do rompimento com a idéia de coleção como base dos processos museológicos e da

organização dos museus. A partir daí, segundo ele, esta organização se estabeleceria nas funções dos museus. Nesta segunda revolução, surgiria o que ele considera a contribuição mais relevante da América Latina para o pensamento museológico internacional, expressa no documento de Santiago. (CANDIDO, 2002)

Como chave desta transformação, Maria Célia Santos (1996) destaca, na IX Conferência Geral do ICOM, de 1971 (Paris-Grenoble) e na Mesa-Redonda de Santiago, o comprometimento da ação museal no campo social, levando a Museologia a ser pensada como área das ciências sociais, sob a inspiração do pensamento de Paulo Freire, que, mesmo impedido de participar da Mesa de Santiago, contribuiu para o debate com temas centrais da sua pedagogia de libertação, como a relação entre conscientização, mudança e o engajamento social e político do educador.

A partir dos anos 1970 e principalmente com a criação do Comitê Internacional do ICOM para a Museologia (ICOFOM), novas problemáticas e desafios são colocados e os museus e a Museologia ganham novos contornos. Em praticamente todas as demais manifestações do pensamento museológico produzidas nos anos seguintes, incluindo documentos produzidos pelas conferências regionais e gerais do ICOM, balizam-se os esforços na construção de um novo papel para os museus.

Para Manuelina Cândido, as bases teóricas da Nova Museologia estão contidas nos documentos de Santiago (1972), que formalizou a introdução do conceito de museu integral; no de Quebec (1984), ao qual coube a sistematização dos princípios da Nova Museologia; e no de Caracas (1992), que realizou uma avaliação crítica desse percurso, reafirmando o museu como canal de comunicação. Entretanto, a Nova Museologia não se configura como uma outra museologia, mas um alargamento de horizontes epistemológicos com as mesmas preocupações. Como aponta Heloisa Barbuy, é "uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação". (CANDIDO, 2009, p. 190.)

Levantando os temas discutidos pelo ICOFOM entre 1980-1991, Maria Célia Santos identifica duas linhas centrais: a definição do objeto de estudo da Museologia e o debate sobre sua inserção no mundo contemporâneo. Vale assinalar que, ao longo do percurso do lançamento das bases do pensamento museológico contemporâneo, as discussões acadêmicas em torno do caráter científico da Museologia tiveram como foco central a identificação de seu objeto de estudo, a consolidação de uma

metodologia e de uma terminologia específica da disciplina. Essas reflexões foram encabeçadas dentre outros por Rivière, Varine, Jelinek, Desvallées, Cameron, Sofka, Schreiner, Sola, Pomian, Stránský e Gregorova. Para essa discussão também foi expressiva a contribuição da revista *Museological Working Papers* – MuWoP, organizada pelo sueco Vinos Sofka, que introduziu, desde o início de 1980, uma série de debates, alguns dos quais se encontram acesos até hoje.

Ao analisar as tendências do pensamento museológico, sobretudo no último quartel do século XX, o holandês Van Mensch assinala a predominância de uma nova dimensão na discussão das funções do museu e da museologia:

> "De um lado, essas definições são limitadas ao museu, por outro, o objetivo (da museologia) estende-se para além do museu e tende a englobar a herança cultural como um todo". (MENSCH,1994, p. 21)

Mensch adverte, entretanto, para a diversidade das opiniões em relação à identidade da museologia no nível mais abstrato. Ele mapeia cinco principais definições conceituais da Museologia:

> Baseando-se na produção escrita e organizada no âmbito do ICOFOM - Comitê Internacional do ICOM para a Museologia, o referido autor indica que existem cinco segmentos de idéias, a saber:
>
> 1) a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus;
>
> 2) a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural;
>
> 3) a Museologia como o estudo dos objetos de museu;
>
> 4) a Museologia como estudo da musealidade e,
>
> 5) a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade. (MENSCH, 1994, *apud* BRUNO, 1996, p. 14)

Adepta dessa última corrente, Ana Gregorova vê na museologia:

> [...] a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na coleção e conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza

> e da sociedade, e deles fazendo uso científico, cultural e educacional. (GREGOROVA *apud* MENSCH, 1994, p. 12)

No Brasil, foi relevante a contribuição de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, cujas reflexões alcançaram projeção internacional devido a sua militância junto ao ICOFOM. Para Waldisa, a museologia é a ciência que tem como objeto o "fato museal ou museológico, relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, num cenário institucionalizado, o museu." (GUARNIERI *apud* BRUNO, 2010, p. 123) Ou seja, Waldisa reconhece que o fato museal deixa de ser o objeto em si e passa a ser a relação do homem com a realidade, a qual pertence o objeto. Além de enfatizar a relação homem-objeto, sua conceituação acrescenta um dado importante: essa relação se dá no museu, ou seja, em um espaço relacional.

Na concepção de Waldisa, o museu é apenas a base institucional necessária ao fato museológico. Se considerássemos a Museologia o estudo dos museus, "teríamos de adotar para a medicina a definição ou conceito de que a medicina é a ciência dos hospitais, de que a pedagogia é a ciência das escolas" (GUARNIERI *apud* BRUNO, 2010). A originalidade do pensamento de Waldisa é destacada por Wichers:

> Hernández (2006) classifica como cognitiva a orientação oferecida pelos museólogos do centro-leste europeu (por ex., Stransky, Gregorová) e como pragmática a contribuição dos museólogos franceses e canadenses, esses últimos associados à emergência do movimento pela Nova Museologia. Nesse sentido, advogamos que Waldisa Rússio Camargo Guarnieri articulou essas duas orientações – cognitiva e pragmática, de maneira inédita. (WICHERS, 2010, p. 36)

Vista como estudo do fato museal, a Museologia atribui à essência do conhecimento museológico não o estudo compartimentado do homem, do objeto ou do cenário mais da relação entre eles. "Essa definição dá conta das atividades de preservação ou uso do patrimônio, as quais envolvem homem [que seleciona o que preservar], objeto [patrimônio a ser preservado] e cenário [contexto no qual se dá esse processo]", advoga Wichers (2010, p. 38).

Para além da refinada elaboração de Waldisa Rússio que redefine o objeto museal, seu pioneirismo consiste em articular a organização epistemológica da Museologia aos movimentos sociais, colocando-a como uma das precursoras, no Brasil, da Sociomuseologia (WICHERS, 2010, p. 36).

A museóloga paulista destaca, com efeito, o reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento. Para ela, a ação da Museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o patrimônio em herança. Alinhada ao pensamento de Waldisa, Bruno explicita que a musealização é um “processo constituído por um conjunto de fatores e procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação”:

> Define-se Patrimônio como conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Define-se a Herança como a consciência da existência desse Patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço. (BRUNO, 1996, p. 107)

Conclui-se, assim, que a preservação e o reconhecimento do patrimônio como base da identidade das comunidades levam à constituição da herança e, nesse movimento, transformam-no em legado e recurso de seu desenvolvimento.

O alargamento dos horizontes da musealização levou Desvallées, em 1989, a um entusiasmado desafio: "O museu ultrapassa suas paredes. Suas coleções estão em toda parte. Tudo lhe pertence. Todo patrimônio é museal - e não apenas museificável. Tudo é museu!" (CÂNDIDO, 2004, p. 204; CHAGAS, 2005, p. 18). À parte das controvérsias que a assertiva desencadeou, não era a primeira vez que a derrubada das quatro paredes dos museus vinha a ser preconizada, embora seja altamente significativo que ela tenha sido feita num momento em que se proliferava o aparecimento de novas tipologias. Do museu do imaginário profetizado, em 1948, por André Malraux (1901-1976) ao museu virtual de nossos dias, um rico e diversificado percurso haveria de ser percorrido.

No ponto fulcral desta trajetória, o pensamento da Nova Museologia consolida o rompimento com a ideia de coleção como única fonte geradora dos processos museológicos. Para dar conta deste desafio, amplia-se o entendimento da preservação como ação fundamental para integrar diversos aspectos do patrimônio e potencializar a ação interdisciplinar da museologia, como assinala Moutinho:

> O alargamento da noção de patrimônio é a consequente redefinição de "objeto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como fator de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autônomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada. (MOUTINHO, 1993, p. 6)

Com a atuação do MINOM, fundado com base na Declaração de Quebec, a partir da década de 90 do século XX, este movimento museológico evolui, dando lugar à Museologia Social ou Sociomuseologia, constituída como área disciplinar do conhecimento determinada a alargar as funções tradicionais da museologia e a adaptar o novo museu às características e necessidades da sociedade contemporânea. A ação social do museu passa a contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável da humanidade com base na igualdade de oportunidades e na inclusão social, cultural e econômica.

No centro da polêmica sobre a constituição da Sociomuseologia, está a definição de seu método de estudo, como destaca Mário Moutinho:

> [...] o que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita. [9]

Não é por menos que o museólogo português indica alguns princípios que norteiam a Sociomuseologia para além do pensamento museológico, amparando-se também em documentos como a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (UNESCO, 2003), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005). Segundo definição apresentada por Moutinho como contribuição ao XIII Atelier Internacional do MINOM, em 2007, podem ser apontadas como características basilares da Sociomuseologia:

---

[9] MOUTINHO, Mario C. – **Definição de Sociomuseologia**, 30/08/2010, Rede de Museus, Memória e Movimentos Sociais. http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html. Acessado em 23/01/2014.

1 – A articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território.

2 – A abordagem multidisciplinar que visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica.

3 – O embasamento de sua intervenção social no patrimônio cultural e natural, tangível e intangível da humanidade.

Em meio ao embate entre rupturas e permanências, abre-se caminho para a apropriação dos testemunhos imateriais também como objetos passíveis de musealização, que passam a exigir novas técnicas, processos e cenários para a musealização.

A combinação de dois novos paradigmas – a ampliação do conceito de fato museal e a compreensão de que, na cadeia operatória da museologia, o enquadramento dos indicadores da memória permite englobar a herança cultural como um todo – inevitavelmente abriu caminho para o fortalecimento de novas tipologias museológicas, em especial o museu a céu aberto ou museu de território, fenômeno que se potencializou no último quartel do século XX. Alguns autores enxergam aí o surgimento da Ecomuseologia.

1.2 – Sociomuseologia e Ecomuseologia: limites e reciprocidades

Cabe distinguir, enquanto esforço de enquadramento teórico, a sociomuseologia da ecomuseologia, terminologias que, na bibliografia, são tratadas frequentemente como sinônimos. De fato, estão situadas no mesmo campo de significação no que diz respeito à compreensão da função social dos museus e à concepção de patrimônio cultural e natural composto por bens materiais e imateriais. As premissas museológicas da ecomuseologia, entretanto, englobam o conceito de território musealizável, incluindo o patrimônio natural e o caráter participativo da autogestão. A diferença não é substantiva. Na sua cadeia operatória, um museu centrado em coleção, qualquer que ela seja, pode adotar práticas curatoriais alinhadas aos princípios da sociomuseologia, sobretudo nas suas ações educativas, sem

necessariamente engajar-se nos princípios da ecomuseologia, que por sua vez estará sempre relacionada à apropriação de um território patrimonial. Do ponto de vista da transversalidade, portanto, os liames entre uma e outra podem se tornar quase imperceptíveis.

Desse modo, longe de construir uma história da ecomuseologia, ou mesmo dos ecomuseus no Brasil, busca-se esboçar aqui alguns pontos fundamentais para a compreensão da relação entre os campos em tela e, assim, delinear a especificidade do que vem a se constituir um museu de território.

Se o ecomuseu nasce como herdeiro da Nova Museologia, a bem da verdade, entretanto, como já referido aqui, o primeiro museu ao ar livre surgiu antes mesmo que se avivasse, em meados do século XX, o debate sobre o edifício ideal para abrigar o museu, tendo em vista o avanço das técnicas expográficas (iluminação, temperatura, circulação do público etc). Com efeito, a Mansão Julita, situada às margens do lago Öljaren, que integra o Nordiska Museet (1872), na Suécia, é considerado o primeiro museu ao ar livre do mundo. Para Teresa Scheiner, o que se nota é "já no final do XIX, a concepção de museus a céu aberto, gênese dos museus de território[10] e do ecomuseu[11], abrindo caminho para o que viria a ser, mais tarde, nominado por alguns autores como museu social". (CÂNDIDO, 2004, p. 180).

Se Varine admite ser ele o inventor do vocábulo "ecomuseu" quase que por casualidade, a partir de uma combinação de sílabas de palavras gregas, são notórios quanto ao seu conteúdo os esforços de Rivière para dar-lhe forma e significação. Este conceito de museu teria sido inspirado na experiência dos Parques Naturais Regionais da França. Tais agrupamentos de municípios rurais que recebiam apoio financeiro do Estado para aplicarem nos seus territórios uma política de desenvolvimento econômico e cultural, são considerados precursores do ecomuseu:

[10] Para Varine (VARINE *apud* SOARES, 2006, p. 7), "o Novo Museu é diferente do museu tradicional na ênfase dada ao território (meio ambiente ou sítio), em vez de enfatizar o prédio institucional em si; no patrimônio, em vez da coleção; na comunidade, em vez dos visitantes. Em todo caso, é o território que define e comumente nomeia o museu, mais do que o rótulo de 'ecomuseu'".

[11] A terminologia "ecomuseu" surge, segundo Varine, na Avenida de Ségur (Paris), em 1971, onde almoçavam Rivière, ex-diretor e conselheiro permanente do ICOM, Serge Antoine, conselheiro do Ministro do Meio Ambiente, e o próprio Varine, então diretor do ICOM, para tratar da organização da IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, que aconteceria no mesmo ano em Paris, Dijon e Grenoble. (VARINE *apud* SOARES, 2006, p.8)

> A criação em 1967 dos Parques Regionais permitiu a Rivière adaptar ao contexto francês os museus escandinavos ao ar livre, modificando o modelo inicial: não se trataria de se circundar edifícios de um lugar criado artificialmente, nem de reconstituir espaços da forma que eles existiram realmente. Estes novos museus propunham uma pedagogia global, já que não se ocupariam unicamente das práticas culturais ou arquitetônicas, mas também das relações do homem com seu entorno. (SOARES, 2006, p. 7)

Por sua vez, o comprometimento da ação museal no campo social assumido no limite extremo levou a Museologia não só a se ocupar com as relações do homem/sociedade com a realidade do universo em sua totalidade como também passou a preconizar a implementação e integração das atividades dos museus com vistas à preservação e uso do patrimônio cultural e natural, o que se evidencia desde o seminário do ICOM no Rio de Janeiro (1958), quando se aprovou o reconhecimento de "lugares naturais" e museus ao ar livre, além de jardins botânicos, zoológicos e aquários, como espaços museais, antecipando a valorização que a ecologia e o meio ambiente alcançariam nas décadas seguintes.

Cabe ressaltar que, em resposta às desigualdades sociais, econômicas e culturais produzidas, sobretudo fora das fronteiras dos países desenvolvidos, não se pode negligenciar a importância da Declaração da Mesa Redonda de Santiago (1972) ao formular o conceito de Museu Integral como instrumento de ação para o desenvolvimento da comunidade, tendo em vista a totalidade dos problemas da sociedade. Ainda que estas concepções inovadoras não tenham provocando grandes mudanças de imediato nem mesmo nos grandes museus latino-americanos, os princípios da pedagogia museológica de Santiago enraizaram-se profundamente entre os museólogos e profissionais de museu.

> O conceito de museu integral questionou noções consagradas do universo museológico como o colecionismo, o museu entre quatro paredes e o patrimônio oficial. Despertou a atenção dos profissionais para todo um patrimônio à espera de musealização, para a importância da participação comunitária em todas as instâncias museológicas e impôs novos métodos de trabalhos. (BRUNO, 2010, v.2, p.19)

"Enfim, a doutrina de Santiago, renovada pela Declaração de Caracas (1992), amplia-se até incorporar a utilização do patrimônio natural e cultural, mesmo fora do âmbito dos museus", observaria Hugues de Varine, um dos organizadores do evento

realizado no Chile e também um dos criadores do modelo de ecomuseu (BRUNO, 2010, v. 2, p.42.).

Dentre as experiências inovadoras, destaca-se o ecomuseu do Creusot-Montceau, criado na década de 1970, na região industrial das cidades de Creusot (siderurgia) e Montceau les Mines (carvão), um pequeno território francês com área de 18,11 km², situado na região administrativa da Borgonha, no departamento Saône-et-Loire, onde viviam trabalhadores, a maioria imigrantes, subjugados por mais de um século pela dinastia industrial dos Schneider. A demanda inicial era conceber um mecanismo que incentivasse os cidadãos a reconhecerem o valor dos trabalhadores, constituídos como minoria na cidade, de modo que todos pudessem se alinhar num processo de desenvolvimento social, levando-se em consideração os valores, as tradições e os modos de vida de cada um dos grupos pertencentes à comuna.

> A origem do ecomuseu da comunidade do Creusot se deu em um contexto no qual, de uma parte, havia a existência de um território delimitado pela revolução industrial; de outra, a demanda pela municipalidade do Creusot de se estabelecer, no Château de La Verrerie – ele mesmo símbolo e signo da história da região – um museu local. Diante desta demanda, surge uma vontade de se oferecer à população da comunidade urbana do Creusot/Montceau-les-Mines um instrumento de compreensão e de mudanças econômicas, sociais e culturais. Além disso, um patrimônio tangível local, especificamente da história industrial, passou a chamar a atenção de todos. (SOARES, 2006, p. 14)

Na base de estruturação do novo conceito de museu, o patrimônio deixa de ser um 'monumento histórico' – que transforma a arquitetura em símbolo da nacionalidade, da coesão e da grandeza – uma associação do Estado-Nação a grandes monumentos que desde o século XIX legitimava os sistemas políticos vigentes (CHOAY, 2006). Os monumentos agora são testemunhos do mundo do trabalho. Para além dos monumentos, tem-se os vestígios da paisagem. Para além das belas artes, tem-se os objetos do cotidiano local [ferramentas e equipamentos industriais]. Para além do acervo etnológico [representando o "outro" colonizado], tem-se a expressão da diversidade. O ecomuseu é concebido para salvar, coletar, pesquisar e preservar um patrimônio local, comunitário.[12]

[12] Varine assinala que na França não é comum a noção de "comunidade" corrente no Brasil. Declaração do autor em aula aberta do PPGMUS, realizada na sede da SEC em 06/12/2012.

A experiência museológica no Creusot-Montceau-les-mines, entre os anos 1971-82, acabou se consagrando no âmbito nacional e internacional, passando a ser observada e estudada por numerosas universidades e museólogos. Torna-se *pièce de rèsistance* no cenário museológico. No entanto, a despeito de ter se tornado referência e inspirado numerosos outros museus de território, Varine advoga que não pode haver um modelo para este Novo Museu (ou Ecomuseu). Ele é um "estado mental" e uma forma de aproximação que acarreta um processo construtivo "enraizado no território". Uma espécie de agitação intelectual – afirma Varine – que levou novas idéias a surgirem na mesma época em que se constituíam, em três-quartos do mundo, os novos países independentes, seguidos da descolonização. Surgem subtipologias, que variam de um lugar a outro, "de centro de interpretação a instrumento de desenvolvimento, de museu-parque a museu artesanal, de conservatório etnológico a centro de cultura industrial".

Teresa Scheiner vê a partir deste panorama profundas alterações na relação homem-museu, que resulta da construção de um novo sujeito e de um novo museu. "Este, no processo de reformulação, passou por uma 'crise de identidade', com o advento de novos modelos conceituais e a geração de novas propostas e programas de ação, que fogem às fórmulas tradicionalmente definidas por algumas sociedades". (SCHEINER *apud* CÂNDIDO, 2004, p. 180)

Se é absolutamente inviável encontrar um único modelo de museu-território, de um ponto de vista abrangente, pode-se considerar que:

> O Ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade. (VARINE, 2000, p. 62)

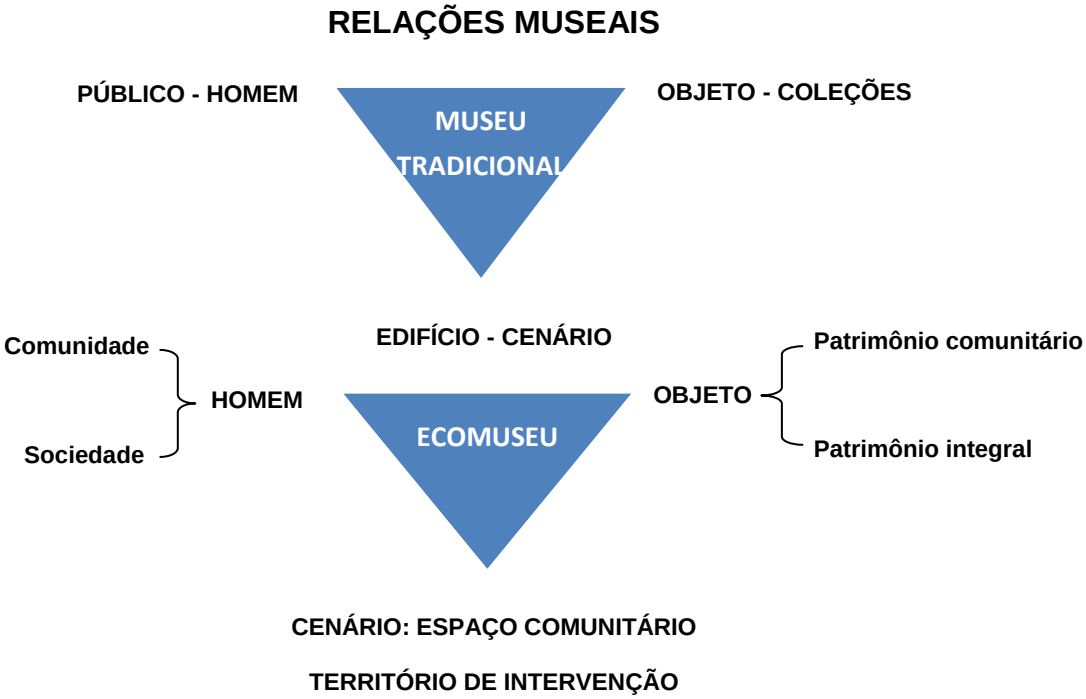
A definição ecoa a opinião de Waldisa Rússio, segundo a qual,

> [...] o processo gerador dos museus ao ar livre e dos museus de sitio, seguido e enriquecido pelos ecomuseus, nos levará à museologia enraizada no histórico e no social e, portanto, diretamente engajada na dinâmica da Identidade Cultural. (GUARNIERI *apud* BRUNO, 2010, v.1, p. 182)

Cristina Bruno afirma ser o ecomuseu o resultado de um processo museológico estabelecido a partir de distintas variáveis: o território, o patrimônio multifacetado constituído sobre este espaço, e uma comunidade, uma população, que viva nesse

território interagindo com esse patrimônio. A reelaboração do fato museológico por Bruno (2000) é particularmente esclarecedora, consistindo na relação entre homem - público, audiência, grupos especiais, comunidade; e objeto – coleção/acervo, referência patrimonial, indicadores da memória; em um cenário – edifício/instituição, espaço aberto, múltiplos espaços, território de intervenção (BRUNO, 2000, p.88). A amplitude dada a cada um desses vértices passa a configurar a abrangência do papel do museu e da museologia.

Quadro formulado por Cristina Bruno (1996) a partir de Varine (1974) sintetiza, do ponto de vista conceitual, o que pode ser considerado uma visão sinóptica das transformações impingidas nas relações museais em decorrência da mudança de paradigma do museu tradicional para o museu de território.



Quadro 01 - Visão sinóptica das mudanças nas relações museais

Inserido no processo político-sociológico de enfrentamento da lógica da globalização como consequência da evolução hegemônica do capitalismo, este novo museu reage à coisificação e à perda de raízes potencializadas pelo fenômeno da desterritorialização[13]

[13] O termo desterritorialização ocorre pela primeira vez em francês na teoria psicanalítica para se referir, em geral, à natureza fluida e dissipada da subjetividade humana em culturas capitalistas contemporâneas (Deleuze & Guatarri, Anti-Édipo, 1972).

vivido pelo homem contemporâneo. Valorizando as identidades regionais e locais, em reforço da pluralidade, o museu será, também ele, plural.

Para melhor entendimento do conceito de desterritorialização nas ciências sociais, deve se considerar que a perda de relação com o espaço territorial implica perda de referências para a memória e para a identidade e perda de bases para a construção da ressignificação, própria das práticas culturais. Para Martín-Barbero, a reterritorialização é a "recuperação e ressignificação do território como espaço vital desde o ponto de vista político e cultural". (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 5)

Diante da tarefa de dar guarida à existência de várias identidades, construídas e reconstruídas cotidianamente, verifica-se a multiplicação de museus locais, oriundos não raro de iniciativas comunitárias, “sem especialização disciplinar e muitas vezes sem profissionalismo, mas levando em consideração a identidade e os projetos de um território e de sua população”, observa Varine.

Dentre as ações museológicas que se consolidam, Varine aponta três posturas essenciais destes novos museus: a função social de promover o desenvolvimento a partir de práticas profissionais e institucionais, em função de objetivos políticos e culturais; o engajamento de profissionais de museus como atores conscientes e eficazes no acompanhamento cultural da mudança da sociedade; a proposição de novos papéis ao corpo social e às estruturas institucionais ou privadas.

Na mesma linha de pensamento, ao analisar as novas tipologias museológicas definidas a partir das relações dos museus e as correspondentes instâncias locais de desenvolvimento social, Varine distingue-as, de acordo com as suas finalidades, em três espécies (VARINE *apud* BRUNO; NEVES, 2008):

- Museus Nacionais
  - Reforço da independência cultural, da identidade regional e nacional
  - Educação das novas gerações
  - Proteção do patrimônio endógeno
- Museus de Resistência
  - Nascidos de reivindicações locais, culturais ou sociais
  - Populações oprimidas ou marginalizadas
  - Minorias étnicas, comunidades autóctones, territórios em crise
- Museus Comunitários
  - Ecomuseus
  - Museus de cidade
  - Territórios

Ao expandir suas ações para além dos muros e propor a valorização do patrimônio cultural e natural, o ecomuseu passa a gerar uma nova demanda de musealização territorial que compreende rupturas em relação a paradigmas no que diz respeito à natureza e funções da museografia[14] tradicional, deixando de encarar a comunicação museológica como um fenômeno que deva ocorrer essencialmente em espaços fechados. Heloisa Barbuy, que participou da criação do Museu da Cidade de Salto (SP), um dos exemplos pioneiros de experimentações no Brasil do modelo de ecomuseu, aponta a ampliação da concepção de objeto musealizável ligada a essa tipologia de museu:

> O acervo não é indesejado ou banido; ao contrário, é ampliado, tanto no sentido de sua natureza como no de seu significado, abrangendo bens imóveis e territórios inteiros, além de espécimes vivos e de bens imateriais. (CÂNDIDO, 2004, p. 206)

Como forças contrárias à conjunção entre museu e desenvolvimento social, Varine pontua eventualmente a inércia ou hostilidade de profissionais obcecados pela coleta e pela pesquisa, a desconfiança de responsáveis políticos e administrativos, preocupados com a rentabilidade dos investimentos realizados na instituição e com a comunicação, quando não o ceticismo dos agentes sociais.

Também pode ser apontado como barreira às políticas de "democratização cultural" o fato de que as populações locais muitas vezes não têm demanda explícita, nem o conhecimento dos códigos intelectuais necessários à (re)construção da linguagem dos museus.

Por isso mesmo, na França, durante a década de 1980, alerta Heloísa Barbuy, o patrimônio cultural foi oficialmente tratado como uma ferramenta para o desenvolvimento, visando estabelecer programas de revitalização e desenvolvimento em torno de patrimônios locais, muitas vezes sem que nestes programas museus e ecomuseus tomassem parte. (BARBUY, 1995, p. 221)

[14] Entenda-se aqui museografia em seu sentido primacial, segundo a publicação do ICOM "Conceitos-chave da museologia", como "o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais, e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição". (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58)

Em direção oposta, Barbuy também aponta uma certa proliferação descontrolada de ecomuseus com os mais diversos fins, constituídos de maneira imprópria a ponto de se retornar ao objeto-fetiche:

> São comuns, por exemplo, casos de museus locais e regionais ou de ecomuseus que se constituem em torno de um patrimônio, mas não o trabalham como documento, como objeto de estudos, nem mesmo no tocante à sua carga simbólica; coloca-se o patrimônio, nestes casos, apenas como símbolo de determinadas causas, pretexto para militâncias de todos os tipos. Ironicamente, agindo assim, está-se retornando, por caminhos tortos, ao objeto-fetiche, que tanto se combateu. (BARBUY, 1995, p. 221)

Chagas é parcimonioso com relação ao engajamento dos processos museológicos na preservação do chamado patrimônio integral, principalmente no que diz respeito à responsabilidade de sua operacionalização no âmbito dos museus:

> Em alguns meios museológicos também podem ser encontradas as expressões “patrimônio total” ou “patrimônio integral” que, utilizadas para designar o conjunto dos bens naturais e culturais, parecem querer reafirmar a referida totalidade difusa. Entre os problemas decorrentes da noção de “patrimônio integral” destacam-se: a naturalização da natureza e a despolitização do patrimônio, uma vez que, por seu intermédio, insinua-se uma espécie de dispositivo ilusionista que, sem sucesso, deseja criar uma pseudo-harmonia e eliminar diferenciações, eleições, conflitos e atribuições de valores aos bens culturais. Além disso, a ideia de que tudo faz parte do “patrimônio integral” não encontra eco nos processos e práticas sociais de preservação cultural. (CHAGAS, 2009, p. 30)

Pesam, ainda, a herança da tradição - os discursos dos museus em geral são dirigidos ao indivíduo, embora o desenvolvimento social seja uma tarefa coletiva, que envolve comunidades, famílias, agremiações -, e o apoio em premissas controversas, como a de que os esforços de comunicação ou de orientação do público são suficientes para superar as barreiras culturais, bem como a de que a visita de escolares, quase sempre tornadas obrigatórias, seria suficiente para atrair seus pais aos museus ou para que a eles retornassem quando adultos.

A despeito de tantas barreiras dificultadoras, a realização de ações museológicas a partir de práticas sociais é vista por Maria Célia Santos como proposta fundamentalmente inovadora no que diz respeito à parcela do patrimônio que seleciona e valoriza para a preservação, rompendo com a primazia das coleções e

privilegiando o patrimônio construído no processo da dinâmica social. Assim, o acervo não se restringe a uma coleção de objetos materiais exóticos ou de valor estético, sendo formado por peças ligadas ao cotidiano e ao trabalho, incluindo material arquivístico, iconográfico e depoimentos (acervo institucional); como também o constituído por todo o entorno urbano socialmente apropriado (acervo operacional). (SANTOS, M.C,1996, p. 117)

A vitalidade deste tipo de processo museológico se potencializa na medida em que a proposta se origina horizontalmente a partir da interação entre os sujeitos envolvidos e não como receita pronta e acabada, imposta verticalmente. O processo museológico antecede a existência objetiva da instituição. Seu suporte é a pesquisa, não a coleção ou instituição; sua base é a prática social. “Neste fazer museológico, pesquisa e comunicação não se dissociaram, se integram, construindo conhecimento, com base no diálogo, em contextos interativos”, diz ela.

Não há, portanto, como conceber uma proposta museológica neutra, apolítica. Nesse ponto, Ulpiano Bezerra de Meneses é incisivo. A sociedade da informação define hierarquias e sistemas de controle. Hiperinformação provoca desinformação. O museu é e sempre foi suporte ideológico de poder. Daí a maioria dos museus de resistência e ecomuseus adotarem a autogestão. Para ele,

> [...] os museus devem ensinar a ver e sentir as coisas do mundo. Precisam não somente se preocupar em repassar informações prontas dos objetos, mas em ensinar aos visitantes como se faz uma visita a um espaço que expõe objetos históricos, e como se questiona o que ali se vê. Temos que formar os indivíduos para saberem escolher. [15]

Museu, por ser um organismo histórico e por isso mutável, reciclável, é também mortal. Para o ecomuseu, esta assertiva é primordial. Deixando de existir a sua motivação, seja pela cessação de um elemento opressor, seja pela transformação mesmo da realidade conforme se pretendia, o ecomuseu pode deixar de fazer sentido e, não raro, transformar-se num museu tradicional. O próprio ecomuseu de Creusot-Montceau passou por esse processo. Nos últimos anos, diretrizes adicionais têm sido incorporadas com o surgimento de novas questões: gestão do *habitat* e revitalização

[15] Palestra do Prof. Ulpiano Bezerra de Meneses proferida, em 07/08/2012, na aula magna do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – USP.

dos centros urbanos, a proteção do meio ambiente, as atividades econômicas centradas no patrimônio e novas tecnologias.

Este liame que distingue o ecomuseu é, muitas vezes, indelével, pois de certa forma todo museu, defende Meneses, justifica sua presença na atual sociedade em transição na medida em que exista como espaço para promover a formação crítica na compreensão do universo material no qual estamos mergulhados. Sua função é estabelecer a mediação sensorial do homem consigo mesmo, com seus semelhantes, com a natureza e com o transcendente.

Varine advoga, nesse mesmo diapasão, que os museus, independentemente de sua vocação ou tipologia, não podem atuar isoladamente em relação à sociedade e ao seu entorno. Segundo ele, é necessário o reconhecimento por parte de todo o tecido social do patrimônio cultural e natural como recurso do território e do museu com instrumento de valorização deste patrimônio.

Postos os princípios teórico-metodológicos que balizam os museus contemporâneos assim chamados museus de resistência e/ou museus de território, salvo divergências nem sempre expressivas, poder-se-á identificar três subtipologias básicas de acordo com as seguintes características específicas de cada categoria:

ECOMUSEUS MUSEUS COMUNITÁRIOS MUSEUS DE SÍTIO	•Ênfase nas relações território – patrimônio – população Musealização do território patrimonial e da cultura
MUSEUS DE CIDADE MUSEUS RUA MUSEUS DE PERCURSO	•Musealização de espaços públicos, roteiros, lugares de memória
MUSEUS DE SOCIEDADE	•Ênfase na priorização do público e dos problemas sociais

Quadro 02 – Classificação de museus de território por subtipologia, segundo Varine

Como sistemas de administração da memória e agentes de transformação, estes museus respondem pela mediação entre patrimônio (material e imaterial) e o seu público (Homem), entre a paisagem e a sociedade, a partir de um critério básico da mediação que se estabelece no respeito às diversidades – aqui abrangendo as

populações, gerações, linguagens, saberes, origens, crenças e experiências, sempre com o objetivo da inclusão e acessibilidade.

O processo de musealização territorial ultrapassa – mas mantém com ele certa similaridade - o conceito tradicional de “entesouramento” do objeto que se dá nos museus de pedra e cal. No limite, conforme explica Stransky (STRANSKY *apud* BRUNO, 1996), o objeto museal é aquele que, extraído de seu meio, passa por um processo de mudança de estatuto, assumindo o papel de evidência material ou imaterial da cultura humana, tornando-se fonte de estudo e de exibição. A musealização do território consiste, por sua vez, num processo em que um sítio natural ou um sítio cultural não apenas recebe a proteção, visando a sua preservação, mas também se torna objeto de um processo museológico, que “compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), pesquisa (investigação, documentação e catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, de publicações, etc)” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

Posto este breve enquadramento teórico da musealização territorial na perspectiva da trajetória diacrônica do pensamento museológico, importa investigar as relações do museu com o território, a partir das diferentes realidades das zonas rural, periférica e urbana, valorizando uma concepção integrada do patrimônio que inclui a paisagem e os testemunhos materiais e imateriais, com o objetivo de identificar suas possíveis vertentes conceituais.

1.3 – Museus de território e seus mitos fundadores

Com base em sua vertente conceitual construída em um campo de aprendizagem próprio de experiências resultantes de mais de trinta anos de trabalhos de campo sobre o desenvolvimento local e sobre o patrimônio, Varine qualifica dois modelos arquetípicos para os ecomuseus (DE CARLI, 2003):

> *Ecomuseu do Meio Ambiente*: aperfeiçoamento dos museus ao ar livre escandinavos e das casas de parque americanas;
>
> *Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário*: seguindo a fonte originária francesa, distingue-se, basicamente, por emanar da comunidade, que tem papel de protagonista nas ações e animações. Os problemas atuais e futuros constituem a base de sua programação. Possuem caráter urbano, pois,

> apóiam-se em associações comunitárias e todo o tipo de organizações coletivas.

Ao incluir os museus de céu aberto escandinavos na primeira categoria, Varine se reporta a mitos fundadores de um novo tipo de museu que dá ênfase ao território, valoriza o patrimônio integral e concentra atenção à comunidade em vez de se centrar nos visitantes. Inserem-se neste conceito o já citado *Nordiska Museet*, criado em 1872 em Estocolmo, baseando-se no mais amplo conceito de civilização nórdica, que se estendia dos Alpes à Lapônia; o parque de *Skansen*, criado em 1891, onde se podia visitar diversos tipos de construções rurais, uma igreja antiga, fazendas, moinhos, *ateliers* espalhados no meio de um parque botânico e zoológico; e o *Norsk Folkemuseum*, fundado em 1895 na cidade de Oslo, na Noruega, um museu de folclore com dupla postulação, racial e racionalista, criado no quadro político de lutas contra a Suécia. São museus a céu aberto que mostram réplicas de casas e fazendas que contam a história e narram o modo de vida do povo escandinavo. A atração nestes museus são os personagens populares, os costumes e a valorização da cultura popular. Estes museus criados ainda no final do século XIX deram origem aos museus de folclore, tipologia que evoluiu ao longo do século XX expandindo-se, sobretudo no Reino Unido e Alemanha, e associando-se nas regiões rurais de toda a Europa a múltiplas manifestações culturais, como os festivais e centros de estudos.

A bem da verdade, devemos atentar para o fato de que por trás da ideia central do cultivo às tradições, valores e costumes populares, estava a ideologia do Estado-nação, uma postulação incongruente ao conceito de ecomuseu de meio ambiente, o que nos permite deduzir que a alusão do museólogo francês tenha considerado muito mais o formato desses museus do que sua carga ideológica.

Importa observar, ainda, que Varine também enquadra nessa categoria de ecomuseu do meio ambiente as casas de parque americanas, cujo foco é preservar o que Certeau chama de “historicidade do cotidiano”. Um bom exemplo é o Shelburne Museum, de Vermont, EUA, “onde pululam, nas trinta e cinco casas de uma aldeia reconstituída, todos os sinais, utensílios e produtos da vida cotidiana no século XIX, desde o trem de cozinha e as prateleiras de remédios até aos instrumentos para costurar, objetos de toalete e os brinquedos de criança” (CERTEAU, 2013, p. 77). Criado em 1947, o Shelburne Museum é um dos principais museus não convencionais de arte e cultura norte-americana.

O ambiente a céu aberto comporta trinta e oito edifícios de exposições, vinte e cinco dos quais são históricos e foram transladados para o museu, instalado em um território de dezoito hectares, para onde foram realocados edifícios dos séculos XVIII e XIX de Nova Inglaterra e Nova York, além de vinte estruturas históricas de Shelburne.

Casas, celeiros, uma casa de reunião, uma escola, um farol, uma prisão, um armazém geral, uma ponte coberta, formam este acervo arquitetônico juntamente com uma coleção de jardins e até mesmo um barco a vapor de 220 metros, o Ticonderoga, construído em 1906 no estaleiro de Shelburne e que é considerado um marco histórico da indústria naval norte-americana. Além de artefatos do cotidiano, carruagens, o museu conta ainda com espaços expositivos para uma coleção de 150 mil obras de arte popular, *folk* americano, pinturas impressionistas, chamarizes e arte decorativa dos séculos XIX e XX.

Figura 01 - Painel ilustrativo das diversas atrações do Shelburne Museum em 2010

Cabe aqui assinalar que os componentes deste museu a céu aberto foram deslocados de seu ambiente original e perderam suas funcionalidade, tal como Krzystof Pomian compreende as coleções como amontoados de coisas sem valor de uso, retiradas do

cotidiano, dispostas para apreciação de um público, resguardadas em lugares especiais.

A fundadora do museu, Electra Havemeyer Webb (1888 – 1960), filha de Henry Osborne Havemeyer e Louisine Elder Havemeyer, importantes colecionadores da arte européia e asiática, exerceu um olhar independente e diferenciado para a arte, artefatos e arquitetura, celebrando uma estética distintamente americana. Seu objetivo era criar um projeto educacional variado e vivo, através da arte, história e cultura. Ideologicamente, a seleção do acervo tem o propósito de celebrar a engenhosidade norte-americana, a criatividade e o artesanato popular.

Figura 02 – Roteiro temático de atrações do Shelburne Museum. Fonte: Shelburne Museum

Também podem ser incluídos nesta categoria de museus de meio ambiente o museu-parque, cuja gestão do território visa à preservação ambiental, o que abrange não apenas o patrimônio natural, mas também as atividades e os testemunhos da presença humana. Contrariamente, ao modelo de museu temático de Shelburne, os parques naturais manterão o patrimônio *in situ*, preservando-se as suas funções originais. Na origem deste modelo, estão os parques naturais criados ainda do final do século XIX.

> Os parques naturais são instrumentos privilegiados, nos quais se experimentam, de forma original, os métodos de planejamento integrado, de dinamização econômica e cultural e de gesto racional de recursos naturais. São, além disso, ensaios de participação democrática dos poderes locais nas tomadas de decisão sobre assuntos fundamentais da vida das comunidades. (PESSOA *apud* MOREIRA,1996, p. 23)

Não necessariamente, porém, os parques naturais apresentam gestão participativa, embora esta seja uma tendência crescente no mundo contemporâneo. Ao contrário, testemunha a história do Parque Nacional de Yellowstone. O parque envolve uma área de 8.980 km², localizando-se a maior parte dele no condado de Park, na região de Montana (EUA). Considerado o parque nacional mais antigo do mundo, criado em 1872, durante muitos anos primou por conservar os espaços selvagens, a fauna e a flora, pretendendo tornar-se um santuário da natureza, em que a presença do homem fosse interdita ou quando muito permitida como recreio controlado, ou então, para fins científicos.

Para alcançar esse controle, foi necessário entregar ao Exército norte-americano a sua gestão. Este modelo foi disseminado nos Estados Unidos, onde existem grandes extensões de território controlado pelo Estado e afetado minimamente por intervenção humana. Dessa forma, os primeiros conservacionistas pareciam pretender recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre mediante a criação dos parques nacionais desabitados, onde o homem apenas poderia contemplar as belezas da Natureza.

> Em termos teóricos nos Estados Unidos, no século XIX, havia duas visões de conservação do "mundo natural" que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir. Essas idéias tiveram grande importância no conservacionismo dentro e fora dos Estados Unidos. (DIEGUES, 2000, p. 28)

Gifford Pinchot, engenheiro florestal formado na Alemanha, criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Essas idéias foram precursoras do que hoje se chama de "desenvolvimento sustentável".

> A influência das idéias de Pinchot foi grande, principalmente no debate entre "desenvolvimentistas" e "conservacionistas". Essas idéias se tornaram importantes, para os enfoques posteriores, como o ecodesenvolvimento, na década de 70. Estiveram no centro dos debates da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), na Eco-92, e foram amplamente discutidas em publicações internacionais, como a Estratégia Mundial para a Conservação, da UICN/WWF (1980), e em Nosso Futuro Comum (1986). (DIEGUES, 2000, p. 29)

Por sua vez, o pensamento de John Muir também obteve grande repercussão e é a sua visão preservacionista que está na raiz do modelo de Unidades de Conservação que se espalhou pelo mundo afora. O debate contrapõe posições antagônicas do ponto de vista da gestão territorial:

> Se a essência da "conservação dos recursos" é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental norte-americana, o conflito entre Gifford Pinchot e John Muir é usualmente analisado como um exemplo arquétipo das diferenças entre a conservação dos recursos e a preservação pura da natureza. (DIEGUES, 2000, p. 30)

Com efeito, sob a influência deste caloroso debate, a Lei Orgânica de 1916 dos EUA, criou o Serviço Nacional de Parques "para conservar a paisagem e os objetos naturais e históricos e da vida selvagem nele, e para assegurar o gozo do mesmo na forma e pelo meio que vai deixá-los intactos para deleite de gerações futuras".

A gestão do parque ainda hoje é feita pelo Serviço Nacional de Parques (National Park Service - NPS), órgão do Departamento do Interior dos EUA. O planejamento de gestão do Yellowstone inclui Estudos de Impacto Ambiental (Environmental Impact Statements - EISs), Avaliações Ambientais (Environmental Assessments - EAs), planos de manejo e resoluções técnicas, tais como a Relatório de Ausência de Impacto (Findings of No Significant Impact - FONSIs) e Pareceres técnicos (Records

of Decision - RODs)[16]. Um dos principais focos é a preservação dos animais ameaçados de extinção, cujos *habitat* são protegidos pelo parque. Dentre as atrações do Parque Yellowstone, está um fenômeno geológico que ocorre em áreas de erupção vulcânica relativamente recente. A visitação de turistas conta com estruturas artificiais que facilitam o acesso do público com segurança à contemplação das belezas naturais do parque.

Figuras 03 – Fotos de animais protegidos pelo parque de Yellowstone. Fonte: *National Park Service/U.S. Department of the Interior*

Figura 04 – Gêiser é uma das principais atrações do parque. Fonte: *National Park Service/U.S. Department of the Interior*

[16] Tradução livre cotejada com instrumentos similares da legislação brasileira

Figura 05 - Estruturas artificiais para a contemplação das belezas naturais. Fonte: *National Park Service/U.S. Department of the Interior*

O NPS disponibiliza ao público pelo seu *website* uma variedade de documentos de planejamento e gestão ambiental para auxiliar o gerenciamento de recursos do parque. Este site contém todos os projetos atualmente ativos para o Serviço Nacional de Parques. Segundo o NPS,

> [...] os planos são preparados por equipes interdisciplinares, incluindo o superintendente do parque e pessoal, arquitetos, paisagistas, planejadores comunitários, especialistas em recursos naturais e culturais, especialistas em *design* ambiental, especialistas em gestão de concessões, especialistas de interpretação, e profissionais de outras áreas, conforme a necessidade. (Tradução livre) [17]

O planejamento visa fornecer métodos e ferramentas para resolução de problemas de forma a minimizar conflitos e promover soluções mutuamente benéficas - soluções que articulam a fruição pública dos parques – como parte de uma estratégia para garantir que os recursos sejam protegidos e permaneçam intactos para as gerações futuras.

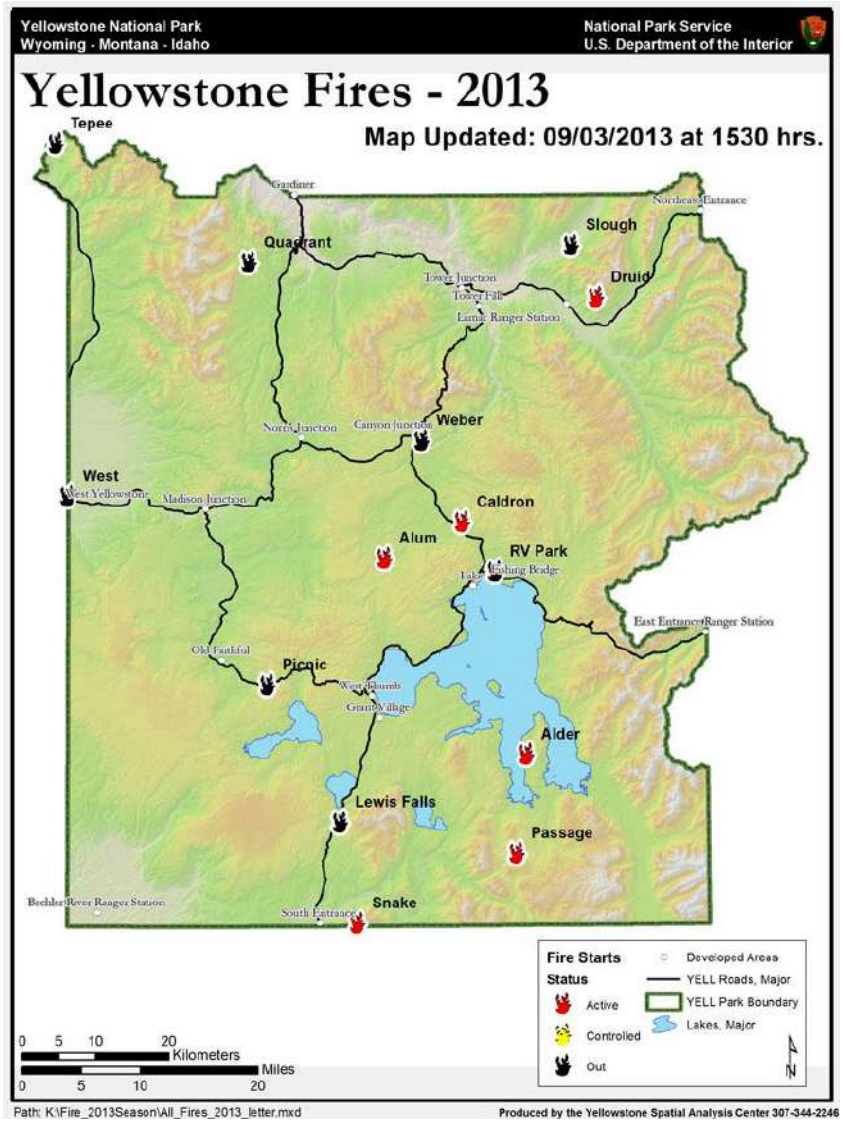
> Para gerenciar efetivamente uma unidade de parque nacional e um plano para o seu futuro, uma compreensão básica de recursos de um parque, valores e história, é necessária uma base para planejamento e gestão. Estes são chamados de documentos de fundação. Documentos da Fundação estão no centro de planejamento de portfólio de cada parque. (Tradução livre)[18]

[17] NATIONAL PARK SERVICE - Disponível em http://parkplanning.nps.gov/ Acessado em 20/01/2014.

[18] NATIONAL PARK SERVICE - Disponível em http://parkplanning.nps.gov/ Acessado em 20/01/2014.

Cada documento de fundação pretende responder a questões críticas, tais como: Qual é o objetivo do parque? Por que foi incluído no sistema de parques nacionais? O que o torna significativo? Quais são os seus recursos e valores fundamentais? Quais requisitos legais e políticos, mandatos especiais e compromissos administrativos aplicam-se a este parque? Quais são as principais necessidades de planejamento e de dados do parque?

As linhas em preto do mapa utilizado para monitoramento do parque indicam as estradas destinadas ao roteiro turístico que permite acesso a todo o território do parque.



Mapa 01 – Mapa de monitoramento de focos de incêndio no Parque Yellowstone. Fonte: *National Park Service/U.S. Department of the Interior*

Atualmente o NPS mantém um Serviço de Planejamento, Meio Ambiente e Comentário Público (em inglês Planning, Environment & Public Comment – PEPC) que institui pelo seu site oficial um canal de comunicação com o público aberto a sugestões:

> O envolvimento do público é um elemento essencial no processo de planejamento, e se engajar com as comunidades em um estágio inicial do processo é importante para que a contribuição do público seja considerada enquanto planos estejam sendo desenvolvidos, para informar a tomada de decisão da agência. (Tradução livre)[19]

No processo de elaboração e aprovação dos diversos planos de gestão do parque, há etapas distintas de publicização. O plano é disponibilizado para *download*, sendo instituído um prazo para acolhimento de sugestões, em seguida há a revisão e análise dos comentários recebidos, incorporação de propostas de mudanças no plano e, finalmente, a sua implementação.

O plano de gestão do parque também contempla ações museológicas e a preservação de informações históricas. O Centro de Patrimônio e Pesquisa, localizado em Gardiner, Montana, próximo à entrada norte do parque, abriga um museu, biblioteca de pesquisa histórica e arqueológica, além de um laboratório herbário. Os arquivos incluem uma coleção de registros administrativos, registros de gestão de recursos, registros de projetos, manuscritos doados e documentos pessoais.

Em 1976, o Parque Nacional de Yellowstone foi considerado reserva da biosfera e, em 1978, reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade. Concorreram para a deliberação da UNESCO não apenas o fato de o parque ter se tornado um dos refúgios mais importantes da América do Norte para as espécies de plantas e animais raros como também porque se transformou em referência para os processos do ecossistema baseados em relações de interdependência. O modelo de parque nacional norte-americano tornou-se referência mundial, sendo reproduzido grosso modo em todos os continentes.

O debate, entretanto, continua aceso. De um lado estão aqueles que defendem a inserção humana nos ecossistemas, até porque dificilmente se encontra no planeta territórios que não tenham sofrido intervenção ou ocupação humana. No caso, dos

[19] NATIONAL PARK SERVICE - Disponível em http://parkplanning.nps.gov/ManagementPlans.cfm. Acessado em 20/01/2014.

países tropicais, acentuam-se as críticas aos “preservacionistas puros” que, de outro lado, não reconhecem aos povos tradicionais, povos das florestas, caboclos, ribeirinhos e caiçaras o direito à terra. No Brasil, a legislação ambiental tem forte cunho preservacionista inspirado nas posições do norte-americano John Muir.

As convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, entretanto, reconhecem que os parques naturais devam englobar tanto patrimônio natural como o cultural, construído não raro por sucessivas gerações de povos tradicionais. Sempre que o território tiver sido antropizado, segundo essa corrente de opinião, a conservação só se dará por completo se a par da preservação dos bens naturais também forem preservados os bens culturais, materiais e imateriais, que constituem o seu patrimônio. É o que declara a portuguesa Conceição Moreira:

> Os Parques Naturais são áreas que se caracterizam por conter paisagens naturais, seminaturais e paisagens humanizadas que são exemplos da integração harmoniosa das atividades humanas e da natureza. A sua criação tem por finalidade a proteção da paisagem pelo seu valor histórico, cultural e estético, o desenvolvimento sócio-econômico das populações e a preservação dos seus valores naturais e culturais. (MOREIRA, 1996, p. 24)

Cabe observar que mais recentemente no Brasil os responsáveis pelos geoparques, sítios arqueológicos e outros assemelhados recém-criados ou em processo de criação têm procurado enquadrá-los nesta tipologia de ecomuseu de meio ambiente ou museu-território por entenderem que a musealização territorial consegue oferecer os mecanismos para a aliança entre a presença humana, seja de moradores locais seja de turistas, e a preservação do meio-ambiente. (RUCHKYS, 2009)

Reportando-se a Cristina Bruno, Ruchkys alude à relação entre Museologia e Arqueologia e para estabelecer um paralelo entre Geologia e a Museologia:

> A Museologia oferece a outras ciências uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:
>
> 1. identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio;
>
> 2. desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades. (RUCHKYS, 2009, p. 37)

Geoparques, jardins botânicos ou parques ecológicos têm um papel ativo no desenvolvimento sustentável do território e têm uma função social a cumprir. Neste sentido, a musealização territorial constitui-se como uma forma de salvaguardar o patrimônio do geoparque e, por outro lado, valorizá-lo para a comunidade local. Ao dar significado ao patrimônio ambiental e integrar o território por meio deste significado, promove uma musealização do território conforme definição de Shanks e Tilley[20], que associa o processo de musealização ao processo de dar significado ao patrimônio de um território.

> Assim, ao promover a musealização do território, o geoparque desempenha um importante papel social, gerando a identificação do público com o patrimônio musealizado, estimulando sua conservação e divulgação de seu significado patrimonial. (RUCHKYS, 2009, p. 39)

A segunda categoria descrita por Varine como Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário, cuja tipologia originou-se em comunidades urbanas da França, caracteriza-se principalmente pela autogestão. Não há um modelo único que seja determinante desta tipologia, mas há características que preponderam.

> A gestão do patrimônio natural e cultural, em um território e no seio de uma comunidade humana, é sempre um problema particular, que não encontra soluções em nenhum manual. (VARINE, 2012. p. 7)

De um modo geral, é a própria comunidade que protagoniza a construção do museu, depositando a ênfase no patrimônio ambiental do território em vez de restringir-se ao prédio institucional em si ou a coleções. Sem excluir a atividade turística, a relação do museu com o público contempla prioritariamente a população local, problematizando criticamente os conflitos existentes em seu seio. A seleção do repertório patrimonial é uma tarefa coletiva e participativa, mesmo que a operacionalização dos processos museológicos venha a ter o concurso de especialistas. As ações educativas visam à educação para a liberdade no esteio das ideias propostas pelo pensamento de Paulo Freire. A valorização do patrimônio integral, a exemplo do que propôs a Mesa de

[20] Michael Shanks e Christopher Tilley deram contribuições fundamentais para o desenvolvimento da arqueologia pós-processual e arqueologia interpretativa durante a década de 1980. Em artigo de 1989, ele declarou: "O número de peças de informação que recolhemos sobre o passado pode aumentar de forma incremental, nosso entendimento não". Eles argumentam que a comunidade arqueológica nas nações ocidentais deve cessar a acumulação constante de novos dados de resgate oriundos de escavações e, em vez disso centrar-se na produção de estruturas com que interpretá-los, e também em publicar o acúmulo de dados produzidos a partir de décadas de escavação.

Santiago, busca o reconhecimento de uma identidade coletiva e materializa a busca do desenvolvimento comunitário.

O já citado ecomuseu de Creusot-Montceau-les-mines é o exemplo típico e mais emblemático desta tipologia. Desde a sua criação, sob a denominação Museu do Homem e da Indústria, o ecomuseu participa do desenvolvimento do patrimônio do território protagonizado por dois núcleos urbanos Le Creusot e Montceau, localizados no centro do departamento de Saône-et-Loire, entre Charolês e Morvan, na região de Borgonha, o que reflete a rica herança e história da atividade humana desde os tempos pré-históricos até a contemporaneidade.

Na sua criação, o ecomuseu contava com dezesseis comunidades. Hoje a comunidade urbana de Creusot-Montceau, decorridos mais de quarenta anos de existência, agrupa vinte e sete comunidades que se estende por uma área de 640 km^2 e é composta de 96.000 habitantes.

Mapa 02 – Mapa das comunidades do Creusot-Montceau em janeiro de 2014. Fonte: La Communauté Urbaine Le Creusot-Montceau-Les-Mines

Ao contrário das primeiras quatro comunidades urbanas francesas criadas pela Lei 1.966 (Bordeaux, Lille, Lyon e Estrasburgo), a criação da comunidade Creusot-Montceau não foi imposta pela legislação, mas decidida espontaneamente pelos representantes políticos da população. Na origem, o viés da participação foi um ponto nodal da construção do ecomuseu:

> Citado por De Varine como exemplo de abordagem pedagógica, o programa do Ecomuseu de Creusot, nos anos 70, tomou a si os dois primeiros objetivos (*a formação da consciência de sua identidade, do seu território e de sua comunidade humana de pertencimento; a tomada de confiança em si* [auto-estima] *e nos outros, condição da participação e da cooperação a serviço do desenvolvimento*) para assegurar a transição de uma comunidade assistida por um paternalismo autoritário a uma comunidade de atores conscientes de seu papel no desenvolvimento de seu território, o que foi concretizado por uma equipe de técnicos e mediadores que usaram a abordagem patrimonial com os recursos patrimoniais do território e com os seus habitantes. (PRIOSTI, 2013, p. 49)

O projeto de estatutos do museu está datado de outubro de 1973, a assembleia de criação da associação foi realizada em 27 de dezembro de 1973 e a publicação oficial em 15 de abril de 1974. Nos estatutos, consta como missão institucional identificar, estudar e desenvolver a herança de um território marcado desde o final do século XVIII, com o desenvolvimento das principais atividades industriais – metalurgia, mineração de carvão, vidro, cerâmica de produção – algumas das quais foram se definhando ao longo do século XX.

A atuação do museu salvou um conjunto de patrimônios históricos ligados à civilização industrial. Os resultados foram alcançados por meio de cobranças e participação significativa da população local, comunidades, pesquisadores e empresas. A experiência acabou se constituindo em relevante contribuição para a pesquisa e o debate acadêmico. Foi em uma conferência organizada em 1976 pelo ecomuseu em Le Creusot que se consagrou o uso do termo "patrimônio industrial" em substituição à expressão "arqueologia industrial" usada comumente até então.[21]

> Tenho a nostalgia das exposições-enquetes participativas que fazíamos na Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau, no anos 1970, com pedaços de barbante, voluntários locais, crianças da escola primária, locais não

[21] ÉCOMUSÉE-CRESOUT-MONTCEAU - Disponível em http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/, acessado em 15/02/2014

> adaptados, em poucas semanas conseguíamos provocar uma dinâmica local baseada no patrimônio que foi a base do ecomuseu sobre todo o território. (VARINE, 2012, p. 147)

Em palestra ministrada aos alunos do PPGMUS-USP[22], Hugues de Varine admitiu que atualmente o ecomuseu de Le Creusot-Montceau tem características bastante diferenciadas daquelas que apresentava quando de sua criação. “As circunstâncias são outras, a realidade mudou”, justificou. Segundo ele, em paralelo ao incremento de uma cadeia produtiva ligada ao mercado turístico, optou-se pela formação e exposição de coleções, com destaque para a coleção de cristais exposta no castelo de Verrerie, um produto representativo do período de produção da fábrica em Montecenis/Vonêche e pinturas de artistas como de Raymond Rochette (1906-1993), que retratam pontos de vista da fábrica e da cidade de Le Creusot. Fazem parte deste circuito, o Museu do Canal, o Museu da Mina, a Casa da Escola, a Briqueteria, antiga instalação de indústria cerâmica que abriga um centro de arte contemporânea, e o Centro de Interpretação da Linha de Demarcação, que é um edifício contemporâneo dividido em dois, com espaço dedicado aos anos de ocupação da França durante a Segunda Guerra e uma biblioteca.

Figura 06 - Peça moldada em cristal lapidado por volta de 1830. Fonte: Écomusée-Cresout-Montceau.

Figura 07 – O grande braseiro, óleo sobre madeira, 1956 (130 x 110 cm). Fonte: Écomusée-Cresout-Montceau.

[22] Palestra realizada no auditório da Secretaria de Estado da Cultura no dia 06 de dezembro de 2012.

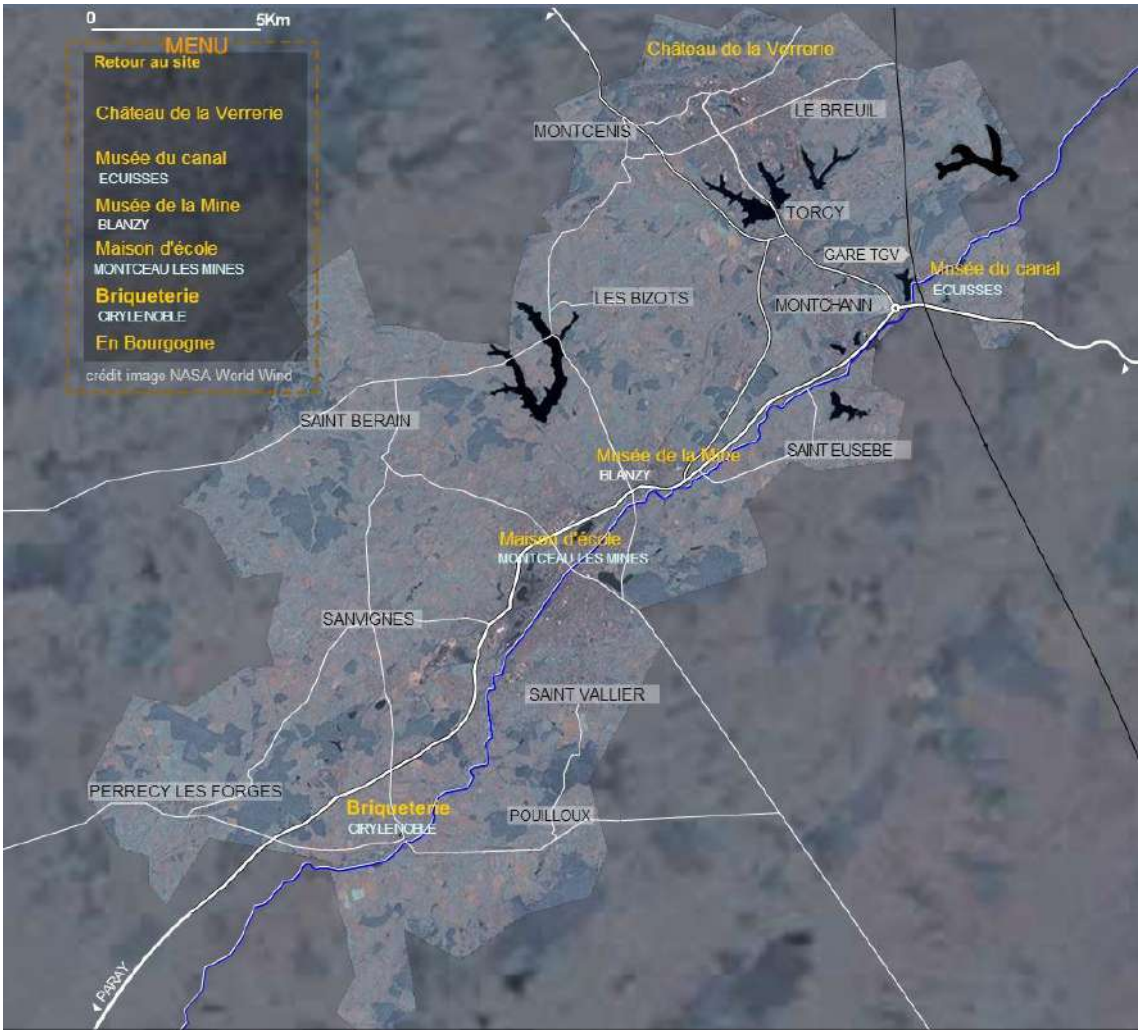
Figura 08 – La Briqueterie e o Centro de Interpretação da Linha de Demarcação. Fonte: Écomusée-Cresout-Montceau

Figura 09 – O museu do Canal e à direita o Museu da Mina. Fonte: Écomusée-Cresout-Montceau

Mesmo com as transformações vivenciadas ao longo de quatro décadas, o ecomuseu continua vocacionado para o desenvolvimento do território e relacionado principalmente às atividades de mineração e metalurgia. Entre as áreas urbanas e industriais, em ambos os lados do canal que liga o Saône para o Loire, uma extensa paisagem arborizada ainda reflete hoje uma importante atividade de agricultura e pecuária. Ao longo de sua existência, o museu tem feito exposições, contribuindo com pesquisas para o desenvolvimento do território. Suas coleções incluem objetos e documentos que refletem o mundo rural, sua evolução, sua mecanização e suas relações com as cidades/fábricas.

Para além das exposições e das ações de conservação e pesquisa direcionadas para atender demandas da população local, dos turistas, da escola e ainda contemplar a formação de público, o museu produz publicações, oferece passeios e atividades para que a herança possa tornar-se um instrumento de conhecimento e compreensão da identidade cultural dos moradores locais.

O ecomuseu continua oferecendo uma trilha de uma centena de quilômetros, em que o visitante pode descobrir vinte um lugares de memória, onde se encontram demarcados edifícios que representam a memória da atividade industrial e também edifícios mais antigos, como a igreja do convento de Perrecy-les-Forges, Igreja de Montcenis e decoração barroca, como o castelo de Breuil. O itinerário patrimonial na comunidade Creusot-Montceau permite a descoberta de 21 lugares de memória.



Mapa 03 – A rota do patrimônio na comunidade Le Creusot-Montceau. Fonte: Écomusée Cresout-Montceau - http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/fla/communauteSituation.html Crédito da imagem: NASA World Wind

Como resultado da evolução decorrente das mudanças ocorridas na relação patrimônio-museu-sociedade, desde 1º de janeiro de 2012 o museu passou a ser um serviço da instituição pública de cooperação intermunicipal *La Communauté Urbaine Le Creusot-Montceau-Les-Mines*, instância de governança responsável por ações de

planejamento e ordenamento urbano, transporte, serviços públicos, ensino superior e políticas de desenvolvimento, além de serviços de cultura, turismo e patrimônio.

A Comunidade Urbana é administrada por um conselho de sessenta e um representantes eleitos que se reúnem trimestralmente. O Conselho Comunitário delega funções executivas a um corpo diretivo composto por presidente, cinco vice-presidentes e seis diretores, que por sua vez se orienta pelas questões abordadas por comissões de trabalho, que são então submetidas à deliberação do conselho comunitário. As comissões correspondem às três principais áreas de intervenção da comunidade:

- O Comitê de "Qualidade na cidade", estradas, limpeza, recolha e tratamento de lixo doméstico, água e saneamento, sinalização, estacionamento;

- A comissão de "Renovar a cidade": planejamento urbano, habitação e alojamento, os transportes, a solidariedade;

- A Comissão "Desenvolver o território": economia, turismo, cultura, educação superior, as novas tecnologias, o emprego, a integração.

Como atribuição de sua competência, o Conselho da Comunidade aprovou por unanimidade, na sessão de 23 de janeiro de 2014, a programação cultural para o ano corrente, dentre outras questões relativas ao ecomuseu.

1.3.1 – Panorama contemporâneo dos ecomuseus

Ecomuseus em diferentes contextos e distintas conformações se multiplicaram a partir dos anos 1970 numa profusão de experimentações que, entre altos e baixos, continua efervecente até os dias atuais. Na prática, com efeito, a criação e implantação de ecomuseus sempre estiveram sujeitas a particularidades. Se a *Maison de l'Homme et de l'Industrie* criado em Creusot (1971), pode ser considerado o protótipo de ecomuseu, ele não foi o único nem tampouco o primeiro a surgir a partir das propostas da Nova Museologia. Neste mesmo período, uma evolução dos museus tradicionais nos Estados Unidos se desenvolve nos guetos negros de Nova Iorque e Washington, os '*neighborhood museums'* – 'museus de vizinhança' – que se dedicam para as questões de identidade, valores e necessidades das pessoas da vizinhança: "É com esta proposta que se cria em 1967 nos Estados Unidos, o *Anacostia Neighborhood Museum,* em

Washington, pertencente à *Smithsonian Institution*, numa comunidade afro-americana de aproximadamente 71 mil habitantes" (SOARES; SCHEINER, T., 2009).

Sem a pretensão de mapear ou mesmo de historiar o surgimento de ecomuseus ao redor do mundo no último quartel do século XX, mas com o mero intuito de assinalar a crescente busca por processos museológicos distintos do museu tradicional, pode-se destacar a criação de um sem-número de museus de território ou simplesmente museus a céu aberto em todos os continentes.

Pertencendo já a uma segunda geração de processos museológicos de iniciativa e gestão comunitária, em Portugal, à criação do primeiro ecomuseu em solo português - o Ecomuseu Municipal do Seixal, inaugurado em 1982, seguiram-se dentre outros o Museu de Mértola, o Ecomuseu do Barroso, o Museu Municipal de Alcochete, o Museu Rural do Vinho do Concelho do Cartaxo, o Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho, e o Museu de Monte Redondo. No México, seguiram-se outros a partir de um projeto experimental lançado por iniciativa do Museu Nacional de Antropologia, que ganhou o nome de *Casa del Museo*, focando-se em áreas populares a Zona do Observatório, El Pedregal de Santo Domingo e Nezahualcoytl.

Em diferentes conformações, a ecomuseologia estendeu-se para o Canadá, Espanha, Itália, Suécia, Alemanha, Austrália, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e China. No Brasil, pode ser considerado o primeiro do gênero o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, criado no Rio de Janeiro, em 1983, por um movimento comunitário dos habitantes do bairro, em conjunto com o NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica). A ele se seguiram, conforme registra a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC), o Ecomuseu de Itaipu (PR), Museu Didático-Comunitário de Itapoan (BA), Museu Comunitário Mãe Mirinha e Portão (BA), Museu Comunitário dos Ticuna (AM), Projeto Quarta Colônia / CONDESUS (RS), Ecomuseu da Picada (RS), Ecomuseu do Ribeirão da Ilha (SC), Museu Vivo do Folclore (SP), Ecomuseu do Cerrado (GO), Eco Museu da Ilha da Pólvora (RS), Museu Treze de Maio (RS), Museu Comunitário dos Trabalhadores da Limpeza Urbana de Porto Alegre (RS), Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG), Museu da Maré (RJ), Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão (DF), Ecomuseu da Amazônia (PA), Ecomuseu de Maranguape (CE), Ecomuseu de Manguinhos (RJ), Ecomuseu da Ilha Grande (RJ), Ecomuseu de Itabirito (MG) e, mais recentemente, dentre outros, o Museu da Favela de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (RJ).

Adotando distintos perfis institucionais de acordo com os diferentes laços que mantêm com o poder público, formas de organização e graus de conformidade aos princípios metodológicos da museologia, alguns desses museus que por vezes nem sequer recebem a denominação de museu, apresentam-se primordialmente como vilas, bairros ou conjuntos de construções preservadas transformadas em área museológica, outros como parques ou museus-aldeia formados artificialmente com casas transferidas de outros locais para salvaguardá-las, ainda que em contexto ambiental estranho, outros são simplesmente antigas moradias, grandes ou pequenas, ou mesmo antigas instalações industriais com terrenos em derredor transformados em espaços museais.

Alguns procuram salientar as relações entre o patrimônio construído e o natural segundo uma visão ampla de paisagismo, outros transformam o próprio meio ambiente em espaço museal. Museu de cidade, museu de bairro ou comunitário, museu de rua ou museu de percurso. Às vezes torna-se difícil definir se áreas ao ar livre com construções e objetos são extensões de um museu e se encenações de áreas externas no próprio espaço interno de um museu podem ou não ser considerados como museus ao ar livre. No Brasil, em especial, têm surgido experiências criativas como os “pontos de memória”, centros de memória e de interpretação e centros de referência, com características e finalidades que ampliam o conceito de museu.

Uma terceira geração de ecomuseus apresenta a tendência de estenderem-se por um território, menos em sentido espacial do que em um sentido mais antropológico, ou seja, aquele de um território construído por uma dada população e a ela pertencente, com ela identificado (DAVALLON, 1986, *apud* BARBUY, 1995). É comum constituírem-se em torno de uma sede-síntese que se interliga a diversos outros núcleos museológicos que tratam de temas específicos, formando um sistema polinuclear. Sua característica principal é permitirem o alargamento dos horizontes epistemológicos da museologia na medida em que são criados com o protagonismo da comunidade, propiciam a atuação interdisciplinar, valorizam a diversidade cultural e priorizam processos que se utilizam do patrimônio material e imaterial para o empoderamento dos atores do desenvolvimento local.

Considerando-se que ao final do último quartel do século XX só a Europa contava com mais de 450 ecomuseus, é fácil concluir que não se pode admitir um único modelo de ecomuseu, museu de território ou museu a céu aberto. Graças à prolixidade de

propostas e conformações que alargaram a concepção do ecomuseu nas quatro últimas décadas, muitos autores mostram-se até mesmo inclinados a abandonar o termo “ecomuseu” e, consequentemente, muitos questionamentos são levantados em torno da proposta dos ecomuseus.

Atento a esta polêmica, na tentativa de criar um direcionamento para estas muitas propostas de ecomuseus que eclodiram pelo mundo, Rivière admitiu, já em 1983, a necessidade de se ater a uma definição evolutiva que intitulava o ecomuseu como um “instrumento que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram juntos. O poder, com os especialistas, as facilidades e os recursos que fornece. A população, segundo suas aspirações, seus saberes, sua capacidade de análise” (RIVIÈRE, *apud* BARBUY, 1996, p. 223). Na sua previsão, todavia, essa definição teria um caráter provisório, uma vez que ao longo do tempo deveria sofrer atualizações ditadas pela evolução das próprias experimentações ecomuseológicas.

Com efeito, na mesma medida em que se proliferaram as experimentações museológicas também se avivaram as discussões teóricas a respeito da museologia como campo de conhecimento, de seus métodos e das funções do museu no mundo contemporâneo em inúmeras conferências, colóquios, seminários e outros debates realizados, sobretudo pelo ICOM em seus diversos comitês, e pelo MINOM, além de um sem número de estudos acadêmicos empreendidos por pesquisadores de diferentes nacionalidades e tendências.

Vale assinalar que, na esteira do turbilhão provocado pela Nova Museologia e do efervescente questionamento alimentado pela Sociomuseologia, o modelo de museu-templo, lugar dos produtos da ação, é substituído pelo museu-fórum, lugar de ação, onde os diferentes atores-sujeitos da sociedade – incluindo aqui os profissionais do museu e o público – dialogam e se confrontam, buscando a explicitação de contradições e, ao mesmo tempo, a construção de pontes de mão dupla, seja entre o museu e seu público, seja entre o patrimônio e a sociedade, seja entre a sociedade e suas utopias. De outro ângulo, antes visto apenas como depósito de coisas velhas, preservadas para contemplação e deleite, o museu passa a ser engendrado como um processo e um fenômeno cultural, que possui forte articulação e alinhamento com seu contexto social, territorial e histórico.

É notório que, por sua vez, os museus clássicos – assim considerados os museus de arte, de história e de ciências – ao largo de suas estratégias e programas,

contemporaneamente também adotam perspectivas de mediação, visando adaptar seus métodos de pesquisa, de comunicação e de educação a diferentes públicos, também com objetivos sociais: integração cultural de populações imigrantes, mobilização cívica, informação sobre políticas públicas, acolhimentos de pessoas portadoras de deficiências etc. E o fazem com o engajamento entusiasmado de seus profissionais no desenvolvimento dos métodos e atividades inclusivas.

"A historicidade do pensamento museológico pode ser compreendida como a trajetória entre o enquadramento dos indicadores da memória e os processos de socialização dos bens patrimoniais, permeada de rotas entrecruzadas por procedimentos vinculados ao colecionismo e à ausência de coleções", explica Cristina Bruno (2000). Com efeito, neste diapasão, ao deslocar o foco do olhar museológico, que migra do objeto para o fato museal, a Museologia atribui aos museus um novo papel a desempenhar diante do mundo. Como resultado, sem negligenciar seu caráter preservacionista, os museus passam a desenvolverem-se como sistemas complexos de comunicação e instrumento de mediação e, neste percurso, possibilitam a transformação do patrimônio em herança cultural a céu aberto. Preservam e reinventam a memória como contribuição para a invenção do futuro, na medida em que o tema do patrimônio cultural configura uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente e desdobra-se necessariamente em uma perspectiva de transmissão ao futuro, garantida pela ideia de preservação.

1.3.2 – O patrimônio museológico como recurso do desenvolvimento

Para entender como o museu de território assume o patrimônio como recurso de desenvolvimento, é preciso estabelecer o que se entende por recurso e por desenvolvimento. Para Raffestin, "um recurso não é uma coisa", a matéria em si, ele "é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades". (RAFFESTIN *apud* HAESBARTH, 2004, p. 3.) Já o entendimento do que é desenvolvimento passa pela própria conceituação das premissas que dão sustentação ao ecomuseu.

Com efeito, para Hugues de Varine, duas "definições provisórias" identificam as premissas para o ecomuseu:

> • A de que o desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado em um patrimônio vivenciado, nutrindo-se deste e gerando patrimônio.

> • A de que o patrimônio (natural e cultural, vivo ou consagrado) é um recurso local que não tem outra razão de ser senão a sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Herdado, transformado, produzido e transmitido de geração a geração, o patrimônio pertence também ao futuro. (VARINE, 2012, p. 14)

A partir desses dois pressupostos, Varine identifica duas conclusões inevitáveis:

> • O desenvolvimento não será sustentável, e, portanto, real, se não for feito em consonância com o patrimônio, e se não contribuir para a vida e para o enriquecimento deste;
>
> • O desenvolvimento não pode acontecer sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio. (VARINE, 2012, p. 14)

Pode-se, assim, concluir que das características comuns a todos os possíveis modelos de ecomuseus/museus comunitários existentes, ressalta-se:

1. A participação ativa, criadora e colaborativa da população envolvida;
2. As ações e processos inspirados nas especificidades locais;
3. A importância da ideia de território (espaço vivido) enquanto museu;
4. A apropriação coletiva de patrimônio/coleção.

Entre as principais linhas de atuação dos ecomuseus e museus de território estão a proteção do patrimônio natural e cultural, assegurada singularmente pela apropriação das populações a quem diz respeito a sua salvaguarda, a gestão racional do espaço territorial e a ação pedagógica de sensibilização através da Educação Ambiental, incluindo neste conceito a Educação Patrimonial.

Não há modelos e sim princípios a serem seguidos. Na prática cotidiana, eles diferem no que diz respeito ao modo como correspondem às necessidades de articulação entre patrimônio-população-território, métodos de gestão, níveis de institucionalização e, por fim, ao grau de mobilização em relação aos processos identitários de apropriação espaço-temporal dos territórios patrimoniais.

Essas características estão implícitas nos pressupostos teóricos do desenvolvimento social sustentável defendidos por Ignacy Sachs, que desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, tem atuado como consultor do Secretariado Geral da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Com efeito, expande-se extraordinariamente o conceito de patrimônio expresso pela Convenção do Patrimônio Mundial, adotada pela

Assembleia Geral da UNESCO. Ratificada três anos depois por 21 países distribuídos pelos cinco continentes, a Convenção contava em 1991 com 112 signatários.

Nesta mesma linha de pensamento, a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio + 20 e as conferências que se seguiram nos planos internacional, nacional[23] e local (no quadro, por exemplo, das Agendas 21 locais) reforçaram esse movimento e lhe deram legitimidade ao integrar o patrimônio[24], inicialmente natural, depois cultural, nos planos de desenvolvimento dito "sustentável".

A sustentabilidade, compreendida como a combinação balanceada de meio ambiente e desenvolvimento, ocorre por confluência de dimensões que podem ser elencadas como social, econômica, ecológica, espacial e cultural (MALHEIROS *apud* ALMEIDA, 2011). Dentro dessa visão sistêmica, o ordenamento territorial se constituirá em uma das ferramentas básicas para a gestão ambiental, que deve ser entendida como "um instrumento administrativo para o exercício da sustentabilidade. Como já foi dito em outras palavras,

> [...] o caráter sustentável, ou durável, de uma estratégia, de um programa, de uma ação, repousa em princípio na capacidade das populações envolvidas de se identificarem com o projeto inicial, de se mobilizarem por ele, de nele participarem voluntariamente e coletivamente; portanto, de nele investirem. (VARINE, 2012, p. 38)

[23] No Brasil, o decreto 8.124/2013 identifica os bens culturais no Art. 2º:

I - bens culturais - todos os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território;

II - bens culturais musealizados - os descritos no inciso I do *caput* que, ao serem protegidos por museus, se constituem como patrimônio museológico;

III - bens culturais passíveis de musealização - bens móveis e imóveis, de interesse público, de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; (...)

[24] A etimologia latina da palavra patrimônio [*patrimonium,i*] associa seu significado original à herança familiar, definindo-o como o conjunto de bens materiais que se herda dos pais [*pater* = pai, *monium* = recebido]. Por este prisma, tende-se a entender como patrimônio de um território o conjunto de recursos naturais herdados pelas atuais gerações. Uma visão que há muito se encontra superada, na medida em que aceitamos que também herdamos de nossos pais, para além das riquezas e posses materiais, um cabedal de outros bens como a educação, a cultura, hábitos e costumes, traços da personalidade e a própria carga genética em si. Nesse sentido, Choay (2006) alerta que, embora a ideia de patrimônio esteja ligada na origem "às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço, atualmente ela se encontra expandida e requalificada por diversos adjetivos: genético, natural, histórico, ambiental etc". A polissemia do termo, ainda que resulte de um esforço de especialização de seu significado, assinala Choay, acaba por acarretar-lhe certa opacidade.

Canclini adverte, entretanto, que são complexas as relações que definem o uso destes capitais. Ao considerar que a apropriação do capital econômico – aqui identificado como recursos naturais (terras, frutos, minerais etc.) – é o objetivo primordial da ocupação de um território, o que implica apropriar-se também de sua gente ou ao menos do produto de sua força de trabalho, Canclini ensaia a concepção de uma teoria social do patrimônio:

> Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre a reprodução cultural e desigualdade social, vemos que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem *realmente* a todos, mesmo que *formalmente* pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem. (CANCLINI, 2011, p. 194)

Consequentemente a formação e a permanente reformulação do capital cultural resultam de um processo social que "como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira desigual por diversos setores". Nesse sentido, diz o pensador argentino:

> O patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e à distribuição de bens. (CANCLINI, 2011, p. 195)

Com efeito, nas sociedades modernas, as classes hegemônicas consagram-se como superiores apropriando-se privilegiadamente do patrimônio comum. Valem-se de saberes acumulados historicamente, contam com recursos materiais, econômicos e intelectuais e, dessa forma, aprimoram seus produtos culturais e impõem seus valores simbólicos, estéticos e ideológicos, associando-os ao que se identifica como modernidade.

Às classes populares, resta exercitar a criatividade, desenvolver as habilidades manuais, o artesanato, podendo alcançar alto valor estético na literatura, na música e nas artes de um modo geral, mas invariavelmente não conseguirão converter esses produtos tradicionais em patrimônio generalizado e amplamente reconhecido.

Nas sociedades pós-modernas contemporâneas, porém, as vantagens das elites na formação e nos usos do patrimônio têm se relativizado frente às transformações geradas pelas indústrias culturais. A oposição entre o culto e o popular, o tradicional e o moderno, tende a diluir-se ou ao menos dissimular-se pelo fluxo de interações

gerado pelos canais eletrônicos de comunicação. O patrimônio passa a ser um produto de consumo.

Na década de 1960, surge o que Choay ironiza como sendo a “religião ecumênica do patrimônio edificado”, derivada de um conjunto de processos solidários que reforça, na França, a política cultural do Estado, e dali se alastra para todos os continentes. Para a historiadora francesa que se dedica a estudar as teorias e as formas urbanas e arquitetônicas, foi a mundialização dos valores e das referências ocidentais que contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais.

Choay, que mantém uma postura crítica em relação a esse processo, acredita que a expansão cronológica e tipológica do preservacionismo gerou o que ela chama de *complexo de Noé*, uma arca patrimonial que tende a abrigar todo o conjunto de construções, incluindo o patrimônio industrial e toda sorte de vestígios arquitetônicos que de alguma forma testemunham uma época, mesmo recente, ou um episódio que tenha marcado a cidade, o território.

O fator mais significativo para a expansão do conceito daquilo que se convencionou denominar-se patrimônio histórico é o crescimento do público dos monumentos históricos. De início eram alguns poucos iniciados, especialistas, eruditos, hoje em escala mundial se contam aos milhões, graças ao fenômeno contemporâneo que se constituiu a partir de uma conjuminação de fatores: O grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa. A noção de valorização do patrimônio urbano edificado, que passa a atingir indistintamente até mesmo os exemplares da arquitetura menor, supera a visão passadista e coloca a proteção ao patrimônio a serviço do desenvolvimento. E, além disso, pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seu meio. (CHOAY, 2006)

O mesmo raciocínio se aplica ao prestígio crescente do patrimônio edificado também pode ser estendido para todos os demais bens culturais, tangíveis e intangíveis, encarregados de dar suporte às memórias coletivas num esforço de consagração da história, dos hábitos, da tradição cultural e, em outro vetor, de oferecer ao monumental

uma substância nova, no desafiador empreendimento da apreensão da memória como artigo de consumo ditado pela última moda.

Neste contexto pleno de contradições e paradoxos, a partir da convicção de que o patrimônio, em toda a sua complexidade decorrente da confluência de inúmeros fatores naturais, culturais e históricos, é um recurso imprescindível para o desenvolvimento, é que o ICOM, desde 1971, passou a encorajar novas formas de museologia – museus locais, ecomuseus, centros de interpretação, museus escolares – que consideram o patrimônio, para além do valor cultural e histórico, uma herança que pertence ao capital da comunidade em desenvolvimento.

Como preconizou a Mesa de Santiago e depois as Declarações de Quebec e de Caracas, conforme já explicitado no início deste capítulo, no âmbito museológico o patrimônio deixa de ser a meta em si para se tornar instrumento de ação social. A musealização do patrimônio tem as suas especificidades próprias, seja ele composto de objetos, coleções ou mesmo de monumentos e paisagens. Waldisa Rússio alude a algumas delas, indicando relações sinápticas entre patrimônio, informação, conhecimento, registro, memória e ação museal:

> Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade, ora, a informação pressupõe, *conhecimento* (emoção/razão), *registro* (sensação, imagem, ideia) e *memória* (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). E a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o conhecimento suscetível de informar a ação. (GUARNIERI *apud* BRUNO, 2010, v. 1, p. 205 – grifos da autora)

Waldisa vê com clareza que o reconhecimento de que o patrimônio cultural é uma construção coletiva, que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos, permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social. Devemos, assim, compreendê-lo como espaço de litígio e confronto, e enquanto campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses. Em outras palavras, memória, preservação, perdas e esquecimentos se vincularão sempre, inseparavelmente, do exercício do poder.

> Onde estas ações estão presentes ali também está presente o poder. No entanto, não raro em algumas práticas discursivas a preservação e a memória

> são justificadas pela perda e pelo esquecimento (Gonçalves, 1996); como se esquecer e perder constituíssem males absolutos e os seus opostos supremos bens; como se os esquecimentos e as perdas não pudessem abrir portas e janelas para o novo e para o criativo; como se a preservação e a memória não pudessem ser manipuladas. Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições. (CHAGAS, 2013)

A vinculação das ações museológicas ao poder provoca uma interessante reflexão sobre alguns aspectos fundadores do museu-território, dentre eles o papel do museu como instrumento de gestão do patrimônio local e sua responsabilidade no fomento à inclusão social e cultural, considerando-se os conflitos e contradições das questões relativas à administração da memória.

Pode-se dizer, sobretudo, que, qualquer que seja a sua tipologia, o museu é um “lugar de memória”, categoria trabalhada por Pierre Nora, que é fundamental para a compreensão dos museus enquanto espaço de instauração da memória institucionalizada, fragmentada, plural, contemporânea, onde se refletem as tensões e conflitos da sociedade, arena onde ora se entrelaçam e ora se contrapõem sujeitos e objetos, patrimônio e sociedade, memórias e esquecimentos.

Para Meneses (1992) “o suporte fundamental da identidade é a memória”. Mas então o que é memória e como ela atua na construção das identidades? Seu entendimento não pode ser restringido, grosso modo, à função biológica com capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis no cérebro, portanto com a capacidade e a função de presentificar o passado. Sabe-se que a memória é muito mais complexa que apenas um “ato de lembrar o passado”.

A memória sempre ocupou um papel central na história do pensamento. Desde Aristóteles reconhece-se a memória como fonte de conhecimento, e desde Freud, como portadora de sentido. Enquanto outros pensadores seguiam na mesma direção de Freud e Proust, todos a sua maneira voltados para o estudo da memória como forma de conhecimento da realidade amplamente fundada em características subjetivas, Halbwachs defendeu os aspectos sociais da memória, definindo-a em relação ao fato de que somos seres sociais, não indivíduos isolados, portanto negando a existência de somente “uma memória”.

Tem-se aqui vários aspectos a considerar: a memória como base do conhecimento, a memória como fonte de informação da história e a memória como produto social que concorre para a construção da identidade. Para Halbwachs (2003), a memória é um fato social. Segundo ele, a memória individual, onde se localizam as lembranças pessoais, “não é nada mais do que a memória formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo”. As múltiplas memórias juntas formariam a memória coletiva de um grupo ou de uma nação. Na sua concepção, entretanto, memória coletiva e memória histórica se contrapõem:

> Objetivamente, Halbwachs aponta duas características principais que distinguem as memórias coletivas das memórias históricas. A primeira delas se relaciona ao fato de a memória coletiva ser uma corrente de pensamento contínuo, não artificial, que retém o passado que ainda está vivo (ou que é capaz de viver na consciência do grupo) e se confina aos limites desse grupo. A História, pelo contrário, é construída a partir de muitas divisões e cortes temporais artificiais e se coloca acima dos grupos. A outra característica remete à existência de muitas memórias coletivas, na medida em que cada grupo tem uma história, enquanto a História se pretende como universal. (CASADEI, 2010, p.156)

Como Halbwachs, Michael Pollak sustenta que a memória existe, sobretudo, como fenômeno coletivo e social. Além de reforçar a coesão social de um grupo ao ser construída coletivamente, ele salienta, entretanto que a memória é submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. Seu interesse é pelo processo e atores que intervêm na constituição e consolidação das memórias. Assim Pollak aponta a existência de dois tipos de memórias: subterrânea e oficial. Uma oposta à outra. A memória oficial se sobrepondo às memórias subterrâneas que somente foram valorizadas pela história oral:

> Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”. (POLLAK, 1989)

Para Myrian Sepúlveda dos Santos, acontece uma “construção social da memória”. Ela acredita que a memória não possui apenas duas dimensões [a pessoal e a coletiva], e sim múltiplas dimensões. Por ser portadora de sentidos e significados, a memória reflete a heterogeneidade dos diferentes níveis da sociedade onde é ativada.

Portanto, “a memória não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada” (SEPÚLVEDA *apud* GODOI, 1999, p. 147).

O museu é um lugar de memória, concorda o filósofo italiano Remo Bodei,

> [...] não só no sentido literal – posto que todo museu é um lugar de conhecimento do passado e da história humanas de conservação de nosso patrimônio imediato – senão, sobretudo, em sua dimensão simbólica, pois veio se impor a necessidade de fazer do museu o depósito de um discurso moral sobre a memória coletiva, entendida, não como uma relíquia imóvel ou uma terra de nada, senão como o eixo de debate sobre a identidade e a alteridade. (BODEI *apud* BOLAÑOS, 2002, p. 299, tradução livre)

A relação entre memória e história, entretanto, não é simples. Nesta seara, segundo Nora, a memória, que tradicionalmente conferia às sociedades suas identidades sociais, teria sido “sequestrada pela história”, sendo que a primeira seria “a vida”, e a segunda sempre uma “construção problemática e incompleta do que já não existe”, portanto abstrata. O historiador tenderia ao universal, enquanto o cuidado com a memória remeteria ao concreto, ao que se vincula espacialmente à determinada realidade. A História, segundo o autor, vai transformar a memória em objeto de uma “história possível”. Ele chama a atenção para uma característica marcante das sociedades que experimentam padrões de mudanças rápidas:

> [...] o medo de que tudo está na iminência de desaparecer acompanhado com a ansiedade sobre o significado preciso do presente e a incerteza sobre o futuro, investe até a mais humilde testemunha, o mais modesto vestígio, com a dignidade de ser potencialmente memorável. (NORA, 1996, *apud* CASADEI, 2010, p. 153)

A história se contrapõe à memória e representa o seu fim. Por isso, segundo Nora, será preciso criar *lugares de memória* para que a memória exista em algum lugar. Ou seja, no momento em que uma tradição da memória enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente começa a se esvair no tempo, é preciso criar marcos para ancorar essa nova memória. (NORA, 1984)

A partir desta concepção, os lugares de memória podem ser pensados nos três sentidos da palavra, ou seja, tanto material, quanto simbólico e funcional. Assim, a institucionalização dos lugares de memória deve ser pensada como um entrecruzar de dois movimentos: de um lado, uma transformação em termos de reflexão por parte da História; de outro, o fim de uma tradição de memória. O lugar de memória é, portanto,

um marco de transição. Em suas dimensões concretas, tais lugares vão remeter a museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, entre outros signos de rememoração.

> O consumo da memória social a partir da experiência museal produziu, nos últimos, anos, uma disposição da instituição museu como instrumento de novo quadriculamento (Foucault, 1975) da vida e consumo coletivos, e sua adaptação à sociedade de consumo: os museus estão na moda e cumprem a importante agenda de nova alocação não somente da cultura das elites, como também das ditas culturas de fronteira, culturas de bordas ou periféricas – como, por exemplo, nos casos dos museus comunitários, ecomuseus, ou museus etnográficos. (JESUS; BARRETOS; MÜLLER, 2011)

Se, com efeito, a memória é a matéria-prima a partir da qual a museologia estabelece a sua cadeia operatória de procedimentos técnicos (museografia) e a sua função científica[25], no *museu de resistência*, qualquer que seja sua subtipologia, a apropriação do patrimônio cultural se estende para todo o território[26] e suas territorialidades[27], seja porque esse território está ameaçado seja porque está ameaçada a sua memória.

No mundo contemporâneo, de alguma forma todos estamos sujeitos ao processo de desterritorialização. Nesse sentido, buscamos a reterritorialização, ou seja, a "recuperação e ressignificação do território como espaço vital desde o ponto de vista político e cultural" (MARTÍN-BARBERO, 2002 *apud* CURY, 2009).

O fenômeno da reterritorialização, por esta lógica necessariamente imbricado ao processo de musealização territorial, passa pela questão do litígio da memória. Segundo Cristina Bruno, desde os primeiros vestígios da trajetória da construção da Museologia como ciência ficam evidentes as questões inerentes ao enquadramento, à organização e à classificação dos indicadores da memória. Sem dúvida, a base da problematização dos fenômenos museais está apoiada nas razões da seleção, coleta

[25] Museologia e Memória, XIX Conferência do Comitê para Museologia - ICOFOM, França, 1997.

[26] Território e significado cultural estão vinculados, isto porque território é considerado [...] como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política (SANTOS, 2002, p. 87).

[27] [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo, também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2004).

e ordenação dos bens patrimoniais, ou seja, na percepção em relação à realidade e nos princípios da educação da memória.

> O âmbito da memória nunca constitui um território neutro, senão que é um autêntico campo de batalha, no que se dirime, se assenta e se legitima a identidade de um povo ou de uma cultura. Ao largo de uma série de lutas, os contendores se apropriam da herança simbólica do passado, a submetem ao ostracismo ou exaltam alguns de seus aspectos, em detrimento de outros, compondo o contraste que se considera mais adequado às exigências difusas do momento (BODEI *apud* BOLAÑOS, 2002, p. 299).

Não é por menos que muitas vezes os museus de resistência adotam como conceito gerador as memórias exiladas (negligenciadas), as memórias abandonadas (não identificadas) e as memórias traumáticas (impasses), aponta Cristina Bruno em sua tese de livre-docência, cujo pensamento peregrina por searas pouco debatidas até então, como é o caso do abandono das referências patrimoniais[28] heterodoxas, não contempladas pela museologia tradicional. São caminhos inovadores:

> O confronto com o 'outro', o desconhecimento de como atuar como 'canal de comunicação', o desafio de ter uma função econômica e política na contemporaneidade, a insegurança sobre como preservar o patrimônio para além das coleções e dos edifícios construídos, têm sido alguns dos desafios que permeiam os debates sobre museus e Museologia nos dias de hoje. (BRUNO, 2000)

Bruno compreende que a Museologia tem hoje um espaço próprio de experimentação, análise e sistematização de seu objeto de estudo, articulando-se em função dos processos de musealização de seus indicadores de memória que têm sido preservadas, com potencialidade de transformá-las em heranças culturais. Nessa perspectiva dialógica, a Museologia está centrada em dois grandes fenômenos, já aqui nomeados: de um lado, "a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do Homem frente ao seu patrimônio", e de outro "a potencialidade de desenvolver mecanismos que possibilitem que, a partir desta relação, o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção das identidades (individual e/ou coletiva)" (BRUNO, 1996, p. 16).

[28] Referência Patrimonial: elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido. (BRUNO, 1996)

Capitulo II - Fundamentos para a musealização territorial de Itapeva (SP)

A presente pesquisa opta por assumir como objeto de estudo a musealização territorial do município de Itapeva (SP) e se propõe a identificar e qualificar diretrizes do processo de musealização do território. Nesse sentido, impõe-se estabelecer os fundamentos para a musealização, começando pela identificação dos princípios teórico-metodológicos a serem adotados. O balizamento político-institucional e as possibilidades de organização territorial são temas a serem considerados, assim como a compreensão do município como território patrimonial. Este capítulo se fecha com a descrição das características geográficas do município de Itapeva e a apresentação dos aspectos mais relevantes da sua história, nomeando por último as referências patrimoniais identificadas no âmbito das pesquisas do ProjPar.

2.1 – Princípios teórico-metodológicos da musealização territorial

O objetivo do presente estudo é apresentar uma proposta de musealização do território de Itapeva, formulando um modelo de gestão do patrimônio cultural, a partir de uma visão que integra os conceitos de museu, território e desenvolvimento, embasado no viés da interdisciplinaridade e no princípio da interação participativa, que dialoga e se insere em nível macro a um plano de gestão e de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Como já mencionado anteriormente, o Plano Diretor de Pesquisa do ProjPar contempla objetivos estratégicos que se desdobram em subprogramas, compostos por linhas de pesquisa que definem projetos individuais ou em equipe. Esta pesquisa se insere no subprograma ProjPar 32, cuja temática é *Patrimônio e Musealização*. Pretende-se propor, através da musealização territorial, uma estratégia de aproximação com a população, representantes dos poderes públicos e de instituições civis de modo a identificar e preservar as referências patrimoniais do município, reconhecendo as suas tradições e rupturas culturais. Tal como nos museus de cidade propostos pelo ProjPar, a musealização territorial de Itapeva objetiva proporcionar à população a oportunidade da apropriação de seu patrimônio cultural de modo que ela possa se ver, se reconhecer e desenvolver seu pertencimento, como também ser vista por pessoas de outros lugares. A musealização do território patrimonial implica salvaguardar e comunicar, entre outras referências, os monumentos geológicos que

demarcam o seu solo, os sítios arqueológicos que testemunham a ocupação humana, as paisagens culturais, os vestígios do processo de urbanização, dos ciclos econômicos que sustentaram e sustentam o município e a presença dos grupos sociais que constituíram a sua população.

Assim como proposto por Cristina Bruno para os museus de cidade, a musealização territorial comunga os mesmos objetivos no sentido de instituir um programa de educação patrimonial, renunciando às implicações doutrinárias, de modo que proporcionem situações de aprendizagem que levem à reflexão e ao desenvolvimento de faculdades específicas, contribuindo para a educação libertadora.

Para além de preservar e garantir acesso e visibilidade a marcos referenciais da memória e da identidade cultural itapevense, é também objetivo precípuo do projeto de musealização territorial promover a divulgação de informações científicas por meio de exposições, publicações, palestras, cursos, debates e outros eventos culturais que representem o desfecho de pesquisas e investigações, bem como coleta, catalogação e análise de dados atinentes ao patrimônio cultural.

Na mesma perspectiva dos museus de cidade, o museu de território aqui proposto tem como objetivo contribuir com as instituições públicas e privadas já implantadas nos municípios da região sudoeste paulista, bem como em outras regiões, compartilhando informações e experiências com instituições correlatas, e, sobretudo, coletando dados para a implantação de banco de dados no âmbito do subprograma ProjPar 32.

Além da *função educativa* – entendida como atividade museológica voltada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade intelectual, cultural, artística, ideológica e perceptiva de seu público – e da *função científica*, como atividade propulsora na construção do conhecimento, Cristina Bruno atribui dentre às funções do museu o protagonismo de sua *função social*, considerada a mais importante na medida em que representa a somatória das duas anteriores. (BRUNO, 1999, p. 177)

Para além das semelhanças e afinidades com o museu de cidade, no que tange à responsabilidade de identificar, analisar e interpretar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio, o museu de território manterá similitude também em relação aos processos museológicos a serem adotados para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

No museu clássico, as coleções e seus objetos recebem práticas curatoriais de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição, educação e ação sócio-cultural). Nesta perspectiva, a coleção é concebida simultaneamente como resultado e fonte de um programa pesquisa e os objetos que a constituem, a partir de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio, são submetidos a um processo que perpassa pela seleção, aquisição, pesquisa e comunicação. Nesse processo museológico, como define Pomian o objeto perde a sua utilidade ou o seu valor de troca para tornar-se um semióforo, ou seja, um portador de significado.

Que atividades desenvolverá, então, o museu de território aqui proposto, se ele parte da ideia de que o patrimônio cultural de um município resulta de uma construção coletiva, ao longo de um tempo permeado por relações sociais cotidianas, ligadas ao trabalho, à família, ao lazer e devoção? Como deverá operar a musealização territorial a partir da concepção de que as suas referências patrimoniais não se limitam a objetos materiais e muito menos se confinam a quatro paredes?

Quando as referências patrimoniais identificadas como indicadores de memória passam a englobar a paisagem, um ritual religioso, um monumento geológico ou um sítio arqueológico, obviamente encontramo-nos diante de um novo desafio. Para viabilizar a salvaguarda e comunicação deste conjunto heterogêneo de bens culturais, a museologia não só terá de lançar mão do seu conhecimento específico como disciplina, mas dependerá, evidentemente, de conhecimentos próprios de outras disciplinas que estudam os indicadores da memória.

A ação interdisciplinar da museologia consiste, para Cristina Bruno, no fato de que esta disciplina não estuda especificamente o homem, o objeto ou o cenário, como já visto, mas uma relação estabelecida entre eles, denominada fato museal. Acresça-se a isto, a tarefa de comunicar o conhecimento produzido em outras áreas do conhecimento.

Com a evolução recente da noção de patrimônio, por exemplo, o museu passou a perscrutar novos caminhos para a musealização de objetos intangíveis, criando novos dispositivos de preservação e comunicação.

> As coleções mais evidentemente imateriais (de conhecimentos locais de rituais e mitos da etnologia, bem como de performances, gestos e instalações efêmeras em arte contemporânea) incitam o desenvolvimento de novos dispositivos de aquisição. Por vezes, a mera composição material dos objetos

> torna-se secundária, e a documentação do processo de coleta – que sempre foi importante na arqueologia e na etnologia – agora se torna a informação de maior importância, a qual acompanhará não apenas a pesquisa, mas também os dispositivos de comunicação com o público. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 34)

Mas afinal o que implica a musealização territorial? As respostas a estas indagações ainda se ancoram nos princípios do ecomuseu na sua concepção inicial formulada por Rivière:

> O ecomuseu (...) sobre um território, exprime as relações entre o homem e a natureza através do tempo e através do espaço desse território; ele se compõe de bens, de interesses científicos e culturais reconhecidos, representativos do patrimônio da comunidade que serve: bens móveis não construídos, espaços naturais selvagens, espaços naturais humanizados; bens imóveis construídos; bens móveis; e bens integrados. Ele compreende um centro de gestão, onde estão localizadas suas estruturas principais: recepção, centros de pesquisa, conservação, exposição, ação cultural, administração, abrangendo ainda os seus laboratórios de campo, outros órgãos de conservação, salas de reunião, um ateliê sociocultural, moradias, etc., percursos e estações para a observação do território que ele compreende, diferentes elementos arquitetônicos, arqueológicos, geológicos, etc., assinalados e explicados (RIVIÈRE, 1978, *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p.66)

A acepção, ainda datada da década de 1970, permanece vigente nos dias atuais, certamente pela sua ampla abrangência. Resta, pois, estabelecer *como* esta instituição museal deverá associar “ao desenvolvimento de uma comunidade a conservação, a apresentação e a explicação de um patrimônio natural e cultural pertencente a esta mesma comunidade, representativo de um modo de vida e de trabalho, sobre um dado território, bem como a pesquisa que lhe é associada”. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p. 66)

Nesse sentido, propõe-se aqui o estabelecimento de uma metodologia de musealização territorial baseada *stricto sensu* nos princípios teóricos da museologia, a partir da constituição de uma cadeia operatória que se inicia com um diagnóstico situacional e se desdobra pelo delineamento do conceito gerador e argumento museológico, levantamento do inventário patrimonial, definição das linhas programáticas e demais processos museográficos, dentre eles em especial as diretrizes a serem aplicadas à preservação e à expografia. Ou seja, a despeito das

diferenciações existentes entre o museu clássico e o museu de território no que diz respeito às distintas naturezas do patrimônio musealizado, em essência o processo de musealização obedecerá rigidamente os mesmos princípios teórico-metodológicos da museologia.

As distinções mais expressivas se darão especificamente no campo das linhas de ações programáticas no que diz respeito ao conjunto de técnicas que serão necessárias para preencher as funções museais, particularmente no que concerne à administração do museu de território, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição, que neste caso acontecerá via de regra a céu aberto, e, sobretudo, naquilo que se pretende instituir como sua finalidade precípua: a de utilizar o patrimônio com instrumento de transformação social.

2.2 – O patrimônio museológico no cenário político institucional

Conforme já exposto anteriormente, a escolha deste recorte espacial – o município – um “ente tradicional” vinculado a uma dimensão geopolítica embasada na concepção do Estado-Nação, cujos referenciais se encontram em processo de esgotamento, se justifica pela necessidade de definir os limites espaciais da pesquisa, facilitar um maior contato com as autoridades responsáveis pela gestão do território e representantes da comunidade, bem como acesso a informações locais. Além disso, *stricto sensu*, como já foi mencionado, este critério de seleção está previsto no Plano Diretor do ProjPar, que estabelece o município como Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial (UGGP).

A lógica deste critério adotado pelo ProjPar faz sentido do ponto de vista da organização jurídico-institucional do Estado brasileiro, cuja carta magna e legislação infraconstitucional têm legitimado o processo de implementação da gestão descentralizada e participativa nas esferas municipal, estadual e federal. A despeito dos setores conservadores da sociedade e da própria resistência inercial da burocracia estatal, o contexto político e social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado, a partir da universalização dos direitos de cidadania, descentralização e gestão democrática das políticas públicas.

No Brasil, entretanto, a desejada articulação harmônica dos entes federados, por meio da representatividade das três esferas de governo, à iniciativa privada e ao terceiro setor, entendida como uma estratégia necessária para implementar a participação social como eixo fundamental na gestão e na formulação de políticas públicas, ainda representa um grande desafio. Todavia, é consenso que sua viabilização deverá ocorrer a partir dos instrumentos de planejamento e gestão construídos nas últimas duas décadas, respeitando-se as atribuições e competências dos órgãos gestores.

Com efeito, a partir da Constituição Federal de 1988 – a "Constituição-cidadã"[29] – generalizou-se o discurso de participação. Os mais diversos atores sociais, tanto no âmbito da sociedade quanto do Estado, reivindicam a participação social, a democracia participativa, o controle social sobre o Estado e a realização de parcerias entre o Estado e a sociedade civil.

> Trata-se de um cenário de mudanças, característico da própria conjuntura política brasileira, que possibilitou requalificar a temática da participação no que diz respeito ao aprofundamento da democracia, à construção de um novo paradigma às ações coletivas, baseado na categoria da cidadania e ao estabelecimento de novos espaços de discussão, formulação e decisão. (ROCHA, 2009)

É evidente que não basta a simples existência desses mecanismos institucionais para que eles exerçam o seu papel de forma efetiva, contribuindo para a consolidação do novo formato da gestão descentralizada e participativa das políticas públicas. É preciso a participação ativa dos cidadãos, em pleno exercício de seus direitos e deveres, por meio de uma cooperação social intensa no que diz respeito à formulação e implementação das políticas públicas. No Brasil, ao longo das duas últimas décadas, no compasso da redemocratização, os movimentos sociais e os setores organizados da sociedade civil têm crescentemente assumido esse papel.

Nos anos de 1990, impulsiona-se o processo de descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas públicas, o que levou à transformação e ao fortalecimento das instituições democráticas no país. O processo de descentralização e participação, porém, não se dá de maneira equitativa em todas as

[29] A proteção ao patrimônio cultural brasileiro, incluindo os sítios arqueológicos e pré-históricos, está sobejamente contemplada na CF nos Artigos 20, 23 e 216. A matéria ambiental é contemplada no art. 225. BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.

áreas da administração. Enquanto o processo de regulamentação da gestão descentralizada das políticas públicas caminha com maior celeridade em diversas áreas sociais (saúde, educação e assistência social), em outras áreas como a cultura o processo se arrasta com maior lentidão, principalmente por falta de equacionamento do financiamento público.

Com a inserção da participação da sociedade civil, via conselhos gestores, na formulação e controle das políticas públicas, onde estes processos avançaram os resultados são significativos:

> Nesse sentido, tais Conselhos passam a ser considerados canais de participação mais expressivos da emergência de um outro regime de ação pública na esfera local, caracterizados pela abertura de novos padrões de interação entre governo e sociedade na gestão de políticas públicas (SANTOS JÚNIOR *apud* ROCHA, 2009).

Na área da cultura e em especial do patrimônio, os avanços foram pontuais. Podem ser destacadas a criação do Sistema Nacional de Cultura, cuja proposta tramita na Câmara Federal desde 2005 (PEC 416/05[30], aprovada em 2012), a criação do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto n° 5.264/04[31]), a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desmembrado do IPHAN com a Lei nº 11.906/09[32], a promulgação da lei que estabelece o Estatuto de Museus [33] e o Decreto Nº 8.124/13 [34] que o regulamenta.

Contudo o setor continua carente de organização e regulamentação, sem resolver a questão do financiamento público, uma vez que as dotações orçamentárias destinadas para a cultura nas três esferas de governo sequer alcançaram, via de regra, o previsto: 2% o orçamento da União para a Cultura, 1,5% para os Estados e 1% para os

[30] Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290677, Acessado em 27/03/2014.

[31] Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=301, acessado em 27/03/2014.

[32] BRASIL. Lei nº 11.906/09, de 20 de janeiro de 2009. Cria o IBRAM. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de janeiro de 2009.

[33] BRASIL. Lei 11.904/09, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, publicado em 15/01/2009.

[34] BRASIL. Decreto 8.124/13, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, publicado em 18/10/2013.

municípios, conforme propõe a PEC 150/2003 [35], cuja tramitação se arrasta por mais de dez anos na Câmara Federal.

Como se vê, a organização institucional do setor da cultura ainda não se completou no País. Se nem todos os Estados possuem conselhos de proteção ao patrimônio histórico atuantes, em nível municipal a situação é ainda mais precária, pois boa parte dos governos municipais sequer constituiu instâncias locais similares. O quadro é ainda mais frágil, no caso dos museus, se for pensada na institucionalização setorial destas instâncias participativas.

O que propomos é que o museu deva assumir a condição de ambiente de intermediação entre os cidadãos que constituem seu público-alvo e o patrimônio cultural que lhes pertence, participando proativamente nos mecanismos e instrumentos de gestão deste patrimônio e, consequentemente, das políticas públicas que afetam o território em que ele se insere.

As ações do ProjPar, inicialmente embasadas nas evidências materiais da cultura, desde meados dos anos 1980 passaram a abranger os cenários socioeconômicos e culturais com delimitações cronológicas que vão da pré-história até a atualidade, englobando subtemas como as estratégias de sobrevivência das populações indígenas remanescentes na região sudoeste paulista e os processos de urbanização. Neste diapasão, o objeto de enfoque do ProjPar passou a englobar o patrimônio arqueológico, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio ambiental e paisagístico.

Dada a amplitude deste contexto, a pesquisa pretende formular subsídios para a elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural de Itapeva, propondo as diretrizes para um processo de musealização territorial, embasado em princípios metodológicos de planejamento museológico, em consonância com as políticas públicas adotadas pelo governo municipal, a partir de seus balizamentos institucionais (Lei Orgânica do Município[36] e Plano Diretor do Município[37]) e de metas

[35] Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=131237, acessado em 27/03/2014

[36] Na LOM de Itapeva, está prevista a proteção ao patrimônio histórico: ***Art. 159*** *- A Lei estimulará, através de mecanismos específicos, os empreendimentos privados que se voltem ao turismo do Município, à pesquisa, produção, divulgação, preservação e restauração do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Municipal, com a colaboração da comunidade, protegerá o Patrimônio Histórico e Cultural por meio de vigilância, tombamento e desapropriação, bem*

estratégicas contidas em instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com relação às normas específicas sobre o patrimônio contidas na lei municipal nº 2753/2008 que criou o COMDEPHAAT - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico de Itapeva, e na lei nº 3273/2011 [38], que alterou alguns dos dispositivos anteriores da legislação, cabe assinalar que o município de Itapeva dispõe de instrumentos jurídicos bastante aprimorados para a tutela de seus bens patrimoniais, materiais e imateriais, incluindo as paisagens culturais e os monumentos geológicos.

"Estamos falando aqui de uma aplicação especial do conceito de 'subsidiaridade': a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores desse patrimônio, de modo a não separá-lo da vida". É o que assevera Varine (2012, p. 19) [39]

---

como incentivará os proprietários de bens culturais tombados que atendam às recomendações de sua preservação. ITAPEVA. LOM (1990). Lei Orgânica do Município de Itapeva, Itapeva, SP: 56ª Ed., 2013.

[37] Plano Diretor do Município de Itapeva: ***ART. 38*** *- São ações estratégicas no campo da Cultura:* ***III*** *- construir, recuperar e revitalizar os equipamentos culturais do Município, priorizando: c) criação do Museu da Imagem e do Som; d) criação do Museu Histórico; e) criação do Museu do Tropeiro; f) criação do Museu de Arqueologia; (...)* ***VIII*** *- criação e desenvolvimento de uma política de gestão do patrimônio arqueológico, ambiental e histórico do Município, contemplando a restauração e a preservação: a) Casa da Cultura Cícero Marques; b) Estação ferroviária Vila Isabel; c) Estação Cultural Prof. Newton de Moura Muzel; d) Fazenda Pilão d'Água; e) Recanto Bento Alves Natel; f) Mata do Carmo; g) Quilombo do Jaó; h) Sítios Arqueológicos.* ITAPEVA. Lei 2499/06, de 18 de novembro de 2006. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento no Município de Itapeva. Itapeva (SP), Câmara Municipal. Disponível em http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/servicos/leis/integra/2499/. Acessado em 25/06/2014.

[38] Disponível em http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/servicos/leis/integra/3273/. Acessado em 25/06/2014

[39] No Brasil, este conceito está contemplado pela Constituição Federal que atribui concorrentemente a todos os entes administrativos o dever de preservação dos bens de valor histórico e cultural, conforme expressam o Art. 23, III: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos." e o Art. 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Além do mais, a autonomia do município na política de gestão de seu território é reforçada pelo Estatuto da Cidade. BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Regulamenta os arts. 182 e 183

A propositura se assenta na convicção de que não existe um único modelo de musealização territorial, embora seja imprescindível que os procedimentos metodológicos e técnicas aplicadas às peculiaridades destas diferentes comunidades estejam vinculados a uma avaliação permanente e sistemática desses processos museais de modo a assegurar de um lado que identifiquem e reconheçam as comunidades a que se destinam, e de outro lado que procurem adequar as estratégias de ação para garantir o protagonismo dos diferentes atores sociais que dele participem.

Com efeito, uma das lições mais caras de Varine é a de que:

> A gestão do patrimônio natural e cultural, em um território e no seio de uma comunidade humana, é sempre um problema particular, que não encontra soluções em nenhum manual. Na Europa, assim como na América, o desenvolvimento das comunidades e dos territórios é e será sempre um assunto de sociedade, que precisa estar ancorado na cultura viva das pessoas e do seu patrimônio e deve, igualmente, permanecer vivo. (VARINE, 2012, p. 7)

Desnecessário salientar, pois, que a elaboração das diretrizes de musealização territorial do município de Itapeva deva estar vinculada ao exercício da disciplina museológica, mas neste caso há que se considerar um componente adicional que se refere à minha vivência pessoal na condição de itapevense nato e de ex-secretário municipal de cultura, atributos que, para o bem ou para o mal, deverão concorrer para o exercício de identificação e análise do comportamento individual e/ou coletivo daquela comunidade frente ao seu patrimônio. Este componente adicional pode contribuir para o desvelamento de caminhos a serem percorridos para que as ações de salvaguarda e comunicação do patrimônio a serem propostas levem efetivamente à constituição de um legado que seja apropriado como recurso para o desenvolvimento sustentável do município.

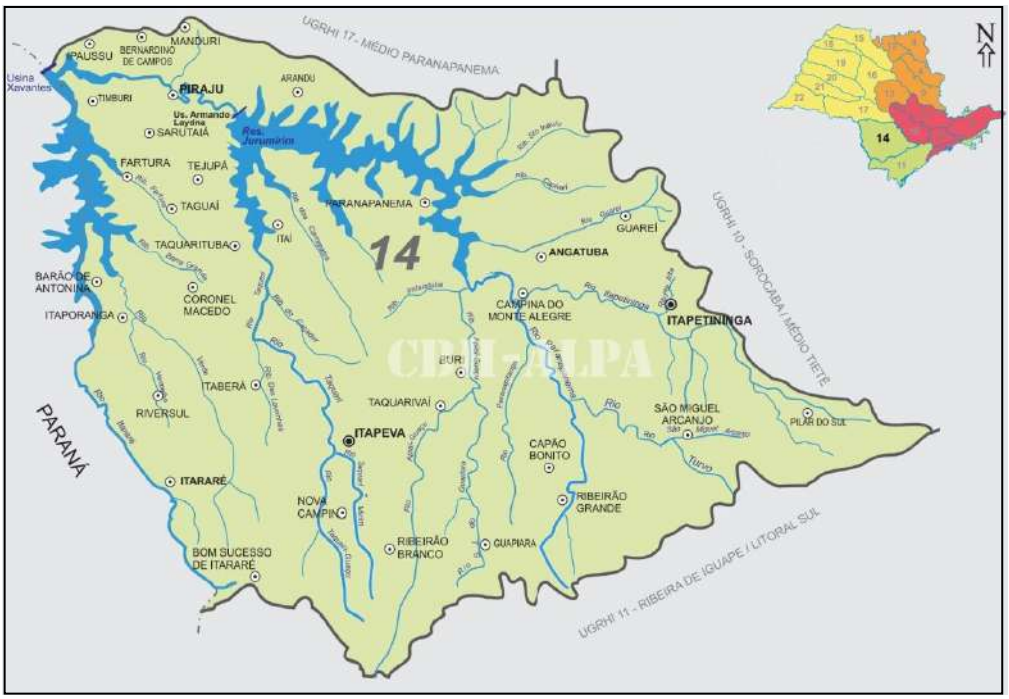
2.3 – Organização territorial e desenvolvimento

Considerar a região para fins de ordenamento do território se justifica pela questão identitária, entretanto apresenta dificuldades adicionais no que diz respeito ao reconhecimento e identificação de seus limites geográficos. Sem nos afastar dos critérios propostos pelo ProjPar, poderíamos considerar como objeto da pesquisa a área

---

da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Publicado em 11.7.2001 e retificado em 17.7.2001.

da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº.14 - UGRHI 14, correspondente à Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH ALPA), que conta com 33 municípios, dos quais dez possuem território em outras UGRHIs.

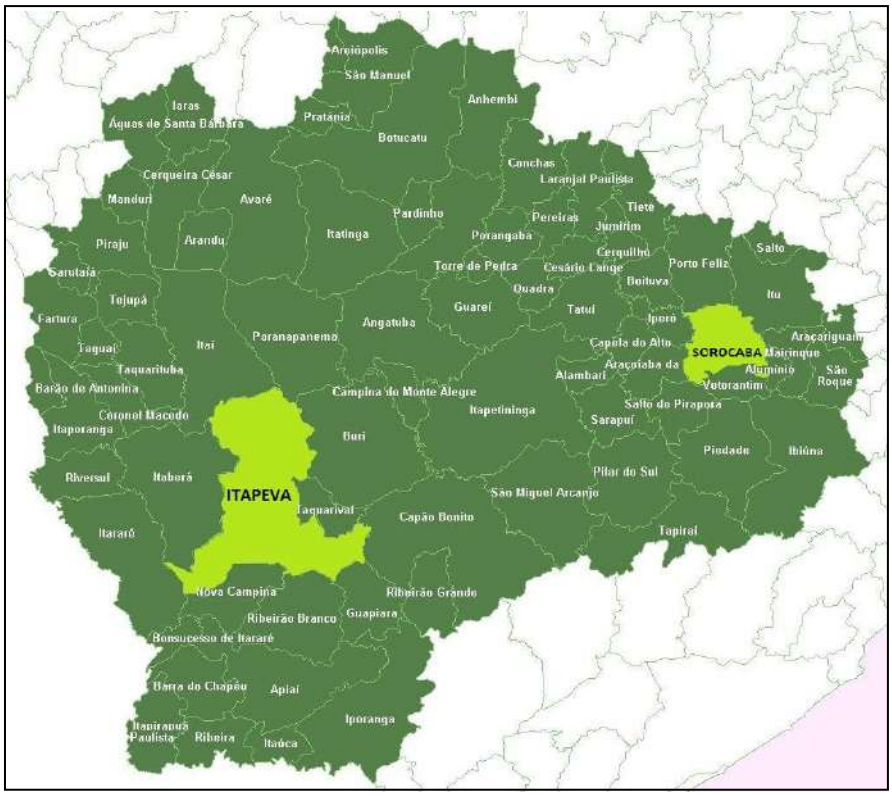


Mapa 04 – Área territorial da URGH Alto do Paranapanema. Fonte: DAEE/SP

Neste âmbito, porém, Itapetininga e Itapeva exercem expressiva liderança em suas respectivas microrregiões, na condição de serem os municípios com maior população. Esta bipolaridade dificulta sobremaneira o ordenamento regional. A despeito de suas afinidades políticas, culturais e de suas raízes históricas entrelaçadas, ambas se distanciaram em suas trajetórias econômicas, provavelmente devido à situação geográfica de Itapetininga, cuja maior proximidade da capital e das principais vias de transporte lhe conferiu vantagem competitiva, criando situações adversas do ponto de vista político.

Por sua vez, o planejamento e as ações do Governo do Estado estavam estruturados até o ano de 2013 em quinze Regiões Administrativas (RAs), sendo que Itapeva pertencia à RA de Sorocaba, composta por 79 municípios com diferentes perfis socioeconômicos. Enquanto os municípios mais próximos de Sorocaba apresentam maior grau de industrialização e melhores IDHs, os municípios situados ao sul e mais distantes da sede administrativa apresentam economias vocacionadas para atividades agrícolas e contam com indicadores sociais mais baixos.

Reconhecendo a necessidade de fortalecer o desenvolvimento da região sudoeste do Estado, além de descentralizar a administração pública estadual, o governo oficializou, em 7 de fevereiro de 2014, a criação da 16ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, formada por 32 municípios do sudoeste paulista. A expectativa é que a nova região administrativa, com sede em Itapeva, irá “aproximar o governo da população e fortalecer o desenvolvimento regional”.

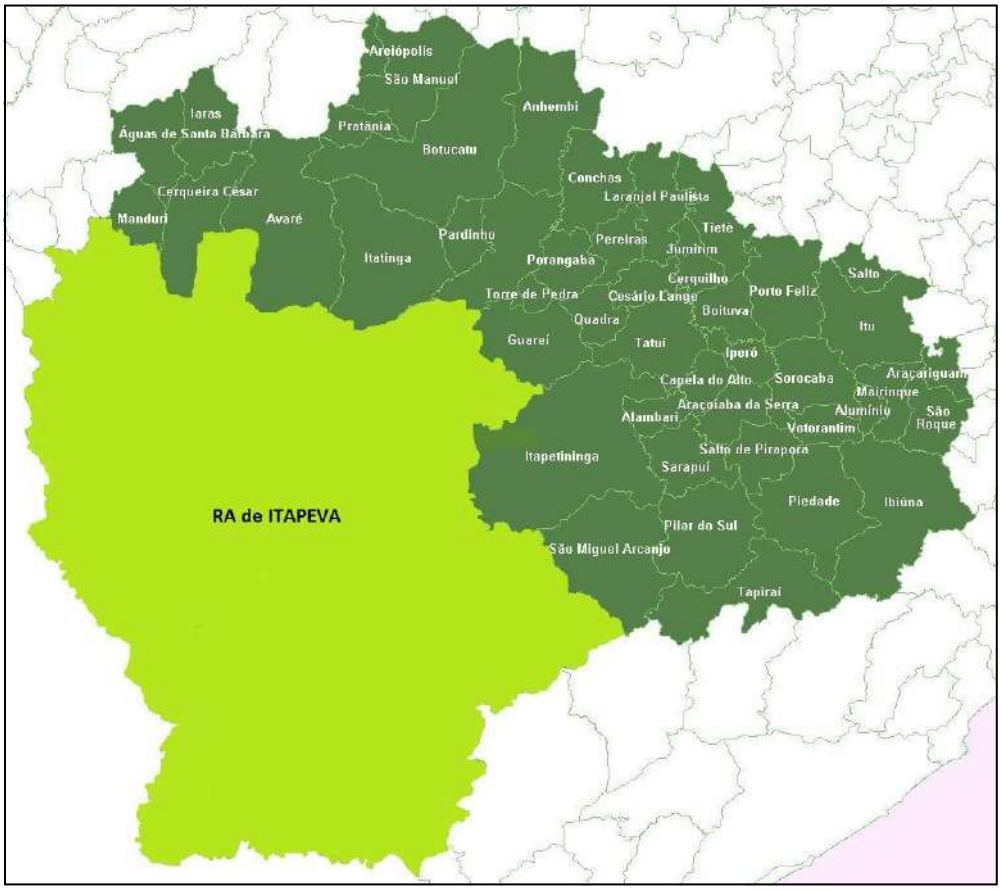


Mapa 05: Composição da Região Administrativa de Sorocaba, com destaque para a localização do município de Itapeva em relação ao município-sede.Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional | Governo do Estado de São Paulo

Este critério de divisão administrativa do Estado, cabe assinalar, é o que vem sendo adotado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC), por meio de sua Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), para organizar, priorizar e distribuir as ações de apoio aos museus cadastrados no Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), que, em levantamento efetuado pelo Grupo

Técnico de Coordenação (GTC SISEM-SP, em 2010 mapeou 415 instituições museológicas distribuídas por 190 municípios paulistas.[40]

Em cada uma das RAs, a cada dois anos são eleitos dois representantes regionais que atuam junto ao GTC SISEM-SP da formulação de diretrizes de ação e na identificação de prioridades. Estes representantes regionais fazem a ponte entre o GTC SISEM-SP e os museus das suas respectivas regiões, otimizando os canais institucionais de comunicação e a troca de experiências entre as instituições.



Mapa 06: Área da R.A. de Itapeva em relação à R.A. de Sorocaba.

Fazem parte da 16ª Região, além de Itapeva, outros trinta e um municípios.[41] Os critérios de definição da nova RA são claramente geopolíticos. Perceba-se que em relação à composição da UGRHI 14 ficaram de fora da 16ª RA oito municípios

[40] SISEM-SP. http://www.sisemsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1004&Itemid=69, acessado em 05/04/2013

[41] SEADE-SP. http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/index.php?page=tabela&action=load&nivel=10, acessado 05/04/2014.

pertencentes à bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, dentre eles o de Itapetininga, sendo acrescentados outros oito de outras bacias vizinhas.

Embora a divisão político-administrativa seja uma prerrogativa estadual, por sua vez a União adotou recorte territorial diferenciado para o programa denominado "Territórios da Cidadania", cujos objetivos visam promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável[42]. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são consideradas fundamentais para a construção dessa estratégia. A assertiva, entretanto, se restringe à retórica. Na prática, as distintas instâncias governamentais adotam políticas dissociadas entre si e metodologias discrepantes de planejamento.

Dentro do programa federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por exemplo, a região denominada "Território Sudoeste Paulista" abrange uma área de 10.063,60 Km² e é composta por quinze municípios das micro-regiões de Itapeva e Capão Bonito, consideradas homogêneas por mapeamento realizado pelo IBGE. [43]

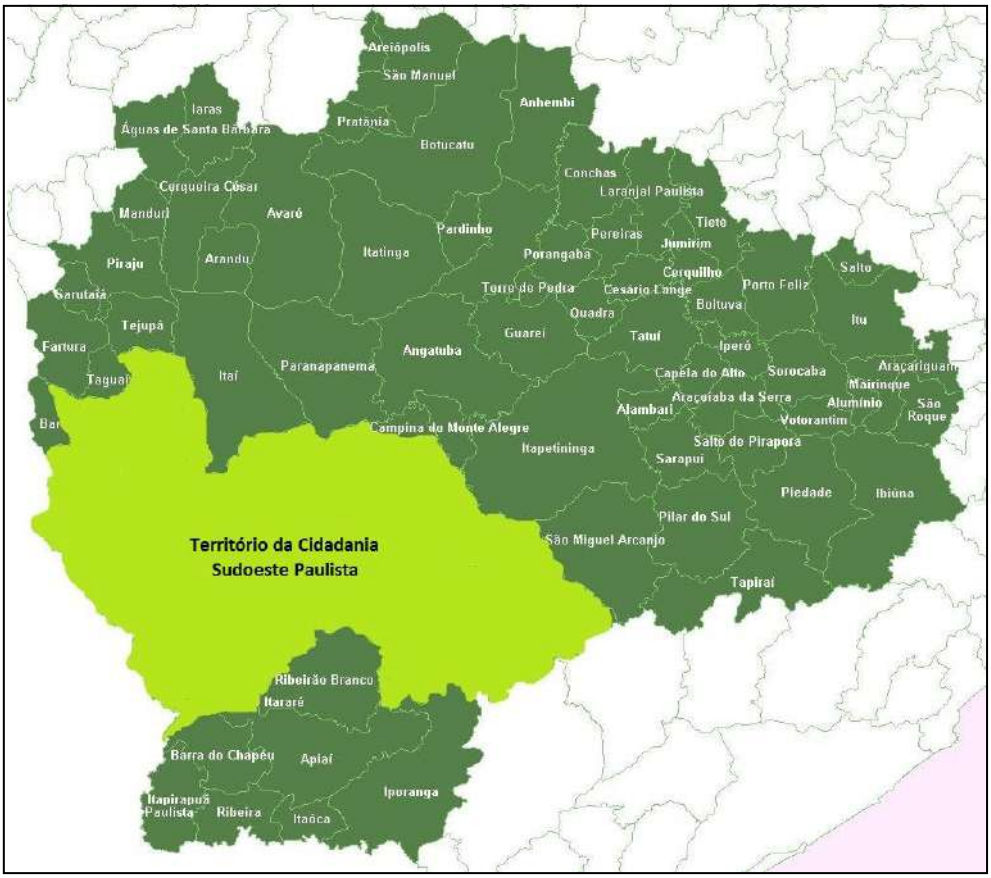
A população total do território é de 312.073 habitantes, dos quais 67.415 vivem na área rural, o que corresponde a 21,60% do total. Possui 6.605 agricultores familiares, 415 famílias assentadas, uma comunidade quilombola e duas terras indígenas. No ano de 2010, período em que o montante de investimentos alcançou o seu auge – num valor total de R$ 107.560.464,27, segundo dados do MDA, foram aplicados recursos na área da saúde, da educação, da capacitação profissional do trabalhador rural e nenhum recurso foi destinado à preservação e comunicação do patrimônio cultural das comunidades envolvidas. A única ação que se aproximava deste campo de intervenção - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas – não teve sua execução implantada.

No ano de 2013, com previsão de investimento de R$ 21.263.246,04, o programa previa na linha de ação de Cidadania e Direitos investimentos na capacitação de 9.600

[42] Entenda-se por desenvolvimento sustentável uma proposta que procura encontrar um modelo de crescimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. O conceito foi formulado, em 1987, pela Comissão Brundtland, ao elaborar o relatório "Nosso futuro comum".

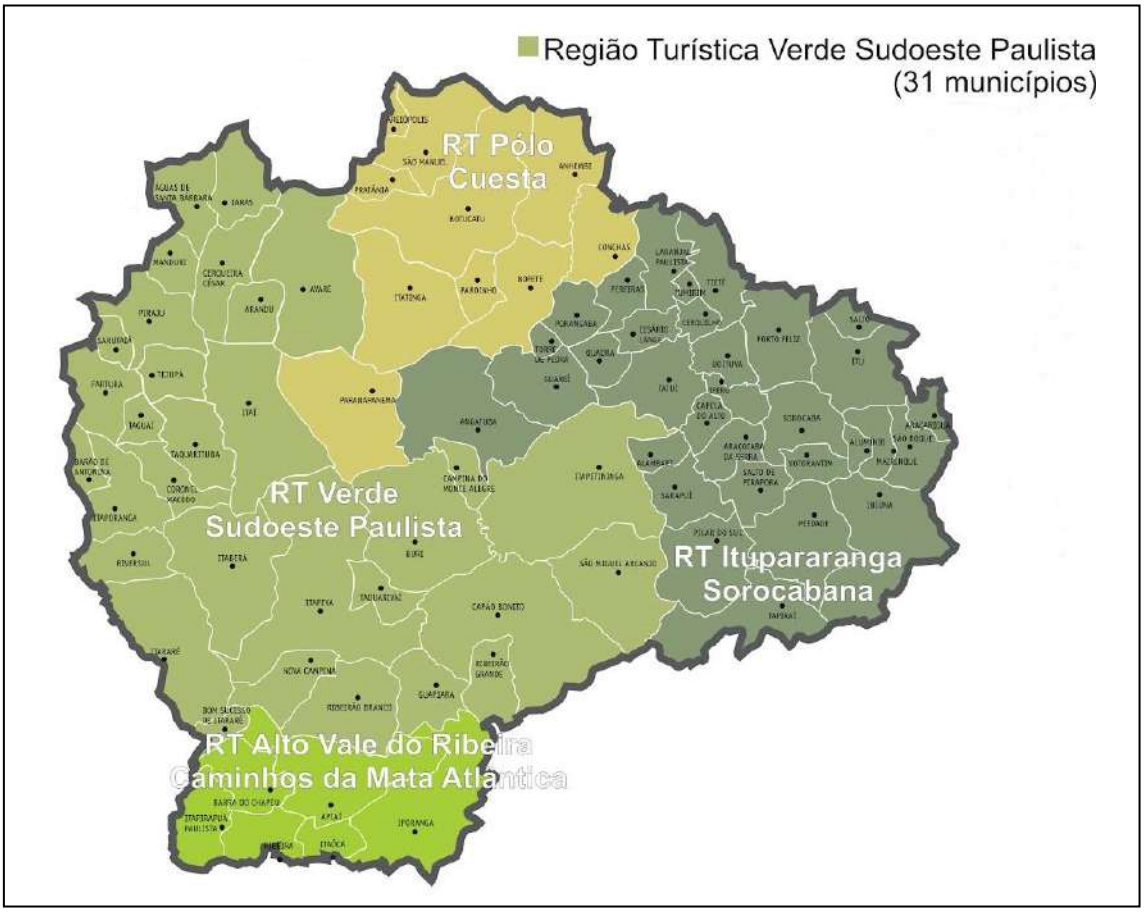
[43] MDS. www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/sudoestepaulistasp, acessado em 08/04/2014

Agentes de Desenvolvimento com a atribuição de executar “ações de apoio ao aprimoramento das capacidades humanas e institucionais das instituições governamentais e da sociedade civil envolvidas com a promoção do desenvolvimento territorial, por meio de oficinas, cursos, seminários, intercâmbios, encontros formativos, reuniões técnicas, formação de formadores (as) e assessorias” (MDS). Todavia, não há na matriz de ações do programa nenhuma indicação de ação voltada para a valorização do patrimônio cultural nem tampouco para a sua musealização.



Mapa 07: No mapa da RA de Sorocaba, o Território da Cidadania Sudoeste Paulista

Em outro campo de planejamento articulado entre o Ministério do Turismo (MTur) e o governo paulista, a área correspondente à RA de Sorocaba engloba quatro regiões turísticas, sendo que Itapeva se insere na Região Turística Verde Sudoeste Paulista, composta por 31municípios.



Mapa 08: Mapa da Região Turística Verde Sudoeste Paulista. Fonte: Coordenadoria de Turismo da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo

O programa de Regionalização do Turismo[44] constitui, segundo o MTur, um macroprograma que define as regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. Integra um conjunto de projetos e ações relacionado ao planejamento das regiões turísticas nas 27 unidades federativas. Contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização até a elaboração e a implementação dos planos estratégicos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação por meio da institucionalização de instâncias de governança regional, na formação de redes, na monitoria e na avaliação do processo de regionalização em âmbitos municipal, estadual e nacional.

Dentre outros enfoques, o programa se baseia no incremento do turismo cultural, compreendendo "as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de

[44] www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf, acessado em 08/04/2014

elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (Marcos Conceituais – MTur). O quadro comparativo com a listagem dos municípios contemplados em cada um dos critérios de planejamento evidencia a discrepância das políticas públicas de gestão administrativa.

Municípios da UGRHI 14 CBH ALPA	Municípios do Território da Cidadania Sudoeste Paulista	Municípios da Região Turística Verde Sudoeste Paulista	Municípios da 16ª Região Administrativa
		Águas de Sta. Bárbara	
			Apiaí
Angatuba			Angatuba
Arandu		Arandu	Arandu
		Avaré	
Barão de Antonina	Barão de Antonina	Barão de Antonina	Barão de Antonina
			Barra do Chapéu
Bernardino de Campos			
Bom Sucesso de Itararé	Bom Sucesso de Itararé	Bom Sucesso de Itararé	Bom Sucesso de Itararé
Buri	Buri	Buri	Buri
Campina do Monte Alegre		Campina do Monte Alegr	Campina do Monte Alegre
Capão Bonito	Capão Bonito	Capão Bonito	Capão Bonito
Cerqueira César		Cerqueira César	
Coronel Macedo	Coronel Macedo	Coronel Macedo	Coronel Macedo
Fartura		Fartura	Fartura
Guapiara	Guapiara	Guapiara	Guapiara
Guareí			
		Iaras	
Ipaussu			
			Iporanga
Itaberá	Itaberá	Itaberá	Itaberá
Itaí		Itaí	Itaí
Itapetininga		Itapetininga	
			Itaoca
Itapeva	Itapeva	Itapeva	Itapeva
			Itapirapuã Paulista
Itaporanga	Itaporanga	Itaporanga	Itaporanga
Itararé	Itararé	Itararé	Itararé
Manduri		Manduri	
Nova Campina	Nova Campina	Nova Campina	Nova Campina
Paranapanema			Paranapanema
Pilar do Sul			
Piraju		Piraju	Piraju
			Ribeira
		Ribeirão Branco	Ribeirão Branco
Ribeirão Grande	Ribeirão Grande	Ribeirão Grande	Ribeirão Grande
Riversul	Riversul	Riversul	Riversul
São Miguel Arcanjo		São Miguel Arcanjo	
Sarutaiá		Sarutaiá	Sarutaiá
		Taguaí	Taguaí
Taquarituba	Taquarituba	Taquarituba	Taquarituba
Taquarivaí	Taquarivaí	Taquarivaí	Taquarivaí
Tejupá		Tejupá	Tejupá
Timburi			

Quadro 03: Quadro comparativo da composição das diversas divisões regionais. (Fontes: CBH Alpa | MTur | MDA | SEADE)

Na prática, porém, o programa federal encontra-se desarticulado desde 2010 em função de sucessivas trocas de gestores do primeiro e segundo escalões do MTur, sem nenhum recurso efetivamente investido na criação de instâncias de governança regional desde aquele ano.

Divergências geopolíticas à parte, como instrumento de planejamento, o programa "Territórios da Cidadania" desenvolveu um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que aponta para uma primeira grande contradição no desenvolvimento territorial: enquanto os municípios do sudoeste paulista apresentam índices elevados de PIB *per capita*, maiores do que a média nacional, ou seja, municípios com elevada produção de riquezas, eles não conseguem transformar essa riqueza em bons indicadores de desenvolvimento humano. Por outro lado, a análise de indicadores que melhor expressam o grau de desigualdade social dos municípios - desigualdade de renda, saúde e educação e ocupação - revela parte das possíveis explicações para a contradição existente entre crescimento econômico e desenvolvimento no território.

A análise dos indicadores sociais dos municípios deste recorte territorial revela que a esperança de vida ao nascer, a taxa de mortalidade infantil, o número de anos de estudo na população adulta e a taxa de analfabetismo estão em níveis equivalentes à média nacional. Ao passo que a desigualdade de renda é o lado mais perverso do desenvolvimento do território, indicando uma grande concentração de renda. A leitura dos dados analíticos do PTDRS conclui, portanto, que se os indicadores sociais vêm sofrendo melhoras ao longo do tempo é devido aos repasses institucionais da União e do Estado nas áreas da saúde e educação, enquanto que a desigualdade de renda persiste devido à estrutura produtiva da região.

Considerando o recente nível de desenvolvimento de Itapeva e, ainda, a influência que a cidade exerce sobre os municípios que se situam no seu entorno, qualquer que seja o recorte territorial a ser adotado, fica claro que se faz necessária uma ação política de desenvolvimento sustentável que vise à integração regional, promovendo as potencialidades socioeconômicas da região.

A despeito de crescentes investimentos em infra-estrutura realizados pelo governo estadual na região sudoeste paulista ao longo das duas últimas décadas e de iniciativas na área educacional que visam proporcionar formação profissional especializada com foco nas vocações regionais, a exemplo da criação da ETEC de

Minas e Metalurgia Dr. Demétrio Azevedo Jr. (1969), ETEC Agrícola Dario Pacheco Pedroso (1970), Engenharia Industrial Madeireira (UNESP/2000), Engenharia Florestal (FAIT/2009), dentre outras como a Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista (1976) atualmente incorporada ao Instituto Metodista de Ensino Superior, a região sudoeste paulista carece de ações estruturadoras alicerçadas em uma visão estratégica com o objetivo de consolidar políticas de desenvolvimento territorial.

Cabe assinalar que diversas iniciativas nesta direção realizadas nas últimas três décadas apresentaram resultados quase nulos do ponto de vista do atendimento às demandas locais. Podem ser arroladas dentre estas iniciativas o I Fórum Regional de Desenvolvimento (1993), Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Paulista (1995), Fórum Comunidade Ativa - Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (2004), Fórum de Desenvolvimento do Sudoeste Paulista (2007), Fórum do Território de Cidadania Sudoeste Paulista (2010), Fórum Regional de Desenvolvimento do Turismo do Verde Sudoeste Paulista (2009 e 2011). A crítica que é feita em geral a estas iniciativas é que elas se limitam à realização de relatórios de diagnósticos situacionais, apontam prioridades e eixos de atuação, sem que efetivamente sejam realizados os investimentos e concretizadas as ações prognosticadas.

De um lado, é preciso considerar que tais iniciativas sempre partiram de instâncias exógenas como os governos estadual e federal ou mesmo do terceiro setor como o SEBRAE/SP, sem que houvesse de fato investimentos que as consolidassem. De outro lado, também é preciso considerar que iniciativas similares realizadas no âmbito municipal como o Plano Diretor Participativo do Município de Itapeva (2006) e o Plano Diretor do Parque Pilão d'Água, em Itapeva (2008/2009) igualmente acabaram produzindo resultados que deixam muito a desejar. Isto posto, é possível concluir que falta de fato maior engajamento das forças vivas da comunidade local, seja porque as instâncias participativas não tiveram cunho democrático, seja porque as estratégias e metodologias adotadas pelos organizadores não foram capazes de vencer tais obstáculos, muito provavelmente porque não os tenham levado em consideração.

A questão é complexa. Varine adverte que não há um manual com capacidade de prescrever soluções preconcebidas para o desenvolvimento de um determinado território, a despeito do conhecimento científico e das teorias acadêmicas produzidas com relação a esse assunto. Isso se dá porque a realidade de cada comunidade, de

cada território é sempre complexa e tem suas particularidades. Entretanto, para o museólogo francês, que se considera antes um agente de desenvolvimento, com base na sua experiência como criador do ecomuseu de Creusot/Montceau-les-Mines e de sua longa convivência com ecomuseus do mundo inteiro nos últimos quarenta anos,

> De acordo com os princípios do desenvolvimento local, por definição sustentável, é essencial que a comunidade, no sentido do grupo social vivendo sobre um território e compartilhando-o, reconheça o direito e a responsabilidade de gerir coletivamente seu patrimônio, em cooperação com a municipalidade e no respeito à lei. (VARINE, 2012, p. 71)

Obviamente, não se pretende defender aqui a criação de ecomuseus como uma única opção para se obter o desenvolvimento sustentável de um determinado território. A ideia que se postula é a de que o desenvolvimento local, para ser equilibrado e sustentável, deve respeitar a dinâmica de seus componentes patrimoniais, o que pressupõe a compreensão de que "o território é produto de toda uma história natural e humana, e as condições do desenvolvimento, em particular os conflitos que o agitarão, decorrerão dessa história" (VARINE, 2012, p.19). O cenário patrimonial resulta da composição das atividades sociais e econômicas, compreende a paisagem natural, as especificidades da cultura expressas pela linguagem, pelas crenças, pelos ritmos da vida cotidiana, leva em consideração os fatores favoráveis e desfavoráveis à vida dos homens, a relação tradicional com os territórios vizinhos e as instâncias de nível inferior e de nível superior, tanto do ponto de vista hierárquico como administrativo.

Não resta dúvida, porém, de que os ecomuseus e os museus comunitários não só têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem como têm contribuído para a compreensão de que o sucesso de toda e qualquer política de gestão territorial deve levar em conta o patrimônio em sua totalidade, entendendo-o como recurso de desenvolvimento em todas as suas vertentes social, cultural e econômica. Para além disso, adverte Varine:

> O papel das instituições especializadas é sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato, mediatizar, gerir pela margem em função do interesse geral. (VARINE, 2012, p. 19)

Por este ângulo, comprende-se a razão do insucesso relativo dos sucessivos planos de desenvolvimento propostos verticalmente para a região sudoeste paulista por diversas instâncias de governo. Para além de prescindir da efetiva participação das

comunidades envolvidas, em geral todo diagnóstico prévio às políticas de desenvolvimento e à determinação de estratégias adaptadas ao território deixou de levar em conta a totalidade do patrimônio, a complexidade dos usos que podem ser feitos dele e do papel que seus componentes podem desempenhar no processo de desenvolvimento.

2.4 – O município de Itapeva como território patrimonial

O espaço geográfico nuclear do ProjPar, ao qual se referencia esta pesquisa, corresponde à bacia do Rio Paranapanema no Estado de São Paulo, delimitada pelos seus divisores de águas. Afluente do Rio Paraná pela margem esquerda, a nascente do Paranapanema localiza-se na Serra dos Agudos Grandes, denominação local da Serra do Paranapiacaba, no município de Capão Bonito.

As ações do ProjPar, entretanto, têm por base dois tipos de organização territorial: as microbacias hidrográficas – que também funcionam como base para a organização das unidades territoriais do projeto (regiões, mesorregiões e microrregiões) – e os municípios. Estes últimos – conforme assinala Morais (2011, p. 141-142) “constituem a base político-administrativa para as ações ligadas ao gerenciamento e à proteção do patrimônio arqueológico, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, em sistema de federalismo corporativo”. Na ótica do ProjPar, o gerenciamento do patrimônio contempla, para além dos sítios arqueológicos, também o patrimônio histórico-cultural edificado da área urbana de cada município. No seu cerne, enfim, as investigações do ProjPar inserem-se, em última análise, no campo da arqueologia da paisagem.

No âmbito desta pesquisa, pretendo adotar a ótica mais ampliada deste conceito, agregando à área de abrangência da gestão patrimonial também o patrimônio material não edificado (natural) e o patrimônio imaterial, como fundamento para a formulação das diretrizes de musealização territorial, dado que o objeto da pesquisa não se restringe apenas à ocupação indígena do território.

Do ponto de vista da gestão patrimonial, a adoção do município como base para o planejamento se justifica como pressuposto de que o ordenamento jurídico-institucional brasileiro assim o determina, ainda que não necessariamente os limites geográficos do município coincidam com o de seu território patrimonial.

Cabe assinalar que, no Brasil, o município (do latim *municipiu*)[45] é uma circunscrição administrativa autônoma do Estado (cf. Aurélio). Por vezes, é inadvertidamente confundido com a cidade, que corresponde ao núcleo urbano onde se concentram seus habitantes. Por metonímia, também é confundido com o território ao qual se refere à municipalidade, embora correspondam a conceitos distintos. Historicamente, a construção do conceito justifica a compreensão de território com as relações de poder político.

> Há duas tradições principais na construção do conceito: uma, já ultrapassada, que concedia privilégio à dimensão natural, biológica, do território (e que nasce com a "territorialidade" dos animais, na etologia); outra, ainda muito presente, que prioriza as relações de poder, a condição política do território, principalmente aquela ligada ao Estado nação moderno. (HAESBAERT, 2011, p. 52)

Não obstante haver para os autores contemporâneos um enfrentamento entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, "reveladoras de dois sistemas de valores e duas éticas distintas frente ao território",

> Essa vocação contemporânea para uma visão integradora do espaço social em suas diversas perspectivas é bastante visível, principalmente no âmbito da Geografia, com o território desempenhando um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva clássica dessa disciplina. (HAESBAERT, 2011, p. 52)

Há que se esclarecer também a distinção entre região e território. "Região" é compreendida, hoje, como "a porção da superfície que, por qualquer critério, seja natural, econômico, político etc., adquire singularidade, característica própria" (ALMEIDA, 2011). Assim, a região caracteriza-se por ter criada alguma identidade que a diferencie das demais.

> É interessante notar que, sob o ângulo da etimologia das palavras, "região" e "território" inverteram seus significados. O termo "região" deriva do latim, que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano.

[45] A palavra "município" origina-se de duas palavras latinas: "*munia*" (prerrogativas) e "*capere*" (conservar). Vem assim, dos antigos romanos, o conceito de município: uma unidade territorial que tinha o privilégio de se governar por suas próprias leis, eleger seus próprios dirigentes, com garantia de seus direitos. Para eles, esse sistema facilitava a condução pacífica dos diversos territórios conquistados ao longo de sua história. BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/201301-municipios.php, acessado em 26/04/2014)

> Sua raiz está no verbo *regere*, 'governar', o que atribuiu à região uma conotação eminentemente política. (ALMEIDA, 2011, p. 349)

Com efeito, a etimologia de território associa-o ao conceito latino de *territorium*: grande área ou extensão de terra delimitada, terra ou parte de uma terra sob uma jurisdição. Na mesma raiz etimológica, temos terra e terror, ambos interligados à noção de domínio, uma vez que a conquista do solo estabelece um relação de poder que se configura pelo verbo *terreo*, atemorizar.

Considerar o município para o ordenamento do território tem suas vantagens óbvias. As instâncias deliberativas da gestão ambiental, que abrange as questões relativas ao patrimônio em sua totalidade, estão concentradas no âmbito municipal e disciplinadas por uma lei orgânica local e têm, portanto, relativa autonomia, embora sejam estabelecidas conforme as determinações e limites impostos pela constituição federal e a do respectivo estado.

Importante assinalar, sobretudo, que o espaço geográfico correspondente ao município não pode ser confundido com a noção de território. É comum entre os geógrafos tradicionalistas a identificação de "território" com a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência.

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER *apud* HAESBAERT, 2011, p. 47)

Haesbaert , no entanto, considera esta uma das leituras mais restritivas que se tem da natureza do território. Para outros geógrafos, assinala ele, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Essa noção mais ampla de território torna-a passível de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, todavia podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico.

Discussões mais recentes avançam na conceituação do território não só no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais e econômicas, mas também no sentido de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material.

> [...] ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões. (HAESBAERT, 2011, p. 56)

Nessa linha de reflexão, um dos discursos mais difundidos na temática da desterritorialização é aquele que propõe a emergência de uma sociedade “em rede”. (CASTELLS, 1996, *apud* HAESBAERT, 2011) em detrimento de uma sociedade meramente “territorial”. Castells contrapõe um “espaço de fluxos” a um “espaço de lugares”. Trata-se de uma visão dialética:

> Território e rede formam um binômio em que a rede pode tanto ser um elemento fortalecedor, interno aos territórios (como nas redes viárias e de comunicações como base na integração do território nacional), quanto um elemento que se projeta para fora do território, promovendo a sua desterritorialização (HAESBAERT, 2011, p. 57).

De um modo geral, todos tendem a aceitar, no entanto, que o “território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre também relações de poder”. (HAESBAERT, 2011) Inclua-se aqui, também, as relações econômicas.

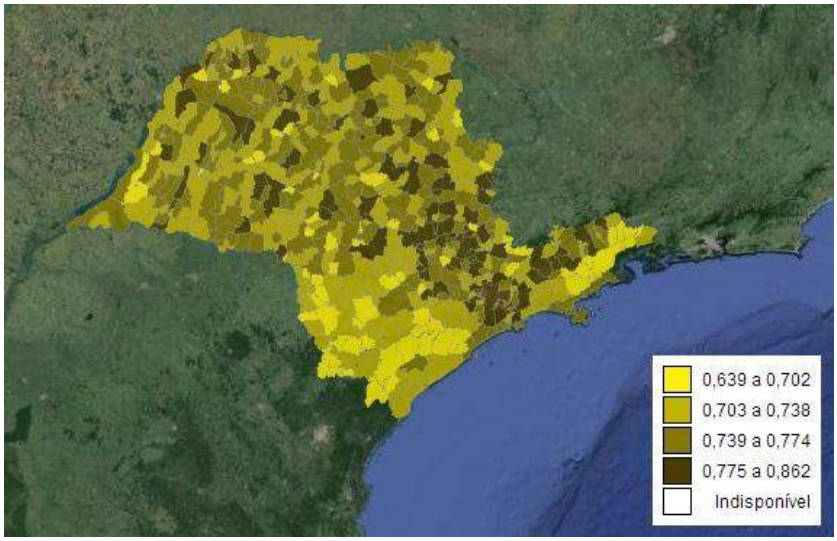
2.4.1 – As características geográficas do município de Itapeva

Situado na região sudoeste do Estado de São Paulo e distando a 289 quilômetros da Capital, o município de Itapeva tem uma população de 87.753 habitantes (IBGE, 2010), ocupando uma área de 1.826.258 km². A sede do município localiza-se à latitude 23º58'56" sul e à longitude 48º52'32" oeste, estando à altitude de 684 metros.

Itapeva ocupa uma posição de relevância no contexto regional, sendo que as atividades merecedoras de maior destaque estão relacionadas ao reflorestamento (*pinnus* e *eucalypto*), à agricultura, especialmente no que diz respeito à produção de grãos (milho, trigo, soja e feijão) e à mineração. Também se destaca no setor de serviços, incluindo o comércio, serviços hospitalares e atividades de ensino.

Mapa 9 – Mapa de localização do Município de Itapeva no Estado de São Paulo, Brasil. Fonte: Wikipédia.

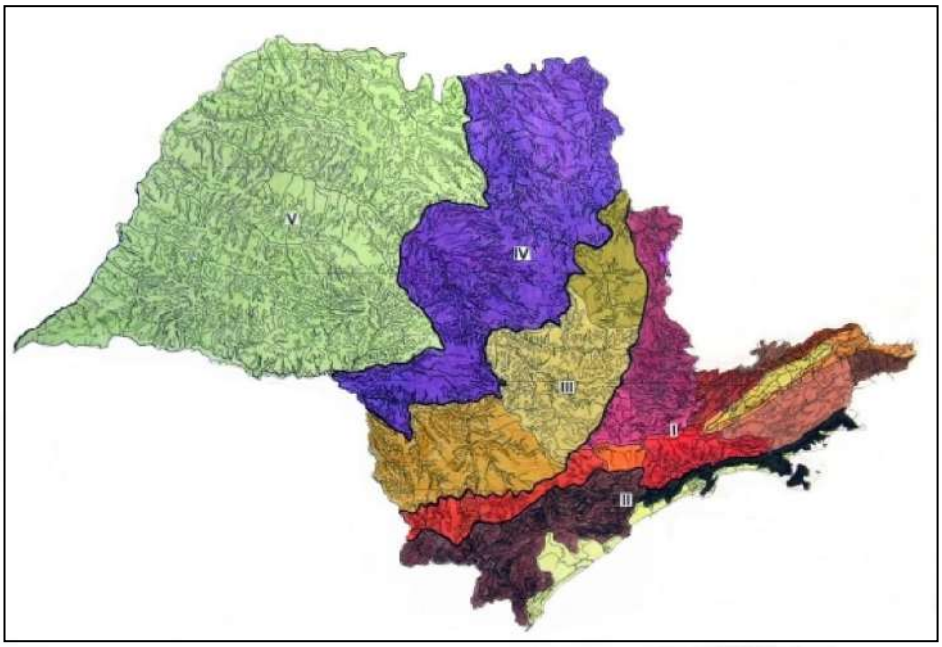
Itapeva se insere numa das regiões que apresentam os piores indicadores de desenvolvimento do Estado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado em 2010 foi de 0,732, o que coloca o município no grupo 2 conforme classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotado no Atlas Brasil 2013. O índice é ligeiramente superior à média do IDHM brasileiro (0,727), mas inferior à média do Estado de São Paulo (0,783). No que tange ao IDHM Educação, o índice do município é mais baixo (0,697), ainda que continue situado entre a média brasileira (0,637) e a paulista (0,719).



Mapa 10: Cartografia dos indicadores de desenvolvimento humano municipal no Estado de São Paulo. Fonte: IBGE/2010

O município de Itapeva pertence à bacia hidrográfica do Paranapanema, considerado o rio menos poluído do Estado, que é por sua vez afluente do rio Paraná. A região de Itapeva está inserida entre duas províncias geomorfológicas: Província do Planalto Atlântico e província da Depressão Periférica Paulista, pertencentes à era paleozóica (ALMEIDA, 1974a).

Nas porções norte e central do município predominam áreas da Formação Itararé (permocarbonífero) situada na escala geológica de tempo entre 290 a 251 milhões de anos atrás, em cuja composição há depósitos glaciais continentais, glácio-marinhos, fluviais deltálicos, lacustres e marinhos, compreendendo, principalmente arenitos de granulação variada e de carvão (IPT, 1981 *apud* ARAÚJO, S., 2006). Nesta região, o relevo é formado predominantemente por colinas suavemente onduladas, com altitudes médias que variam de 600 a 800 metros.



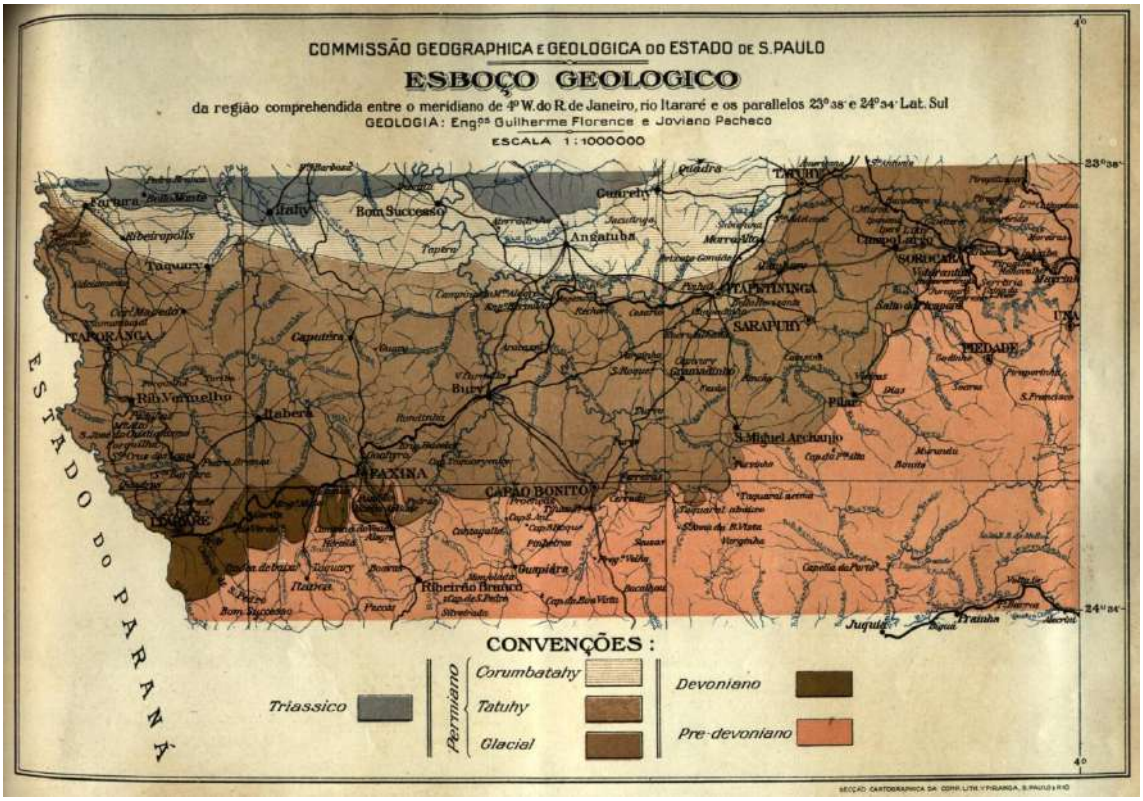
Mapa 11 – Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo, F.F. M. de Almeida (1964). Fonte: Atlas do Estado de São Paulo (2009) – Departamento de Geografia da FFLCH - USP

Na porção sul está a Formação Furnas (devoniano), com idade aproximada entre 395 a 345 milhões de anos, composta por depósitos marinhos, predominando arenitos e conglomerados basais (IPT, 1981 *apud* ARAÚJO, S., 2006).

O Escarpamento Estrutural Furnas constitui um sítio geomorfológico peculiar no Brasil, caracterizado por um conjunto de paleoformas de relevo que guardam importantes

informações paleoambientais e estratigráficas sobre a sua evolução e também das rochas sedimentares que expõe.

> Nas bordas do Escarpamento, conhecido no município como Canyon Itanguá, o relevo apresenta uma ruptura com cerca de 200 m de desnível, com afloramentos areníticos frequentemente sob a forma de feições ruiniformes, que conferem à região uma impressionante beleza cênica. (SILVA, Iracy, 2006)



Mapa 12 – Formações geológicas da região. Fonte: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

O esboço geológico da região compreendida entre o meridiano de 4º W do Rio de Janeiro, rio Itararé e os paralelos 23”35’ e 24”34’ Latitude Sul, elaborado pelos engenheiros Guilherme Florence e Joviano Pacheco mostra que o município de Itapeva se divide entre formações do período devoniano (no mapa em marrom escuro), onde ocorre o Escarpamento Estrutural de Furnas, e a formação glacial (marrom mais claro). O clima do município é mesotérmico, com média de

temperaturas máximas em torno de 26,2ºC e a média das mínimas é de 14ºC[46]. O regime pluviométrico é caracterizado por dois períodos bem distintos: verões com altas precipitações e invernos mais secos, com ocorrência da geadas.

Antes da ocupação humana, a cobertura vegetal dos terrenos devonianos era constituída por campos limpos, com ocorrência de capões de mato remanescentes da Mata Atlântica e manchas da floresta araucária (*araucária angustifolia*), além de significativas manchas de cerrado e cerradão, "com abundância de águas que correm límpidas em leitos de pedra", como assinalou Caio Prado Jr. (1957).

> Conjunto admirável para o estabelecimento do homem e que fez Saint-Hilaire considerar a região o "paraíso terrestre do Brasil". (PRADO Jr., 1957, p.59)

A região constitui, portanto, uma área de transição entre três importantes biomas. Hoje, depois de longo ciclo de culturas agrícolas e de pecuária bovina, prevalecem nas áreas não ocupadas pelas atividades agropastoris grandes extensões de reflorestamento para fins industriais, com predominância do plantio de *pinus* e *eucaliptos*. A cobertura vegetal secundária de manchas remanescentes de floras tropicais afro-brasileiras e temperada ocupa parcela minoritária da área não cultivada. (SILVA, Iracy, 2006; ARAÚJO, S., 2012)

O longo período de devastação das reservas florestais do município teve início com a exploração de madeiras no início do século XX, com a implantação de Estrada de Ferro Sorocabana, conforme aponta relatório da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, assinado por seu diretor João Pedro Cardoso, em maio de 1927.

> *A estação E. F. Sorocabana, de construcção fora do commum, é bem affastada da cidade e não muito longe d'ella a estrada de ferro tem uma bella ponte que é uma das suas obras d'arte mais importantes.*
>
> *Certa vez, visitando-a tivemos occasião de admirar a belleza e a imponencia de uma garbosa e possante locomotiva em marcha vencedora, queimando lenha e expelindo uma alva e longa pluma de fumaça que reproduzia nos ares o caminho por ella victoriosamente percorrido.*
>
> *Arrastava extenso comboio com carregamento variado e quando atravessou bem proximo pudemos notar que a maior parte era de madeiras destinadas*

[46] Fonte: CEPAGRI/UNICAMP - Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura. Disponível em http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_259.html Acessado em 07/03/3014.

> *na sua totalidade para S.Paulo, cuja cidade com o seu engrandecimento, desenvolvimento vertiginoso, consome diariamente uma quantidade incalculavel de materiaes de construcções para attender á múltiplos fins. Basta lembrar que a sua população em 1890 era de 64.934 habitantes; em 1910 de 375.324 e em 1925 de 846.725!*
>
> *Depois que o trem passou alçamos o nosso olhar e contemplamos todo o horizonte observando o quanto elle é pobre de arvores. Nos lembramos então dos tempos que não vão muito longe, quando na Inspectoria do 2º districto Agronomico, fazíamos forte propaganda contra a devastação das mattas e mostravamos o temor que nos causavam suas consequencias no futuro. Estas vieram mais depressa do que esperávamos e em todo o Estado.*
>
> *Os nossos rios estão minguando, as estiagens causando prejuízos, os vendavaes assolando, os temporaes damnificando, as innundações causando prejuizos, a terra resequindo e as nossas famosas e opulentas mattas virgens estão desapparecendo*. (João Pedro Cardoso, Director da Commissão. S.Paulo, Maio de 1927). (VIÉGAS, R.F., 1996)

O relato não deixa dúvida de que a vertiginosa expansão urbana da cidade de São Paulo nos primeiros anos do século XX deixou um passivo ambiental até hoje ainda não reparado em prejuízo de inúmeras regiões interioranas, cujos recursos naturais explorados pouco acrescentaram ao desenvolvimento local.

Como se vê, a paisagem do território itapevense permite uma leitura reveladora, cujos signos constituem referências diretas ao percurso histórico que definem o modo pelo qual a sua população se relacionou ao longo do tempo com o seu patrimônio ambiental.

A consciência de que o homem é um agente transformador da natureza se insere num campo de estudo muito amplo e profícuo alimentado por uma discussão que vem desde o século XIX sobre a relação do homem e seu meio. Quando Marx asseverou que o homem, em sua essência, é produto do meio em que vive, que, por sua vez, é construído a partir das relações sociais em que cada pessoa se encontra, segundo o pensamento de Berdoulay (2011, p. 105), expressava uma percepção de que a diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva, é concebida como fruto de um conjunto de interações com modificações recíprocas das culturas e seus meios, passando pela construção de mediações mais ou menos estáveis, como as paisagens, as regiões, os gêneros de vida etc.

Berdoulay situa no embate entre as diferentes doutrinas da Geografia, a concepção de que a morfologia da paisagem podia ensinar a propósito das atitudes, das crenças, das ideologias e dos valores morais de uma sociedade.

> A expressão geografia cultural foi difundida por Carl Sauer e "a escola de Berkeley", em oposição à doutrina da geografia humana, caracterizada pelo determinismo ambiental. (...) Insistindo sobre o papel do homem, seus valores, atitudes e crenças na modificação do espaço terrestre, Sauer se inspirou na concepção alemã de distinguir paisagem natural (*Naturlandschaft*) de paisagem cultural (*kulturlandschaft*) para mostrar sua concepção da geografia humana. (BERDOULAY, 2011, p. 107)

Por uma lado a escola de Berkeley privilegiou a perspectiva histórica, as formações regionais e o estudo das paisagens transformadas pela ação humana. Na gênese das paisagens, defende Berdoulay, essa escola se interessa pelos longos períodos, pelas atitudes, pela contribuição da história das idéias, pela identificação dos valores próprios aos diversos grupos humanos. Em vez de fazer inventários, todo estudo geográfico, até mesmo regional, deve contribuir para responder às grandes questões sobre a transformação cultural do globo terrestre (ENTRIKIN, 1984, *apud* BERDOULAY, 2011, p. 108). De outro lado, pontua o geógrafo francês,

> [...] como sugeriu Gottmann (1952), do ângulo da geografia política, as coletividades produzem uma iconografia que lhes possibilita definir seu território. Para exprimir suas crenças e valores, elas se apóiam em símbolos, patrimoniais ou inventados, materiais ou imateriais, como bandeiras, hinos, monumentos, lugares célebres ou emblemáticos etc. (BERDOULAY, 2011, p. 123)

Retomando a concepção de que a definição do território envolve sempre relações de poder, a crítica neomarxista denunciará a supressão dos oprimidos na produção dos símbolos, dos monumentos e, também, das paisagens.

> De certo modo, essa "crise de representação" [denunciada pela crítica neomarxista dos pós-modernistas] encorajou a geografia cultural a se interessar pelas múltiplas "vozes" que poderiam se manifestar dentro da sociedade e que as representações dominantes têm tendência a esconder, como discursos de mulheres, homossexuais, minorias étnicas etc. (SOJA, 1989, *apud* BERDOULAY, 2011, p. 110)

Não fosse pelo reconhecimento do direito à memória da paisagem, Sauer, mais pessimista que seus colegas franceses, vai se preocupar com os efeitos destruidores da cultura sobre a natureza: ele difunde ativamente as idéias a favor da proteção e da conservação das paisagens. (BERDOULAY, 2011, p. 108)

De acordo com essa visão, os parques naturais e os monumentos históricos do século XIX já correspondiam a essas lógicas que também estariam presentes mais tarde na gênese das políticas desenvolvidas por intermédio da cooperação internacional.

De maneira incisiva, a convenção, que leva a uma classificação ao Patrimônio Mundial da Humanidade aprovada pela Unesco em 1972, designa porções do espaço como objeto de proteção. Observa-se, todavia, sobretudo por meio da adoção, em 1992, da categoria de “paisagem cultural”, a decisão dessa organização internacional de considerar de maneira mais global as relações entre cultura e espaço.

É nesse campo teórico que irá prosperar a arqueologia da paisagem, militando na intersecção de vários ramos do conhecimento, sobretudo a Geografia e a Arqueologia e seus desdobramentos disciplinares, além de outras disciplinas como a História, Antropologia, Sociologia, Arquitetura, Urbanismo e Ecologia (MORAIS, J. L., 2011, p. 31). Com efeito, a perspectiva da arqueologia da paisagem é instrumentalizada pelo ProjPar ao considerar o fator geo acerca do planejamento e gestão do território patrimonial.

2.4.2 – Aspectos históricos da formação de Itapeva

A localização geográfica e os aspectos morfológicos, climáticos e fitogeográficos deram origem aos traços essenciais da ocupação humana que fez da região desde os tempos pré-cabralinos uma zona de passagem de indígena tupi-guarani que seguiam pelo Peabiru[47] em contínuos movimentos migratórios, mas que, já no período colonial, foi utilizado consecutivamente pelos bandeirantes e pelos tropeiros, servindo para facilitar a circulação de mercadorias, o comércio e as missões religiosas, constituindo-se no principal acesso por terra à região sul do Brasil.

> O itinerário indígena mais importante foi denominado Peabiru pelos indígenas e, posteriormente, caminho de São Tomé pelos jesuítas. Ligava as "tribos da nação Guarany da bacia do Paraguay coma a tribu dos Patos do litoral de

[47] Vocábulo da língua tupi-guarani, “pe” significa caminho e “abiru”, gramado amassado. (BUENO, 1987)

> Santa Catarina, com os Carijós de Iguape e Cananéia, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo". De acordo com Washington Luís, era um caminho "muito batido, com uma largura de 8 palmos, estendendo-se por mais de 200 léguas desde a capitania de S. Vicente, da Costa do Brasil, até as margens do rio Paraná, passando pelos rios Tibagi, Ivaí e Pequeri". Nas primeiras décadas do século XVII, esse itinerário foi percorrido pelos paulistas à caça do gentio guarani que habitava o sertão dos Patos, no atual estado de Santa Catarina, e o sertão dos Carijós, nas terras que margeavam o rio Paranapanema. (KOK, 2009)

Peabiru eram todos os caminhos utilizados pelos indígenas ligando o litoral ao interior do continente. O principal destes caminhos, denominado Caminho do Peabiru, constituía-se em uma via que ligava os Andes ao litoral brasileiro na altura da Capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo), estendendo-se por cerca de 3.000 quilômetros, atravessando os territórios dos atuais Peru, Bolívia, Paraguai e Brasil. Segundo os relatos históricos, ao adentrar o território paulista ele se dividia em diversas ramificações. Uma delas se bifurcava na altura de Itapeva, que em na língua tupi significa “pedra chata” [48], em direção a São Paulo e dali descia a Serra do Mar para alcançar São Vicente, outra se dirigia a Cananeia, no litoral, cruzando a Serra do Mar pela região de Apiaí.

Entre os historiadores, há muitas controvérsias sobre os antigos habitantes da região sul paulista. Uns se referem aos guaianases (guaianás ou guainhanãs) como pertencentes à etnia Tupi, outros ao tronco Jê.

> As informações, mais ou menos fragmentárias dependendo da fonte, apontam ainda assim uma homogeneidade cultural considerável para grupos vivendo na área entre o centro do Rio Grande do Sul e o centro do Estado de São Paulo, espelhando as evidências encontradas no registro arqueológico. (ARAÚJO, A., 1995)

Citando Gabriel Soares, Teodoro Sampaio propõe que “os Guaianás eram muito provavelmente uma etnia Jê, e talvez pudessem até ser chamados de Kaingang, mas o grupo dominante na região do Paranapanema era de origem Tupi, como atestam a

[48] Segundo Aluísio de Almeida (1902), o nome de Itapeva designado para identificar o relevo local é uma corrupção de Yta-pé-bae-chaci-na, morro chato e enrugado. “De yta, pedra, penha, pé, ser chato, plano, bae, (breve), partícula de particípio, significando o que, chachi, enrugar, franzir, com sufixo na (breve), para formar supino. Allusivo a serem campos com depressões ou concavidades continuadas e irregulares muitas dellas, semelhando rugas.” (ALMEIDA, 1902b: p.123).

toponímia e os nomes próprios, além dos vestígios arqueológicos" (SAMPAIO, *apud* ARAÚJO, A., 1995).

Com a chegada dos europeus, as populações indígenas sofreram contínuos impactos. Na porção sul do Brasil, eles tiveram três causas distintas: a ação de missionários jesuítas, os ataques por parte das bandeiras oriundas de São Paulo e o alastramento de doenças contagiosas. Calcula-se que de 1580 a 1640, cerca de 60.000 a 300.000 índios Guarani tenham sido escravizados ou rechaçados para as regiões sulinas onde hoje se situam os territórios argentinos e paraguaios. Outro tanto foi dizimado por doenças de caráter epidêmico como cólera, varíola, rubéola e até mesmo gripe, muitas vezes até mesmo antes do contato físico com europeus.

> Com o advento das expedições bandeirantes estimuladas pela colonização portuguesa, as missões jesuíticas do Paranapanema foram aniquiladas, em meados dos anos seiscentos, provocando a dizimação das populações indígenas e o surgimento de um verdadeiro deserto humano que se prolongou até meados do século XIX, com a ressalva da presença de aglomerados kaingangs e ofaiés e, posteriormente, com correntes migratórias de guaranis provenientes do território sul-matogrossense na procura da terra-sem-males, que acabaram sendo rechaçados com a expansão das atividades agrícolas de caráter extensivo. (MORAIS)

A busca de ouro de aluvião descoberto na segunda metade do século XVII teria devassado os grupos indígenas da região situada entre Capão Bonito, Apiaí, Iporanga, Xiririca e Ribeira de Iguape. A situação se agravou ainda mais com o uso da estrada tropeira ligando São Paulo a Curitiba, aberta por volta de 1693 pelos cascos dos muares por cima do Caminho do Peabiru. Em 1715, o capitão-mor Joseph de Góes Morais recebe uma carta de terras (sesmaria), que lhe dava poderes sobre uma porção territorial na qual foi criada a Paragem de Itapeva. Com o estabelecimento das Paragens, entre 1720 e 1730, têm início o surgimento dos primeiros núcleos populacionais, e a velha estrada indígena dá lugar ao que mais tarde seria a Estrada das Tropas.

> Através da utilização do Peabiru como caminho pelos bandeirantes na preia ao índio, depois pelos tropeiros com o comércio muares e gado. Ao longo do antigo Peabiru, agora transformado em rota de comércio, transporte e comunicação surgem às paragens onde os viajantes podiam descansar e pernoitar. Itapeva surge no entroncamento de duas vias, Sorocaba/Sul do País e o caminho para Santo Antônio das Bateias, atualmente município de

> Apiaí, que por sua vez era acesso para o caminho que levam as cidades de Iguape e Cananéia. (MUZEL *apud* ARAÚJO, S., 2006, p. 8)

A expansão da presença portuguesa em terras brasileiras no início do século XVIII deflagrou problemas na definição de fronteiras com a área de influência espanhola no continente sul americano, uma vez que os limites ditados pelo velho Tratado de Tordesilhas (linha meridiana situada a 370 léguas a oeste de Cabo Verde) já não se adequavam às novas realidades de ocupação do território. Esta situação, potencialmente perigosa e geradora de conflitos entre as potências ibéricas, conduziu à necessidade de negociações com Espanha no intuito de alterar esse limite. O resultado dessas negociações viria a dar origem ao denominado Tratado de Madrid, também conhecido por Tratado dos Limites, assinado por d. João V, Rei de Portugal, e d. Fernando VI, rei de Espanha, em 13 de janeiro de 1750.

Mapa 13: O meridiano de Tordesilhas e as rotas de ocupação na América do Sul. Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos

Os exercícios de reconstituição, baseados em mapas de satélite, da rede urbana, viária e fluvial da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, entre 1711 e 1765, revelam a imensa área além da linha de Tordesilhas ocupada em solos espanhóis, cabendo ao Tratado de Madri, assinado em 1750, acordar a posse efetiva.

As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma, sabiamente redigido pelo santista Alexandre de Gusmão, consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje. O Tratado de Madrid acabou representando uma grande conquista para Portugal devido aos bandeirantes e depois aos tropeiros, que, ao desbravarem o interior do Brasil, haviam criado pequenos povoamentos, legitimando então a posse dos portugueses.

Desde o início dos anos Setecentos, Itapeva já era conhecida como ponto obrigatório de passagem dos tropeiros que de Sorocaba se dirigiam para Viamão, no sul da colônia. Por essa época, desde o fim do século anterior, os currais destinados à engorda de gado muar se espalhavam pela região. A propósito escreve Aluísio de Almeida em sua História de Sorocaba:

> O caminho de Curitiba começou a ser feito pelos criadores de gado desde 1693. Em 1720, o Ouvidor Pires Pradinho estabeleceu a divisa de Curitiba com Sorocaba pelo rio Itararé. A fazenda de gado de São Pedro de Itararé começou a existir nessa época. Em 1735 moravam em Itapeva os Pedrosos. (ALMEIDA, 1981)

Em 1758, D. José, rei de Portugal, decretou a libertação dos índios do Brasil, entretanto por muito tempo eles continuariam a ser escravizados e a exterminação das populações indígenas perduraria ainda até o início do século XX ditada por interesses econômicos gerados pela expansão da ocupação.

A partir 1760, a coroa portuguesa determinou a ocupação das terras paulistas com atividades agrícolas, temendo o avanço dos espanhóis fixados no Rio da Prata. A Província de São Paulo recuperou, então, o título de Capitania que outrora lhe pertencera e, em 1765, o Morgado de Mateus, Luís Antonio de Souza Botelho Mourão de Vasconcelos, foi nomeado Capitão General, cargo equivalente ao de Governador da Capitania, e incumbido pelo primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, de erguer vilas para nelas congregar as povoações civis ao longo dos caminhos que partiam de São Paulo de Piratininga rumo aos sertões. Esses povoados cresciam lentamente, passando a freguesias e vilas com intervalos de tempo mais ou menos longos. Em geral, formavam-se em torno de uma capela e de um pelourinho, sinal de jurisdição e lugar de castigo para criminosos e escravos rebeldes.

Em 11 de junho de 1766, a pedido do paulista Antônio Furquim Xavier Pedroso, por ordem e designação do governador da Capitania, Faxina[49] foi reconhecida como a freguesia sob invocação de Santana, elevada a Vila mediante ato assinado em 27 de junho de 1769, sendo a sua instalação datada de 20 de setembro do mesmo ano. A vila foi inicialmente instalada no lugar hoje denominado Vila Velha[50], à margem esquerda do rio Apiaí-Guaçu, distrito das minas de Apiaí, termo da vila de Sorocaba, distante a menos de uma légua da paragem de Itapeva, portanto longe do comércio de muares e da comunicação.

> Sendo assim, a população da Paragem de Itapeva da Faxina não comparece a solenidade de fundação em 20 de setembro de 1769, além de não apoiar a construção da igreja, pelourinho e prédios públicos. O Governador por duas vezes ordena a construção de prédios públicos, o que Pedroso não consegue realizar sem apoio da população e proprietários de terras. (MUZEL, *apud* ARAÚJO, S., 2006, p. 7)

Segundo Müzel (1992)[51], a insubordinação dos moradores da paragem de Itapeva foi determinante para que o Capitão-General D. Luís de Souza tomasse a deliberação de transferir a sede da Vila da Faxina para a paragem de Itapeva, o que foi oficializado só no ano de 1785, delegando ao Sargento-mor Felipe de Campos Bicudo a mudança da vila. A partir de então, embora oficialmente a vila mantivesse a denominação de Faxina, o lugarejo passou a ser conhecido como Itapeva da Faxina.[52]

> A Vila assim se delimitava: “havia de principiar do Rio Paranapitanga, a compreender a jurisdição dela todos os moradores, do dito Ribeirão Pitanga até o Rio Itararé, divisão que faz esta comarca (Sorocaba) com a de Paranaguá, distrito onde principia o termo da Vila de Curitiba”. (MACHADO, 1977, p. 13)

---

[49] Segundo Saint-Hilaire, Faxina ou Fachina significa ao mesmo tempo feixe e destruição. Ele atribui esta última acepção aos índios das redondezas, que seriam considerados terríveis destruidores. É possível que o topônimo simplesmente derive do sentido original da palavra – conjunto de gravetos, lenha miúda (cf. Aurélio). Para Lourenço Filho, no Brasil essa palavra portuguesa tomou o sentido de “campo de pastagens entremeado de pequenas árvores”, fazendo menção ao tipo de vegetação arbustiva comumente encontrada na zona de transição entre a mata e o campo. (Lourenço Filho, Viagem através do Brasil, 1954, *apud* GERODETTI, 2003, p. 171)

[50] Localidade que atualmente pertence ao município de Taquarivaí.

[51] Quatro fases iniciais da História do Sudoeste Paulista, síntese de palestra proferida pelo Dr. Genésio de Moura Muzel em dia 29 de agosto de 1992 aos alunos do curso de licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista.

[52] O desembargador Henrique Augusto Machado cita que a denominação da vila era Sant’Ana de Itapeva da Faxina. (MACHADO, 1977)

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) descreve Itapeva quando de sua passagem pela vila a caminho do sul, como um aglomerado com “pouco mais de trinta casas, a maioria das quais em muito um estado”. No relato, que ocupa um capítulo inteiro do livro “Viagem à Província de São Paulo” (SAINT-HILAIRE, 1976), ele se refere à produção agropecuária, clima, relevo, vegetação e composição étnica da população local. Seus apontamentos, sempre acompanhados de comentários críticos, além de preciosos pelos dados que nos legam permitem compreender alguns elementos enraizados nos costumes e tradições da cultura local e que ainda hoje de certa forma continuam presentes como fatores distintivos dos traços culturais do itapevense.

> Em 1820, ainda não havia ali 2.000 habitantes, e sua administração ficava a cargo de dois juízes ordinários. Nesse distrito o número de escravos é pouco considerável, não somente porque seus habitantes são muito pobres, mas também porque a criação de gado exige pouco trabalho. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 220)

Se de um lado, o viajante indica a existência de poucos escravos também não encontra brancos.

> Como já tive ocasião de dizer, não existem brancos sem mistura no distrito de Itapeva, a não ser alguns poucos forasteiros. Todos os antigos habitantes do lugar são mestiços. Entretanto como se encontrem entre estes alguns indivíduos de pele tão clara quanto a dos europeus, eles procuram passar por brancos. Os brancos genuínos não os aceitam, e uns e outros se detestam. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 220)

Assim, os antigos habitantes de Faxina descendiam de caraíbas[53], como eram conhecidos os brancos colonizadores, de bugres[54] e de negros africanos escravizados. Da miscigenação entre estes três grupos, constituíram-se tipos humanos mestiços, chamados crioulos, com características étnicas peculiares. De portugueses e bugres, originaram-se os caboclos ou mamelucos; de portugueses e negros, os mulatos; de índios e negros, os cafuzos. Estes últimos provavelmente em

[53] Segundo o Dicionário Aurélio, do tupi *kara'ib*, ‘astuto’, ‘inteligente’, ‘sábio’. Designação dada ao europeu. Segundo Houaiss, traduzia-se por homem valente, destemido, herói, derivando da acepção de feiticeiros e sacerdotes indígenas.

[54] Bugre é uma denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil por serem considerados não cristãos pelos europeus. A origem da palavra, no português brasileiro, vem do francês bougre, que, de acordo com o Dicionário Houaiss, significando "herético". Aqui, o vocábulo passou a ser aplicado, também, para denotar o indígena, no sentido de "inculto", "selvático", "estrangeiro", "pagão", e "não cristão" - uma noção de forte valor pejorativo.

menor número no sul, como observa Oliveira Viana, “devido à repulsão do índio pelo negro” (RICARDO, 1970). Deste intenso cruzamento étnico, teria surgido o caipira, segundo o Dicionário Aurélio do tupi *kai’pira* – homem do mato[55], ou biriba (do tupi *mbi’ribi*, pequeno, pouco), como também era chamado o sertanejo paulista.

Diferentemente das teorias racistas de Gobineau[56] e de Agassiz[57], que ao longo do século XIX tornaram-se predominantes, determinando a classificação de raças superiores (arianos) e raças inferiores (mestiças), no cotidiano da realidade brasileira, a despeito do preconceito eurocêntrico, valorizava-se os frutos desta mestiçagem. Cassiano Ricardo registra que, no mercado de escravos, o preço de mestiçados era maior: “o crioulo, nos engenhos, valia mais do que o africano; o cariboca, no sertão, resistia melhor que o português ou o tapuio”. Sílvio Romero já observava que “o mestiço é a condição de vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima”.

Com efeito, muitos “negros de confiança”, ocupavam posições de destaque na lida das tropas e das fazendas de criar, quer seja pela inteligência, habilidade e resistência, quer seja por possível descendência de seus patrões. Alguns deles chefiavam as viagens tropeiras e, por vezes, não só conquistavam alforria como tornavam-se sócios ou mesmo livre empreendedores no comércio dos muares.

Como diz Prado Jr. (2004, p.42), eles “constituiriam o que mais tarde se chamou de ”caboclos”, e formariam o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e os escravos,” rudes e sofridos pelo tipo de vida exigido pelas circunstâncias, adaptaram-se ao modo da cultura tanto do branco como do índio. Se, no entanto, a miscigenação caracteriza o sertanismo e é reconhecida pelos historiadores com fator de democratização social, não quer dizer que ela tenha ocorrido sem conflitos. Ao contrário, correto é dizer que ela ocorreu apesar dos conflitos étnicos.

---

[55] Silveira Bueno atribui a etimologia do vocábulo a *caí-pyra*, de onde o significado de envergonhado, tímido, seguindo explicação dada por Teodoro Sampaio, mas admite a acepção de matuto, roceiro, identificando a sua origem etimológica à raiz *caá*, mato, e não de *caí*, o envergonhado. Houaiss sugere possível relação com caipora e curupira. Moacyr Ferreira associa o sufixo ‘*pira*’ a “pele”.

[56] Para o filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que esteve em missão diplomática no Brasil, a pureza da raça é condição absolutamente necessária para impedir a decadência da sociedade e da civilização.

[57] Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), naturalista suíço, veio para o Brasil comandando a Expedição Thayer e aqui fez estudos sobre os mestiços brasileiros, ele julgava os negros inferiores e considerava a miscigenação um fator de degeneração da humanidade – fruto da criação divina.

O contato conflitoso entre colonizadores e populações kaingang foi documentado por Saint-Hilaire. Ele relata que a fama de destruidores dos guanhanãs que habitavam a região de Itapeva era conhecida em todo o trajeto do Caminho das Tropas. Todos os anos milicianos se internavam nas matas para combater os indígenas, raramente regressando sem aprisionar mulheres e crianças, cujo trabalho poderia ser explorado por quinze anos, desde que fossem catequizados. Um ofício da Câmara da Vila de Itapeva, datado de 20 de março de 1823 e enviado ao Governo da Província, dá conta de que

> Apareceram no Bairro do Guari (...) vestígios certos dos gentios que há muitos anos vexam com roubos, mortes e assassínios os moradores desta vila, e para evitar estes prejuízos tem sido preciso andarem cinqüenta homens unidos e armados e municiados vadeando os sertões que rodeiam o termo desta vila, e muitas vezes tem havido encontros com os ditos gentios sendo sempre a nossa escolta vencedora, atropelando para os fundos dos sertões os ditos gentios, aprisionando a muitos que estão catequizados (...) (BARBOSA, 1998)

Por volta de 1830, outros grupos indígenas, identificados como guarani e por vezes chamados de “botocudos”, são tomados como aliados da população da vila de Itapeva da Faxina contra os Kaingang. (SAINT-HILAIRE, 1976; SAMPAIO, 1978; ARAÚJO, S., 2006). Saint-Hilaire já havia, com efeito, registrado a presença de cerca de 200 indivíduos dóceis e pacíficos estabelecidos na margem esquerda do Taquari, próximo à vila. Em 1847, o povoamento guarani situado na fazenda Perituva, com o “consentimento” do Barão de Antonina, somava 400 indivíduos.

Como se vê, a escravização indígena que havia sido eliminada pela legislação pombalina no século anterior, fruto do despotismo esclarecido, seria reencetada em princípios do século XIX, embora contrariasse o interesse do governo imperial de inclusão indígena no processo produtivo econômico. Nesse contexto, mesmo após a abolição do poder temporal dos frades e capuchinhos nas missões e reduções jesuíticas, os padres continuavam exercendo indiretamente a tutela da defesa dos interesses indígenas, embora houvesse sido criado o cargo de juiz dos órfãos para essa finalidade, atividade essa exercida no mais das vezes para atender principalmente os interesses dos brancos.

Com o passar dos anos, a submissão indígena vai permitindo a ampliação das fronteiras agrícolas. Nas terras de Itapeva da Faxina, para além das atividades

pecuárias, cujo plantel é estimado em mais de mil cabeças de gado, os apontamentos do naturalista francês mencionam atividades agrícolas.

> Nas terras de boa qualidade o milho rende à razão de 150 a 200 por 1, mas a cana-de-açúcar não pode ser cultivada, por causa das geadas de junho e julho. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 220)

Um registro sobre a economia local aponta para um dos fatores do precário estágio de desenvolvimento da região, a despeito de sua vocação para a pecuária:

> Itapeva fornece grande quantidade de gado bovino à cidade do Rio de Janeiro, mas parece que a maior parte das fazendas da região, as quais de resto são em pequeno número, pertencem a homens ricos que nas mesmas não residem, e que contrariamente aos fazendeiros de Minas Gerais, gastam seus lucros em outras partes. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 220)

O resultado desta singularidade – aponta Saint-Hilaire – é que “a região permanece na miséria, e o pouco de dinheiro que aí circula se deve principalmente às tropas que vêm do Sul”. Não obstante, o pesquisador viajante destaca um fator que diferencia o potencial de desenvolvimento da vila de Itapeva:

> Itapeva contava com uma vantagem da qual ainda estavam privados, em 1820, todos os povoados situados ao longo da estrada. Essa vantagem era a possibilidade de comunicação com o mar, o que poderia transformar o modesto lugarejo num centro bastante importante. A cerca de 15 léguas dali fica situada a cidadezinha de Apiaí. Existe aí uma estrada que vai de Itapeva a essa cidade, e dali é possível descer de canoa, ainda que com certa dificuldade, até o pequeno porto de Igape, situado no ribeirão do mesmo nome. Em 1820 já era usada essa via para o transporte do sal, tão necessário aos animais, e o seu custo resultava muito mais baixo que quando era trazido de Sorocaba. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 220)

Com efeito, segundo ele, “o número de escravos – lamentável indício de prosperidade – que em 1815 não ultrapassa 240, elevava-se em 1838 a 657.” Neste mesmo ano, a população regional já somava 4.000 indivíduos e o distrito havia conseguido cultivar 230 mil alqueires de milho e criar 2.094 cabeças de gado.

Itapeva despontava como centro freqüentado por tropeiros, pequeno mercado de muares de fora e grande exportador de gado vacum das próprias pastagens. As fazendas de criar também invernavam os animais, até serem conduzidos à célebre feira de Sorocaba, a capital dos tropeiros.

O movimento das tropas atraía vivandeiros. Além do sal, comerciavam feijão, carne seca e farinha. As tropas se distinguiam por dois tipos. As tropas arreadas, que carregavam mercadorias, eram formadas por muares. Já as tropas chucras, cujos animais eram chamados de bestas, eram elas próprias as mercadorias. Criados nos pampas do sul, destinavam-se às regiões mineradoras. O tropeiro das tropas arreadas morrerá primeiro. O tropeiro negociante de animais sobreviverá por mais tempo.

Com as tropas, também corriam as notícias e a fé cristã. A religiosidade dos tropeiros, alerta Aluisio de Almeida, “era mais sentimental do que instruída, no sul. E logo após a ladainha roncavam o fandango, o cateretê, a caninha verde. Aliás, não precisavam para isso do calendário religioso como pretexto. E em sendo poucos, uma viola gemia saudades nas horas da tarde, antes do sono”. (ALMEIDA, 1981, p. 207)

Além dos poucos proprietários de terras, uma parte da população era formada de agregados, ou seja, de homens e mulheres que poderiam ser de mestiços, que produziam lavouras apenas em troca de casa e comida, vivendo em sítios. Essa população se concentrava na zona rural, indo até o centro da vila apenas em dias de festas e ofícios religiosos, sobretudo nas festas do Divino de São Gonçalo e da santa padroeira. Além de participar das novenas e procissões, compartilhavam com escravos e índios aculturados as quermesses organizadas pela igreja católica. Vem daí a tradição das danças de catira e fandango e do culto da viola caipira.

Figura 10 – Itapevas de Faxina Serra. Aquarela sobre papel; 11,5 x 21,8 cm. Assinada e datada: J. B. DeBret au Brezil, 1827. Coleção particular: Marquês e marquesa de Bonneval

Figura 11 – Outro ponto de vista da vila de Itapeva. Aquarela sobre papel; 14,6 x 22,3 cm. Assinada e datada: J. B. DeBret au Brezil, 1827. Coleção particular: Marquês e marquesa de Bonneval

Em 1827, o pintor francês Jean Baptiste Debret registrou em aquarela a paisagem da vila de Itapeva. Ao fundo, em segundo plano avista-se o aglomerado de casas em torno da igreja de Sant'Ana. Em primeiro plano, um caçador com arma de fogo e apoiado por um cão de caça persegue codornas, aves típicas dos campos paulistas.

A passagem de Debret pelo caminho das tropas fez parte de uma viagem que o pintor empreendeu ao sul do país com o propósito de retratar tipos humanos, costumes e paisagens locais, imagens que iriam mais tarde compor o livro Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, publicado na França entre 1834 e 1839.

Aluisio de Almeida cita que, em Itapeva, antiga Faxina, havia então poucos sobradões, sem arte, severos. A arquitetura das igrejas, lembra o historiador sorocabano, sempre seguiu a das habitações da família. "Já em São Paulo, elas não têm o luxo e a arte do Rio e de Minas. Continuam a simplificar-se. Em Sorocaba a matriz só foi forrada em 1840! Em Itapetininga, é uma construção maciça de taipa de pilão, linhas retas, soluções de madeiramento as mais simples, ausência de riqueza nos retábulos e, nota diferente, compridas tribunas em madeira com colunas e arcos tornando mais solene a nave central. Em Itapeva, pouca diferença. No Paraná, a mesma coisa". (ALMEIDA, 1981, p. 45)

Referência histórica deste período é a Fazenda Pilão d'Água, típica fazenda de invernagem e engorda de gado formada no século XIX, em plena vigência da escravatura, que ainda hoje conserva ruínas de muros construídos por escravos, além da sede, a antiga Casa Grande, edificada com taipa de pilão e vigas lavradas a machado, dentre outras instalações de serviço.

Propriedade da família Camargo, inicialmente com cerca de cinco mil alqueires, de lá foram doadas as terras para a formação do Quilombo do Jaó, comunidade constituída por negros libertos após a abolição da escravatura, que permanece nos dias atuais como bairro rural. Imprecisas são as informações disponíveis sobre suas origens mais remotas, embora provavelmente, mesmo que sem a denominação de Fazenda Pilão d'Água, ela tenha suas raízes fincadas no século XVIII, mantendo inalteradas suas características produtivas até o final do século XIX.

Com efeito, no momento em que, com o plantio da cana de açúcar e depois com o cultivo do café no interior do planalto, a economia paulista toma verdadeiro impulso e pela primeira vez passa a ser representativa no conjunto da economia do país, a agricultura do sul paulista, que não participou destes ciclos, permaneceu atrelada aos métodos primitivos do período colonial, caracterizados por processos brutais que resultavam no empobrecimento do solo, inspirados nas "queimadas" indígenas.

Se no último quartel do século XIX a atividade agrícola carece de impulso renovador e o ciclo tropeirista vive já o seu declínio, aos poucos a aglomeração urbana da comunidade faxinense começa a se firmar e a apresentar novas demandas. Com isso, assinala Caio Prado Jr.

> As funções se tornam mais diferenciadas e exclusivas: o comerciante é só comerciante, e não apenas nas horas disponíveis da lavoura; as artes e ofícios já começaram a se destacar nas atividades rurais, e aparecem nos centros urbanos os primeiros artífices autônomos. Vão surgindo algumas autoridades fixas e permanentes, como o juiz que não é mais o simples fazendeiro a exercer o cargo nas horas vagas: nos julgados mais importantes, haverá um juiz letrado, que não é do lugar, que vem de fora; donde sua designação. Haverá mais os serventuários que se podem manter só com os proventos do cargo: escrivães, meirinhos etc., e não precisam completar o orçamento com outras ocupações. (PRADO Jr., 1957, p. 291)

A propósito, em 1861, por lei provincial a vila recebeu foros de cidade com o nome de Itapeva da Faxina[58]. A cidade, que pertencera a várias comarcas – Itu, Itapetininga, Botucatu, retornou a Itapetininga, e a partir da Lei nº 46 de 06 de abril de 1872, passa a constituir sede de comarca com a denominação de Faxina, consolidando-se como cidade-polo da região.

Além da caça ao índio e do ciclo do tropeirismo, que chega até o final do século XIX, Itapeva passa por outros pequenos ciclos econômicos, alguns concomitantemente, durante o período imperial. A agricultura de subsistência aos poucos vai sendo vocacionada para a produção de excedentes, inicialmente de aguardente de cana, depois milho e suínos. A partir de 1870, a economia se volta para a produção do algodão. Com a circulação de dinheiro, começa a se distinguir uma nova categoria de atividade econômica: a prestação de serviços. Segundo Barbosa (1988) "em 1874, pelo recenseamento local, Itapeva possuía uma população de 10.094 habitantes"

Datada de 1875, carta redigida por João Kopke[59] noticia a sua chegada à cidade, onde tomaria posse como promotor de justiça, confessando ter tido uma primeira impressão "nada agradável", ainda que ao final admita ter passado nela bons anos dos quais conservaria "muitas saudades". A cidade, então, embora "feia" no aspecto geral e carente de infra-estrutura, reúne de 400 a 500 moradias, prevalecendo em sua maioria construções de madeira, distribuídas por cerca de catorze ruas, "estreitas e mal cuidadas". A matriz chama a atenção pela simplicidade de sua edificação. A fachada não tem torre e nenhum requinte. Notáveis são o teatro de Sant'Ana e o Gabinete de Leitura, "construído por acionistas". A população do núcleo urbano, estimada em 2.500 almas, conta com uma variada gama de serviços:

[58] Lei nº 61/1866, de 20/04/1866, promulgada pelo Cel. Joaquim Floriano de Toledo, vice-presidente da Província de São Paulo Somente em 30 de novembro de 1938 teve sua denominação alterada para Itapeva, após intensa mobilização da comunidade. (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

[59] João Köpke (1852-1926) fez os estudos primários no Colégio de Petrópolis, os secundários, na cidade do Rio de Janeiro e iniciou os estudos superiores na Faculdade de Direito de Recife, tendo-se posteriormente transferido para a Faculdade de Direito de São Paulo. Nessa capital, torna-se um republicano ativo, amigo de Francisco Rangel Pestana e Antonio da Silva Jardim, também republicanos históricos e defensores da causa da instrução pública e da instrução primária, entendidas como condição fundamental para a viabilização do regime republicano. No ano de 1874, ainda cursando o quarto ano de Direito, casou-se com D. Maria Isabel de Lima. Em 1878, o bacharel João Köpke abandonou a magistratura e passou a se dedicar definitivamente ao magistério, tendo exercido grande influência sobre outros educadores de sua época e de décadas posteriores, no que se refere às propostas e práticas de alfabetização.

> [...] numerosas casa de fazendas e ponto pequeno, de secos e molhados, a que os caipiras chamam ladroeirinhas, duas farmácias, um bilhar, quase sempre aplicado ao infame jogo de estrada de ferro, ferrarias, barbeiros e cabeleireiros (um de cada um), marceneiros, fogueteiros, ourives, dentistas, sapateiros, alfaiate francês, ferradores e até um produtor de medicamentos homeopáticos – o senhor Irineo de Faria Mello. Padarias não há, o pão que se consome é feito por famílias que o fabricam conforme podem. A água, excelente, é provida por bons mananciais: o do Calixto, e o vulgarmente denominado Olho do Padre Miguel. Iluminação não se vê: dizem que outrora os particulares a faziam à sua custa e algumas ruas, mas pouco a pouco deixaram esse louvável empenho até morrer de todo. (KOPKE, 1838)

Diferentemente das regiões onde o cultivo de café trouxe grandes levas de imigrantes para substituição da mão de obra escrava, os primeiros imigrantes que se estabeleceram na antiga Itapeva eram pequenos comerciantes, mascates ou prestadores de serviços. João Carlos Ungria, ourives e relojoeiro, de sobrenome Ofenbauer, recém-chegado da sua pátria, passa por Bananal, Sorocaba e Itapetininga, até estabelecer-se em Itapeva, depois de casar-se, em 1833, com Antônia Soares de Queiroz, neta de bandeirantes e tropeiros sorocabanos. João de Almeida Queiroz, nascido em Sorocaba em 1827, desde muito cedo se fez tropeiro, aventurando-se até o Rio Grande do Sul para buscar tropas, depois se tornou cirurgião prático. Em 1854, casa-se com dona Sofia Mariana Virmond e segue para a Bahia. Em 1863, volta a Lapa e depois segue párea o Uruguai e Argentina, luta na guerra do Paraguai e, ferido, quatro anos depois comercia em Tatuí e de lá se muda para Itapeva, onde se estabelece como mascate curador. Na cidade, torna-se um dos fundadores do Teatro Santana. Posteriormente seria nomeado administrador da barreira de Itararé, vindo a se tornar um dos fundadores daquela cidade, emancipada de Itapeva em 28/08/1893. (ALMEIDA, 1981, p. 157)

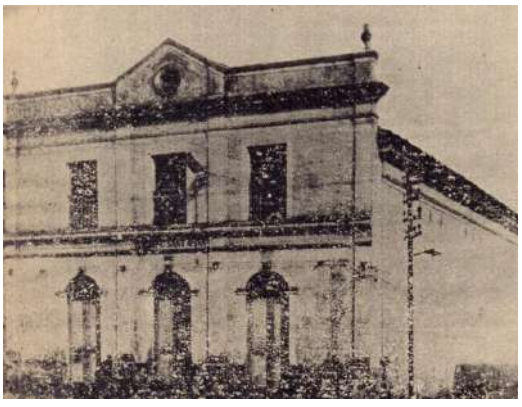


Figura 12 – Fachada do Teatro Santana. Fonte: Arquivo IHGGI

Inaugurado em 1878, o Teatro Santana chegou a ser ocupado concomitantemente pela Câmara de Vereadores. No Teatro Santana se apresentaram a companhia do notável ator Xisto Bahia, em 1889, e Artur de Azevedo em 1900, conforme noticia o jornal O Sul de São Paulo. Atualmente o prédio já não existe. Eram tempos de profundas transformações:

> A economia e a sociedade paulistas, com a passagem do trabalho compulsório para o assalariado e o início da imigração europeia em massa, passaram por transformações históricas profundas e relevantes. (NASCIMENTO, 2011)

Se durante todo o período do Brasil Imperial, Itapeva apresentou um crescimento lento, porém continuado, modelando as bases econômicas e sociais constitutivas de sua identidade, foi ao longo da Primeira República que a cidade viveu seu primeiro grande surto de desenvolvimento, ainda que em proporções modestas em relação a outras regiões do Estado. Atestam essa avaliação a estruturação da escola pública com a criação do Grupo Escolar de Faxina (1900) e a instalação do Grupo Escolar "Coronel Acácio Piedade", cuja suntuosa edificação foi inaugurada em 1913, bem como a criação da Santa Casa de Misericórdia (1899), a instalação de energia elétrica (1903), telefone (1908), iluminação pública (1909), o cinema (1910) e da água encanada (1915).

Figura 13 – Fachada da primeira instalação da Santa Casa de Itapeva que Inicialmente funcionava na antiga Rua Paissandu, 30, hoje, Rua Mário Prandini, 360. Fonte: Arquivo IHGGI

Figura 14: Fachada do edifício-sede da Santa Casa de Itapeva, localizado à antiga Rua Santo Antonio, construído em 1919. Fonte: Arquivo IHGGI

Figura 15 – Atual sede da Santa Casa, após diversas reformas e ampliações, que ocupa um quarteirão entre a Rua Mário Prandini/ Praça Espiridião Lúcio Martins/Rua Dr. Pinheiro/Alameda Toledo Ribas. Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Itapeva

Figura 16 – Fachada do Gabinete de Leitura Itapevense inaugurado em 1885. Fonte: Arquivo IHGGI

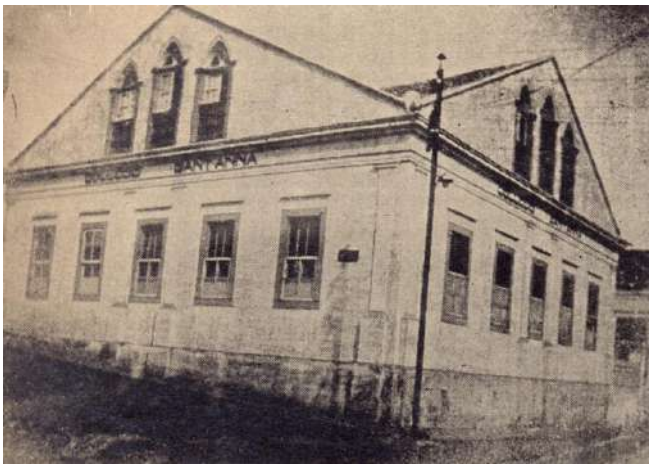
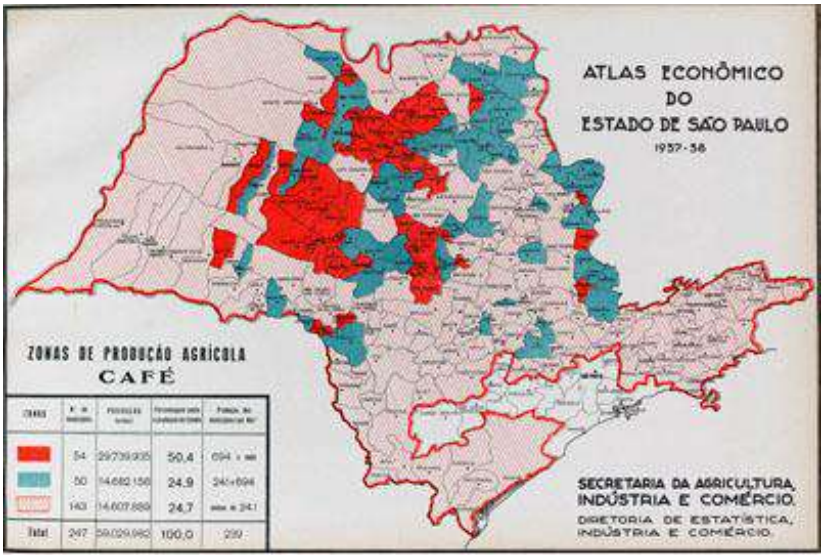


Figura 17 – Prédio do Colégio Sant'Anna, a primeira escola pública de Itapeva. Fonte: Arquivo IHGGI

Entre 1893 e 1928 cerca de 1,5 milhão de imigrantes passou pela Hospedaria dos Imigrantes, que funcionava como abrigo dos recém-chegados e bolsa de mão de obra para os fazendeiros paulistas. Só em 1895 passaram por ali mais de 100 mil estrangeiros subsidiados. A maioria desses imigrantes, no entanto, se dirigia às regiões produtoras de café situadas no eixo nordeste paulista, dentro do modelo do sistema de parceria, subvencionado pelo estado, por meio do qual os fazendeiros financiavam a vinda dos estrangeiros, custeando-lhes desde o transporte ultramarino até as propriedades rurais e, até que os colonos pudessem colher os resultados do seu trabalho, forneciam-lhes alimentos e artigos de primeira necessidade. Cada família cuidava de uma quantidade de pés de café. Após a colheita e beneficiamento, o lucro era dividido em partes iguais e as dívidas contraídas pelos colonos com os citados adiantamentos eram, paulatinamente, amortizadas. (HEFLINGER Jr., 2012)

Como esse sistema nem sempre foi implantado a contento, apresentando abusos constantes que chegavam por vezes a beirar o regime de escravidão, parte destes imigrantes desvencilhava-se de seus contratos para buscar novas oportunidades como produtores autônomos. Buscavam, assim, novas regiões onde as terras eram mais baratas. Era o caso do sul paulista.

O mapa estatístico da produção de café no Estado de São Paulo, ao final da década de 30, mostra que a região de Itapeva situava-se numa área de transição entre região de baixo cultivo e de cultivo inexistente, relativa à Mata Atlântica.



Mapa 14: Áreas de cultivo do café no Estado de São Paulo nos anos de 1937-1938. Cf. Atlas Econômico do Estado de São Paulo | Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

À época, as regiões de São Paulo dividiam-se em velhas e novas zonas de cultivo do café, decadentes, de colonização consolidada e de frentes pioneiras, principalmente no oeste paulista. As cidades do “sertão do Paranapanema” em certa medida estavam entre estas últimas. Seguindo a metáfora da mão espalmada utilizada por Teodoro Sampaio para descrever os principais eixos de comunicação e transporte do Estado, também a instalação de ferrovias adotou a mesma lógica.

No rastro do sucesso econômico da estrada Santos-Jundiaí concluída em 1867 pela São Paulo Railway, surgiram as ferrovias Paulista – seguindo em direção a Limeira e Rio Claro (1876), São Carlos (1884), Araraquara (1885) e Jaboticabal (1892) – e a Mogiana, fundada em 1872, que interligou Campinas a Casa Grande (1878), Ribeirão Preto (1883) e Franca (1887). Até o final do século, havia no estado 3.373 quilômetros de estradas ferroviárias. A Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), criada em 1870 por empresários sorocabanos liderados pelo comerciante de algodão Luís Mateus Maylasky, ele próprio um imigrante austro-húngaro, inaugurou seu primeiro trecho em 1875 interligando Sorocaba à capital. Para alcançar sustentabilidade, ela se expandiu primeiramente à região produtora de café em Botucatu e Assis, que então se tornou uma das principais cidades do interior paulista por abrigar as oficinas da ferrovia. Depois continuou sua expansão em direção ao noroeste paulista, chegando a Bauru, Presidente Prudente (1919) e ao seu ponto final em Presidente Epitácio (1922). Antes disso, a EFS construiu o ramal de Itararé ligava Iperó a Itararé, conectando a rede ferroviária paulista às estradas de ferro do Paraná, pelo antigo caminho dos tropeiros.

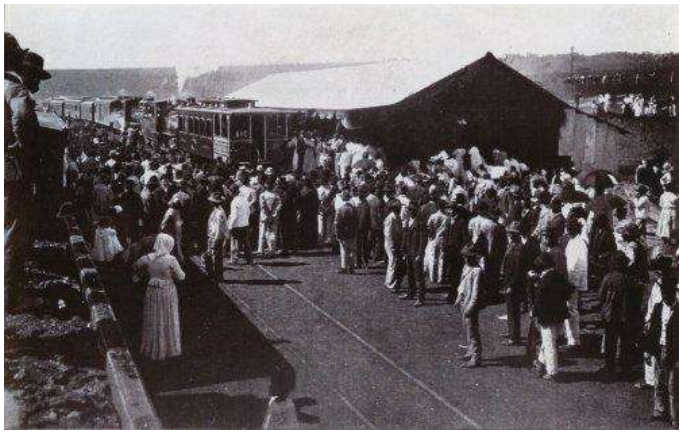


Figura 18: Inauguração da Estação Ferroviária de Faxina. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itapeva.htm

Em Itapeva, a ferrovia chegou em 1909, em 1º de março, quando foi inaugurada a estação ferroviária ainda sem a edificação projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo. O presidente Afonso Pena e altas autoridades da República estiveram presentes na inauguração da Estação Ferroviária de Vila Isabel. A ramificação sul acabou sendo conhecida como “ramal da fome”, pois na sua bifurcação o vagão restaurante seguia em direção ao noroeste e o chefe do trem alertava em altos brados os passageiros para se prevenirem. A alcunha pejorativa colou à imagem da região por várias décadas e, a bem da verdade, não foi à toa.

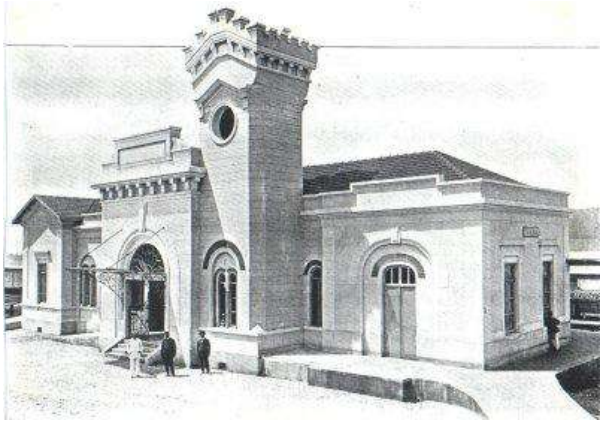


Figura 19: Ilustração do projeto arquitetônico de Ramos de Azevedo. Cf. Relatório da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimentos da Estrada de Ferro Sorocabana

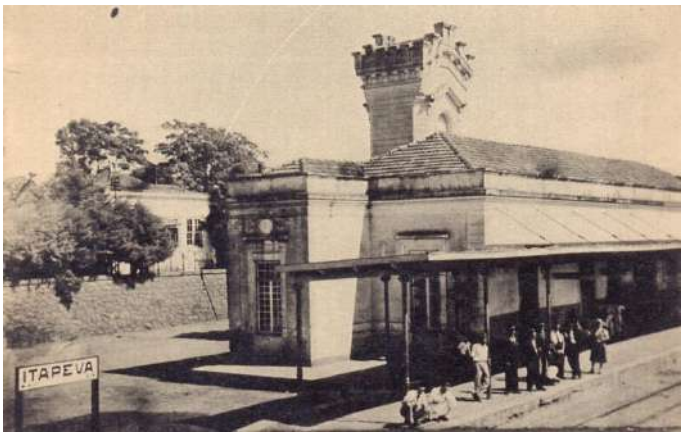


Figura 20: Estação de Faxina, em 1912. Foto da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimentos da Estrada de Ferro Sorocabana - Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe Joaquim Huet de Bacellar
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itapeva.htm

O transporte ferroviário substituía a tropa de muares, impondo ponto final definitivo ao ciclo tropeirista e, enquanto as demais linhas férreas transportavam mercadorias de alto valor como o café, no “ramal da fome”, nos primeiros anos transportava-se

majoritariamente gado, suínos, algodão e lenha para abastecer as próprias locomotivas movidas a vapor e à própria capital paulista, que expandia celeremente o seu processo de industrialização.

Algumas indústrias estavam distribuídas pelo interior em função da facilidade na obtenção de matéria-prima local e oferta de matriz energética, baseado na produção hidrelétrica, como era o caso das fábricas de fiação e tecelagem instaladas num raio de no máximo 150 quilômetros da capital. Não era o caso de Itapeva, considerada "boca de sertão", "ponta de trilho", "expressões de grande significação histórica e de uso corrente na sociedade em permanente expansão sobre novos territórios" (NASCIMENTO, 2012, p. 77). A região do extremo sul paulista havia ficado de fora do grande impulso do ciclo cafeeiro, pois apresentava um inverno muito rigoroso que não propiciava a cafeicultura, e, a partir de meados de 1870, quando o Estado de São Paulo iniciou o cultivo de algodão, Itapeva passou a desenvolver a cotonicultura favorecida pelo seu clima e terra férteis. Diferentemente, porém, de Sorocaba que investiu na indústria da tecelagem para beneficiar o produto, na região de Itapeva os produtores se limitaram à exportação da matéria-prima, valendo-se da ferrovia.

Por um relatório de 1946, pode-se ver que a maioria da carga exportada era de cal (21 mil toneladas produzidas em 1945), seguindo-se 32 mil suínos e 555 vagões de madeira, dentre outros produtos receita de exportação (Cr$ 3.920.231,10) supera a da importação (Cr$ 1.221.920,20).

ITAPEVA

Exportados do Município por via férrea 45.787.489 quilos de mercadorias em 1945

ITAPEVA, 26 (Do nosso correspondente) — Apresentou o seguinte movimento a estação local da E. F. S durante o ano de 1945:

BILHETES EMITIDOS — 1.a classe, 3.123 — Ida e volta, 3.313; 2.a classe — Ida e volta, 11.729. Renda — Cr$ 150.779,50.

ENCOMENDAS — 6.575 despachos com 203 453 quilos. Renda: Cr$..... 77 587,90.

MERCADORIAS EXPORTADAS — Algodão 703.077 kg.; alfafa, 1 961 kg.; cereais, 7.959 sacos; madeira, 555 vagões; bovinos, 301 cabeças; suinos, 31 921 cabeças; sementes de algodão, 1 4302.255 kg.; cal virgem, 21 311.306 kg.; outras mercadorias, 9.823 982 kg. Total, 45.787.489 quilos. Renda: Cr$ 3 387 470,70.

IMPORTAÇÃO — Encomendas..... 232 118 kg.; mercadorias, 10.662.251 kg.; telegramas expedidos: particulares, 1 306; de serviço, 929. Renda: Cr$.... 4 393,60. Receita arrecadada, Cr$..... 1 830 547 70. Receita: total de exportação, Cr$ 3 920 231,10. Fretes de mercadorias: Cr$ 1.221 92020.

E' agente da estação o Sr. Luiz de

EDITAL DE CASAMENTO — Está sendo proclamado o casamento do Sr José de Moura Penteado, filho do Sr Renato de Arruda Penteado e de D Antonia e Moura Penteado, com a Srta. Maria Silva, filha do Sr José Rodrigues da Silva e de D. Joana C Rodrigues da Silva.

CASAMENTO — Realizou-se dia 22 do corrente nesta cidade o enlace matrimonial do Sr. Orací de Amorim filho do Sr. José Antonio do Nascimento Amorim e de D. Ercilia Vitória de Amorim, com a Srta Zenaide B Santos, filha do Sr. Miguel Celestino dos Santos e de D. Fernandina Briseola dos Santos.

NASCIMENTO — Telma Maria, primogênita do Sr. Aridio dos Santos e de D. Narcisa de Camargo Santos; Gilberto, filho do Sr. Valentim Rossi e de D. Jóssia de Camargo Rossi.

NOIVADO — São noivos em Itapeva o Sr. Oswaldo Palombo, filho do Sr. Alfredo Palombo e de D. Estimiana Samaroni Palombo e a Srta. Imaculada Samaroni, filha do Sr Alexandre Samaroni e de D. Ana de Carlo Samaroni.

BATIZADO — Foi batizada na igre-

Figura 21: Fac-simile de jornal noticiando o balanço do movimento de mercadorias transportadas pela EFS a partir de Itapeva no ano de 1945 (Folha da Manhã, 22/1/1946)

Se a ferrovia servia ao transporte de mercadorias produzidas no município e região com destino aos centros urbanos, na outra direção trazia levas de imigrantes que para lá se dirigiam em busca de oportunidades.

> A maioria destes imigrantes era de italianos, portugueses, espanhóis, austríacos, letos, russos, libaneses e muitos outros. Com a chegada destes imigrantes a pequena Faxina, que dormia no tempo, tomou um novo impulso. (GRETZ, 2008)

Com a vinda dos imigrantes, além dos que se dedicaram à agricultura, outros se dedicaram ao comércio e serviços. Muitos deles eram pedreiros, barbeiros, sapateiros, padeiros, pintor, ferreiro, marceneiro, alfaiate e até pequenos industriais que se dedicavam às serrarias, curtume de couros e ao fabrico de farinha de milho. Desde então trouxeram contribuições importantes para a história cultural da comunidade, dedicando-se também às letras, à imprensa, à música, ao cinema e ao teatro.

Outro marco na história de Itapeva deve-se ao fato de que a cidade, durante a Revolta Constitucionalista de 1932, ficou entre as duas cidades que sofreram enfrentamentos constantes: Itararé e a pequena Buri. Itapeva não participou diretamente do combate, mas forneceu, pelo menos, 55 combatentes. Tão logo as tropas governistas venceram as hostes de resistência paulista em Itararé, rumaram para o município. Diante da iminência da invasão da cidade, na manhã do dia 22 de julho o prefeito Lucas Ferraz de Camargo foi ao encontro das tropas gaúchas para propor rendição pacífica em troca do respeito à população e às propriedades. Assim que as tropas federais chegaram a Itapeva, tomaram-na como base de operações, respeitando o acordo com as autoridades locais. Escolas e a sede do Gabinete de Leitura foram transformadas em ambulatórios para tratamento dos feridos.

Manteve-se a ordem na cidade ocupada com medidas restritivas que alcançavam tanto os cidadãos faxinenses como os soldados sulistas. Uma delas era a proibição de bebidas alcoólicas, que no entanto foi revogada no dia seguinte, desde que fosse preservado o sossego público a partir de 21 horas, “mesmo na zona de meretrício, onde mais intenso será o policiamento”. É o que determina boletim distribuído na cidade em 24 de julho de 1932, pelo capitão chefe de polícia, Amador Aysneiros de Lima. Sem forças para oferecer resistência por terra, a cidade passa a ser alvo dos aviões de combate das forças paulistas. Por um grave erro das tropas paulistas, a região não contava com contingentes de reserva e diante da enorme inferioridade

numérica, teve que recuar até o rio Paranapanema, cedendo à custa de sucessivas escaramuças ao longo de dois meses quase 150 quilômetros de território paulista para as tropas federais, comandadas pelo general Waldomiro Castilho.

O bombardeio aéreo é intenso, algumas vezes atingindo até mesmo soldados constitucionalistas. Multiplicam-se os feridos em ambas as hostes militares. A escassez de víveres e de remédios agrava ainda mais a situação e, em 19 de setembro, às vésperas do aniversário da cidade, o prefeito Lucas de Camargo pede demissão por divergências com o Cel. Vila, comandante militar da praça. Os paulistas resistem heroicamente e, em Itapeva, a maior frente de luta se dá no Bairro da Caputera, zona rural de município. Em 2 de outubro, sem armas, sem munição e sem o apoio de outros Estados, São Paulo se rende às forças getulistas.

Passada a revolução, Vargas cumpre o calendário eleitoral proposto antes mesmo do conflito, realizando eleições para o Congresso Nacional Constituinte, empossado-o em 15 de novembro de 1933. A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho daquele ano, lhe permite chegar legalmente à presidência, eleito no dia seguinte pelo Congresso.

Vargas adota inicialmente uma política de conciliação com os paulistas, nomeando vários deles para o seu ministério. Entretanto, a região sul paulista, terra de seu principal opositor Júlio Prestes de Albuquerque, nascido em Itapetininga, cuja eleição em 1930 havia sido frustrada com o golpe de estado, se ressente de uma possível perseguição getulista.

Com efeito, durante todo o período da Era Vargas (1930-1945), a região vive um período de ostracismo político. Descapitalizada, sem investimentos públicos e com forte concentração de renda numa oligarquia que se apoia em atividades latifundiárias, a região permanece à margem do desenvolvimento em relação a outras regiões do estado.

A mudança do nome do município que, por decreto estadual de 30 de abril de 1938, teve sua denominação oficial alterada de Faxina para Itapeva, deve ser compreendida como um movimento cívico de elevação da auto-estima da população. A campanha, liderada por Fortunato de Camargo Jr, jornalista que adotava o pseudônimo de Sinhô, obteve amplo apoio da população e das autoridades locais. Neste mesmo ano, a comarca de Itapeva passou a ser constituída pelos municípios de Buri, Ribeirão Branco e Itaberá, além da própria sede.

Por volta de 1940, com a descoberta de jazidas minerais, Itapeva passou a ter na extração de minérios uma de suas mais importantes atividades econômicas. No final da década de 1950, empresas se instalaram na cidade iniciando um primeiro grande ciclo de industrialização de minérios, a exemplo da Cia de Cimento Portland Maringá, produtora de cimento e ferro-gusa e Cobrasi (cobre). Ressalte-se que a única empresa constituída nessa área com capital de investidores locais foi a Companhia de Mineração São Mateus, mais tarde incorporada pelas Indústrias Votorantim. Em virtude das atividades de mineração, Itapeva recebeu o título de “Capital dos Minérios”.

> Um fato interessante nesse movimento de instalação de novas indústrias é que as unidades instaladas em Itapeva eram sempre filiais de empresas sediadas em outros lugares, não tendo ocorrido a implantação de nenhuma matriz em Itapeva. (CAVANI, 2006, p. 75)

A Cia. de Cimento Portland Maringá foi criada em Itapeva no ano de 1954 pelo Grupo Mesquita/Vidigal, tradicional no ramo de autopeças, que no mesmo ano criou a Companhia Cimento Ponte Alta, em Uberaba (MG). Com capital nacional limitado, nunca chegou a concorrer com os grandes grupos nacionais e internacionais do setor, mas teve um papel de destaque na economia de Itapeva. Na década de 1960, chegou a oferecer cerca de 1.000 empregos diretos, constituindo-se no principal empregador do município, impulsionando o mercado de consumo local e a criação de dezenas de empresas voltadas à prestação de serviços. Mais do que isso, influiu diretamente no processo de transformação da paisagem urbana de Itapeva. Quer seja pelo aumento de renda da população, quer seja pelo próprio crescimento populacional ou mesmo pelo modismo da modernização arquitetônica criado no cenário nacional pela inauguração de Brasília, os anos 60 foram marcados por profundas alterações na paisagem urbana de Itapeva. Os velhos casarões de taipa deram lugar às construções de alvenaria de tijolos e concreto armado. A grande oferta de cimento sem dúvida contribuiu para acelerar esse processo em Itapeva.

> O aumento da população residente nas cidades ocorreu no bojo do processo de transformação da paisagem urbana, de substituição do velho pelo novo, mais especificamente das casas de taipa de pilão pelo concreto armado - uma nova forma de construção possibilitada pelo cimento e pelo aço (FRANCESCONI, 1996, *apud* SANTOS, L. B., 2011).

Figura 22 – Obras de alargamento da Rua Santana, na área central da cidade, durante a gestão do prefeito Jorge Assumpção Schmidt (1968-1972). Fonte: Arquivo Folha do Sul

Em 1998, dentro de um cenário de internacionalização do capital investido na indústria cimenteira no Brasil, o Grupo Lafarge comprou participação acionária na Cimento Maringá, da Família Gastão Mesquita, situada em Itapeva/SP. De origem francesa e atualmente o maior conglomerado de materiais de construção do mundo, o Grupo Lafarge introduziu novas metodologias de gestão empresarial e, atualmente, a fábrica encontra-se com produção limitada pelo envelhecimento da tecnologia industrial, o que representa uma redução drástica nos postos de trabalho da unidade local.

Recenseamento de 1950 registrou uma população de 23.546 habitantes, distribuída entre a própria cidade e os distritos de Campina do Veado e do Guarizinho. Cerca de 80% dessa população continuava habitando a zona rural. Com relação às atividades econômicas do município, destacavam-se as propriedades agropecuárias dedicadas à policultura (milho, batata inglesa, arroz, batata-doce e tomate), e a presença um rebanho apreciável: em 1956, entre bovinos, suínos, eqüinos e outros, o rebanho contava em torno de 65.200 cabeças. As atividades industriais, que ampliavam, de algum modo, a sua presença, permitiam observar os seguintes ramos: transformação de minerais não metálicos, alimentos, madeira, extração de produtos vegetais, calçados e artefatos de tecido. (PIRES, 1957, *apud* CAVANI, 2006) No entanto, essas mudanças econômicas devem ser vistas, nesse período, tão-somente como uma certa diversificação das atividades locais, pois continuava a vincular-se ao campo a parcela mais significativa, em termos de importância, da vida econômica da cidade.

Outro ciclo importante econômico do século XX iniciou-se nos anos 1960 com o plantio de trigo, cultura que bem se adapta aos rigores do inverno. Toda a região sul do estado passou a se dedicar à triticultura, alcançando excelentes níveis de

produtividade. Todavia, o trigo sempre foi exportado como matéria-prima bruta, sem passar pelo processo de industrialização, deixando de se agregar valor ao produto, uma característica que se estendeu nas décadas seguintes com relação à produção de grãos. Itapeva e região se especializaram na produção de milho e soja, a partir dos anos 1980, com o ciclo da agricultura mecanizada, destinando toda a sua produção para a exportação *in natura*.

Com a lei de incentivos fiscais adotada pelo governo central do período do regime militar para induzir o crescimento econômico do país, a região se dedicou a partir dos anos 1970 ao reflorestamento com o plantio de *eucalyptos* e *pinnus,* que, em parte, era destinada às fornalhas industriais e outra parte ao fabrico de papel celulose, desde a instalação da Indústria de Papel Sguário.

Os fatores determinantes da desconcentração industrial nas décadas de 1970 e 1980, estimulada por diversas instâncias governamentais, não chegaram a transformar o perfil econômico do município e da região. À margem desta dinâmica devido à própria natureza de suas atividades econômicas permanecerem em grande parte enraizada em seu cunho histórico de natureza extrativa, Itapeva chega aos anos 1990 integrando o grupo de municípios paulistas menos desenvolvidos, ombreando com as microrregiões de Avaré e Registro, no Vale do Ribeira.

A partir dos anos 1990, impulsionado pelo processo de redemocratização do país, o Estado de São Paulo passou a atuar mais fortemente na redução das disparidades regionais e, sobretudo, a investir em ações estruturantes nas áreas da saúde e de educação, revertendo gradativamente os altos índices de analfabetismo e de mortalidade infantil na região sudoeste paulista. O desenvolvimento regional, todavia, continua substancialmente atrelado aos interesses do mercado, cuja lógica dificulta a atração de investimentos privados para longe dos grandes centros consumidores e das facilidades de acesso a meios de transporte e comunicação eficientes.

O centro da região é o município de Itapeva com 82.866 habitantes no ano 2000 (IBGE), com uma densidade populacional de 45 hab./km^2 e que apresentou uma taxa de crescimento populacional, nos anos 90, de apenas 0,11%. Deve-se levar em conta, entretanto, que foram emancipados em 31 de dezembro de 1991 dois de seus três distritos, que receberam autonomia política, a partir de 1993, tornando-se municípios, emancipados pela Lei nº 7664 de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre alterações no Quadro Territorial Administrativo do Estado de São Paulo. Nova

Campina, como passou a se chamar o antigo distrito de Campina do Veado, e Taquarivaí, tiveram suas populações computadas pelo IBGE 2010 respectivamente com 8.515 e 5.149 habitantes. Além do contingente populacional, com as emancipações o município de Itapeva perdeu respectivamente 385,3 km^2 e 232,9 km^2 de seu território.

Cabe assinalar que a mobilização emancipacionista se deu basicamente pelas dificuldades da manutenção dos serviços nestes territórios pelas prefeituras em função da grande extensão territorial dos municípios de origem.[60]

Mapa 15: Área de Itapeva em 1872. Fonte: IGC/SP

Mapa 16: Área de Itapeva em 1933. Fonte: IGC/SP

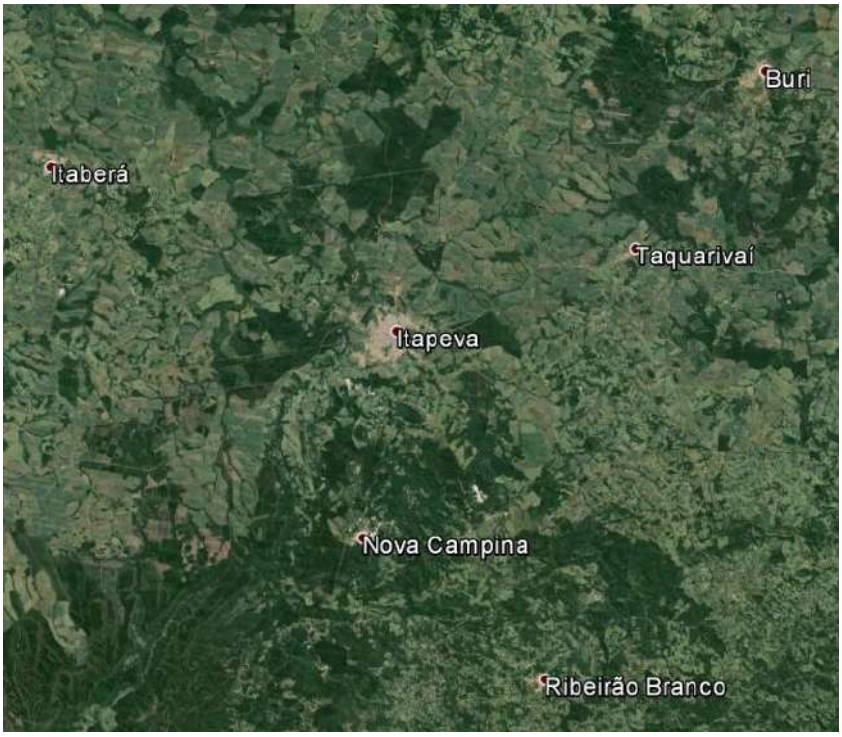
Mapa 17: Área de Itapeva em 1940. Neste mapa, o território de Itapeva volta a abranger o de Ribeirão Branco. Fonte: IGC/SP

Mapa 18: Área de Itapeva em 2000. Fonte: IGC/SP

[60] Para Bremaeker, essas justificativas possuem íntima relação entre si,como por exemplo o descaso por parte da administração do município de origem e sua grande extensão territorial, pois quanto mais distante estiver a população da sede do município mais difícil será atender aos seus anseios (MAGALHÃES, 2007, p. 13-52)

De qualquer modo, se de um lado a região sudoeste paulista permaneceu menos envolvida pelo ciclo desenvolvimentista da segunda metade do século XX, de outro lado este próprio alheamento acarretou-lhe significativo grau de preservação de seus recursos naturais em relação às demais regiões que expandiram suas atividades econômicas num período em que se tinha excessivo liberalismo nas políticas ambientais.

O interior de São Paulo teve entre 1985 e 1990 uma perda de aproximadamente onze por cento de sua cobertura vegetal, acelerando um processo de desmatamento ocasionado por diversas frentes de desenvolvimento nos últimos 150 anos. Na região de Itapeva, a despeito da riqueza de seus ecossistemas, não foi muito distinto. Todavia, os fragmentos remanescentes da floresta subtropical, cerrado e campos, os capões remanescentes de araucária e matas ciliares, mesmo ameaçados pela ação antrópica, continuam desempenhando importantes funções ecológicas para a manutenção da biodiversidade regional, proteção de mananciais, constituindo importante patrimônio para as estratégias de conservação e recuperação de novas áreas (SILVA, Iracy, 2006). Assim, no limiar do século XXI a região do alto vale do Paranapanema detém um patrimônio ambiental ímpar no território paulista que merece ser preservado.



Mapa 19: Cobertura vegetal da região de Itapeva. Fonte: Google Maps. Acessado em 15/05/2014

2.3.3 – As referências patrimoniais do município

Do ponto de vista da demarcação espacial e temporal dos cenários de ocupação humana importa considerar a inserção territorial das populações em cada intervalo de tempo correspondente e, a partir daí, identificar as suas respectivas referências patrimoniais que se consolidam como indicadores de memória. A partir de fontes arqueológicas, etno-históricas, histórico-arquitetônicas e históricas, consolidadas em referências bibliográficas, Sílvio Araújo apresenta um resumo da ocupação humana de Itapeva e região (11 municípios) que identificam sistemas regionais de assentamento e ciclos econômicos regionais, distribuídos em sete diferentes cenários, sempre com a ressalva de que

> Os cenários de ocupação humana correspondem a determinados espaços de tempo que não são estanques e uniformes; são complexos tal como é a sociedade. Em vários casos um cenário se sobrepõe a outro devido à espacialidade da área. Então, os dados apresentados aqui devem ser interpretados como fragmentos do tempo materializados em bens patrimoniais. (ARAÚJO, S., 2011, p. 251)

Assim o processo de construção do território patrimonial de Itapeva passa pela caracterização de diferentes cenários. A cada um deles corresponde uma delimitação espacial específica que resulta de variadas circunstâncias de natureza histórica e cultural, determinadas pela diversidade dos modos de vida, dos costumes e das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva. Sobre as relações entre o homem e a natureza, o olhar geográfico de Berdoulay (2012) “nos indica que essas práticas têm uma dimensão espacial, que requerem uma organização de territórios ou uma interação com o meio ambiente, levando a uma adaptação deste à sua transformação”.

Os cenários de ocupação humana descritos por Sílvio Araújo se distribuem no tempo e no espaço. No primeiro cenário, os paleoíndios – “definidos como o estágio de adaptação de sociedades imigrantes às condições climáticas e fisiográficas glaciais e pós-glaciais no novo mundo”[61] – estão relacionados à caça de mega fauna (SILVA-MÉNDES *apud* ARAÚJO, S., p. 254, 2011) e deles são encontrados raros vestígios na bacia do Apiaí, Taquari e alto Itararé, sendo mais frequentes encontrá-los no Vale do

[61] Willey & Phillips, 1958, *apud* NEVES, 2000, *apud* ARAÚJO, 2011.

Ribeira. Delimitar o espaço por eles ocupado não é seguro, embora possa se deduzir que tenham migrado por todo o sudoeste paulista.

CENÁRIOS DE OCUPAÇÃO HUMANA	REFERÊNCIA TEMPORAL	BASE DE REFERÊNCIA
1º Cenário: Macrossistemas de caçadores-coletores		
Paleoíndio	Cerca de 11.500 ± anos A.P.	Arqueológicas
Caçador-coletor antigo	7.000 ± anos 3.500 ± anos A.P.	Arqueológicas
Caçador-coletor recente	3.500 ± anos a 1000 ± anos A.P.	Arqueológicas
2º Cenário: Macrossistemas de agricultores (Guarani, Kaingang e Tupi)		
Guarani	Forte presença em 1.000 anos A.P.	Arqueológicas e etno-históricas
Kaingang	De 1.530 anos a 150 anos A.P. com forte presença por volta de 1.000 anos A.P.	Arqueológicas e etno-históricas
Tupi	295 ± 30 anos A.P. para o sítio Bianco e SCF-1 380 ± 30	Arqueológicas e etno-históricas
3º Cenário: Contato interétnico e a escravidão		
Bandeirismo de apresamento	De 1530 a 1845	Históricas e etno-históricas
Bandeirismo prospectivo	De 1700 a 1780 ±	Arqueológicas, etno-históricas e históricas
Ciclo do tropeirismo	De ± 1700 a ± 1860	Arqueológicas, etno-históricas e históricas
4º Cenário: Fortalecimento da Agropecuária e a EFS		
Declínio do tropeirismo	± 1860 a 1930	Arqueológicas, e históricas
Produção de algodão e suínos	± 1860 a 1940	Arqueológicas, e históricas
Extrativismo vegetal/serrarias	± 1910 a 1950	Arqueológicas, e históricas
5º Cenário: Urbanização e pré-industrialização		
Edifícios institucionais, primeiras indústrias e a Estrada de Ferro Sorocabana	1890 a ± 1960	Arqueológicas, e histórico-arquitetônica
6º Cenário: Revoluções de 1930/1932 e extrativismo minerário		
As trincheiras revolucionárias	Ano de 1930/1932 (revoluções)	Arqueológicas e históricas
Extrativismo minerário	1940 até hoje	
7º Cenário: O reflorestamento e o AI 2		
Ditadura Militar, o reflorestamento e a agricultura mecanizada	1965 até hoje	Arqueológicas (alteração da paisagem) e históricas

Quadro 04 - Quadro resumo dos cenários da ocupação humana para a área de estudo. Fonte: ARAÚJO, S., 2011, p. 252

Os caçadores-coletores antigos, que também eram nômades, “podem ter vivido em compartimentos geomorfológicos e ambientes variados da recente mata Atlântica em regiões ocorrentes nas regiões mais úmidas, manchas de cerrado e presença de araucárias” (GONZALES *apud* ARAÚJO, S., p. 255, 2011). Estima-se, todavia, que a não frequência desse grupo na parte central do Paranapanema superior (Itapeva, Itararé, Capão Bonito e Paranapanema abaixo) pode-se dever à sua baixa densidade demográfica ou por questões paleoclimáticas – a região de Itapeva estaria pouco

favorável ao estabelecimento humano antes de 7.000 ou 6.000 anos A.P. -, ou ainda, à conjugação de ambos os fatores. O grupo de caçadores-coletores recentes vai ocupar espaços variados de 1.000 anos a 750 B.P., cobrindo toda a bacia do Paranapanema. (ARAÚJO, S., p. 257, 2011)

No cenário de macrossistema de agricultores, os sítios Guarani são encontrados em Itapeva com datações que variam de 1.010 ± 110 A.P. para 1.190 ± 120 (sítio Fonseca, no bairro da Caputera, conforme Pallestrini, 1970. Com intervalos de tempo variáveis, eles também estão presentes em Campina do Monte Alegre (sítio Panema, sítio Campina e sítio Jango Luís), em Angatuba (sítio São Roque).

Sítios Kaingang são encontrados em três bacias hidrográficas no Paranapanema superior: Apiaí, Taquari e alto Rio das Almas. Cronologicamente estão situados entre 1.550 anos A. P. e 150 anos A.P., aproximadamente.

Astolfo Araújo (2001) indica a convivência de povos de origem Jê no alto Taquari com grupos Tupi-guarani, ficando os últimos nas áreas de relevos mais suaves e os primeiros em relevo mais acidentado próximo à serra do Mar (Paranapiacaba). No Abrigo Itapeva, escavado em 1969 por Astolfo Araújo, não foram encontrados materiais de origem Jê. Sílvio Araújo (2006; 2011), afirma ter encontrado ali em pesquisa posterior fragmentos cerâmicos do sistema regional Kaingang.

Descrito inicialmente por Araripe em 1887 como a “inscrição indígena do Vorá[62] na Faxina”, o sítio está localizado no Escarpamento Estrutural de Furnas, que do ponto de vista da estratigrafia seria sobreposto à Formação Ponta Grossa, “entretanto a erosão ocorrida entre o final da deposição desta formação e o início da deposição do Grupo Itararé foi responsável pelo desaparecimento da Formação Ponta Grossa no Estado de São Paulo” (SILVA, Iracy, 2006, p. 176).

Segundo a narrativa de Aytai (1970, pag. 30),

> “A rocha dominante da região é arenito (grés) de origem devoninana de uns 450.000.000 anos de idade. Em tempos passados, o atual rio Taquari-Guaçu cortou um sulco profundo, com paredes verticais, nesta rocha. A erosão continuou agindo em muitos lugares nos pés destas paredes, escavando-as profundamente e tornando salientes suas paredes superiores.”

[62] *Vorá* [variação de *borá* do Tupi, o que tem mel]. Espécie de abelha comum em barrancos, em fendas de paredões de rocha e em ocos de árvores.

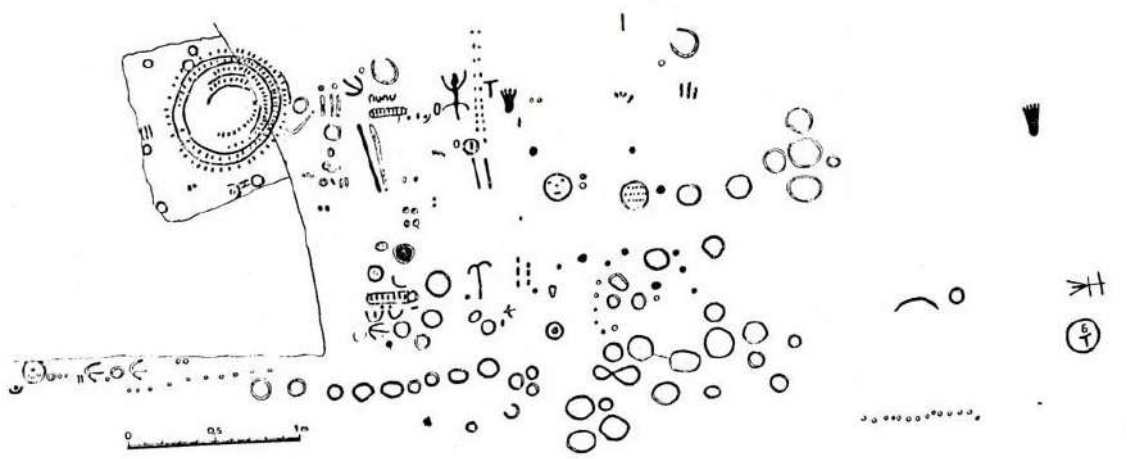


Figura 23: Reprodução do Vorá com desenhos esquematizados por Aytai

No lugar onde se encontram as inscrições rupestres, a rocha saliente não teria resistido a seu próprio peso e com a queda de um bloco formou-se um abrigo. Segundo a descrição de Aytai (1970, pag. 31), “as inscrições cobrem a parede em 20 ms (sic) de comprimento e até 3 ms (sic) de altura, mais ou menos, sendo a concentração das figuras muito maior na região central”.

Ali existem dois tipos de inscrições rupestres: petrografias (dois cervídeos no canto à esquerda do painel e outras formas não identificáveis) e outro grupo de litóglifos (formas em baixo relevo preenchido com pigmentos pretos e vermelhos que constituem a maior parte das inscrições), ambos descritos por Aytai (1970/1972) e Prous (1997). Prous atribui as inscrições do Abrigo Itapeva à Tradição Geométrica, mas destaca o registro de uma imagem pintada de um cervídeo, pertencente à Tradição Planalto, apontando a possibilidade de terem sido originados por diferentes etnias.

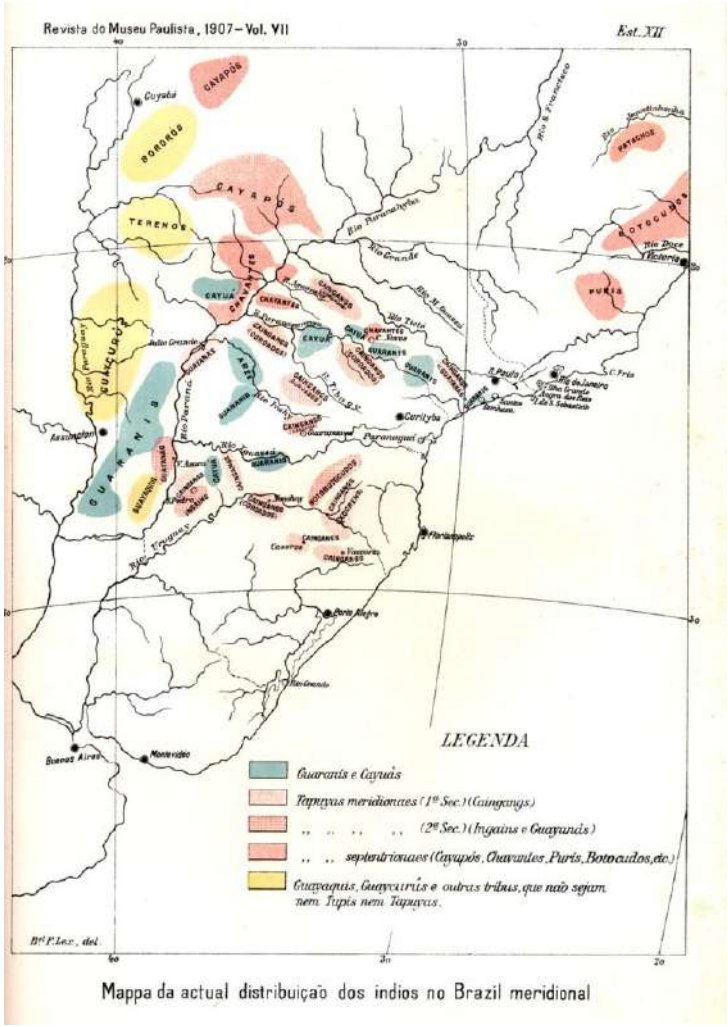
Figura 24: Inscrições rupestres do Abrigo Itapeva. Foto: Pedro Azevedo Filho. Fonte: AZEVEDO, 2006

Figura 25: Inscrições rupestres do Abrigo Fabri: Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

A presença de agricultores Tupi ainda está em estudos. Segundo Astolfo Araújo (*apud* ARAÚJO, S., 2011, p. 262), há diferenças entre os tupi-guarani do médio e alto Taquari. Ele também localiza uma “fronteira” entre grupos portadores de cerâmica tupi-guarani que separa os sítios do Alto Taquari detectados mais ao norte (Silveira, Fonseca) e do médio Paranapanema (região de Piraju). Conjectura-se que os sítios tupi-guarani do Alto Taquari seria uma ocupação Tupi.

Situam-se entre os anos 1000 e 780 d.C, as primeiras datações de testemunhos materiais deste período, realizadas em 1970 por Luciana Pallestrini pelo método de termoluminescência em fragmentos de cerâmica do sistema regional Guarani feitas no sítio Fonseca.

Em resumo, a ocupação de diferentes etnias indígenas (Guarani, Kaingang, Tupi-guarani) se estendeu, em distintos intervalos de tempo que por vezes se sobrepunham. Ocuparam no planalto ocidental paulista as terras mais altas dos campos, do cerrado, entre os rios Tietê e Paranapanema, vales e espigões, margeando os rios Tietê, do Peixe, Aguapé/Feio e Paranapanema. No mapa elaborado por Hermann Von Lhering, em 1907 (RODRIGUES, p. 72. 2007), consta a distribuição das ocupações indígenas identificadas por ele no sudeste brasileiro.



Mapa 19 – Mapa da ocupação indígena no sul e sudeste do país. Fonte: Museu Índia Vanuíre

No cenário de contato interétnico entre indígenas e portugueses, que se estende aproximadamente de 1530 a 1860, a conformação do território de Itapeva é marcada por conflitos étnicos que praticamente dizimam as populações indígenas e passa a se associar crescentemente ao processo de institucionalização administrativa, com a criação de diferentes instâncias jurisdicionais que aos poucos vai definindo o que hoje entendemos como município. Como já vimos anteriormente, território e espaço não correspondem a noções equivalentes.

> O território, com contornos e limites precisos, é uma categoria histórica, construída socialmente. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns. (BUENO, p. 251, 2009)

Seguindo padrões portugueses, as instâncias administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham seus territórios no espaço. As vilas tinham papel hierarquicamente

inferior às cidades, mas superior às capelas e freguesias. Todas elas representam, contudo, braços da Coroa como prolongamentos do aparelho estatal.

A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e também a garantia de visita de um pároco (cura). Na freguesia, a antiga capela ascendia à estatura igreja matriz para onde se dirigia a população das capelas curadas vizinhas, a fim de registro de nascimentos, matrimônios e óbitos. A rede eclesiástica precedia a rede civil e, em termos jurídicos, ficava submetida a ela. Em caso de auxílio jurídico, ambas – capela ou freguesia – recorriam à vila de cujo "termo" (correspondente a território municipal) eram parte. A elevação ao estatuto de vila significava acesso a uma outra categoria institucional e à autonomia política e administrativa.

Em solo urbano, a elevação à categoria de vila implicava na concomitante edificação de uma casa de câmara e cadeia e de um pelourinho fronteiro a ela. Símbolos da autonomia municipal e sede da administração, os vereadores e juízes cumpriam, na câmara, funções legislativas, executivas e judiciárias.

> Os diversos contornos assumidos pelo atual estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa intricada rede urbana, viária e fluvial, viabilizada graças à sábia simbiose com os indígenas. Malgrado os avanços da historiografia recente, ainda temos pouco a dizer, do ponto de vista da história da urbanização, acerca dessa simbiótica relação entre indígenas e portugueses na produção do território do Brasil meridional. Tampouco dispomos de levantamentos sobre a rede eclesiástica – de capelas, freguesias – e de aldeias indígenas e jesuíticas em solo paulista, o que muito elucidaria esse lento processo de apropriação do sertão. (BUENO, p. 253, 2009)

Nesse período do cenário interétnico, Itapeva passou por todas essas diferentes categorias e situações. De freguesia, constituída nos primórdios do século XVIII, foi alçada à condição de vila em 1769, fazendo divisa com a Vila de Curitiba.

Em fins do século XVIII, a Capitania de São Paulo englobava o atual estado do Paraná, parte de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, apresentando um conjunto de cerca de 34 núcleos elevados à categoria de vila e uma cidade. Os núcleos foram formados a partir de quatro vilas – São Vicente, São Paulo, Mogi das Cruzes e Taubaté. Conforme o Quadro do Desmembramento Territorial-Administrativo dos

Municípios Paulistas (BUENO, 2009, p. 259), de São Paulo (1560) originou-se Sorocaba (1661), de onde surgiram Itapeva (1769), Apiaí (1771) e Itapetininga (1771).

Quando da elevação à categoria de cidade, em 1861, compreendia os distritos de Itaporanga (Lei 1, de 5/3/1855), Bom Sucesso (Lei 20, de 20/04/1859), Itaberá (Lei 69, de 20/04/1863). Já na condição de cidade, incorporou os distritos de Itaí (Lei 42/ de 16/04/1874), Ribeirão Branco (Lei 28, de 29/03/1883), Itararé (Lei 26 de 10/03/1885), Buri (Lei 1.101, de 20/11/1907), Guarizinho (lei 2.308, de 13/12/1928), Ribeirão Branco (Decreto 6.488, de 21/05/1934) e Campina do Veado (Decreto 14.334, de 30/1/1994).

Com efeito, as heranças indígenas não se limitam a testemunhos da cultura material. A cartografia da região representa a simbiose entre indígenas e lusitanos, sobretudo nos topônimos referentes à natureza e à rede urbana. Predominam nomes indígenas nas denominações das cidades da região sul de São Paulo, propiciando a visualização de algo que ainda carece de sistematização e interpretação pela historiografia.

A denominação dos lugares na cultura indígena não costuma ser aleatória. Refere-se aos acidentes geográficos, à vegetação ou a outros referenciais. Silveira Bueno classifica os topônimos da região sul paulista como de origem tupi-guarani.

Cidade	Significado tupi-guarani
Apiay	Lugar alagado, úmido. T. Sampaio traduz por rio dos meninos.
Avaré	De *aba*, homem; *ré*, diferente, o padre que, por causa da batina, era considerado um homem diferente dos outros.
Buri	Uma das muitas espécies de palmeiras (Diplothemium caudescens)
Itaoca	De *ita*, pedra e *oca*, casa : casa de pedra.
Itaberá	De *ita*, pedra e *bera*, brilhante.
Itapetininga	De *ita*, laje; *tininga*, seca.
Itapeva	De *ita*; *peva*, chata.
Itaporanga	De *ita*, pedra; *poranga*, bonita.
Itararé	De *ita*, pedra; *raré*, escavada, oca.

Quadro 05: Toponímia regional. Fonte: BUENO, 1987.

A toponímia dos bairros rurais itapevenses também denota o legado tupi-guarani:

Nome do bairro	Significado tupi-guarani
Boava	Mesmo que *emboaba*, *emboava*. Em S. Paulo, dava-se vulgarmente o nome de *boava* aos portugueses.
Caputera	De *caá*, mato; *apytera*, centro, meio, coroa. O meio, o centro da mata.
Pacova	Var. *Pacoba*. Banana. Popular bobo, mole.
Pirituba	O juncal, lugar onde abundam os juncos.
Taquari	A taquara pequena.
Guarizinho	Do tupi *guari*, retorcido, tortuoso, e suf. diminutivo - *inho*, do português

Quadro 06: Toponímia local. Fonte: BUENO, 1987.

Na fauna, todos os animais mais comumente encontrados no município de Itapeva têm seus nomes populares oriundos da língua tupi-guarani: ariranha, cateto, caninana, cutia, paca, gambá, perereca, preá, quati, saúva, tamanduá, tatu, teyu, urutu. Da mesma forma os peixes: cará, corimbatá, pacu, lambari e tambiú, dentre tantos outros. Dentre os pássaros, para citar os mais comuns, temos: anu, biguá, caracará, chupim, inhambu, jurity, jacu, jaó, sabiá, sanhaço e saracura.

Na flora, temos angico, araçá, ariticum, caviúna, cambará, capim, goiaba, guabiroba, ipê, jacarandá, mandioca, maracujá, peroba, piaçaba, pipoca, pitanga, sapé, taboa e taquara, dentre outros. Para além de palavras que denominam animais e plantas, temos ainda muitas expressões utilizadas cotidianamente que igualmente pertencem ao legado indígena.

Palavra	Significado tupi-guarani
Capenga	De *acanga*, osso; *peng*, quebrado: o capenga, a pessoa que puxa uma perna.
Capão	De *caá-pãu*. A porção de mato isolada no meio do campo.
Capoeira	Roça abandonada. Mato ralo que cresce depois do corte da mata primária.
Catapora	Mais corretamente *tatapora*, de tatá, fogo; *porá*, aquele que está adoentado. Uma das doenças da infância, espécie de varicela.
Chi!	Exclamação de espanto e também de pouco caso. Var. Ché!
Cipó	De *içá-pó*, a mão do galho. É usado como corda para amarrar.
Garapa	Caldo de cana.
Guri	O bagre; fig. Menino, menina.
Minhoca	Extraído da terra.
Mirim	Pequeno; suf. Formador de diminutivos.
Moquirana	Piolho. Var. *muquirana*. Na gíria: sovina, miserável, desprezível.
Muamba	Produto de roubo, de assalto.
Peteca	Bater com as mãos de onde o jogo da *peteca*.
Piá	Filho pequenino.
Pururuca	Onomatopeia. Que produz barulho, ruído, estalidos. Aplica-se a substâncias torradas, biscoitos, couro de leitão assado.
Sapeca	Irriquieto.
Tapera	De *taba-era*, a taba que foi abandonada.
Tiririca	Gramínea de haste muito fina e que se agita ao menor sopro de vento. Considerada praga. Fig. *Ficar tiririca*, *ficar nervoso*.

Quadro 07: Vocabulário regional de origem indígena. Fonte: BUENO, 1987.

Note-se que algumas das expressões herdadas do tronco linguístico tupi-guarani acabaram surgindo após o contato interétnico como é o caso de *tiquinho*, palavra híbrida, formada do guarani *tiqui* (pequena porção de algo) e o suf. *inho* do português, que indica diminutivo. Outra expressão típica de Itapeva e região é a exclamação *Ché!*, que possivelmente deriva de outra exclamação tupi-guarani *Chi!*, cujo significado difere levemente, mantendo-se em ambas o tom de ironia.

Se o vocabulário indígena e seus respectivos campos semânticos, embora estejam presentes no linguajar cotidiano e na construção do imaginário popular, desfrutam de

pouca visibilidade por falta de consciência da memória documental da língua portuguesa falada no Brasil, o que dizer de outros legados lingüísticos não menos importantes que se situam no campo fonético?

Os estudos lingüísticos identificam possíveis alterações fonéticas e prosódicas de fonemas portugueses sob a influência do tupi. Como se sabe, havia mais de 180 línguas indígenas faladas no Brasil antes do início da sociedade nacional. Em São Paulo, a língua geral tupi-guarani (*nheengatu*), como ensina Plínio Ayrosa, foi falada pela quase totalidade de seus habitantes durante dois séculos do período colonial[63]. Note-se que o tupinólogo inclui entre os falantes do tupi-guarani, tanto os Guarani como os Caingá (Kaingang) e mesmo os Guaianá (guaianãs) que habitavam a região. Este contato prolongado teria gerado uma multiplicidade de fenômenos que ainda hoje caracterizam o linguajar caipira. Dentre as possibilidades mais evidentes estão:

a) Pronúncia brevíssima ou elisão de consoantes finais: Fazemos/ *fazemo*; temos/*temo*; homem/*home*; bom/*bão* etc.;

b) O /d/ puro não existindo no tupi-guarani caiu nas formas portuguesas gerundivas: falando/*falano*; comprando/*comprano*, quando/*quano*; caindo; *caino* etc,;

c) O fonema /l/ sendo desconhecido no tupi-guarani, pode ter ocasionado a sua supressão no português, quando não substituído por um /r/ brando: sol/*só* (sor); jornal/*jorná* (*jornar*), papel/*papé* (*paper*); alma/*arma*; flor/*frô*; tal/*tar*, *tá*;

d) Da mesma maneira o grupo lh, também inexistente no tupi, vocaliza-se em /i/: mulher/*muié*; filho/*fio*; molhar/*moía*; espelho/*espeio*; olho/*oio*; milho/*mio*;

e) A não existência do /s/ final abranda-se em /is/: rapaz/*rapais*; faz/*fais*; paz/*pais*; capaz/*capais*;

f) O /î/ característico do tupi, muda-se nas palavras provenientes dessa língua em /i/ ou /u/ puros ou em y, ig, hi, hu, hy: Potî/*Poti*; Araci/*Aracy*; îapó/*igapó*; yacî/*jacy*; anhangabaî/*Anhangabaú*;

[63] Em 1758 o Marquês de Pombal, então primeiro ministro de Portugal , proibiu o ensino e o uso do tupi e instituiu o português como única língua do Brasil com a finalidade de fortalecer o poder da Coroa sobre a colônia. A língua geral (*nheengatu*) adaptada pelos jesuítas era hegemônica, sendo usada por todas as camadas sociais, passando do domínio privado para o público e, apenas aí, encontrando alguma resistência da língua portuguesa.

g) A inexistência de proparoxítona no tupi acarreta a supressão de fonemas ou de sílabas médias ou finais; ridículo/*ridico*; cócega/*cosca*; música/*musga*; árvore/*arve*; trêmulo/*tremo*;

As hipóteses levantadas por Ayrosa, segundo ele mesmo reconhece, só poderão ser confirmadas em confronto com estudos a respeito da influência das línguas africanas e das várias outras línguas ameríndias sobre o português brasílico. Podendo ainda ocorrer simultaneamente a influência de várias elas. Indubitavelmente, porém, trata-se de fenômenos reveladores de que a construção da identidade cultural passa também pela simbiose lingüística entre os diferentes povos formadores da sociedade nacional. Fenômeno que hoje se caracteriza pela influência do inglês, predominantemente adotado na comunicação por conta da globalização da economia e da mundialização da cultura.

Não fossem as tantas palavras de origem tupi-guarani que pertencem ao vocabulário cotidiano dos itapevenses, ainda podem ser lembradas as lendas e crendices indígenas. A magia dos contos foi se consumindo ao longo dos tempos e em casa os pais já não contam lendas como, por exemplo, o Boitatá, Caipora, Curupira, a Cuca e o Sacy, ainda hoje remanescentes na zona rural, entre outras lendas folclóricas, como a da serpente, que é difundida em diferentes versões.

Segundo uma versão que entrelaçam indígenas e colonizadores, existiria uma grande serpente no subsolo de Itapeva, com a cabeça debaixo da igreja matriz e o rabo na Fazenda Pilão d'Água, que se moveria de tempos em tempos ou a cada transgressão de algum elemento da cidade. Assim como o trovão, interpretado como revolta colérica dos deuses, o movimento da serpente também funcionaria como "castigo", se agitando sob o chão da cidade para assustar e ameaçar os que transgredissem as leis da comunidade. A maldição teria sido lançada por um velho índio ao ser impedido de adentrar ao templo católico.

Conclui-se, pois, que a influência indígena permanece, via de regra, negligenciada como herança cultural no que diz respeito aos testemunhos da cultura imaterial. Da mesma forma, os testemunhos da cultura material indígena ainda hoje em Itapeva estão alienados dos processos de tomada de consciência identitária e condenados à estratigrafia do abandono, a exemplo do que ocorre em geral com a história cultural do País, como apontou Cristina Bruno, sem contribuir efetivamente para a produção e disseminação de conhecimento a partir de processos educacionais, deixando de

interagir “com os diferentes contextos socioculturais mediante a valorização das noções e ações ligadas ao despertar das sensações de pertencimento, a explicitação da importância do respeito à diversidade e a indicação sobre os vetores que nos levam a compreender a alteridade cultural”. (BRUNO, 2009, p. 18)

A despeito dos consideráveis avanços dos estudos da cultura material legada pelos indígenas da região, a divulgação da arqueoinformação é praticamente inexistente na região para além dos círculos acadêmicos, o que no limite ameaça a própria preservação dos sítios arqueológicos.

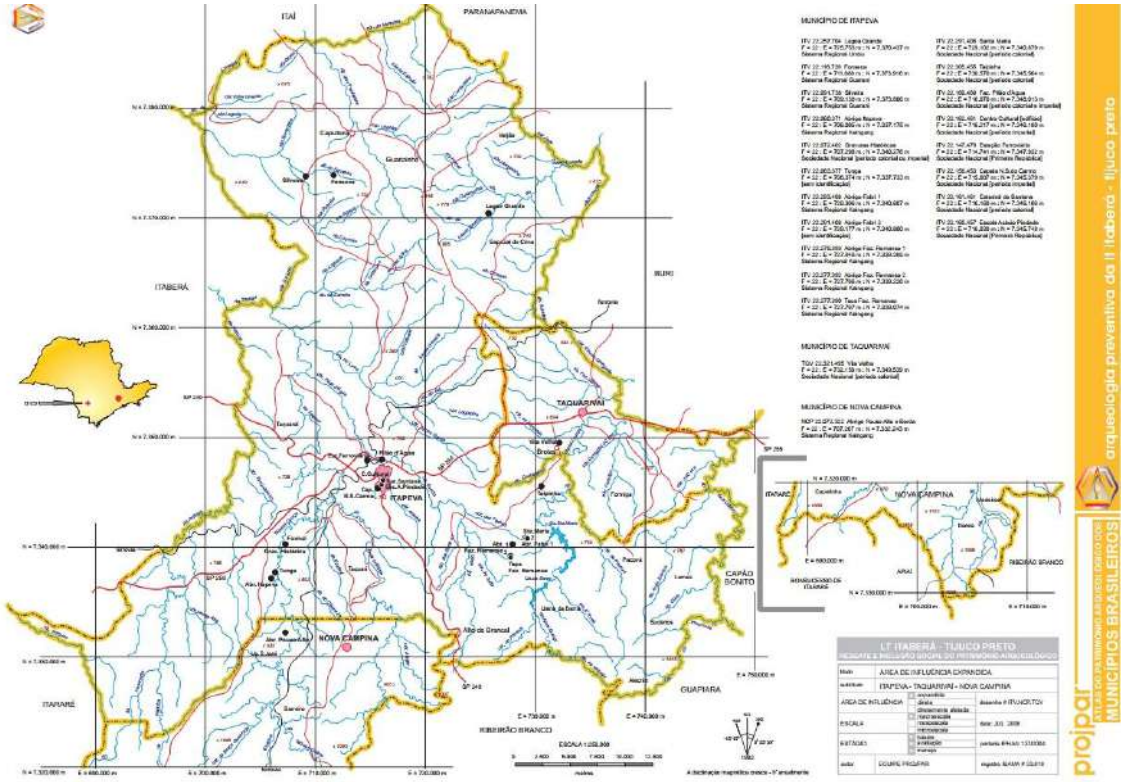
> Não se preserva senão aquilo que é importante para nós, o que nos diz algo, por isso, o conhecimento e a apropriação de seu patrimônio pelas comunidades locais são pontos importantes na preservação de sítios arqueológicos (FUNARI & NOELI, 2001, p. 106) O reconhecimento da importância de um sítio está diretamente ligado ao estudo realizado, levantamento de dados e informações, além da disponibilização destes de forma clara e democrática à comunidade, desta forma, potencializando significados sociais, histórico-culturais e mesmo afetivos, que devem ser revertido em benefício de todos. (ARAÚJO, S., p. 21, 2011)

Nesse sentido, Sílvio Araújo adverte que para preservar é preciso conhecer:

> Um dos benefícios públicos da arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, assim, a sustentação necessária às medidas de preservação. (ROBRAHN-GONZÁLES, 2006, p. 66 *apud* ARAÚJO, S., p. 21, 2011)

A bem da verdade, a preservação dos sítios arqueológicos existentes em Itapeva carece da ação efetiva dos poderes públicos nas três esferas governamentais – União, Estado e Município – por meio de um plano de gestão integrada do patrimônio[64], e se não apresenta uma grau maior de degeneração deve-se ao fato de que os ambientes em que a maioria deles, com raras exceções, estão inseridos situam-se em propriedades particulares, com acesso restrito, dada a compreensão de seus proprietários com relação ao valor cultural destes sítios.

[64] “Entende-se como gestão patrimonial de bens arqueológicos toda medida administrativa, pública ou privada, que, através de dos diplomas legais federais, estaduais e municipais, desencadeie ações que direta ou indiretamente tenham reflexos no conjunto de expressões materiais da cultura pré-histórica ou dos diversos segmentos da sociedade nacional”. (ARAÚJO, p. 30, 2006)



Mapa 20 – Município de Itapeva com a localização de sítios arqueológicos mapeados até 2006. Fonte: PROJPAR: Atlas do patrimônio arqueológico dos municípios brasileiros

Mapeamento elaborado no âmbito do ProjPar em 2008, sob a coordenação de José Luiz de Morais, registra a existência de dezenove sítios arqueológicos no município de Itapeva. A saber: Lagoa Grande (Umbu), Fonseca (Guarani), Silveira (Guarani), Abrigo Itapeva (Kaingang), Gravura histórica Faxinal (sistema sociedade nacional/ período colonial ou imperial), Tunga (sem identificação), Abrigo Fabri 1 (Kaingang), Abrigo Fabri 2 (sem identificação), Abrigo Fazenda Remanso 1 (Kaingang), Abrigo Fazenda Remanso 2 (Kaingang), Toca Fazenda Remanso (Kaingang), Santa Maria (sistema sociedade nacional/ período colonial), Taipinha (sistema sociedade nacional/ período colonial), Faz. Pilão d'Água (sistema sociedade nacional/ período colonial e imperial), Centro Cultural [edifício] (sociedade nacional/sistema imperial), Estação Ferroviária (sociedade nacional/ Primeira República), Capela N^{a}. S^{a}. do Carmo (sociedade nacional/período imperial), Catedral de Santana (sociedade nacional/período colonial), Escola Acácio Piedade (sociedade nacional/Primeira República).

Figura 26: À esquerda, o arqueólogo Astolfo Araújo e equipe durante escavação no sítio Fonseca. À direita, urna funerária guarani encontrada no sítio Fonseca na década de 1940 integra o acervo do Museu Histórico de Itapeva. Foto: Arquivo Folha do Sul

Figura 27: Urnas funerárias do sítio Silveira. Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

Figura 28: Litóglifo do Abrigo Pouso Alto e Borda. Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

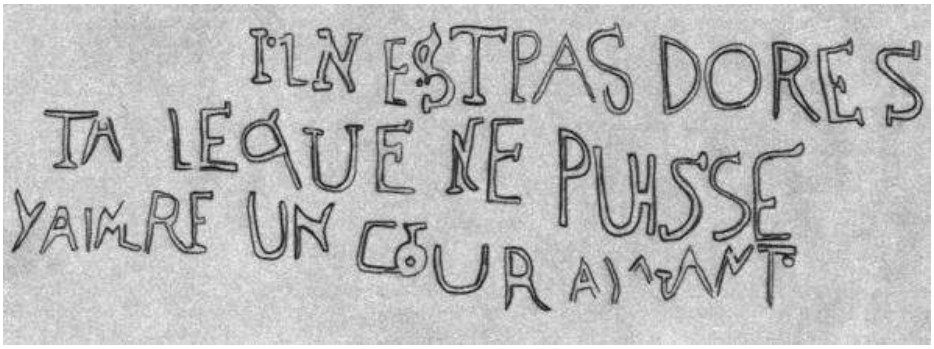


Figura 29: Inscrições do período histórico no Canyon Faxinal. A transcrição da frase em francês - *Il n'est pas dorés ta le que ne puisse y aimer un coeur amant* – permite uma tradução livre: “Não é ouro o que pode almejar um coração amante.” Ilustração: Sílvio Alberto Camargo Araújo.

Figura 30: Operação de decalque de gravura histórica localizada em área de transição entre campo de pastagem e a borda da escarpa no cânion do Faxinal. Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

Figura 31: Paisagem em que se insere o Abrigo da Fazenda Remanso I. Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

Figura 32: Ruínas de taipa de pilão no sítio Tapinha. Foto: Silvio Alberto Camargo Araújo

Note-se que dentre os sítios identificados pelo ProjPar, três deles pertencem ao sistema da sociedade nacional do período colonial (igreja de Santana, Taipinha e Santa Maria), dois ao período imperial (Centro Cultural e Capela N^{a}. S^{a}. Do Carmo) e dois ao período republicano (Estação Ferroviária e Escola Acácio Piedade), além da Fazenda Pilão d'Água, que se associa ao período colonial e imperial.

Importantes sítios arqueológicos do período histórico não foram relacionados neste levantamento, dentre eles merece destaque o Quilombo do Jaó. No final do segundo Império e início do período republicano, com o advento abolicionista um contingente razoável de negros libertos foi sumariamente despejado de suas moradias. Como é

sabido, o estado brasileiro não se preocupou em oferecer condições para que os ex-escravos pudessem ser integrados no mercado de trabalho formal e assalariado. Muitos setores da elite continuaram com o preconceito. Prova disso, foi a preferência pela mão-de-obra europeia, que aumentou muito no Brasil após a abolição. Portanto, a maioria dos negros encontrou grandes dificuldades para conseguir empregos e manter uma vida com o mínimo de condições necessárias. Em Itapeva, a exceção foi a formação do Quilombo do Jaó[65].

Diferentemente dos quilombos que surgiram a partir da fuga das plantações de cana de açúcar e mesmo do café, que resistiram nesses territórios frente a ataques externos, sendo a República de Palmares o caso mais conhecido, em Itapeva a consolidação como grupo social remanescente de quilombolas se deu com o estabelecimento de um território autônomo – localizado no sítio Ponte Alta, pertencente à Fazenda Pilão d'Água, criado a partir de uma doação escriturada de terra por Honorato Carneiro de Camargo para o casal Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha Paula Lima. No local, hoje reconhecido como Quilombo de Jaó[66], atualmente vivem 53 famílias (cerca de 450 pessoas), que ocupam uma área de aproximadamente 166 hectares. Antes de falecer, o líder comunitário Hilário Martins, neto de Joaquim e Josepha, contava que, após a abolição da escravatura, em 1888, Honorato encontrou quatro escravos abandonados à própria sorte, penalizando-se com a situação deles:

> [...] chegou lá, achou quatro negros no pé da árvore e então (...) perguntou para eles: 'pois é, e agora foram libertos, o que vocês acham, gostaram?' Não, eles acharam que para eles foi pior, que na escravidão eles sofriam, ficavam em ponto de morte, mas sabiam que tinham onde parar [morar], comiam, e quando foram libertados não tinham para onde ir, nem sabiam, nem entendiam ninguém, ninguém também levava interesse, o negro sempre foi o último, foi muito judiado, então não tinha valor, estava jogado como um cachorro. (...) Aí eles [os quatro negros] iam transmitindo para Honorato Carneiro aquele sentimento de que eles não tinham para onde ir, que eles

[65] O Jaó é uma ave *tinamiforme* da família *Tinamidae*. Também conhecido como Macucauá e Sururina (Amazonas e Pará). Seu nome significa: do (grego) *kruptus* = escondido, oculto; e *oura* = cauda; *crypturellus* = diminutivo de *crypturus*; e do (latim) *undulatus* = com ondas, ondulado, onda. ⇒ Pequeno *Crypturus* ondulado ou pequena (ave) com ondas e cauda escondida. Fonte: www.wikiaves.com.br, acessado em 27/04/2014.

[66] Era comum o negro escravizado adotar o sobrenome da família a que pertencia.

> estavam esperando a morte. (...) Quando o fazendeiro foi até a fazenda, não conseguiu dormir de dó deles, saber que os homens tinham de morrer na coxilha do campo, sem comer, sem beber... Voltou lá, conversou com eles, perguntou se eles queriam vir para a fazenda e então trouxe eles para a Fazenda da Lagoinha, que é a vizinha nossa aqui. (...) Ele adotou os negros e repartiu as terras para cada negro." (TURATTI, 2000, p. 42-43).[67]

O casal Joaquim e Josepha e seus descendentes permaneceram nas terras, dando origem à comunidade. Até hoje, os membros da comunidade ainda possuem o título de propriedade da terra, em nome de Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha Paula Lima, seus fundadores. Os moradores do Jaó sobrevivem da agricultura em sistema de mutirão e da execução de serviços temporários em fazendas da região.

Figura 33 – Placa de sinalização do Quilombo do Jaó traz grafia alternativa. Fonte: Arquivo Folha do Sul

Ainda no final do século XIX, novo ciclo de descentralização administrativa originou a criação de novos municípios. Neste período, desmembram-se de Itapeva assumindo foros de cidade os distritos de Itaporanga (Lei 7, de 06/03/1871), Bom Sucesso (Lei 33, de 10/03/1885)[68], Itaberá (Decreto 152, de 8/04/1891), Itaí (Decreto 163, de 1/05/1891), Ribeirão Branco (Lei 83, de 6/09/1892), Itararé (Lei 197, de 28/08/1893).

Ao longo do século XX, correspondente aos demais cenários de ocupação delineados por Sílvio Araújo, houve novas perdas territoriais com os desmembramentos de Buri (Lei

[67] http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/sp/jao/jao_historia.html, acessado em 27/04/2014.

[68] O povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso passou, em 20 de abril de 1859, a freguesia de Bom Sucesso que pertencia ao município de Itapeva. Só em 30 de novembro de 1944 ganhou autonomia e recebeu o nome de Paranapanema, que significa em tupi *rio sem peixe*.

1.805, de 01/12/1921) e novamente Ribeirão Branco (Decreto 14.334, de 30/12/1944) [69], incluindo-se também as já citadas emancipações de Taquarivaí e Nova Campina, cujas instalações efetivamente ocorreram em 1º de janeiro de 1993, em função da nova legislação instituída a partir da Constituição de 1988, que transferiu aos Estados o direito de legislar sobre a organização administrativa de suas unidades territoriais[70].

Todos esses desmembramentos implicando perdas de território por parte da *célula mater* envolvem conflitos de interesses e resultam de mobilizações de agrupamentos humanos. Tais conflitos, no caso do Estado de São Paulo, são resolvidos legalmente por meio de consultas públicas após intensas negociações políticas, sendo as divisas delimitadas em princípio levando-se em conta, sempre que possível, os acidentes naturais e atendendo às conveniências dos moradores da região.

Os conflitos se dão pela expansão ou redução das fronteiras territoriais e, por vezes, internamente, como no caso de surgimento de territórios sociais[71], a exemplo do Quilombo do Jaó. No caso dos povos indígenas, o território social a eles destinado num determinado momento histórico (ver página 115) não resistiu à expansão territorial vinculada à lógica do Estado-nação brasileiro que logo se converteu na forma hegemônica de controle territorial. É bem verdade que a mesma área próxima ao Rio Pirituba, onde se instalaram os indígenas por liberalidade do Barão de Antonina, coincidentemente pouco mais de um século depois foi encampada pelo Estado que ali instalou um projeto de colonização.

> A Fazenda Pirituba foi incorporada ao patrimônio público estadual na execução de uma dívida hipotecária da Companhia Agropecuária e Industrial de Angatuba em 1950, pelo Banco do Estado de São Paulo. Os gigantescos 17.500 hectares pertencentes à fazenda (MORISSAWA, 2001; SHIMBO, 2006) foram então destinados à implantação de um projeto-piloto de introdução da cultura de trigo como prática agrícola no estado de São Paulo com vistas a promover sua produção em larga escala na parte sul do Estado e coetaneamente instaurar nessa região um programa de colonização. (SHIMBO, 2006, *apud* VENÂNCIO, 2009, p.9)

[69] O município de Ribeirão Branco foi criado em 6 de setembro de 1892 e, no ano seguinte voltou a ser distrito de Itapeva, retomando sua condição de município em 30 de dezembro de 1944.

[70] Até 1996, os estados podiam legislar sobre as emancipações municipais, mas a prerrogativa foi retirada pela emenda constitucional 15/96, que buscou frear o "boom" de novos municípios verificado nos primeiros anos da década de 90.

[71] Terminologia adotada pela antropologia (LITTLE, 2002).

A ineficiência do Estado como agente responsável por tornar as terras produtivas e a sua conivência com um processo de “grilagem” levaram ao fracasso da iniciativa. As terras são retomadas pelo Estado na década de 1960, no governo de Carvalho Pinto, sob a legitimidade da recém criada lei de Revisão Agrária (Lei n° 5.994 de 31 de dezembro de 1960), e destinadas a finalidade que originariamente o Estado lhes queria dar, a colonização para os agricultores sem terra da região. Como política de atuação, em 1973, o Estado iniciou outro programa de colonização, na forma de crédito fundiário em uma parte da fazenda, destinando a outra parte da fazenda preferencialmente entre pequenos agricultores da região que não possuíam terras. Novas denúncias de irregularidades beneficiando no processo servidores públicos e compradores obrigaram o governo a rever o processo de colonização da fazenda Pirituba. A descaracterização mais uma vez da proposta de reforma agrária fez com que os conflitos pela terra persistissem.

No início da década de 1980, a Fazenda Pirituba já apresentava este complexo quadro de conflito fundiário, quando alguns pequenos arrendatários da região, que se dedicavam ao cultivo do feijão e conheciam o histórico da fazenda, resolveram ocupar as terras “griladas”.

A primeira ocupação se deu no ano de 1981 e contou com a participação de mais ou menos 50 famílias, que de maneira organizada, ocuparam uma parte da fazenda. Mesmo com a repressão da Polícia Militar e a atuação de jagunços, Em 1982, cerca de 40 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam uma das áreas dos boiadeiros por um período de quatro meses, sendo expulsos por um grupo de jagunços.

No ano de 1983, já sob a égide de um governo democrático, iniciou-se a implantação de um projeto de regularização das terras do Estado. Até 1985, no entanto, revezaram-se uma série de ocupações de sem terra, cada vez em maior número, e desocupações determinadas por mandados judiciais. A gravidade do conflito levou a Procuradoria do Estado a requerer, por medida cautelar, junto ao Poder Judiciário, em caráter emergencial, o despejo dos pecuaristas e a autorização para assentar 180 famílias de agricultores sem terra. Finalmente em março de 1985 o Estado obteve sentença definitiva a seu favor, selando o nascimento do Assentamento Pirituba II. Em todo o processo de litígio foi marcante a atuação de movimentos sociais organizados

especialmente o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além da atuação da imprensa, livre do jugo da censura.

Decorridos três décadas, atualmente cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais vivem nos seis assentamentos instalados em oito mil hectares. O restante do total de 17 mil hectares está dividido entre reservas e produção de pequenos agricultores. A Fazenda Pirituba fica em uma região muito produtiva. Por isso, existem muitas formas de organização nesse assentamento, como as cooperativas de produção ou de comercialização. A maior parte da produção dos assentamentos é de grãos, como arroz, feijão, milho, soja e trigo, além das hortas.

A complexidade das relações sociais delineadas no território itapevense, aguçada pelo fenômeno da desterritorialização e da reterritorialização após a Constituição-cidadã, em pleno período de redemocratização do país, sugere que possamos acrescentar um novo cenário de ocupação ao quadro proposto por Sílvio Araújo, em que os conflitos e a luta pela terra se explicitam como nunca antes houvera ocorrido. Some-se aos episódios litigiosos já mencionados, a mobilização de sem teto que acabou determinando a criação de assentamentos urbanos em bairros periféricos da cidade.

Ressalte-se que os conflitos em torno da posse e usufruto do território vêm sempre acompanhados de crises identitárias, evidenciadas no mais das vezes pelo preconceito racial ou social, sejam eles dissimulados, explícitos ou sublimados.

A complexidade das relações presentes na construção do território patrimonial acentua-se ainda mais ao se perscrutar as raízes da desterritorialização, um fenômeno cada vez mais agudo na contemporaneidade. Com efeito, sem deixar de reconhecer que, na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização, Haesbaert aponta outras duas causas concorrentes: a perda de poder em termos do controle dos processos sociais através do espaço, especialmente em função do enfraquecimento dos Estados-nações, e o domínio das redes, dos fluxos, da mobilidade na sociedade informacional.

Em suma, pode-se afirmar, como propõe Haesbaert, que entre os geógrafos a noção de território oscila em torno de dois polos distintos, mas não necessariamente

contraditórios. Um deles, dentro do materialismo histórico e dialético, portanto marxista, irá defender a noção de território que:

> i) privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, ii) está historicamente situada e iii) define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional. (HAESBAERT, 2011, p. 45)

Outro polo, na lógica culturalista ou antropológica, "supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da "ideologia geográfica", para usar o termo de Gilles Sauter (Haesbaert, 2011, p. 50).

Confluem ambas as visões, com efeito, quando se reconhece que o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural. Assim, o que os geógrafos denominam geossímbolos devem-se ser entendidos como marcos referenciais identitários que correspondem, no campo da museologia, a indicadores de memória.

Ainda que no campo de conhecimento da Geografia, onde a dimensão cultural é mais bem apreendida por meio de concepções como lugar e paisagem, e a leitura cultural ou simbólica de território seja limitada, não resta dúvida de que o território, qualquer que seja sua natureza, é "um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos" (Bonnemaison e Cambrèzy *apud* HAESBAERT, 2011).

Valeria dizer, no entanto, que o território é sim um construtor de *identidades*. O território é efetivamente sempre plural, como são plurais as relações sociais. Reconhece-se aí que se deveria considerar antes de tudo a noção de territorialidade:

> [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo, também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, *o comentário é nosso*).

Na contramão desta direção, quando a representação da identidade cultural se dissocia do pertencimento ao território, tem-se a perda das referências simbólicas. Para Marília Xavier Cury (2009, p. 130),

> [...] a perda de relação com o espaço territorial consiste em perda de referências para a memória e para a identidade e perda de bases para a construção da (re)significação, própria das práticas culturais. O sentido se desvincula da vida e a mesma deve ser reinventada".

Quando a reterritorialização ocorre a partir de um processo de musealização territorial, podemos dizer, então, que lidamos com um território patrimonial. Para maior clareza, entenda-se território patrimonial como a dimensão espacial com delimitações geográficas identificadas em que a ocupação social produziu uma construção cultural, cujo reconhecimento das referências patrimoniais ocorre por meio dos indicadores de memória.

A preservação e o conhecimento do patrimônio levam à constituição do legado patrimonial como base da identidade das comunidades, podendo tornar-se importante vetor de seu desenvolvimento. Assim o território patrimonial é mais que uma mera delimitação geográfica, cuja ocupação social produziu uma ou mais de uma construção cultural específica ao longo do tempo. É mais do que um conjunto de lugares de memória. Ou seja, temos no território patrimonial os indicadores de memória que, em suas variadas vertentes sociais, culturais e econômicas, vão constituir o *Patrimônio* transformado em *Herança* por meio de um processo de musealização territorial.

Ambos os conceitos têm uma trajetória notável na historiografia:

> Segundo a etimologia, o termo [patrimônio] e a noção que induz, conheceu uma expansão maior no mundo latino a partir de 1930 (Desvallées, 1995), enquanto o mundo anglo-saxônico por muito tempo preferiu o termo *property* (referente a bem), antes de adotar, nos 1950, o termo *heritage*, distinguindo-o de *legacy* (herança). Do mesmo modo, a administração italiana, tendo sido uma das primeiras a conhecer o termo patrimônio, por muito tempo utilizou a expressão *beni culturali* (bens culturais). (Conceitos-chave de Museologia, DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 73)

A partir deste universo conceitual assente na Museologia, é cristalina a assertiva de Cristina Bruno ao alertar que a transformação do patrimônio em herança, cuja natureza específica deste processo de salvaguarda e comunicação é fundamento da cadeia operatória museológica, constitui "um avanço no sentido da demarcação de fronteiras entre a Museologia e outros ramos do conhecimento".

Com efeito, no âmbito do I Encontro Nacional do ICOM-Brasil, realizado em Petrópolis (1995), o documento elaborado com as reflexões e propostas brasileiras, para ser apresentado na Conferência Geral do ICOM, em Stavanger, Noruega (Julho, 1995), toma por base a definição de que *Patrimônio* é o conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações, e a *Herança* é a consciência da existência desse *Patrimônio*, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço.

Conclui-se, pois, pelo reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento.

Capítulo III – Itapeva: uma proposta de musealização territorial

Entender a Ecomuseologia implica uma abordagem histórica para nos posicionar face às opções conceituais adotadas pelos diferentes modelos de ecomuseus criados a partir dos anos 80 do século XX até o limiar deste novo século. Entretanto, ao invés de optarmos por um modelo *a priori*, atitude comum no planejamento tradicional, preferimos o conceito de Planejamento Estratégico Situacional, concebido por Carlos Matus Romo (1931-1998), economista e ministro do governo de Salvador Allende, durante os anos em que foi preso político da ditadura militar do Chile, na década de 1970.

Segundo Matus, o planejamento tradicional "repousa na capacidade de predição", enquanto o Planejamento Estratégico Situacional "é um cálculo que precede e preside a ação para criar o futuro, não para predizê-lo", mas para aumentar a limitada capacidade de previsão. Ao contrário do planejamento tradicional que visa controlar a realidade, Matus acredita ser possível apenas influir sobre a realidade. Cabe ainda explicar o conceito de situação, que se encontra atrelado à compreensão do planejamento em situações de conflito. Como a realidade, ou seja, a situação, muda constantemente, é preciso que o planejamento seja a mediação entre o conhecimento e a ação.

> O planejamento pode ser uma ferramenta de liberdade, no sentido de que é possível ganhar-se "liberdade à medida que penso e enumero possibilidades futuras, porque me liberto da cegueira ou da prisão de não saber que posso escolher ou, pelo menos, tentar escolher. Em contrapartida, se estiver inconscientemente dominado pela única possibilidade que hoje o presente permite-me ver - e que me parece óbvia -, este caminho passará a ser o único possível e imaginável". Matus considera o fato de que cada indivíduo, ou mesmo cada grupo, valoriza de modo diferente cada liberdade. Por isso, para ele, "o único planejamento legítimo é o planejamento democrático descentralizado, que minimiza a imposição de valores" (MATUS; HUERTAS, 1996, p. 18).

O planejamento tradicional não considera, além do Estado, outras forças sociais que também planejam, não incorporando a dimensão política na construção do plano. Como se vê, e não coincidentemente, o pensamento de Matus se coaduna com os ideais que embasam as resoluções da Mesa de Santiago, concebidas também no Chile e praticamente na mesma época.

3.1 – Primeiro passo: planejamento museológico

São muitos os nomes que se atribui ao produto final do processo de planejamento museológico: plano diretor, projeto, programa ou plano museológico. A despeito desta diversidade de terminologias encontrada na literatura, há consenso quanto a sua relevância para definir o perfil institucional, a vocação museológica e a responsabilidade pública do museu, ferramenta indispensável para definir, ordenar e priorizar os objetivos e as ações de cada uma das suas áreas de funcionamento. Importa, pois, identificar as razões que fazem do plano museológico um instrumento de gestão profissional cada vez mais adotado em todo o mundo. (BRUNO, 1997; DAVIES, 2001; EDSON, 2004; CÂNDIDO, 2013)

Recomendado pelo ICOM e exigido no território brasileiro desde 2009 pelo Estatuto dos Museus, com perspectiva até de se tornar obrigatório para se ter acesso a recursos públicos, o planejamento museológico é imprescindível para a criação de novos museus ou mesmo para a requalificação institucional dos já existentes em busca de novos públicos e de novos paradigmas conceituais que deslocam o foco das coleções para o exercício da função social dos museus por meio da preservação do patrimônio cultural e da memória social.

Também é consenso que não há um modelo único a ser seguido para a elaboração do plano museológico, embora haja princípios metodológicos, ferramentas e indicadores que reconhecidamente contribuem para a qualificação de processos de planejamento institucional. Dentre eles, estão a precisa identificação da missão, visão e valores do museu, a construção de um plano de trabalho exeqüível e compatível com a realidade e com o patrimônio a ser colocado a serviço da comunidade, o estabelecimento de metas e definição de estratégias de curto, médio e longo prazo, assim como a implantação de um eficiente processo de avaliação e monitoramento.

O plano museológico deverá espelhar e traduzir a identidade da instituição constituindo-se no genoma institucional que codifica e equaciona todas as informações pertinentes a sua organização, suas funções de pesquisa, salvaguarda e comunicação, bem como a sua inserção socioeconômica e cultural no ambiente ao qual se referencia, o que pressupõe o conhecimento da realidade de seu entorno.

No que diz respeito à identificação de princípios e métodos para o gerenciamento museológico do território patrimonial, como já vimos, destaca-se a importância da

participação da comunidade, das instituições culturais e dos setores organizados da sociedade civil na realização do diagnóstico preliminar, na definição de recortes patrimoniais como fator decisivo na elaboração do inventário participativo e na construção do plano museológico.

O desafio da Museologia é explicitar princípios teórico-metodológicos capazes de tornar factível a elaboração de um planejamento museológico que integre as parcelas derivadas de diferentes vertentes patrimoniais, partindo de um conceito gerador vinculado ao enquadramento dos indicadores da memória e que se ancore na dinâmica cultural da coletividade a que se refere, o que vai determinar o recorte patrimonial a ser adotado.

Na equação formulada pelas variáveis científicas, museológicas e socioculturais, devem ser levadas em consideração a natureza do patrimônio e a problemática científica a ele pertinente, a vinculação institucional, os recursos materiais (financiamento e instalações) e humanos (quadro de profissionais), e ainda a realidade sócio-político-cultural. Em função desse conjunto de vetores é que serão traçadas as linhas de ações museológicas, bem como definidos os sistemas curatoriais e os programas de salvaguarda museológica e de comunicação, de acordo com as políticas públicas a serem desenvolvidas, visando à construção de um legado patrimonial (herança).

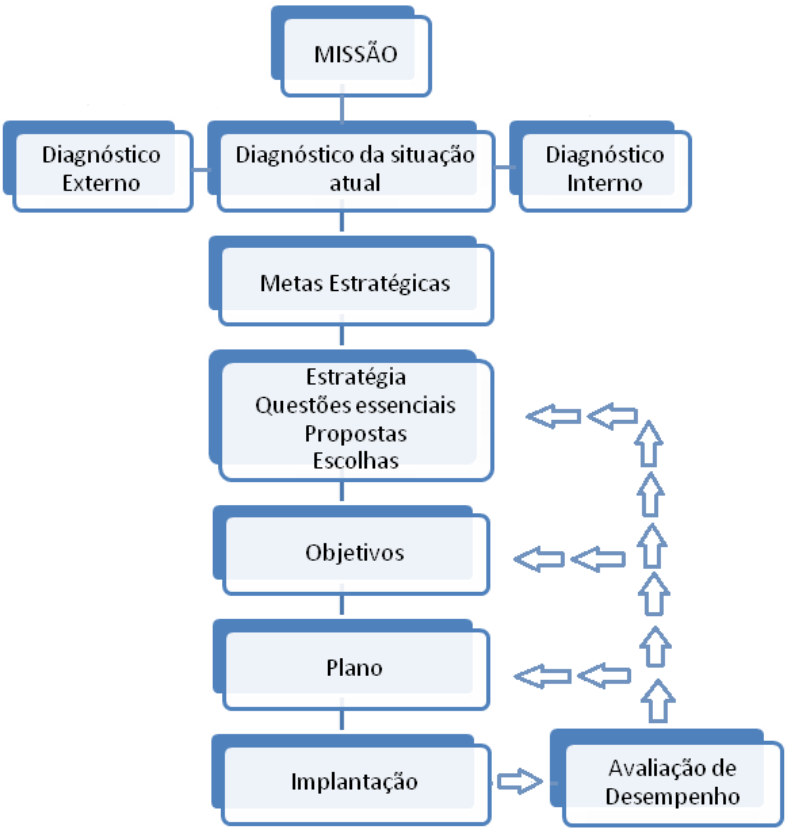
São singulares, nesse aspecto, as demandas por ações programáticas definidas no processo de musealização territorial, que pressupõem a "integração das referências patrimoniais" a partir de um mapeamento do patrimônio material e imaterial, incluindo aqui a paisagem (meio ambiente) e os lugares de memória, bem como a formulação de políticas públicas para a gestão patrimonial como um todo, visando a sua preservação e utilização como recurso para o desenvolvimento sustentável do território.

Se o museu de território aqui proposto pretende ser o *locus* privilegiado de institucionalização das memórias da coletividade itapevense, ele deve ser concebido em sua complexa rede de relações, descartes e reinterpretações, que farão dele instrumento de exercício de poder (CÂNDIDO, 2013). Com efeito, nesse exercício torna-se imprescindível a atuação de atores privilegiados.

> "Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são

> reveladores desses mecanismos da memória coletiva". (Le Goff *apud* CÂNDIDO, 2003).

Esta discussão está presente em Meneses (1992), Abreu (1996), Bruno (2000), Chagas (2002), Aidar (2002), Bordieu (2003), Canclini (2011), Besançon (2011) entre outros. Por sua vez, se "é a seleção das referências patrimoniais que delineia as estratégias, ou seja, os processos museológicos que levarão ao modelo" (NEVES, 2002), importa reconhecer e identificar a quem caberá a condução do processo de elaboração do plano museológico.



Quadro 08: Stuart Davies sistematiza a cadeia operatória da museologia Fonte: DAVIES, 2001, p. 25.

No Estatuto dos Museus, o artigo 46 recomenda que o diagnóstico museológico seja participativo, o que salienta a importância de seu caráter democrático. O planejamento museológico é necessariamente uma obra coletiva, interdisciplinar e multiprofissional, que deve expressar as múltiplas visões de todos os envolvidos, seja a dos mantenedores, dos gestores públicos, da direção, dos especialistas, técnicos e demais

funcionários do quadro interno, seja a de consultores externos, seja a do público, de alguma forma representado direta ou indiretamente pelas diversas vozes da comunidade. Além de possibilitar o equilíbrio entre as diferentes opiniões e interesses, a política de democratização garante maior comprometimento do público interno do museu com as metas e estratégias consensuadas, propicia o envolvimento da sociedade para a consecução dos objetivos da instituição e facilita a apropriação da herança patrimonial. Seja um organismo regido por um sistema jurídico de direito público ou privado, o museu será uma instituição pública que responderá a uma necessidade social de potencializar o patrimônio como herança.

Parafraseando Milton Santos, Manuelina Cândido destaca a relevância do planejamento em seu conjunto como uma escolha de futuros possíveis para as instituições e processos de musealização (2013). Cristina Bruno preconiza o planejamento museológico como uma questão fulcral para a vitalidade institucional dos museus:

> O planejamento museológico tem sido compreendido, no contexto das *políticas públicas de cultura*, como uma opção de gestão profissional qualificada para atender às necessidades e expectativas que envolvem os museus e instituições congêneres, no que tange ao cumprimento de suas funções de pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio natural e cultural – material e imaterial (indicadores da memória, espécimes, referências culturais, coleções e acervos), além de servir de base estruturadora para a projeção de perspectivas de gestão e consolidação socioeconômica e cultural em seu ambiente de aplicação. (BRUNO, 2012, grifos da autora)

3.2 – Diagnóstico situacional para a musealização territorial de Itapeva

Cabe assinalar que o processo de planejamento museológico não é neutro. É político, litigioso, sujeito a injunções próprias da hierarquia do poder e, em última análise, reflete para o bem e para o mal a dinâmica social das comunidades. Esse caráter litigioso está presente em toda a cadeia operatória museológica, a começar pela seleção das referências patrimoniais, fase em que se definem a vocação institucional e o compromisso público do museu.

O objetivo do diagnóstico situacional é produzir uma análise crítica da conjuntura que somente se torna viável mediante um minucioso levantamento de dados da realidade. No campo específico dos museus, em que consiste este levantamento? No caso da

musealização territorial de Itapeva os limites geográficos estão implícitos no espaço geográfico do município. Importa, pois, identificar os recursos naturais, os recursos culturais (paisagens, monumentos, sítios, os bens intangíveis), os recursos humanos, institucionais (leis e organizações) e financeiros a serem empregados no empreendimento. O diagnóstico deverá indicar quais os problemas que impedem a plena utilização dos recursos mencionados, levando em conta as ameaças e potencialidades (SWOT [72]), com o intuito de definir o conceito gerador do museu.

Quadro 09: Quadro ilustrativo do método SWOT de análise

A metodologia SWOT ou FOFA (em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa. Para ser aplicada à análise de um cenário museológico, no entanto, há necessidade de adaptações. O que pode representar um desafio, como por exemplo, o inventário do patrimônio imaterial ou mesmo de uma paisagem cultural, não se configura um fator dificultador que vá "atrapalhar" o processo museológico.

Ao largo deste diagnóstico, é que serão discutidas algumas questões essenciais para a definição da missão institucional, da visão de futuro da instituição. Para tanto deve ser feita uma série de indagações: Quais os grupos sociais identificados com as causas da proposta museológica e quais as relações entre eles? Que mudanças e persistências de comportamento se pretende atingir com as ações do museu? Quem

[72] A criação da técnica de análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) ou Análise FOFA ou FFOA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é creditada a Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970, usando dados da revista Fortune das 500 maiores corporações. (Fonte: Wikipedia)

são os agentes locais dispostos a se engajar no processo de musealização do território? Quais são as suas origens sociais, faixa etária, atitudes e preferências? Quem serão os destinatários das ações do museu e que mudanças se pretende alcançar com elas? Que impactos elas terão na gestão do patrimônio e na gestão sócio-ambiental do território?

É nesta fase que o patrimônio e o público-alvo do processo de musealização deixarão de ser entes abstratos, ganhando corpo, face e identidades. Restam, ainda, duas questões: quem serão os destinatários do levantamento de dados? Quem usará as afirmações levantadas? Uma comissão organizadora ou um pequeno grupo mais restrito deverá assumir a responsabilidade de coordenar os trabalhos nesta etapa inicial.

Se os contornos finais da análise situacional vão brotar de um processo participativo, cabe-nos de antemão identificar potenciais parceiros institucionais que, por meio de suas atuações no cenário institucional em Itapeva, se qualificam para participar da construção do projeto museológico.

3.2.1 – O Museu Histórico de Itapeva

A primeira ação preservacionista organizada no município surge com a criação do Museu Histórico de Itapeva (MHI), em 24 de setembro de 1977, por iniciativa do professor Genésio de Moura Müzel, que era então presidente da instituição mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista. O pequeno acervo constituído de doações ficava em exposição numa das salas da escola.

Com a morte do ex-prefeito Cícero Marques, grande incentivador da cultura, em 9 de maio de 1985, sua coleção particular foi incorporada ao acervo do MHI, que em 1986 foi doado ao Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Itapeva (IHGGI) e posteriormente abrigado na Casa da Cultura Cícero Marques[73]. No exercício de sua gestão como secretário de Educação e Cultura de Itapeva, o professor Walter Gemignani intensificou uma campanha de doação que resultou na ampliação do acervo do MHI. Por meio do Decreto n° 703/88, datado de 15/01/1988, foi nomeado para a direção do MHI, o Sr. Átila Bonilha Neto, memorialista e colaborador do jornal Tribuna Sul Paulista.

[73] O “Museu Histórico de Itapeva” recebeu espaço para sua acomodação na “Casa da Cultura de Itapeva”, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 151, de 14 de fevereiro de 1986.

496	•objetos museológicos
217	•obras de arte (telas a óleo, gravuras e desenhos)
7.615	•objetos iconográficos (fotos)
1.639	•objetos fonográficos (discos de vinil)
12.773	•exemplares de jornais, datados a partir do final do século XIX
43	•livros de registros do Fórum de Itapeva
614	•documentos antigos doados pela Prefeitura Municipal de Itapeva
615	•documentos diversos
1153	•livros com referências históricas

Quadro 10 – Composição do acervo do Museu Histórico de Itapeva. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Itapeva/Departamento de Patrimônio Histórico, 2012

O acervo, eclético, então se soma e por vezes se mistura ao acervo documental doado pelo fundador do museu. A partir de 1986, o MHI ficou instalado na Casa da Cultura, onde se montou uma exposição de longa duração composta por armas, bombas, capacetes, dentre outros objetos da Revolução de 1932, utensílios domésticos, fotografias, artefatos arqueológicos, incluindo urnas funerárias dos indígenas que habitavam a região, diversos instrumentos ferroviários, objetos ligados ao ciclo do tropeirismo, instrumentos musicais, aparelhos de imagem e de som, além de móveis e utensílios domésticos de diversas épocas.

Em que pese ter sido criado em 1977, o MHI nasceu com uma ótica tradicionalista próxima dos gabinetes de curiosidades, que ainda reflete o modelo enciclopédico do século XIX, como é comum em boa parte dos museus histórico-pedagógicos do interior paulista. Não há nenhum sopro contemporâneo no que diz respeito a sua estruturação e embasamento teórico-metodológico. Deu-se início a uma coleção a partir de doações de populares, sem nenhuma preocupação em se instituir marcos legais, nem sequer o amparo de um estatuto e muito menos de um plano museológico.

De 1986 a 2007, o MHI manteve exposição de longa duração, entremeando-se algumas exposições temporárias. Dentre as atividades do MHI entre os anos de 2008 a 2011, destacam-se as seguintes exposições: Memória Tropeira (2007), 100 anos da Ferrovia em Itapeva (2009), Dinheiro pra quê? – Moedas antigas no Brasil – (2009), Sonhos do

Mundo (participação na 8ª Semana Nacional de Museus, 2010), História da Educação (Participação do Município de Itapeva na 9ª Semana Nacional de Museus - 2011)[74].

Diante da necessidade de sua regularização, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 11.904 (Estatuto de Museus), o MHI finalmente obteve sua formalização através do Decreto 6.743/2010[75], que em seu Artigo 2º estabelece como sendo seus objetivos:

> I – promover e fomentar o exercício da cidadania tendo como vetor o patrimônio histórico e cultural, cumprindo, assim a sua função social;
>
> II – desenvolver ações de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio histórico cultural local e regional, respeitando a diversidade social e cultura;
>
> III – desenvolver ações de caráter educativo e cultural, como: oficinas, seminários, encontros, palestra, apresentações, eventos, dentre outras;
>
> IV – incentivar a atração do turismo, fomentando a geração de emprego e renda em nosso Município;
>
> V – criar espaço para discussão, reflexão e diálogo com a sociedade.

De acordo com o Artigo 3º de seu marco legal, ainda compete ao MHI:

> pesquisar, preservar e comunicar o patrimônio histórico e cultural do Município, criando espaço de integração social por meio do fomento ao desenvolvimento socioeconômico e cultural, atendendo à comunidade local, turistas e público em geral.

A partir de 2010, porém, com o início das obras de restauro da Casa de Cultura Cícero Marques, o MHI foi transferido para a Estação Cultura Newton de Moura Müzel, onde o acervo ficou apenas parcialmente em exposição, sendo improvisada uma reserva técnica. Em 2013, a Estação Cultura foi fechada e o acervo do MHI foi transferido para o Complexo Cultural Newton de Moura Müzel, inaugurado em 9 de maio de 2014, passando a ocupar um das salas do prédio que pertencera à Faculdade de Ciências Humanas Sul Paulista, retornando assim ao seu local de origem quase quarenta anos depois de sua criação.

Embora o decreto de 2010 tenha previsto a estruturação de seu quadro de pessoal, bem como a elaboração de plano museológico, até o presente o MHI permanece sem autonomia administrativa, sendo mantido pelos funcionários da Secretaria Municipal

[74] Relatório do Plano de Gestão do Patrimônio Histórico de Itapeva, SMCT de Itapeva, 11/07/2011.

[75] ITAPEVA. Decreto 6.743/2010, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação do “Museu Histórico de Itapeva” e dá outras providências. Itapeva, SP, publicado na Imprensa Oficial em 21/01/2010.

de Cultura, ainda não foi objeto de planejamento museológico e continua sem reserva técnica e sem um projeto expográfico.

3.2.2 – O Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva

Outra instituição parceira do poder público no campo da cultura e, em especial, do patrimônio é o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva (IHGGI), cuja atuação está voltada, dentre outras finalidades, para o debate e a formulação de propostas de preservação do patrimônio cultural de Itapeva e região. Neste momento, ainda sem sede estabelecida, o IHGGI preserva toda a documentação coletada e produzida pelos seus membros.

Movido pelo ideal de engrandecer a cultura em Itapeva, em 23 de janeiro de 1992, o professor Genésio de Moura Müzel convidou um grupo de pessoas de alguma forma ligadas ao estudo, pesquisa ou divulgação da história da cidade para a fundação do IHGGI. À reunião compareceram os seguintes convidados: Euflávio Barbosa, Oswaldo Prado Margarido, Onésimo de Moura Müzel, Newton de Moura Müzel, então Secretário Municipal da Educação e Cultura, Dr. Jaime David Müzel, Francisco Batista Dias e sua esposa Vera Lúcia Paes Vieira, Genésio de Moura Müzel Filho, Leonor Ribeiro de Oliveira, Eriberto Veiga Leal, Vanda Aparecida Cerdeira, Rui Gomes Pinheiro, Augusto Rios Carneiro, Maria Olinda Rodrigues e os jornalistas Davidson Panis Kaseker, Jandir Abreu Gonzaga e Sebastião Pereira da Costa. O Prof. Genésio foi aclamado como presidente honorário e o Prof. Oswaldo Margarido eleito como primeiro presidente. A partir da segunda reunião, a Casa da Cultura Cícero Marques passou a sediar o IHGGI.

Durante os anos de 1992 e 93 foram realizados eventos cívicos como as homenagens aos ex-combatentes de 1932, com a presença da Banda Musical Lira Itapevense na Casa da Cultura Cícero Marques; a caminhada de 9 de julho pelas ruas centrais antecedida por salva de vinte e um tiros de festim, além da participação do IHGGI em momentos solenes e festivos da cidade.

Em 1994, realizou-se na Casa da Cultura Cícero Marques uma exposição comemorativa ao aniversário da Revolução Constitucionalista que constou de livros, jornais, material bélico, cartazes, e obras do artista plástico, membro do IHGGI, Edson Panis Kaseker. Aberta em sessão solene no dia 9 de julho daquele ano, a exposição, muito visitada, foi um momento marcante na história do IHGGI.

Com o afastamento do Prof. Genésio devido a problemas de saúde e tendo o Prof. Oswaldo se mudado com sua família para a capital paulista, Átila Bonilha Neto o sucedeu na presidência do IHGGI, mas logo adoeceu e, assim, com o afastamento de outros membros da diretoria, a instituição ficou desativada desde maio de 1995 até 2005.

Em fevereiro de 2005, um grupo de pessoas mobilizou-se para refundar o IHGGI. Na ocasião, a secretária da Cultura Setembrina Lourenço de Oliveira e a historiadora Sílvia Corrêa Marques convidaram membros da antiga diretoria que aceitaram o desafio proposto. Assim, o IHGGI renasceu em 09/07/2005, tendo sido eleito para o biênio 2005/2006 como presidente o professor e jornalista Davidson Panis Kaseker, depois reeleito para o biênio 2007/2008. Aclamada como presidente honorária a escritora Leonor Ribeiro de Oliveira, foi homenageada como presidente emérita a partir de seu falecimento em 2 de setembro de 2010. A historiadora Sílvia Corrêa Marques assumiu a presidência no biênio 2008/2009, sendo sucedida pelo Prof. Rui Pinheiro (2009/2010) e pela Prof[a]. Zuleide Pereira Leite (2011/2013).

Ao longo desta segunda fase de sua história, além da realização de eventos cívicos, em parceria com a Secretaria de Cultura, o IHGGI conserva seu acervo bibliográfico, fotográfico, discográfico e hemeroteca, disponibilizando-os para pesquisadores. Criou um site que já atingiu mais de 72.000 acessos, por meio do qual disponibiliza informações sobre a pré-história e a história local e regional, reunindo artigos, dissertações e teses acadêmicas, além de um banco de imagens, áudios e vídeos que promovem a difusão do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do município.

3.2.3 – O Instituto Planeta Terra e o patrimônio ambiental

O Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Planeta Terra é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de ambientalistas em 09/09/1999, a partir da temática da preservação da vida planetária. A equipe do Instituto Planeta Terra é composta de colaboradores voluntários, atuando em diversas áreas da educação ambiental.

Sob a atmosfera de integração com a natureza, sua sede está instalada em uma reserva florestal urbana que conta com uma área de 38.000 m² – a Mata do Carmo – pertencente ao Centro de Educação Ambiental Avelino Peixe Filho, mantido pela administração municipal. Localiza-se na Avenida Higino Marques, nº 193, área central da cidade.

Constitui uma área de qualidade paisagística por ser um elemento de valor estético e cultural e de qualidade ambiental, incorporado ao patrimônio da cidade por ser um fator determinante de conforto ao atuar como ilha de frescor nas imediações do bairro-centro e por apresentar potencial para alternativas mais democráticas de lazer aliado à educação.

Figura 34: Instituto Planeta Terra desenvolve ações de educação ambiental. Arquivo Folha do Sul

Oferece intensa programação de atividades educativas atendendo a milhares de estudantes de Itapeva e região. Conta com os seguintes atrativos para desenvolver os projetos educativos: 1. Sala Verde; 2. Esculturas ambientais; 3. Viveiros de mudas; 4. Museu do parque; 5. Maquete da microbacia; 6. Trilha interpretativa; 7. Alojamento; 8. Centro ecológico. Para atender ao interesse da população de um modo geral, conta com: 1. Anfiteatro, 2. Pistas de caminhadas, 3. Áreas para meditação e física, 4. Viveiros de plantas medicinais, 5. Oficina e centro de artesanatos, 6. Lanchonete; 7. Sede da ONG; e 8. Lagos.

3.2.4 – Corporação Musical Lira Itapevense e o patrimônio imaterial

Fundada em 25 de setembro de 1962, a Lira Itapevense, consagrou-se como patrimônio cultural do município de Itapeva, apresentando-se na cidade e na região. Atuando ao lado de bandas de renome como a da Força Pública e a dos Fuzileiros Navais, em 1969, a Lira teve sua qualidade reconhecida, mas foi em 1979 que a corporação musical conquistou seu maior feito, consagrando-se vice-campeã estadual no II Campeonato Paulista de Bandas, tornando-se a “Embaixatriz Itapevense”.

De lá para cá, a Lira alternou momentos verdadeiramente memoráveis, como o primeiro lugar do Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras realizado na cidade de

Charqueada (SP), em 1985, com momentos dolorosos de crise, nos quais a imprensa escrita local não poupou esforços em mobilizar a comunidade itapevense e suas autoridades para manter viva a chama da corporação.

Figura 35: Lira Itapevense apresenta-se no Coreto da Praça Anchieta. Fonte: Arquivo Folha do Sul

Atualmente atua em conjunto com a Escola Municipal de Formação Musical “Prof. Hugo Belézia”, criada em 2008, para a formação de jovens instrumentistas. Há nove anos apresenta-se no primeiro do mês no coreto da Praça Anchieta, dentro do projeto Lira na Praça, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Estas são algumas das instituições culturais notoriamente credenciadas a estabelecer parcerias institucionais com o novo museu. Outros agrupamentos em diferentes graus de institucionalização podem ser envolvidas no processo de musealização, como é o caso do Clube da Viola, dos peões e boiadeiros ou mesmo de associações de bairro.

3.3 – Avanços e recuos nas políticas públicas de proteção do patrimônio

Para além dos já citados dispositivos legais que tratam da preservação e valorização do patrimônio histórico de Itapeva e de eventuais parceiros institucionais, some-se o fato de que, para a formulação de políticas públicas, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo conta com a atuação dos conselhos municipais de Cultura, de Turismo e do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico (COMDEPHAAT), que tem funções deliberativas.

No período de 2008 a 2011, o executivo municipal instituiu, ainda, uma comissão tripartite, composta por representantes do poder público estadual e municipal, bem como da sociedade civil organizada, para a criação do Complexo Turístico Pilão d'Água, visando à gestão de ações que contribuam para a proteção, preservação e desenvolvimento dos bens materiais e imateriais compreendidos por este parque municipal[76].

Algumas das leis referentes à área museológica nunca saíram do papel, como é o caso da Lei 2031/2003, que criou o Museu de Imagem e do Som de Itapeva, até hoje não implantado. Dentre outras iniciativas que representaram significativo avanço no processo de valorização da memória e no desenvolvimento de ações preservacionistas, podem ser citadas a criação da Escola de Artes e Ofício Pilão d'Água (Lei 3451/12)[77], a implantação da Oficina Experimental de Restauro instituída em parceria com o Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico (NPPH) do Senai/SP (Lei 3452/12)[78], a criação do Programa de Educação Patrimonial, desenvolvido nos anos de 2008 a 2012, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que incluiu a produção de um DVD com a História de Itapeva, a publicação de um Caderno de Educação Patrimonial e a visitação de 5.000 alunos da rede municipal por ano a um roteiro histórico por edifícios tombados como patrimônio, além da realização do Seminário de História de Itapeva "Patrimônio e Educação", nos anos de 2010, 2011 e 2012, com a participação de professores de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes da rede municipal.

No âmbito deste programa, deve ser computada, ainda, a participação do município no programa Cultura é Currículo, Lugares de Aprender, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. A partir de 2012, entretanto, com a mudança de gestão na administração municipal, todas estas iniciativas foram interrompidas.

---

[76] ITAPEVA. Decreto nº. 6.203/2008, de 7 março de 2008. DISPÕE sobre a criação de Comissão que terá por objeto a criação do COMPLEXO TURÍSTICO PILÃO D'ÁGUA, bem como a gestão de ações que contribuam à proteção, preservação e desenvolvimento dos bens materiais e imateriais compreendidos por ele, e dá outras providências. Itapeva, SP, Imprensa Oficial, 08/03/2008.

[77] ITAPEVA. Lei 3451/2012, de 19 de setembro de 2012. Dispõe sobre a criação da "Escola de Artes e Ofícios Pilão d'Água", visando a qualificação de jovens e demais profissionais do Município na área de artes manuais, restauro e artesanato, bem como na área artístico-cultural. Itapeva, SP: Imprensa Oficial, 22/09/2012.

[78] ITAPEVA. Lei 3451/2012, de 19 de setembro de 2012. Dispõe sobre a criação da "Oficina Experimental de Restauro", visando a conservação, restauração e preservação da Casa de Cultura Cícero Marques. Itapeva, SP: Imprensa Oficial, 22/09/2012.

Em parceria com o SISEM – Sistema Estadual de Museus – de São Paulo, Itapeva sediou duas oficinas de capacitação: em 2009, Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Acervos, ministrada pelo museólogo Paulo José Nascimento Lima; em 2010, Oficina de Conservação de Fotografias e Documentos Audiovisuais, ministrada por Leandro Lopes Pereira de Melo. Em 2011, Itapeva passou a ser sede de polo museológico do SISEM e, em 2012, sediou a realização do Curso de Capacitação Museológica.

O curso e as oficinas foram totalmente gratuitas e oferecidas preferencialmente a profissionais que trabalham em museus ou instituições culturais das cidades que integravam o polo museológico de Itapeva (Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaoca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul e Taquarivaí). Para o MHI, representou oportunidade de avançar na capacitação para gestores públicos e servidores municipais, além de membros do IHGGI.

3.3.1 – Convênio com MAE-USP para a gestão patrimonial

A participação do prof. Sílvio Alberto Camargo Araújo no curso de Arqueologia do programa de pós-graduação do MAE-USP propiciou a aproximação da Secretaria Municipal de Cultura com o ProjPar, viabilizando inicialmente a exposição *Itapeva: Pré-história de pedra chata*, realizada em 2006, com curadoria do artista plástico Pedro Azevedo, além de publicação com o mesmo título no mesmo ano.

Com o objetivo de planejar e executar ações visando o estudo, a proteção, a valorização e a inclusão social do patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico do município, foi assinado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e a Universidade de São Paulo, assinado por intermediação do MAE, em 18/07/ 2010 (Anexo 03).

Nos termos desse convênio, autorizado pela Lei Municipal nº 1020, de 21/07/97, e pela Resolução USP nº 3461, assinado em 18 de junho de 2010, pretendeu-se formular subsídios para a elaboração de um programa de “Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico de Município de Itapeva”, sob a orientação técnica do Prof. Dr. José Luiz de Morais. Foram constituídos como objetivos:

> 1 - Elaborar as peças de planejamento relacionadas com a execução dos objetivos do programa "Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva", sob a coordenação do MAE/USP.

> 2 - Estimular o envolvimento e a participação de alunos de pós-graduação, especialmente aqueles que estejam desenvolvendo projetos de pesquisa voltados para a região de Itapeva.
>
> 3 - Agregar contribuições interdisciplinares envolvendo as áreas de atuação institucional, especialmente Arqueologia, Museologia e Educação para o Patrimônio.
>
> 4 - Colaborar na formação do pessoal técnico da Prefeitura atuante no setor de Educação, Cultura e Meio Ambiente.
>
> 5 - Organizar e coordenar equipes interdisciplinares de cunho interinstitucional, concedendo endossos institucionais de caráter científico aos projetos de pesquisa encaminhados ao IPHAN.

A presente pesquisa, vinculada às linhas programáticas do ProjPar, resulta de certa forma desta iniciativa, com o propósito de formular as diretrizes de um processo de musealização territorial embasado em princípios metodológicos de planejamento museológico para delinear a política de aquisição, conservação, documentação e comunicação do patrimônio constituído pelo conjunto de bens culturais diretamente relacionados ao território de Itapeva, sejam materiais ou imateriais, assim como propor políticas públicas de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim, que estejam em consonância com as demais políticas públicas adotadas pelo governo municipal, a partir de seus balizamentos institucionais (Lei Orgânica do Município e Plano Diretor do Município).

O programa de musealização deverá proporcionar orientações técnicas que norteiem a criação e manutenção de instalações e ambientes adequados para a salvaguarda e comunicação do acervo que vier a ser musealizado, seja aquele compreendido no interior dos espaços expositivos, seja aquele localizado em espaços externos tidos como lugares de memória, tanto naturais como culturais. Pretende-se, ainda com esta iniciativa, proporcionar condições objetivas de repatriamento de centenas de artefatos e milhares de fragmentos arqueológicos identificados com os cenários de ocupações humanas na região de Itapeva, que foram coletados em sítios arqueológicos apropriados como objetos de estudos por diversos pesquisadores e que, atualmente, encontram-se e, nessa condição, permanecem disponíveis a ações de educação patrimonial e à fruição da população.

No bojo das ações contempladas pelo programa, destaca-se a criação do Laboratório Municipal de Arqueologia (LAMAR), por meio do Decreto 7.459/12, assinado pelo prefeito

Luiz Cavani em 2012 [79], que inicialmente passou a funcionar em uma sala anexa à Casa da Cultura Cícero Marques e depois foi transferido para o atual Complexo Cultural Newton de Moura Müzel. A este decreto, seguiu-se o Decreto 8.268/14 [80], assinado pelo prefeito Roberto Comeron, renomeando-o como LABARQ – Laboratório de Arqueologia Geoambiental de Itapeva, pautado no programa de "Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva". O LABARQ "é destinado a promover as investigações arqueológicas realizadas no Município de Itapeva que têm por objeto sítios e acervos arqueológicos organizados a partir do modelo de 'Arqueologia Ambiental', tendo em vista as características do meio físico, biótico e antrópico do território municipal que gera paisagens notáveis de expressão regional".

Figura 36: Laboratório de Arqueologia encontra-se em plena atividade. Foto: Nicolas Jesus

O decreto, entretanto, se revela ambíguo do ponto de vista operacional, uma vez que, no Art. 3º, determina a competência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para designar um servidor público municipal "com notório conhecimento técnico para acompanhar as atividades curatoriais", embora não preveja concurso público para a contratação de um servidor com esta formação técnica. Estabelece, ainda, no Art. 5º, que "o processo curatorial vinculado ao acervo arqueológico pré-histórico, histórico sob a guarda do LABARQ será coordenado, orientado e executado pelo Conselho de Curadores do LABARQ, colegiado técnico-científico que será constituído por membros indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural, dentre os profissionais de comprovada formação e atuação na área de arqueologia, a serem nomeados por Decreto do Executivo". No parágrafo único do mesmo artigo, entretanto, determina que

[79] ITAPEVA. Decreto 7.459/12, de 1 de outubro de 2012. Dispõe sobre a criação do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas. **Imprensa Oficial**, 13/10/2012, p. 7-8.

[80] ITAPEVA. Decreto 8.268/14, de 02 de abril de 2014. Dispõe sobre a criação do Laboratório de Arqueologia Geoambiental de Itapeva – LABARQ. **Imprensa Oficial**, 21/04/2014, p. 7-8.

“o exercício das atividades de curador do acervo arqueológico pré-histórico e histórico não será renumerado, mas considerado de relevante prestação de serviços ao município”. Ou seja, exige-se que o curador tenha formação e atuação profissional e, ao mesmo tempo, sugere-se que ele exerça atividade voluntária, sem remuneração.

De qualquer forma, o decreto representa um avanço, pois, nos termos da Lei Federal 3.294/61[81], o LABARQ permitirá o endosso institucional de material arqueológico proveniente de pesquisas científicas que continuam sendo realizadas em especial no centro histórico da cidade, bem como a quantidade de materiais arqueológicos coletados no município, os quais permanecem sob a guarda do poder público municipal, “razão pela qual necessária se faz a sua catalogação e armazenamento de maneira adequada”, a fim de promover a salvaguarda deste acervo, “visando a sua extroversão para o desenvolvimento sócio-cultural do município”.

3.3.2 – A atuação do COMDEPHAAT e o embate na proteção ao patrimônio

A primeira iniciativa de caráter jurídico-institucional de proteção ao patrimônio surgiu em Itapeva por meio da Lei 185/86[82], quatro anos antes da própria Lei Orgânica do Município. A referida lei, promulgada pelo prefeito Antonio Guilherme Brugnaro, dispôs sobre a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico de Itapeva (Condephaat de Itapeva) e instituiu o tombamento de bens para proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, áreas de lazer e de ecologia.

A ideia da preservação patrimonial prosperava então, sendo proposto o tombamento por lei municipal do prédio da Casa da Cultura e da Catedral, conforme consta da Lei Orgânica de Itapeva, datada de 1990. Outro prédio tombado por iniciativa do Condephaat local foi o casarão localizado na esquina da Rua Dr. Pinheiro com a Rua Cel. Levino Ribeiro, que pertencia à família Camargo. Entretanto, aproveitando uma liminar concedida pela justiça por conta de contestação da medida tutelar adotada pelo conselho, os proprietários colocaram abaixo o prédio numa manhã de sábado, em maio de 2000, demonstrando pela primeira vez a rejeição local ao instrumento do tombamento por se tratar de imóvel particular.

---

[81] BRASIL. Lei nº 3.924/61, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, publicado em 27.7.1961 e retificado em 28.7.1961.

[82] ITAPEVA. Lei 185/86, de 28 de outubro de 1986. Dispõe sobre: I. Criação do Conselho de defesa do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico de Itapeva. II. Tombamento de bens para proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, áreas de lazer e de ecologia. Itapeva, SP, Livro nº 18, p. 155.

Figura 37: Atrás da Lira Itapevense em concerto dominical na Praça Anchieta, a casa da família Camargo onde funcionou a sede regional de Furnas Centrais Elétricas. À direita, o momento de sua demolição.
Fonte: Arquivo Folha do Sul

O litígio judicial foi marcado pelo inusitado e inexplicável desaparecimento do processo de tombamento, restando dele apenas algumas cópias de documentos remanescentes na Secretaria Municipal de Cultura. A iniciativa foi alvo de críticas nos jornais locais e por muito tempo ouviu-se lamentos pela perda do casarão. O episódio, entretanto, foi traumático do ponto de vista da mobilização, pois dali em diante o conselho deixou de atuar, não sendo renovada a sua composição ao final do mandato.

Somente em 2008, o conselho seria recriado, agora sob a denominação de Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico de Itapeva (COMDEPHAAT), conforme a lei 2.753/08, de 10 de maio de 2008. As seguidas alterações da lei (2.849/09, 3.133/10 e 3.273/11)[83] demonstram a tentativa de melhoria do instrumento no sentido de aprimorá-lo. Segundo a legislação municipal, o COMDEPHAAT é um conselho de caráter consultivo e deliberativo, ligado à Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, que tem por finalidade a identificação, valorização e defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, turístico e cultural de Itapeva.

De acordo com a lei de criação do COMDEPHAAT, constituem este patrimônio todos os bens móveis e imóveis considerados importantes por razões históricas, arquitetônicas, artísticas, tecnológicas, afetivas e articuladoras da memória itapevense, além de sítios e paisagens da natureza consideradas excepcionais por suas qualidades intrínsecas. O COMDEPHAAT de Itapeva conta, ainda, com um Fundo Municipal e com um Regimento Interno.

[83] ITAPEVA. Lei nº 3.273/2011, de 16 de setembro de 2011. Altera dispositivos da Lei 2753/2008 que criou o COMDEPHAAT – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico de Itapeva. Imprensa Oficial. Itapeva,SP, 24 de setembro de 2011.

O conselho, composto por onze membros, é constituído por quatro representantes do poder público municipal (Gabinete, Cultura e Turismo, Educação, Juventude) e sete representantes da sociedade civil (IHGGI, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itapeva, Ordem dos Advogados do Brasil – 76ª. Sub-Secção de Itapeva, Associação Regional dos Engenheiros do Sudoeste Paulista, um representante dos estabelecimentos de ensino superior do município, um representante dos movimentos sociais e um representante de entidade sindical).

Para a sua ação, o COMDEPHAAT tem a sua disposição o instrumento de tombamento e o registro de inventário, instituído pela legislação municipal, que por analogia seguem os mesmos princípios das legislações estadual e nacional, entre outros mecanismos de proteção. Tombar implica registrar, num livro especial, as construções, monumentos, objetos, documentos e lugares pertencentes ao conjunto de bens identificados como os mais representativos do nosso cotidiano ou da nossa paisagem, estabelecendo tutela preventiva sobre o bem tombado.

Os bens protegidos pelo tombamento não podem ser destruídos, mutilados ou descaracterizados, razão pela qual é necessária, para qualquer intervenção que se pretenda nestes bens, a prévia autorização do Conselho que analisa os respectivos projetos apresentados pelos interessados. Por deliberação do COMDEPHAAT, antes de se realizar qualquer tombamento deve-se realizar um inventário do patrimônio histórico local, delegando essa função à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

3.3.3 – O Inventário Geral do Patrimônio Histórico de Itapeva

Para a elaboração de forma sistemática do Inventário Geral do Patrimônio Histórico de Itapeva (IGPHI), a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de Itapeva, por meio da Divisão de Patrimônio Histórico, órgão responsável pelos estudos e proposições que assegurem a preservação do patrimônio cultural da cidade, com o apoio do COMDEPHAAT e do IHGGI, iniciou em maio de 2009 uma parceria com a E.T.E. Dr. Demétrio Azevedo Júnior visando à estruturação de uma equipe de estagiários de nível técnico para o levantamento das informações previstas para o IGPHI.

Para a devida capacitação dos estagiários, estudantes do curso técnico de Edificações, foi organizado um curso para subsidiar a preparação da equipe de modo a assegurar a qualidade técnica do acervo documental que embasaria a política de preservação do patrimônio edificado do município, cujos imóveis fossem definidos

como bens histórico-culturais passíveis de tombamento. O conteúdo curricular e os formulários a serem adotados como instrumento de coleta de dados foram definidos de comum acordo com o COMDEPHAAT.

O curso, ministrado por professores e profissionais de Engenharia e Arquitetura, além de historiadores, teve aulas teóricas e atividades práticas. Os trabalhos foram orientados, ainda, por uma equipe de especialistas de reconhecida experiência, composta por Turinã Alves Ignácio, (professor restaurador), José Antônio Frigueto (engenheiro civil) e Edson Higino (mestre geral de obras e ofício), sob com a orientação do especialista em restauro, professor Júlio César Victória Barros, à época diretor do Liceu de Arte e Ofício de Santana de Parnaíba, município que teve grande parte do seu centro histórico restaurado por esta equipe multidisciplinar.

A Casa da Cultura Cícero Marques sediou o Curso de Capacitação para Inventário do Patrimônio Histórico de Itapeva, realizado em 2009, com duração de 20 horas. Dos quinze estudantes que concluíram o curso, foram selecionados cinco para participar do levantamento de dados.

Figura 38 – Aulas teóricas do curso de capacitação: da esquerda para a direita no sentido horário, o prefeito, o secretário da Cultura, o secretário de Obras e o arqueólogo Silvio Araújo em palestra sobre o patrimônio histórico da cidade. Fotos: Arquivo Folha do Sul

Figura 39 – Aulas práticas do curso de capacitação. Equipe de estagiários realiza vistorias técnicas durante as atividades do curso. Foto: Arquivo Folha do Sul

Para o levantamento, foram adotados como critérios de arrolamento de imóveis a excepcionalidade (exemplares únicos), a representatividade (de época ou estilo arquitetônico), a beleza estética e o valor histórico. A relação preliminar dos imóveis foi submetida à apreciação dos membros conselheiros em reunião extraordinária do COMDEPHAAT, realizada em no dia 30 de julho de 2009, que teve como objetivo a análise e classificação dos imóveis dentro de critérios de preservação do patrimônio estabelecidos a partir de ampla discussão previamente empreendida pelo COMDEPHAAT, a saber:

GP 1 – Grau de Proteção 1: aplicável às edificações de alto interesse histórico, arquitetônico e ambiental, determinando que:

a) A preservação das edificações seja integral;

b) A utilização das edificações se dê por intermédio de funções compatíveis;

c) Sejam aplicados métodos científicos em sua conservação e restauração.

GP 2 – Grau de Proteção 2: aplicável às edificações nas quais se destacam, principalmente os valores ambientais, determinando que:

a) A preservação das edificações se aterá à conservação das fachadas, componentes arquitetônicos externos e cobertura;

b) As edificações poderão sofrer algumas alterações internas desde que respeitado o item anterior, com a devida aprovação do COMDEPHAAT.

GP 3 – Grau de Proteção 3: aplicável às edificações nas quais se destacam a possibilidade de reconversão, determinando que:

a) A preservação não é obrigatória;

b) Em caso de adesão, permite possibilidade de receber o apoio do Poder Público através do Programa Pró-Memória nos termos da legislação.

Após a seleção dos imóveis cuja preservação foi considerada de interesse público, o COMDEPHAAT realizou diversas reuniões para estabelecer a classificação final de cada um, deliberando inicialmente por instituir o processo de tombamento de nove edificações reconhecidas como patrimônio histórico do município, inscrevendo os demais no Livro de Inventário.

A seleção dos imóveis, cujos tombamentos foram propostos pelo COMDEPHAAT, obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Art. 15 da Lei 2.753/08:

> Art. 15 – Na decisão do COMDEPHAAT que determinar o tombamento, deverá constar:
>
> a) Descrição detalhada e documentação do bem;
>
> b) Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro do Tombo ou no Livro de Registro;
>
> c) Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras intervenções: para o bem natural, um Plano de Manejo, e para o bem arquitetônico, um Plano de Uso
>
> d) As limitações impostas ao entorno e à paisagem do bem tombado, quando necessárias.
>
> e) No caso de bens móveis, os procedimentos que deverão instruir a sua saída do município;
>
> f) No caso de tombamento de coleção de bens, relação de peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam a sua integridade.

A relação dos imóveis passíveis de tombamento foi publicada na Imprensa Oficial de Itapeva na edição de 25 de julho de 2009. Para cada processo instaurado, foi designado um conselheiro como relator, que foi incumbido de emitir um parecer final com base em dossiê contendo ficha técnica de inventário, histórico, memorial descritivo, levantamentos iconográficos e parecer técnico da Divisão de Patrimônio Histórico.

No dia 9 de dezembro de 2009, na Câmara Municipal de Itapeva foi realizada a sessão pública de julgamento dos processos de tombamento de edifícios históricos de

Itapeva, sendo que todos os processos foram aprovados por unanimidade pelos membros do COMDEPHAAT.

Através do Decreto 6.731/2009[84] foram tombados e passaram a compor o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e turístico os seguintes imóveis: Conjunto Residencial Pátio da Estação, Estação Cultura Prof. Newton de Moura Müzel, Fazenda Pilão d'Água, sede da Delegacia Seccional de Itapeva, sede da Escola Municipal Acácio Piedade, sede do Seminário Propedêutico Dom Silvio, sede do Batalhão da Polícia Militar, Estação Ferroviária Ramos de Azevedo, Capela Nossa Senhora do Carmo.

Considerando que a Catedral de Santana e a sede da Casa da Cultura Cícero Marques já haviam sido tombadas anteriormente, Itapeva passou a contar com onze edificações tuteladas pelo tombamento municipal.

3.3.3.1 – CATEDRAL DE SANTANA: Imóvel tombado como patrimônio histórico pelo município por meio do Decreto 632/1987. Para a construção da Igreja, em 1785, foi utilizada a mão de obra de quarenta escravos cedidos por fazendeiros, que se valeram da técnica construtiva com taipa de pilão (terra socada). Tinha ela 48 palmos de frente por 140 palmos de fundo. Na igreja funcionou o cemitério desde a sua fundação até o ano de 1852, onde eram enterrados somente os cristãos. A igreja passou por quatro reformas; a última começou em 1986 e terminou em 1992.

Figura 40: Catedral de Santana. Foto: Arquivo Folha do Sul.

[84] ITAPEVA. Decreto 6.731/2009, de 23 de dezembro de 2098. Dispõe sobre tombamento de imóveis. Imprensa Oficial, 26/12/2009, p. 72.

A Catedral de Santana, localizada no coração da cidade, é tida como uma das maiores construções de taipa de pilão do Brasil. O edifício é considerado um monumento histórico e arquitetônico, sendo de suma importância para a construção histórica do município. Em 2009, foi eleita pela população itapevense como imagem símbolo da cidade. Desde 2 de março de 1968, é sede diocesana e atualmente abrange 21 municípios da região.

3.3.3.2 – CASA DA CULTURA CÍCERO MARQUES: Seu tombamento foi realizado pelo Decreto 5.606/2005. O casarão localizado na Rua Martinho Carneiro, número 177, esquina com a Rua Pires Fleury, no centro da cidade, apresenta características ecléticas, decorrentes de sucessivas reformas por que passou. O prédio foi construído originalmente m taipa de pilão, sendo posteriormente ampliado em alvenaria por seus proprietários, o Coronel Donato de Camargo Melo e sua esposa Maria Carneiro Camargo, a quem também pertenceu por herança a Fazenda Pilão d'Água. Na fachada da casa constam as iniciais DCM (Donato de Camargo Melo) e o ano de 1881, o qual provavelmente corresponde à data de sua ampliação, segundo parecer do restaurador Júlio Vitória Barros[85].

Figura 41: Casa da Cultura Cícero Marques. Foto: Arquivo Folha do Sul.

No início do século XX, costumava-se realizar no salão principal saraus, recitais e bailes com grandes músicos. Lucas Ferraz de Camargo, político e comerciante de Itapeva, adquiriu o imóvel por volta de 1914, passando a residir no local, onde também instalou o cartório do 2º Oficio. Entre 1920 e 1969, o imóvel pertenceu a diversos particulares, sendo por último alugado à Companhia de Mineração São Mateus, para servir de sede esportiva e social do São Mateus Futebol Clube, onde ocorriam bailes,

[85] Informação pessoal por ocasião de vistoria técnica realizada em 2009.

carnaval e festas diversas. Neste ano, o prefeito Jorge Assumpção Schimidt desapropriou o imóvel, instalando-se ali a Promoção Social, e a Guarda Mirim de Itapeva. O casarão tornou-se centro cultural de pela Lei nº 151, em 14 de fevereiro de 1986, subordinado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Sua inauguração se deu em 2 de agosto de 1986, recebendo a denominação de Centro Cultural “Cícero Marques” em homenagem ao ex-prefeito.

3.3.3.3 – CAPELA Nª Sª DO CARMO: A capela, localizada no Lar Vicentino de Itapeva, foi criada por provisão do bispado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XIX. Foi construída nas proximidades da residência do vigário Pe. José Custódio de Camargo (1798-1831), que devido a sua idade avançada sentia dificuldade para locomover-se até a igreja matriz de Santana. A capela passou por três reformas, sendo a última em 2005, mas a despeito de não terem seguido por completo as normas da Carta de Veneza ainda guarda suas características arquitetônicas originais. Imóvel tombado pelo COMDEPHAAT.

Figura 42: Capela Nossa Senhora do Carmo. Foto: Arquivo Folha do Sul.

3.3.3.4 – ESCOLA MUNICIPAL ACÁCIO PIEDADE: Tombada como patrimônio estadual pela Resolução 60, de 21/07/2010, como obra representativa da arquitetura das escolas públicas da Primeira República, o prédio da Escola Municipal Acácio Piedade é o único edifício tombado pelo Condephaat de São Paulo no município de Itapeva. Foi inaugurado, em 1913, como Grupo Escolar de Faxina com grandes festejos, que contou com a presença de autoridades locais e estaduais. O edifício, separado em duas alas – a das meninas e a dos meninos -, contava com quatrocentos alunos matriculados.

A pedido da população faxinense, no ano de 1917, foi efetuada a mudança do nome de Grupo Escolar de Faxina para Grupo Escolar Cel. Acácio Piedade, em homenagem

ao político local que, na função de deputado estadual, contribuiu para a construção daquela unidade escolar. Funcionou como escola estadual até ser municipalizada em 1999. Localiza-se na Av. Acácio Piedade, antiga Rua das Tropas.

Figura 43: Escola Municipal Acácio Piedade. Foto: Arquivo Folha do Sul.

3.3.3.5 – ESTAÇÃO RAMOS DE AZEVEDO: A Estação de Faxina, localizada na Vila Isabel e projetada pelo engenheiro e arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, foi inaugurada em 1912. Em 1939, o nome da cidade e da estação foi alterado para Itapeva. Em 1978, o trem de passageiros de Itararé foi suprimido. Em fins de 1997 foi ativado o trem de passageiros Sorocaba-Apiaí. A FEPASA operou a linha até fins de 1998. Imóvel tombado pelo COMDEPHAAT, a estação está hoje fechada e seu pátio continua sendo utilizado para cruzamentos e manobras pela atual concessionária da estrada férrea, América Latina Logística (ALL), com movimento constante.

Figura 44: Estação Ramos de Azevedo. Foto: Arquivo Folha do Sul.

Em fevereiro de 2001, o trem de passageiros Sorocaba-Apiaí deixou de operar de vez. Em 2004, quando se propôs a municipalização do prédio, a estação estava já deteriorada, com o teto caindo, janelas e portas arrancadas e podres. A situação de

deterioração persistiu mesmo após o tombamento de 2009, em função de um litígio que tem impedido a sua municipalização. A União, proprietária do imóvel, repassou o imóvel em condição operacional, e a ALL, que o desativou, alega tê-lo devolvido para a União na situação de bem não operacional.

3.3.3.6 – CONJUNTO RESIDENCIAL E PÁTIO DA ESTAÇÃO: Trata-se de um conjunto de cinco casas residenciais destinadas inicialmente para funcionários da EFS e atualmente ocupadas por terceiros. O conjunto, tombado pelo COMDEPHAAT, engloba ainda o pátio da estação, todos situados em áreas públicas pertencentes à União, onde está situada a Estação Ramos de Azevedo.

Figura 45: Conjunto Residencial Pátio da Estação. Foto: Arquivo Folha do Sul.

3.3.3.7 – ESTAÇÃO CULTURA NEWTON DE MOURA MÜZEL: O descontentamento da população de Faxina em relação à localização da estação da Vila Isabel, considerada muito distante da cidade, levou a Estrada de Ferro Sorocabana a iniciar obras para a construção de uma nova estação e um desvio que passaria mais próximo da cidade. As obras da linha férrea nunca foram concluídas e as edificações construídas permaneceram abandonadas por várias décadas. Símbolo do desperdício do dinheiro público e incúria dos governantes, o prédio da Estação Cultura, construído para ser armazém, foi municipalizado e abrigou a Secretaria Municipal de Educação e a Câmara de Vereadores, antes de ser destinado à cultura. Em 2014, mesmo tombado, foi transformado em sede da unidade Poupatempo, preservando-se suas características arquitetônicas.

Figura 46: Estação Cultura Prof. Newton de Moura Müzel. Foto: Antonio Loureiro/Arquivo Folha do Sul.

3.3.3.8 – SEDE DO BATALHÃO: O prédio, construído em taipa de Pilão e alvenaria, foi inaugurado em 22/07/1895 como sede da Cadeia Pública e do Fórum de Justiça. Na década de 1960, com a construção do novo Fórum, o prédio foi utilizado exclusivamente como cadeia até esta ser transferida para outra sede, passando então a abrigar a 3ª Cia da Polícia Militar e, desde o ano de 2006, a sede do 54º Batalhão da Polícia Militar. Imóvel tombado pelo COMDEPHAAT.

Figura 47: Sede do 54º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo. Foto: Fernandes/Arquivo Panorâmio.

3.3.3.9 – SEDE DO SEMINÁRIO PROPEDÊUTICO: O edifício de arquitetura eclética foi construído no ano de 1914 para ser residência o casal Alfredo Moreira de Souza e Adalzira Moreira de Souza. Em 1968, a Prefeitura Municipal de Itapeva adquiriu-o para doá-lo à Mitra Diocesana a fim de abrigar a residência de seu primeiro bispo, D. Sílvio Maria Dario, por isso ficou conhecida como Casa do Bispo. Posteriormente, a mitra diocesana destinou o imóvel para abrigar o Seminário Propedêutico que mantém em

sua denominação a homenagem ao bispo como seu patrono. Imóvel tombado pelo COMDEPHAAT.

Figura 48: Seminário Dom Sílvio Maria Dario. Foto: Arquivo Folha do Sul.

3.3.3.10 – SEDE DA DELGACIA SECCIONAL DE ITAPEVA: Construído na década de 1940, o prédio abrigou o Fórum de Itapeva até a sede local do judiciário ser transferida em 1961 para uma nova edificação. A partir de então, o prédio passou a abrigar a Delegacia de Polícia Civil e desde 1999 é ocupado pela Delegacia Seccional de Polícia Civil de Itapeva. Imóvel tombado pelo COMDEPHAAT.

Figura 49: Sede da Delegacia Seccional da Polícia Civil de Itapeva. Foto: Itapeva Times.

3.3.3.11 – SEDE DA FAZENDA PILÃO D'ÁGUA: Conforme inventário datado de 1894, a Fazenda Pilão d'Água pertencia a Fortunata Maria de Camargo. Seu surgimento, entretanto, está associado ao período tropeirista, destinando-se inicialmente à engorda de animais. A casa grande, construída em taipa de pilão, recebeu ampliações em alvenaria.

Cercada por muros de pedras construídos por escravos, as instalações da sede faziam parte de uma área total de aproximadamente cinco mil alqueires. Na década de 1920, passou a ser propriedade de Adelino Rolim e daí dedicado ao cultivo de algodão. O alemão Hans Henrich Rudolf Braren e Hilda Braren sua primeira esposa, que imigraram para o Brasil devido à formação da Alemanha nazista e a preparação para a guerra, adquiriram a propriedade na década de 1940.

A fazenda passou por várias desapropriações, sendo uma delas para a construção do campo de aviação de Itapeva, outra para a criação de uma represa destinada ao abastecimento de água para a cidade e construção do Centro Comunitário e Recreativo Bento Alves Natel. Em 2003, os restantes setenta alqueires da Fazenda, foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Itapeva. O tombamento feito pelo órgão municipal de proteção ao patrimônio visa à proteção da casa grande e demais instalações da sede, bem como dos muros de pedras, destinando esse espaço a atividades museológicas.

Figura 50: Sede da Fazenda Pilão d'Água. Foto: Arquivo Folha do Sul.

Com as diversas iniciativas de tombamento realizadas pela Prefeitura Municipal de Itapeva, através da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, o município se alinha às demais esferas de governo que reconhecem a importância deste instrumento jurídico-institucional para garantir a integridade do patrimônio edificado, conforme previsto na Constituição Brasileira.

Verifica-se que em vinte anos de existência e aplicação de leis conservacionistas no município recebeu manifesta adesão da população quando se tratava de proteção a

edificações de natureza pública, sejam próprios municipais ou estaduais, sejam edificações religiosas. Ao incidir, todavia, sobre edificações de propriedade particular, via de regra as reações foram contrárias. Além da demolição já mencionada de casarão tombado no ano 2000 (ver página 176), mais recentemente houve reações diversas à política de tombamento, mesmo ela tendo sido emanada de um conselho majoritariamente constituído por representação da sociedade civil.

Assim que houve divulgação da relação de imóveis inventariados, antes sequer de serem notificados, diversos proprietários apressaram-se em promover reformas nas fachadas para anular a iniciativa. O caso mais grave foi a demolição de um imóvel de características arquitetônicas singulares, enquadrado no grau máximo de proteção (GP1), por meio de tutela preventiva, aplicável às edificações de alto interesse histórico, arquitetônico e ambiental, determinando que a preservação seja integral, a utilização das edificações se dê por intermédio de funções compatíveis e que sejam aplicados métodos científicos em sua conservação e restauração.

Figura 51 – Demolição efetuada à revelia da lei no centro da cidade. A paisagem urbana após a demolição. Foto: Arquivo Folha do Sul

Mesmo tendo sido negada formalmente a demolição solicitada pelos proprietários, em 2011 o imóvel veio abaixo à revelia do dispositivo legal e de notificação do próprio

Ministério Público (MP). A despeito de o MP ter imposto aos proprietários o pagamento de multa pecuniária e o cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) exigindo que fosse efetuada escavação arqueológica no terreno, localizado em área central do núcleo histórico da cidade, a perda configura-se irreparável.

Figura 51 – O retrato da especulação imobiliária

No caso do imóvel acima, o proprietário providenciou a retira de adornos dos beirais e o fechamento de portas e janelas para desfiguração das características arquitetônicas com o objetivo de evitar possível tombamento. Não resta dúvida, pois, de que a preservação do patrimônio arquitetônico enfrenta a resistência quando o tombamento tem por objeto propriedades particulares. Ainda que a legislação itapevense proporcione isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o benefício se mostra insuficiente e pouco atrativo diante da especulação imobiliária. Na prática, a opinião pública fica dividida, instaurando-se um falso paradoxo. Os que se dizem a favor do progresso condenam as leis preservacionistas, que consideram contrárias ao direito à propriedade, próprio do capitalismo. Os que se posicionam a favor da preservação do patrimônio e da memória são vistos como passadistas.

O litígio ganha outras facetas quando adentra na seara política. Além de uma forte tendência a tomar partido a favor dos proprietários resistentes, via de regra os governantes de turno tendem a não prestigiar a continuidade das políticas públicas da área cultural quando ocorre alternância de poder nas administrações municipais.

A interrupção de programas de educação patrimonial, a desarticulação de conselhos municipais mesmo à revelia da legislação, o recuo nas medidas de gestão patrimonial costumam causar retrocesso não raras vezes danosos ao patrimônio cultural. No caso de Itapeva, tais avanços e recuos tem sido constantes. Por mais de uma vez, em final

de mandato e longe dos holofotes, os prefeitos revogam decretos de tombamento. Foi assim com o decreto de utilidade pública para fins de desapropriação do Centro Espírita Amor à Caridade, revogado em dezembro de 1988. Foi assim com o decreto de tombamento do chamado prédio de D. Yayá, localizado na esquina da Rua Dr. Pinheiro com a Rua Cel. Levino Ribeiro, revogado em 10 de abril de 2000. De outro modo, simplesmente se abandonam obras, desestruturam-se equipes ou revogam-se programas, a despeito dos prejuízos decorrentes.

No atual mandato da administração municipal de Itapeva, mesmo com alterações radicais nas linhas de atuação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, há que se registrar que a municipalidade conseguiu recursos para retomar as obras de restauro da Casa da Cultura Cícero Marques, interrompidas desde a posse dos atuais mandatários. Todavia, assim como a maioria dos museus municipais, o MHI padece da falta de quadro de pessoal fixo, não conta com dotação orçamentária específica e carece de investimentos para a gestão de seu acervo e manutenção de seus serviços.

O cenário político-institucional exige, pois, análise acurada de diferentes pontos de vista de cada um dos atores sociais envolvidos. A compreensão da realidade é tão diferente quanto são diferentes as posições a partir das quais as pessoas a observam. Assim, "a realidade não é explicável pela simples descrição, mas pelas leituras que se fazem dela, sob diferentes chaves de interpretação, de acordo com os interesses objetivos dos atores" (MATUS; HUERTAS, 1996).

Definidos os atores participantes do processo de elaboração do plano museológico, resta definir a metodologia de trabalho. Como? Quando? Para quem? Para que e por quê? Essas são as questões a serem respondidas nesta primeira etapa de trabalho que podemos denominar como diagnóstico situacional.

> "A elaboração de um plano museológico para uma instituição tem o *caráter prospectivo*, que organiza algumas variáveis em uma *equação* com vistas à proposição de estratégias de gestão em *fases* que, por sua vez, levam em consideração *as potencialidades e os problemas* identificados em um diagnóstico preliminar". (BRUNO, 2012 – grifos da autora)

3.4 – Diretrizes para a realização do inventário patrimonial

Como já vimos anteriormente há muitos modelos de musealização territorial de acordo com a identidade da instituição, formas de organização e as rotas processuais

adotadas em conformidade com os seus respectivos repertórios patrimoniais. Segundo Varine, a noção de patrimônio integral concebida na Mesa de Santiago reaparece no mundo contemporâneo com a potencialidade de os ecomuseus e museus de território transformarem em herança o sentido de patrimônio e de pertencimento a um lugar e a uma comunidade.

No caso da musealização territorial de Itapeva, deverá ser considerada a heterogeneidade de sua vocação patrimonial já delineada nos capítulos anteriores e os compromissos que se pretenda instituir com o seu público nos contextos culturais, sociais e econômicos. Em nosso entendimento, como projeto de museu de território propomos a apropriação do patrimônio cultural e natural do território e das comunidades como um capital cultural local, articulado ao capital social e ao capital econômico, "confirmando a potência de agir das comunidades na sua apropriação e na responsabilização coletiva pela preservação e utilização desse capital" (VARINE, 2013).

> Um espaço rural ou urbano, uma paisagem agrícola ou industrial, uma flora ou fauna específica, tradições e saberes, monumentos e arquivos, lembranças carregadas de significado, modos de vida, tudo isto pertence ao capital da comunidade em desenvolvimento. (VARINE, 2013)

Diante da evolução do conceito de patrimônio, a dimensão e complexidade do inventário patrimonial passam a compor um processo ainda mais desafiador. A decisão de escolha do que preservar e como preservar representará sempre uma decisão mediada por conflitos e tensões, portanto uma decisão política que faz do museu de território uma instância de poder.

A seleção do que preservar implica necessariamente em relegar tudo o mais não selecionado ao limbo do esquecimento. De novo, retoma-se a questão de que os atores responsáveis pela eleição das memórias a serem preservadas necessariamente devem participar ativamente do processo de inventariação dos bens culturais. São eles que definirão o patrimônio a ser não só compartilhado, mas legado às gerações futuras, preservado ou transformado, para ser usado como ferramenta de intervenção no desenvolvimento local (PRIOSTI, 2013).

Varine tem uma visão muito singular com relação à metodologia de inventariação no que diz respeito à ecomuseologia. Segundo o museólogo francês que tem se dedicado incansavelmente a observar e analisar os projetos patrimoniais criativos no campo dos

museus da Suécia, Noruega, Canadá, Brasil, Portugal, Espanha e, naturalmente na própria França,

> Os especialistas do patrimônio pouco conhecem as pessoas de outros setores da cultura ou do meio ambiente. Os atores da economia não veem senão os monumentos ou os sítios “rentáveis” e os trabalhadores sociais se baseiam no concreto e desvalorizam inconscientemente a memória e a cultura viva das populações que eles consideram como socialmente desfavorecidas (VARINE, 2012, p. 33).

Com isso Varine quer dizer que os políticos, os gestores públicos e os intelectuais não se interessam pelo patrimônio, senão por seu valor econômico, estético, histórico, turístico, mas nada, ou muito pouco, por seu valor realmente cultural. Ou seja, “um espaço rural ou urbano, uma paisagem agrícola ou industrial, uma flora ou fauna específica, tradições e saberes, monumentos e arquivos, lembranças carregadas de significado, modos de vida, tudo isto pertence ao capital da comunidade em desenvolvimento” e não pode ser tratado indistintamente apenas como mercadoria de consumo. Não se trata de uma posição conservadora. Ao contrário, para Varine “o patrimônio não é nem intocável, nem inalienável. Ele é essencialmente consumível, destrutível, mas somente em função de seu desenvolvimento”.

A partir desta ótica, o caráter sustentável de uma estratégia de musealização territorial do município de Itapeva repousará em princípio na capacidade de as populações envolvidas se identificarem com o projeto inicial, “de se mobilizarem por ele, de nele participarem voluntariamente e coletivamente; portanto, de nele investirem”.

Em dissertação de mestrado, com o objetivo de identificar a relevância dos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos existentes em Itapeva visando a um inventário patrimonial, o arqueólogo Sílvio Araújo propõe como critério três aspectos básicos: o destaque científico, a indicação da legislação e o reconhecimento pela população.

> Em relação ao primeiro aspecto, são considerados sítios arqueológicos de destaque científico aqueles que reconhecidamente são referências em diversos artigos acadêmicos e sua cultura material é amplamente conhecida, seja pelo seu potencial em fornecer dados e informações, seja por sua contextualização dentro do panorama regional brasileiro.
>
> Segundo aspecto, a indicação da legislação em todas as esferas considera os diplomas legais. Legislação federal, estadual e principalmente a municipal. Mesmo que diretamente não exista a menção de palavras comuns à prática

> da arqueologia nas leis municipais, o pressuposto de conjunção patrimonial se torna válido.
>
> Terceiro aspecto, o reconhecimento e a indicação pelos itapevenses sobre o que tem significado histórico, social, cultural ou mesmo afetivo. (ARAÚJO, S., 2006, p. 43)

Por conjunção patrimonial, a arqueologia entende, segundo ele, "a conjunção de dois ou mais atributos/qualidades que determinado sítio arqueológico ou local de interesse arqueológico possa ter". Ou seja, em muitos casos, o patrimônio arqueológico está inserido em áreas que portam atributos diversos como ambientes naturais com beleza cênica, qualidades ambientais, geológicas, geomorfológicas ou históricas.

Os critérios propostos se apresentam deveras objetivos e cientificamente embasados. Atenderiam, entretanto, os interesses das populações envolvidas? Requer reflexão no que diz respeito sobre o que tem significado histórico, social, cultural ou mesmo afetivo para os itapevenses? Como auferir a significação afetiva de um bem cultural? Como atribuir significação histórica, social ou cultural a um patrimônio do ponto de vista da população? Certamente essa não é uma tarefa simples, cujo sucesso está diretamente relacionado não só aos sujeitos deste levantamento como também à metodologia a ser imprimida a esta ação.

Para atender os dois primeiros critérios, não há mistério algum. É farta a produção acadêmica que nos últimos quarenta anos foi dedicada aos estudos da cultura material na região do Paranapanema e, em especial, em Itapeva. Também não há dificuldades para a indicação de bens patrimoniais através dos diplomas legais federais, estaduais e municipais.

Já a indicação de bens patrimoniais diretamente pela população não é algo tão simples. Vejamos, por exemplo, como um jornal de bairro aborda esta questão:

> *Pedrão, além de melhor amigo tem também a melhor vista de Itapeva*
>
> *Para quem ainda não conhece gostaria de apresentar o Pedrão. O Pedrão é a pedra mais famosa e apreciada de nossa cidade desde o tempo de outrora, acredito que todos os moradores da Vila São Benedito já subiram pelo menos uma vez nossa comunidade e puderam apreciar uma das vistas mais linda (sic) de nossa cidade, a famosa pedra é enorme fica no alto da Vila São Benedito, as histórias desse monumento são muitas e a (sic) quem diga que o lugar é propicio para namorar, pois o cenário propiciado pelo lugar é da*

> *nossa amada Itapeva, uma boa parte da cidade pode ser vista do alto do Pedrão. Risos, choros, mormurias (sic) e alegrias foram divididos com essa pedra pelo nosso povo durante várias gerações mesmo em baixo de sol e chuva, portanto esse lugar guarda segredos jamais revelados e que permanecerão pela eternidade em segredo. Podemos dizer que temos esta pedra como melhor amiga do bairro, e ainda oferece a melhor vista de Itapeva. Para você que ainda não conhece esse monumento histórico de nossa cidade fica o convite a visitar nosso Bairro São Bendito, mas enquanto isso não acontece aprecie por fotos este lugar encantador. (*JORNAL O QUEROZZENE, Fev. 2013 , p. 12.)

Nesse curioso relato, transcrito *ipsis litteris* de um jornal de bairro, é interessante observar e analisar o modo de percepção popular do que conceitualmente se define como um "lugar de memória", condição atribuída no texto a uma saliência rochosa situada no perímetro urbano da cidade, portanto um patrimônio natural que não é produto de artificialização humana. Todavia, há que se destacar que a partir do título a relação afetiva é ressaltada, atribuindo ao rochedo o atributo de monumento[86], i. e. , com as qualificações de "amigo" e de "mirante", produzindo "a melhor vista de Itapeva". Ou seja, o patrimônio natural passa a ter a utilidade de proporcionar o deleite de outro patrimônio essencialmente cultural: a cidade.

Figura 53: Vista da cidade no mirante do "Pedrão". Foto Edson P. Kaseker

Ao longo do texto, que procura explanar sem nenhum rigor acadêmico, os atributos desse "Pedrão", a descrição revela que, na visão do autor (anônimo, diga-se de passagem), aquilo que é uma afloração rochosa ganha o *status* de patrimônio. Note-se

[86] Choay estabelece a distinção entre 'monumento', do latim *monumentum*, que vem de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa, e 'monumento histórico', termo que teria sido inventado pelo antiquário-naturalista Aubin-Louis Millin, em 11/12/1790.(CHOAY, 2006, p. 27)

que a fama é o primeiro desses atributos. Sua apreciação pelo povo é outro, inferindo-se daí um valor sentimental, afetivo. Sua antiguidade também merece destaque, inserindo a partir daí, além de uma historicidade enfatizada pelas “muitas histórias desse monumento”, uma relação com o tempo que se estenderá em outros desdobramentos.

Sua grandeza e sua localização no alto da Vila São Benedito, bairro da periferia da cidade, também são lembradas como atributos, caracterizando nesse passo um traço de territorialidade, na concepção que lhe atribui Haesbaert, que se prolonga até a cidade e a engloba por meio de sua visão. Mais do que um mirante, o local é palco de encontros (namoros) e de convivência social, onde se trocam “risos, choros, mormurias (sic) e alegrias, divididas com essa pedra ao longo de várias gerações. Segundo a narrativa, o monumento, assim, a um só tempo torna-se testemunha da história e memória social, guardando segredos jamais revelados, que jazem num passado irreversível e intocável pertencente à eternidade e que, de alguma forma, a pedra presentifica. Dessa maneira poetizada, o texto estabelece um vínculo entre patrimônio imaterial (as histórias, os segredos) contido no tempo da eternidade (passado) e o presente, que é materializado e representado pela própria pedra.

Paradoxalmente, ao descrever o Pedrão como um lugar de memória, o texto também promove o esquecimento ao negligenciar o fato histórico de que muito provavelmente naquele mesmo local, ou sob aquele mesmo ponto de vista, o pintor francês Jean Baptiste Debret registrou em aquarela, em 1827, a cena da cidade que então não contava com mais de cerca de quarenta casas. Memória e esquecimento mais uma vez caminham de mãos dadas, demonstrando a dialética dos processos de representação do passado. Nesse passo, sem nenhum amparo acadêmico, o autor eleva um acidente geográfico à categoria de monumento histórico e convida o leitor a visitá-lo no futuro, oferecendo “enquanto isso não acontece” fotos para o deleite desse lugar “encantador”, atributo com o qual finaliza a sua singela narrativa.

A perspectiva do texto e a sua apropriação deste “lugar de memória” seguramente é um indicador de que a população itapevense, mesmo que não tenha plena consciência disso, opera um processo de preservação da memória e busca nesse sentido valorizar sua identidade social e cultural. Também é possível inferir, apoiando-se em Ítalo Calvino, que a única “certeza que nos é possível [é a de que] pensar o passado, imaginá-lo, e por isso poder conhecê-lo, trazendo à visão o invisível, comportou

inúmeras possibilidades com diferentes formas". (Anais do Museu Paulista, v. 15, 2007, p. 10)

A narrativa exemplifica, sem dúvida e com maestria, a eleição afetiva de uma paisagem urbana como lugar de memória. Não se pode esperar, todavia, que todos os lugares de memória com os quais a população mantenha laços afetivos tenham essa relação documentada de tal forma. Cabe indagar, ainda, até onde a visão deste autor anônimo, publicada em um jornal de bairro de pequena circulação, é representativa do ponto de vista do conjunto da população.

Exemplo ainda mais controverso também se refere a outra paisagem cultural, o mirante Debret. Trata-se de projeto de construção da Praça Jean Baptiste Debret, que prevê a instalação de um mirante em homenagem ao pintor francês, no local aproximado onde, no ano de 1827, ele registrou em aquarela a paisagem do povoamento de Faxina, antiga denominação de Itapeva.

O mirante terá quatro andares, totalizando 18 metros de altura total. No térreo estão previstas as instalações de um PIT – Posto de Informações ao Turista, sanitários públicos. No primeiro andar, o projeto contempla uma exposição sobre a vida e obra de Jean Baptiste Debret. O segundo e terceiro andares serão utilizados como espaço museológico para exposições de curta duração. No terceiro andar será instalado o mirante onde os visitantes poderão ter a visão atual da cidade do mesmo ponto de vista que Debret a retratou comparando-a a reprodução da obra do pintor francês.

Figura 54 – Mirante Debret: obras paralisadas desde 2011. Foto: Arquivo pessoal.

Ao conquistar recursos e iniciar a obra em 2010, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com base no Plano Diretor de Itapeva, justificou o investimento como fator de valorização do patrimônio histórico e cultural do município, contribuindo para o

desenvolvimento do turismo cultural, como fonte de empregos e geração de renda, além de se constituir num importante equipamento de apoio didático-pedagógico para os estudantes de Itapeva e região. Entretanto, a despeito do valor da iniciativa do ponto de vista turístico, de seu embasamento histórico e de sua contribuição estratégica para o programa de Educação Patrimonial, além de contribuir para a difusão da obra de Debret, reconhecida como registro histórico de povos e costumes brasileiros no período imperial no âmbito dos propósitos que nortearam a atuação da Missão Francesa no Brasil, a obra tem recebido reiteradas críticas da população, sobretudo nas redes sociais.

A razão das críticas, para além do atraso e interrupção das obras em função de conflitos gerenciais entre os órgãos públicos (Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Itapeva), se fundamenta no desconhecimento e até um certo desdém pelo valor histórico das gravuras de Debret.

Outro exemplo da falta de reconhecimento por parte da população quanto ao seu valor arqueológico e turístico é o Canyon Itanguá, sítio geológico com cerca de 260 quilômetros é o oitavo maior em extensão do mundo. Patrimônio natural que oferece um cenário com paisagens exuberantes e abriga sítios arqueológicos com inscrições rupestres, conforme já referido anteriormente.

Figura 55: Canyon de Itanguá: Observe-se a presença de *pinus elliotti* , originários da América do Norte, invadindo a paisagem natural. Foto: Website do MTur [87]

A descrição de Aytai (1970) faz jus aos atributos deste patrimônio ambiental:

> A caracterização dominante da topografia da região sul da cidade de Itapeva é a garganta sinuosa e profunda (“canyon”) do rio Taquari-Guaçu. Esta garganta alcança aqui uns 50-100 ms (sic) de profundidade e 800-100 ms

[87] http://www.eventos.turismo.gov.br/promocional/destinos/I/Itapeva.html, acessado em 07/06/2014.

> (sic) de Largura, com o riozinho atual correndo no fundo da depressão entre belas matas recebendo as águas de vários córregos que caem do altiplano, formando cascatas alvas no meio das matas escuras e pastos verdes.

Os recursos ambientais, a beleza cênica e mesmo os sítios arqueológicos fazem parte de pacotes turísticos comercializados por uma agência local e por outras agências da capital e têm atraído turistas, ainda em pequeno número, mas estranhamente o canyons e suas formações rochosas permanecem desconhecidos por grande parte da população itapevense, embora esteja situado a cerca de quinze quilômetros da cidade.

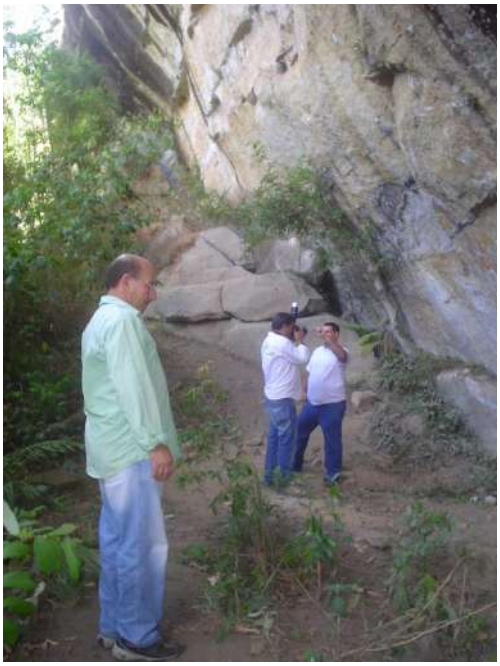


Figura 56 – Abrigo Itapeva: Arqueólogo Sílvio Araújo sendo entrevistado pelo jornal O Estado de S.Paulo. Foto: Arquivo Folha do Sul

O descompasso entre o reconhecimento do valor científico, histórico e turístico deste patrimônio e a percepção que tem dele a maior parte da população demonstra de um lado o grau de dificuldade de compatibilizar os distintos critérios para elaboração do inventário patrimonial e de outro lado a importância de extroverter o conhecimento acadêmico para que a população possa usufruir deste patrimônio como recurso de desenvolvimento cultural.

Outros exemplos não menos eloqüentes deste tipo de descompasso na valoração de patrimônios culturais poderiam ser aqui arrolados. É o caso do Quilombo do Jaó, cuja população vem perdendo suas raízes culturais na medida em que se intensifica o processo de hibridação cultural. Principalmente as novas gerações se distanciam das

tradições e saberes, mesmo porque todas as iniciativas de valorização e preservação da memória quilombola têm sido ineficazes, quer por descontinuidade quer por não terem sido apropriadas pelos envolvidos. Também poderia ser citado o desinteresse por parte dos assentados da Fazenda Pirituba em relação a processos de valorização da memória do assentamento, excetuando-se as pesquisas acadêmicas e o próprio esforço “oficial” de documentação do MST.

Ao estudar a política patrimonial do Concelho de Cascais, Besançon cita características que podem ser utilizadas pela população para identificar coleções reconhecidas como patrimônio cultural: capazes de representar uma identidade local; capazes de apresentar um valor cultural; capazes de representar um projeto cultural; capazes de dar resposta às expectativas dos turistas. (BESANÇON, 2011, p. 67)

A questão é exemplificada por David Fleming: “Os jovens não estão interessados em história ou documentação; eles estão interessados nas questões contemporâneas”, diagnosticou o diretor do *National Museums Liverpool* na conferência de abertura do 6º Encontro Paulista de Museus, realizada em 2 de junho de 2014.

Em suma, mesmo que aceitemos a seleção dos bens patrimoniais que irão compor o inventário a partir dos três aspectos – o reconhecimento científico, a indicação da legislação e o reconhecimento da população – ainda assim a equação não se resolve, pois permanecem várias questões: quem representa a população? Como ela participa desse processo? Os três pontos de vista terão peso equitativo?

Com base em sua larga experiência, Varine considera que há quatro tipos de inventário: o tecnocrático, o científico, o compartilhado e o participativo. Talvez o inventário realizado em 2009 pela SMCT de Itapeva mais se assemelhe ao perfil tecnocrático, cuja definição é dada pelo museólogo francês:

> É a tarefa dos agentes do serviço público, mais ou menos especializados em desenvolvimento, turismo, cultura, assuntos fiscais, que participam de um diagnóstico frio. Classifica-se o patrimônio segundo categorias utilitárias: o valor econômico, a qualidade da atração turística, a beleza, o caráter espetacular. (VARINE, 2013, p. 47)

O inventário científico é de responsabilidade dos profissionais da cultura, dos universitários e dos especialistas na conservação dos bens culturais. Alguns segmentos especializados das coletividades locais, assim como os proprietários

privados, são consultados, mas as populações, não. São processos difíceis de realizar, na medida em que se propõem a respeitar critérios científicos longamente estudados e debatidos. Quanto ao resultado cultural, este tipo de inventário preliminar não tem significado para a população local e pouco contribuem do ponto de vista do desenvolvimento. É bom ter clareza que "contrariamente aos outros recursos do desenvolvimento, a noção de valor qualificado (monetário, econômico, estético, científico) não pode se aplicar da mesma forma ao patrimônio". Assim sendo, "se o patrimônio não tem valor, ele é um valor em si mesmo e para seus detentores, globalmente e solidariamente, em todos os seus elementos." (VARINE, 2013, p. 20)

O inventário compartilhado, segundo Varine, "deve ser feito em três etapas: levantamento, informação, apropriação de todo ou de parte do patrimônio inventariado pela comunidade inteira". Nestas etapas, as possíveis incompreensões ou os erros de interpretação podem causar algum tipo de ruído no processo, principalmente após o inventário, quando da utilização do patrimônio assim reconhecido para uma ação cultural, para o ordenamento do território e para a educação popular. Posteriormente, a objetividade do agente cultural, mesmo que relativa, deverá corrigir algumas distorções das subjetividades dos interlocutores locais. O rigor científico pode garantir a imparcialidade e o resultado terá maior confiabilidade.

No essencial, o inventário participativo se propõe a escutar os habitantes para que designem eles próprios aquilo que consideram como sendo o patrimônio de sua comunidade e de fornecer o maior número de informações sobre o assunto. Em seguida, o levantamento pode ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas. Trata-se do direito de decidir:

> A ideia desta forma de inventariar buscando a participação direta do cidadão, e não apenas a opinião técnica, não está simplesmente na concepção óbvia de que as ações públicas devem ser participativas para alcançarem ampla representatividade social. Nem tão pouco na ideia a seguir decorrente, de que envolver a comunidade é uma forma de 'educação patrimonial' e de conscientização social. Um pouco mais que isto; a concepção do inventário participativo tem por trás de si o debate sobre o 'direito de decidir o que é e o que não é passível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação', o que evidentemente deve ser de todos, questão esta colocada primeiramente pela Constituição Cidadã de 1988. (Jornal O Quarteirão, do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz/RJ, nov-dez, 2001, p. 10 *apud* VARINE, 2013, p.54/55)

Não se trata de hierarquizar aqui as diversas metodologias de inventariação. O inventário científico e mesmo o inventário tecnocrático podem ser o mais indicado, dependendo do diagnóstico situacional, da natureza do acervo e dos objetivos propostos. Também podem ser adotadas formas intermediárias que mesclem e articulem características de diferentes metodologias. Para fins de um projeto de musealização territorial que vise ao desenvolvimento sustentado, não há dúvida, porém, de que o inventário participativo seja o mais indicado.

Lembremos, por oportuno, que o processo de musealização territorial não se propõe a identificar apenas lugares de memória, monumentos ou sítios arqueológicos e históricos. O patrimônio imaterial também faz parte integrante da cultura viva da população e deve ser levando em conta para a ação de desenvolvimento.

> Assim como a cultura viva da qual faz parte, o patrimônio imaterial é, muito mais que o patrimônio material, um fator de diferenciação entre os membros da comunidade: decorre de fatores sociais, educativos, econômicos, lingüísticos, religiosos, étnicos. (VARINE, 2013, p. 62)

Se a musealização territorial de Itapeva vai seguir as parametrizações propostas por uma ou outra metodologia, ou se vai mesclar características de várias delas, esta é uma decisão que preferencialmente seja feita com maturidade, com debate aberto e democrático e após ampla articulação de toda a coletividade, de modo que sejam superadas as barreiras normalmente restritivas da participação popular. É a lição que advém de quem militou na criação do Ecomuseu de Santa Cruz:

> Nos processos museológicos de iniciativa e gestão comunitária, no entanto, surgidas a partir das três últimas décadas do século XX, experiências têm comprovado uma maior facilidade na apreensão e comunicação dessa realidade, por ter a própria comunidade, representada por seus membros, o papel de selecionar temas, escolher o que quer expor e como quer expor. (PRIOSTI, 2013, p.32)

Com a autoridade de quem vivenciou esse tipo de processo participativo, Odalice Priosti, desde os primeiros passos da criação do Ecomuseu de Santa Cruz, narra que, antes da decisão de reconhecer-se como ecomuseu, a população local se mobilizou para discutir questões prementes de sua realidade cotidiana. A brusca chegada de migrantes em conjuntos habitacionais, a criação de um distrito industrial, a própria expansão urbana desenfreada feita sem nenhum planejamento e o súbito colapso da infra-estrutura daquele que até então era um bairro afastado da zona rural do Rio de Janeiro, foram os

ingredientes que levaram a comunidade local a discutir maneiras de enfrentar as ameaças a partir de seus próprios recursos, dada a notória incapacidade de o poder público resolver as situações de crise às quais em grande parte ele próprio era responsável.

Primeiro se criou o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH), em 1983, que reunia dentistas, artistas, poetas, artesãos, professores, advogados, economistas, comerciantes, arquitetos, fotógrafos. “Nessa ocasião ainda não se tinha consciência de que a ação do NOPH levaria a comunidade à criação de um museu ou ecomuseu. Só dez anos mais tarde, em 1992, e em outro momento é que eles se reconheceram integrantes de um processo de criação de um ecomuseu.

É bem verdade que no epicentro da mobilização se colocava de início a preocupação com os bens simbólicos da antiga fazenda de Santa Cruz e o destino do patrimônio edificado como a Ponte dos Jesuítas e o Palacete do Matadouro. Com o tempo, as ações de defesa do patrimônio se estenderam aos bens naturais como a Baía de Sepetiba, os manguezais, os rios e mananciais da região, o morro do Mirante a reserva da Mata Atlântica.

> Percebe-se, no movimento que se processa em Santa Cruz, uma mudança de concepção do objeto museológico. Não mais a história simplesmente contada através de seu patrimônio e estudada nas pesquisas, mas o próprio presente, a própria mobilização comunitária, onde essa comunidade parte do sentido da valorização que dá a determinado fato/objeto para produzir o próprio acontecimento, tendo como pilar a vontade de fazê-lo. Com isso, é ela o sujeito, é ela quem escolhe o que deve ganhar visibilidade ou tornar-se invisível, ou seja, é ela a própria gestora de sua memória, é ela quem direciona o seu desenvolvimento. (PRIOSTI, 2013, p. 77)

Naturalmente, trata-se de um processo coletivo que envolve pessoas que conhecem o valor do patrimônio, mas que não necessariamente sejam especialistas em patrimônio.

> “No caso do NOPH, a ação era liderada por um cirurgião-dentista, descendente de sírio-libaneses – Antônio Nicolau Jorge, um comerciante, descendente de italianos – José Francisco Tofani e um jovem museólogo, futuro historiador e professor, de família nordestina que migrou para Santa Cruz – Sinvaldo do Nascimento Souza, todos membros fundadores e agentes dinamizadores nos primeiros anos da organização”. (PRIOSTI, 2013, p. 63)

Odalice Priosti, com efeito, entende que a tomada de decisão não apenas deva ser sempre coletiva, mas que também seja fruto de uma reflexão também coletiva e cidadã.

Nesse processo, o papel do museólogo será o de mediador/catalisador. Mesmo não tendo sido inicialmente inspirado no Ecomuseu de Creusot – o primeiro contato com Varine e o conceito de ecomuseu, segundo ela, se deu na Eco Rio 92 - ela admite que há muitos pontos em comum em ambas as experimentações, dentre eles a participação da comunidade a partir de um processo de amadurecimento e formação de uma consciência crítica, bem como a mediação exercida por uma equipe de técnicos.

Interessa observar, ainda, que o projeto do Inventário Participativo de Santa Cruz, concebido pelos dinamizadores do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (ou Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro) e por membros do NOPH como uma estratégia de renovação da ação sócio-cultural vivida pela comunidade de Santa Cruz, foi contemplado numa seleção de trabalhos apresentados na 7ª Conferência ICHIM 03- *International Cultural Heritage*, na Escola do Louvre, em Paris, em setembro de 2003, possivelmente pela abordagem criativa como ponto de partida para uma revitalização da discussão comunitária sobre o patrimônio local.

Vale anotar que o último relatório parcial desse inventário foi apresentado em 2004, durante o III EIEMC – III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, que teve como sede o Palácio Real e Imperial de Santa Cruz, atual sede da Unidade Militar do Exército Brasileiro – BESENG – Batalhão-Escola de Engenharia Villagran Cabrita. Desta vez, o IP adotaria novo método de coleta. Acompanhando exposições itinerantes pelas praças, escolas, igrejas, clubes, bancos, postos de saúde, organizações sociais, estação de trem, shopping, urnas colheram a opinião de todos os que desejarem participar. Ou seja, os processos de inventariação do patrimônio cultural em geral demandam tempo prolongado para sua realização.

Neste contexto, destaca-se um projeto diferenciado no que diz respeito ao processo de realização de inventário. Trata-se do projeto de criação do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), financiado por um programa da iniciativa privada responsável pela implantação de um conjunto de projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental para o alto sertão baiano onde estão localizados os parques eólicos da Renova Energia. Embora os recursos provenham de financiamento do BNDES com taxas de juros diferenciadas, há de fato investimento privado significativo. A primeira fase da iniciativa recebeu investimentos de R$ 9 milhões ao longo do biênio 2012-2013, nas áreas socioeconômica, cultural, de meio ambiente e de desenvolvimento

organizacional. Em 2014, segundo já divulgado pela empresa, a Renova continuará desenvolvendo o projeto e já renovou o financiamento de mais R$ 9,4 milhões [88].

De acordo com a museóloga Camila Wichers, que integra a equipe da Zanettini Arqueologia contratada para elaborar o Plano Museológico do MASB, cuja área abrange os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, nesta primeira fase foram envolvidas na discussão do plano 2.376 pessoas e 28 comunidades. As atividades de mobilização envolveram a realização de onze seminários de capacitação museológica, um ciclo de debates, palestras com especialistas em arqueologia e museologia, um mini curso, uma exposição itinerante, apresentações em órgãos estadual e federal de museus e de fiscalização, além da Universidade do Estado da Bahia – campus de Caetité.

Como forma de atender o extenso território de intervenção, o MASB se dividirá em 10 Núcleos de Memórias disseminados na região propiciando uma atuação de forma descentralizada. Como missão, o MASB tem como objetivo preservar o patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando este território como campo de pesquisa e de intervenção social. Para tanto, o MASB visa integrar diversos agentes, instituições e segmentos sociais cuja participação é fundamental para que as diferentes memórias, histórias e identidades sejam contempladas nesse museu. Busca-se construir uma instituição de excelência onde os processos educativos propiciem diferentes leituras do mundo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região a partir de uma ação descentralizada.

Obviamente, como já vimos, não há um modelo padrão de museu de território a ser seguido. Cada coletividade, a partir da sua apreensão da realidade local, com base no diagnóstico situacional preliminar e no compromisso pactuado de desenvolvimento da comunidade, deverá escolher o caminho a ser trilhado no que diz respeito à forma como irá realizar o inventário patrimonial e, mais do que isso, o modo como irá se apropriar de seu patrimônio, levando-se em conta a correlação de forças vivas da sociedade e de sua interlocução com o poder público.

[88] http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/sustentabilidade/catavento/Paginas/default.aspx, acessado em 08/06/2014

3.5 – Diretrizes para a gestão patrimonial do território de Itapeva

> "Qualquer que seja seu tamanho, suas coleções e seu tipo de gestão, os museus devem desempenhar um papel capital no desenvolvimento da política de uma cidade. Não há desenvolvimento sustentável sem desenvolvimento cultural. Certamente, o museu está a serviço da sociedade."
>
> **Jacques Perot**
> Ex-presidente do ICOM

No Brasil, ainda há poucos trabalhos acadêmicos que procuram se aprofundar no detalhamento de propostas de musealização territorial. Dentre eles, tomamos como referências as propostas defendidas por Cristina Bruno em sua tese de doutorado, em 1995, e a proposta de Daisy de Morais também na defesa de doutorado, em 2010. Ambas, não coincidentemente, referem-se ao território patrimonial de Piraju, que mantém muitas similaridades com o território patrimonial de Itapeva, quer seja em relação a sua inserção no ProjPar, quer seja em relação ao porte do município e ao seu perfil sócio-cultural.

Obviamente procuramos delinear um modelo de musealização territorial que contemple a gestão do patrimônio de Itapeva com abordagem museológica apropriada à realidade patrimonial e à leitura do contexto local, o que de nenhuma forma implica em conflito com os modelos referenciados, estabelecendo com eles diálogo fecundo e estimulante.

3.5.1 – Modelos referenciais propostos para Piraju e Salto

Dos três modelos de musealização propostos por Cristina Bruno, assim como Daisy de Morais, nos atemos ao modelo conceitual que assume a cidade pensada como elemento estruturador do processo museológico e viável para possibilitar a integração entre as referências patrimoniais. Cabe assinalar que este modelo foi apresentado como um conjunto de postulados, cuja implementação está atrelada a questões conjunturais, que interagem com o processo em tempos diferentes.

Em síntese, Bruno propõe que a musealização da cidade priorize o foco em três elementos fundadores: o patrimônio, as pessoas e os espaços.

> O PATRIMÔNIO: Esses bens (culturais) são definidos a partir da importância que possam ter no cotidiano da população. Cabe ao museu colaborar na

> identificação, estudo, conservação e comunicação das referências patrimoniais, sempre levando em consideração a sua relevância para as comunidades envolvidas que, por sua vez, podem ser constituídas de diferentes segmentos da população.
>
> AS PESSOAS: Cabe ao museu, a partir de um trabalho sistemático, encontrar os elos de união entre as pessoas (que as tornam Pirajuenses) e, também, identificar as fissuras internas, valorizando a diversidade nos usos e costumes. Um museu de cidade deve servir de opção para quem quer conhecer outros aspectos da população, ao lado da sua própria imagem, como também outros caminhos do seu território, diferentes das suas próprias trilhas.
>
> OS ESPAÇOS: É fundamental que um Museu de Cidade estenda sua atuação para toda a área de intervenção de uma população, compreendendo as mudanças sócio-econômicas que vão dando diferentes contornos ao centro e à periferia. Este processo museológico tem como características básicas a descentralização espacial, o respeito aos espaços culturais já institucionalizados e a revalorização de locais marginalizados. Sempre atuando dentro deste tênue limite existente entre preservação e desenvolvimento. (BRUNO, 1999, *apud* MORAIS, D., 2010 , p. 166)

Como metodologia de trabalho para definir a pedagogia museológica, Bruno optou pela proposta de criação de um banco de dados sobre a cidade e a instituição de núcleos museológicos temáticos, com a função de

> [...] organizar e armazenar as informações sobre a cidade, seus signos urbanos (monumentos, edifícios, praças), passando para os elementos ambientais da região e terminando pelas coleções já existentes nas diferentes instituições. Deve ser armazenada, também, a memória ligada às festas populares e outras manifestações culturais. Em seguida, este projeto deve servir como suporte para a atuação dos núcleos museológicos. (BRUNO, 1999, p. 237)

Visando à musealização do território, foram propostos quatro núcleos museológicos: a) Arqueologia Regional: os vestígios do passado. b) Rio Paranapanema: a alma da cidade. c) Tradição e Progresso: o café e a evolução da cidade. d) Famílias: as pessoas de Piraju. Para cada um dos núcleos temáticos propostos, foi previsto um processo de trabalho, um espaço de intervenção e um tipo de articulação junto aos diferentes segmentos da população, na busca da valorização de três aspectos: o território de Piraju (o equilíbrio ambiental); o ser pirajuense (o perfil da população) e os signos de Piraju (as referências patrimoniais).

A metodologia que sustenta este tipo de museu (museu de cidade ou museu de território) deve seguir dois princípios básicos, no dizer de Bruno: por um lado, valorizar as instituições culturais já existentes e, por outro, estabelecer um processo que conte, fundamentalmente, com a participação da população.

Com base nestas propostas conceituais e metodológicas de Bruno, assentadas na ideia de integração das referências patrimoniais, o modelo proposto por Daisy de Morais transita da cidade para o território municipal, "em franca cumplicidade com assuntos de ordem ambiental (ambiente físico, biótico e antrópico como elementos para a caracterização de unidades de paisagem que convergirão para a proposta de uma unidade de conservação)".

Tanto Cristina Bruno como Daisy de Morais alicerçam suas ideias no conceito de ecomuseu, que nas palavras de Varine, dá ênfase ao território, caracterizando-o como território patrimonial, ao invés de enfatizar o prédio institucional. Por outro lado, foca o patrimônio, em vez da coleção; preocupa-se com a comunidade, ao invés dos visitantes. Nesse sentido, o que diferencia a proposta de criação da APA Municipal do Teyque'pe' [89] é que a tese de Daisy de Morais introduz a concepção e o objetivo da área de proteção ambiental como instrumento de gestão do território na perspectiva da Museologia, além de estabelecer o seu perímetro no território municipal.

Assim o modelo de musealização do território Teyque'pe', integrando as referências patrimoniais, também enfatiza a definição e caracterização de uma a rede de cenários e a evolução das cenas, entendidas como núcleos museológicos temáticos.

Cada cenário, definido a partir de elementos relevantes na trama de relações entre o homem e o ambiente, caracteriza na proposta uma Unidade de Paisagem (UP), configurando uma extensão de terreno que resulta da combinação de elementos do meio ambiente físico-biótico e socioeconômico (antrópico) que a difere de outra. "É importante salientar que o conceito de unidade de paisagem não se limita à adição dos elementos separados, mas da integração entre eles", adverte Daisy.

[89] O conceito usual de área de proteção ambiental – APA está na própria legislação: uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (MORAIS, D., 2010, p. 124)

No conjunto de cenários, estão caracterizadas as situações ou momentos da evolução de um enredo, que vai desde a formação geológica da região de Piraju, seu povoamento pelas populações pré-históricas, passando pelo período de fundação da cidade por posseiros, indo até os dias atuais. Desta forma, preserva-se e comunica-se a história, a identidade e a memória de Piraju.

Na base deste modelo de gestão territorial, está o enfoque patrimonial proporcionado pela Arqueologia da Paisagem, linha de pesquisa que estuda a regularidade, o arranjo e a distribuição das transformações do meio ambiente em uma área geográfica definida.

> No caso da arqueologia da paisagem, o termo é preferencialmente visto sob a ótica da sociedade, ou seja, a paisagem é construída e continuamente reconstruída pela sociedade em mudança. Resumindo, a paisagem, resultado do processo de artificialização do ambiente, é objeto da arqueologia da paisagem.
>
> Por outro lado, a arqueologia da paisagem trata da inclusão da práxis arqueológica em coordenadas espaciais, conforme vem afirmando o espanhol Felipe Criado Boado. A qualidade de georreferenciar procedimentos, cenários ou sistemas regionais de povoamento lhe confere um estatuto ímpar: a competência para tratar de assuntos relacionados com o *design* da arqueologia em sua dimensão de planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico. (Morais, J. L., 2005:209-210)

Assim, por essa ótica, o preceito fundamental da área de proteção ambiental proposta para Piraju é contribuir para melhorar a qualidade de vida da comunidade, integrando-a no ecossistema local. Como afirma Daisy de Morais, “a concepção filosófica da APA veio dos modelos europeus de proteção de paisagens culturais, onde os ecossistemas coexistem com o desenvolvimento de atividades econômicas (Nogueira Neto, 2000), embora na prática isso não seja corrente no planejamento e implantação das APAs brasileiras (RÖPPER, 2001, *apud* MORAIS, D., 2010, p.124)”.

No escopo da Arqueologia da Paisagem, a perspectiva patrimonial entende o meio ambiente como herança das gerações do passado às futuras. Cada geração deve agregar elementos que o transformam e o adaptam às exigências de seu tempo, de modo racional e responsável, garantindo que a qualidade de vida seja preservada, sem perder de vista a memória do passado e, portanto, a identidade local.

Para a definição e mapeamento das unidades de paisagem do município de Piraju foram escolhidos os eixos norteadores:

> a) Topomorfologia do terreno: engloba as características topográficas (diferenças altimétricas), os tipos de rocha (Geologia), o modelado do relevo (Geomorfologia), os corpos d'água (coleção hídrica) e os fragmentos de vegetação natural (flora).
>
> b) Uso e ocupação do solo: engloba os modos de apropriação do espaço pelo homem, considerando as principais atividades econômicas da zona rural e o grau de urbanização. (MORAIS, D., 2010, p. 94)

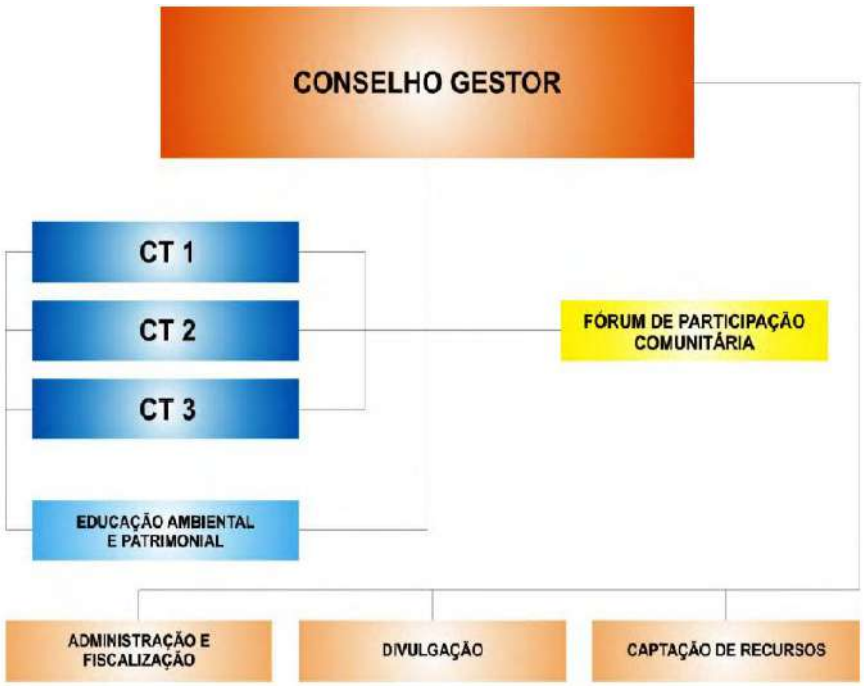
Figura 57: Percurso de integração das referências patrimoniais. Fonte: MORAIS, D., 2010.

A proposta de musealização do território do município de Piraju tornou-se possível após um longo processo de estudo que se iniciou pela identificação de UPs e passou pela consolidação e leitura crítica das UCs existentes, convergindo para um tipo de

unidade de conservação específica denominada Área de Proteção Ambiental Municipal do Teyque‘pe‘.

Nessa APA convivem de modo integrado, todas as referências patrimoniais da comunidade pirajuense, que o projeto organizou em vários módulos os núcleos museológicos, distribuídos em seis cenários: Cenário 1: O Percurso das Fachadas Ecléticas, Cenário 2: A Estação da Memória, Cenário 3: A Trilha da Escarpa Basáltica, Cenário 4: O Marco do Território Indígena, Cenário 5: O Refúgio das Cactáceas, Cenário 6: As Casas de Contar Histórias no Parque do Pira‘yu‘, onde há quatro núcleos temáticos: o tempo da terra, o tempo dos índios, o tempo dos pioneiros e o tempo de Piraju.

O modelo de gestão proposto para a APA Municipal do Teyque‘pe‘ pode ser reproduzido no seguinte organograma:



CT 1 Câmara Técnica para Assuntos de Meio Físico-Biótico e Antrópico

CT 2 Câmara Técnica para Assuntos de Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural

CT 3 Câmara Técnica para Assuntos de Musealização do Território Patrimonial

Quadro 11: Organograma proposto para a gestão da APA Teyque‘pe‘

Conselho Gestor

O modelo de gestão do território patrimonial privilegia a administração tripartite, com forte participação comunitária, na esteira dos preceitos da Sociomuseologia. Composto por três membros com mandato de dois anos; a presidência será rotativa, renovada semestralmente, com a possibilidade de uma recondução imediata. Não remuneradas, as atividades dos conselheiros serão entendidas como prestação de serviços relevantes à comunidade pirajuense. Comporão o Conselho Gestor:

- um representante das organizações não governamentais cadastradas pela Prefeitura do Município de Piraju, nos termos da legislação municipal em vigor;
- um representante acadêmico das instituições de ensino superior atuantes no Município de Piraju;
- um representante do Poder Público do Município de Piraju.

Fórum de Participação Comunitária

Composto por representantes de segmentos organizados da sociedade civil, irá congregar associações de bairros, sindicatos, associação comercial, escolas, clubes de serviço, associações religiosas, grupos de folclore, etc. O ideal seria que pelo menos 1% da população do município participasse desse fórum (27 membros).

O Conselho Gestor estimulará permanentemente o funcionamento do Fórum de Participação Comunitária que, além de representantes de segmentos organizados da sociedade local, poderá acolher representantes dos órgãos oficiais do Estado de São Paulo e da União Federal com sede em Piraju.

Câmaras Técnicas

Para assessorar o Conselho Gestor em assuntos técnicos e científicos haverá três Câmaras Técnicas funcionando permanentemente, assim discriminadas:

- CT 1 Câmara Técnica para Assuntos de Meio Físico-Biótico e Antrópico, cuja atuação estará voltada principalmente para questões de relevo, solos, clima, vegetação e hidrografia e socioeconomia, além de fomentar ações de educação ambiental.

- CT 2 Câmara Técnica para Assuntos de Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural, cuja atuação estará voltada para questões relativas aos sítios e acervos arqueológicos, patrimônio edificado e patrimônio imaterial.

- CT 3 Câmara Técnica para Assuntos de Musealização do Território Patrimonial, cuja atuação estará voltada para as questões relativas à musealização da APA enquanto território patrimonial, fomentando a efetiva integração das referências patrimoniais, além de fomentar e promover ações de educação patrimonial.

As Câmaras Técnicas serão compostas por lideranças técnicas ou acadêmicas capazes de planejar, elaborar ou aprovar estudos técnicos e científicos relacionados com a APA enquanto território patrimonial.

Cada Câmara Técnica será formada por três membros convidados pelo Conselho Gestor. Não remuneradas, as atividades dos membros das Câmaras Técnicas serão entendidas como prestação de serviços relevantes à comunidade pirajuense.

Para além desta estrutura que conta com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, respectivamente indicados por seus pares, a gestão da APA Municipal do Teyque‘pe‘ prevê a atuação de equipes profissionalizadas, mantidas pelo poder público, para as ações de Educação Ambiental e Patrimonial, divulgação, administração e fiscalização, bem como para a captação de recursos. Com o propósito de garantir a sustentação e o funcionamento da APA, deverá ser criado um Fundo de Recursos Financeiros administrado pelo Conselho Gestor.

Finalmente, o modelo de gestão sugerido para a APA Municipal do Teyque‘pe‘ propõe como principal instrumento um plano de manejo formalmente instituído por decreto do Poder Executivo. Trata-se de um estudo técnico contendo, no mínimo, os seguintes conteúdos formais: objetivos da APA; delimitação formal no terreno, constituindo um território patrimonial; zoneamento e diretrizes de uso e ocupação; estratégias de fomento à investigação patrimonial; inventário atualizado dos itens patrimoniais caracterizadores do território patrimonial; ações de educação ambiental e educação patrimonial; estratégias de divulgação (propaganda e marketing) sobre a APA; definição e execução das estratégias de administração, fiscalização e manutenção da

APA enquanto território patrimonial; iniciativas para a captação de recursos visando uma gestão integrada auto-sustentável.

Ainda a título de referenciar a proposta de musealização do território patrimonial de Itapeva, cabe observar o processo de criação e seus desdobramentos ao longo de quase vinte e cinco anos de funcionamento do Museu da Cidade de Salto. Ao conciliar a museologia, o paisagismo e a arquitetura, este museu promoveu um novo significado ao patrimônio histórico e ambiental de Salto (SP), cidade com 90 mil habitantes também situada no sudoeste paulista (DOURADO, 1993; 1997, *apud* MORAIS, D., 2010).

A idéia surgiu em meados de 1990, quando a Prefeitura contratou a equipe de Júlio Abe Wakahara e Alcino Izzo Jr. para criar um museu. Do ponto de vista teórico, buscou-se um referencial para o projeto museológico no arcabouço de reflexões e experiências construído pela Nova Museologia. Muito embora identificado com a filosofia dos ecomuseus, evitou-se esse termo para evitar confusão, já que à época muitos museus que adotavam essa denominação seguiam filosofias diversas, contraditórias entre si. Definiu-se o perfil de um museu de percurso que deveria contar a história da cidade e reconstituir a vida cotidiana e suas transformações por meio de fotografias, objetos, etc. Concomitantemente, o patrimônio edificado e o natural foram, também, considerados por serem reconhecíveis pela população.

Dessa forma, a cidade seria trabalhada como um museu vivo, valorizando e articulando referências de diferentes períodos históricos e, ao mesmo tempo, diferindo do tradicional conceito de museu, cujo acervo se encerra em determinado edifício, ainda que uma campanha de doação junto aos moradores tenha incrementado o acervo exposto na sede do museu “Ettore Liberalesso”.

O museu ocupa uma construção do início do século, antiga sede da Sociedade Italiana, reformada e adaptada, edifício que também funciona como centro de atividades culturais e arquivo histórico, além de abrigar sala sobre a imigração italiana e uma biblioteca. A sede funciona como o centro do sistema e, relacionada a ela, foi constituída uma cadeia de espaços formados por dois núcleos externos: o Parque das Lavras e o Parque da Rocha Moutonnée, além de dez pontos de referência: a Tecelagem Brasital, a Igreja Matriz, o Jardim Público, a Estação Ferroviária, o rio

Jundiaí, o Grupo Escolar Tancredo do Amaral, dentre outros, com painéis explicativos colocados junto de cada um.

O conceito gerador contemplado no plano museológico, elaborado por Heloísa Barbuy e uma equipe interdisciplinar de colaboradores, foi transformar a cidade em uma grande exposição a céu aberto, ou seja, um percurso ordenado por meio de pontos significativos que procuram, afora o entendimento da história local que estabelece o discurso de que Salto é a cidade do trabalho, manter e resgatar a identidade da população.

Em apresentação realizada no 6º Encontro Paulista de Museus, dia 3 de junho de 2014, numa mesa intitulada “Museus municipais: novas narrativas”, o atual coordenador do Museu da Cidade de Salto, Rafael José Barbi, que é historiador, justificou a iniciativa de renovar a exposição de longa duração do museu, alegando que desde a sua inauguração, a despeito de algumas inserções pontuais quase sempre fora do tom do discurso expositivo original, a exposição não havia recebido nenhuma renovação. A decisão de renovar a exposição, no entanto, acontece em um contexto mais amplo de revitalização da ideia original de museu percurso, conceito que foi abandonado ao longo do tempo.

Enfim, a inexistência de um sistema de avaliação e um programa de revisão periódica do plano museológico fizeram com que o museu “envelhecesse” e seu discurso se cristalizasse, a despeito da dinâmica dos grupos sociais nele contemplado e da própria dinâmica de desenvolvimento da cidade.

O exemplo de Salto nos faz refletir sobre a importância de contemplar procedimentos sistemáticos de avaliação e replanejamento, quer seja para manter padrões de qualificação nas suas ações programáticas, quer seja para assegurar a credibilidade da instituição, quer seja para prestar contas à sociedade.

3.6 – Um modelo de musealização territorial para Itapeva

Duas premissas orientaram as reflexões para a elaboração de diretrizes básicas propostas para a construção de um modelo de musealização territorial para Itapeva: a de que o processo de musealização deva ser participativo, visando inventariar as

referências patrimoniais com o qual a população se identifique, e a de que a metodologia contemple a valorização das ações patrimoniais das instituições culturais já existentes. Esses princípios foram previstos por Cristina Bruno em seu modelo de musealização de cidade e referendados por Daisy de Morais:

> A metodologia que sustenta este tipo de museu (museu de cidade ou museu de território) deve seguir dois princípios básicos, no dizer de Bruno: por um lado, valorizar as instituições culturais já existentes e, por outro, estabelecer um processo que conte, fundamentalmente, com a participação da população. (MORAIS, D., 2010, p. 167)

O intuito de apresentar este modelo de musealização deve ser entendido a partir da constatação de que as iniciativas existentes de salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural de Itapeva - mesmo aquelas que foram criadas há mais de trinta e cinco anos e já produziram um significativo acervo em um museu tradicional, ou ainda os mais recentes esforços de sistematização de políticas públicas destinadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural do município – correm o risco de se perder pela falta de planejamento institucional.

É fundamental compreender, ainda, que para além das coleções incorporadas ao acervo do Museu Histórico de Itapeva, deve-se levar em consideração todas as vertentes do patrimônio integral como referências patrimoniais que podem ser potencializadas e, como é proposto por esta linha de trabalho, servir para a "construção" e "releitura" sobre o passado e mesmo contribuir para iluminar e retroalimentar os processos identitários do presente.

Há que se considerar, finalmente, que a situação atual do Museu Histórico de Itapeva requer cuidados muito especiais no que diz respeito não apenas a sua reformulação para que possa se reposicionar e assim a exercer plenamente suas funções museológicas como também para assegurar a sua própria sobrevivência enquanto equipamento cultural.

Cabe assinalar que, embora não tenha sua origem na rede de museus histórico-pedagógicos criados pelo Estado no interior paulista, sob a coordenação de Vinicio Stein Campos, a partir da década de 1950, a criação do MHI ecoa os princípios conceituais destes museus, constituindo-se como um museu cívico e escolar, cujo recorte patrimonial e discurso expositivo privilegiavam a exaltação da nação e da cidade e região.

Com um caráter elitista, próprio da época, os percursos da interiorização dos processos de musealização no Estado de São Paulo seguiram uma rota oposta a de outros países neste mesmo período, conforme destaca Cristina Bruno:

> A descentralização museológica e a democratização dos procedimentos em relação à preservação patrimonial, que têm acompanhado a conduta dos profissionais de museu desde o início deste século, procuraram ir ao encontro das manifestações socioculturais dos segmentos menos favorecidos e, portanto, exilados dos processos elitistas de musealização. Aqui, ocorreu o contrário. A elite foi procurada no interior, para impor ao país a importância deste Estado na construção da nação brasileira. Na verdade, o perfil dos museus históricos nacionais serviu de modelo para a implementação do referido processo. (BRUNO, 1999, p. 247)

No processo de criação do MHI, o Prof. Genésio de Moura Müzel, fundador e grande inspirador do museu itapevense, foi quem estabeleceu a ponte com o conceito histórico-pedagógico e sua metodologia de trabalho desenvolvida por Vinício Campos, com quem conviveu como colega na Secretaria Estadual de Educação.

Ao longo de sua trajetória, o MHI foi exposto, em diversos momentos a situações de abandono por parte do poder público e nunca chegou a implantar satisfatoriamente as práticas museológicas exigidas por este tipo de instituição no que diz respeito às funções técnicas de conservação, documentação, pesquisa, serviços educativos e comunicação. Além disso, desde 2009 permanece desalojado de sua sede – a Casa da Cultura Cícero Marques – e seu acervo encontra-se em grande parte embalado.

Da mesma forma, outros lugares de memória reconhecidamente importantes para o quadro de referências patrimoniais do município encontram-se em situação de risco e, portanto, em diferentes graus de fragilidade expostos à degradação, a saber: a sede da Fazenda Pilão d'Água, os sítios arqueológicos, a Casa de Cultura Cícero Marques, a Estação Ramos de Azevedo, dentre outros.

Neste contexto, a formulação de diretrizes para a musealização territorial de Itapeva visa não só estabelecer subsídios metodológicos para a preservação e revitalização das referências patrimoniais como também parametrizar as políticas públicas de gestão do patrimônio cultural com o intuito de que estes lugares de memória venham a cumprir efetivamente suas funções educativa, científica e social.

É importante destacar que a presente proposição não visa apresentar um projeto pronto e acabado de musealização territorial no entendimento de que isto iria contrariar a premissa básica que defende a construção deste processo de forma participativa. Por esta razão, não pretendemos apresentar um projeto de musealização do território de Itapeva e sim um conjunto de diretrizes para a sua musealização territorial. Não optamos pela definição de uma denominação específica, por entendermos que a escolha de um nome e de uma logomarca para a instituição deva ser objeto de um processo de construção da identidade institucional que precisa ser necessariamente debatida e compartilhada coletivamente. Estamos absolutamente convictos, com base na trajetória histórica dos museus municipais já anteriormente aqui analisada, de que sem a participação da coletividade tais projetos estão, via de regra, fadados ao abandono e definhamento.

Dessa forma, a partir de explícitos diálogos com as reflexões e propostas de musealização territorial apresentadas por Cristina Bruno e Daisy de Morais, nos propomos os seguintes objetivos:

a) Identificar e mapear os lugares de memórias e demais referências patrimoniais reconhecidas como patrimônio cultural de Itapeva, quer por sua relevância científica, quer por seu reconhecimento popular, estejam ou não consagradas institucionalmente;
b) Apresentar propostas museológicas de salvaguarda e comunicação para estes bens patrimoniais;
c) Apresentar subsídios para a elaboração de um Plano Integrado de Gestão do Patrimônio Cultural;
d) Propiciar meios à população do município para que ela possa se apropriar de seu patrimônio cultural de maneira a fortalecer seus laços de pertencimento e refletir sobre seus processos identitários;
e) Propiciar meios à população para que ela se aproprie de seu patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento sustentável.

A partir da formulação e apresentação destes subsídios, pretendemos instrumentalizar a coletividade para que ela própria possa interpretar as manifestações, transformações e rupturas sócio-culturais relativas ao seu patrimônio em conjunto com as equipes multidisciplinares integrantes da estrutura institucional a ser proposta.

Seguindo os princípios teórico-metodológicos da Museologia, impõe-se de início a identificação do conceito gerador da proposta museológica e a explicitação de sua pedagogia museológica, a saber:

01) Conceito museológico: A musealização do município

   a) o patrimônio
   b) o homem
   c) o ambiente

02) Pedagogia museológica: a organização do território patrimonial

   a) sistema integrado de referências patrimoniais
   b) núcleos museológicos
   c) percursos museais

Adiante a descrição do modelo proposto:

01) A MUSEALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Conforme amplamente justificado, trata-se de considerar o município como um território de intervenção social, produtor de relações sociais interagentes com as paisagens naturais e culturais, cuja musealização se constituirá a partir de um processo de construção coletiva de interpretação da memória social, abrangendo-se aí o patrimônio material e imaterial.

Vale dizer, assim, que o patrimônio cultural, em todas as suas formas, deverá ser tomado como um recurso fundamental para o desenvolvimento sustentável do território itapevense e que este desenvolvimento deve ser conduzido com a participação de pessoas da comunidade.

CONCEITO MUSEOLÓGICO – No plano conceitual da pesquisa, a identificação do conceito gerador da proposta de musealização territorial responde pela delimitação do repertório patrimonial a ser adotado e as questões a serem tematizadas nos espaços e percursos expositivos.

a) O PATRIMÔNIO: Os bens culturais identificados como referências patrimoniais devem ser definidos a partir da participação dos diferentes segmentos da população, valorizando-se a diversidade cultural. Cabe ao museu de território promover a

identificação, estudo, conservação e comunicação das referências patrimoniais que serão selecionadas como objeto de musealização, levando-se em consideração a sua relevância para as comunidades envolvidas.

Sítios arqueológicos, edificações históricas, vestígios da ocupação humana, do trabalho e dos ciclos econômicos, signos da dinâmica cultural, manifestações e linguagens culturais que traduzem e expressam os sentimentos, os saberes, as crenças, as devoções, os conflitos e contradições da sociedade itapevense integram potencialmente o conjunto de referências patrimoniais com possibilidade de serem assumidos como indicadores da memória coletiva, matéria-prima da musealização territorial.

b) O HOMEM: Vivemos num tempo em que nossa relação como o passado vem se alterando de maneira significativa. É preciso, no entanto, ter a consciência de que os investimentos sociais que dão maior visibilidade à memória como parte das demandas de nossa contemporaneidade, não implicam necessariamente mais conhecimento do passado e, muito menos, uma compreensão crítica dessas experiências pretéritas. (GUIMARÃES, 2007, p.13). Além do mais, como assinala o historiador carioca, "é preciso ter claro que lembrança e esquecimento caminham juntos, como processos ativos e necessários à vida social." Ponto de vista também compartilhado pelo geógrafo francês Vincent Berdoulay, para quem é "o uso seletivo da memória que redefine o que é patrimônio dentro do que o passado deixou como testemunha de outros tempos".

> A memória, tal como exercida pelos diversos atores sociais, intervém, efetivamente, retendo certos elementos do passado e recompondo-os em representações julgadas pertinentes. Correlativamente, o esquecimento, voluntário ou não, está indissociavelmente a ele ligado. (BERDOULAY, 2007, p.122)

Ao eleger o homem no seu sentido antropológico como conceito gerador da musealização territorial não se deve buscar ingenuamente a construção de uma identidade una do ser itapevense. Este tipo de abordagem, própria do positivismo e da concepção ideológica do Estado-nação, não sobrevive na sociedade pós-moderna.

> A corrente humanista dentro da geografia cultural tem o mérito de ter mostrado que o sujeito não é uma abstração, mas se constrói com base em e

> com sua experiência de lugares (BERDOULAY; ENTRIKIN, 1998). Efetivamente, podemos afirmar que o sujeito se co-constrói com o lugar e as duas noções não são abordáveis independentemente. (BERDOULAY, 2012, p. 120)

Mesmo porque, com Paulo Freire (1987, p.242), podemos afirmar que “um testemunho que, em certo momento e em certas condições, não frutificou, não está impossibilitado de, amanhã, vir a frutificar. É que, na medida em que o testemunho não é um gesto no ar, mas uma ação, um enfrentamento, com o mundo e com os homens, não é estático.”

Aquilo que Andreas Huyssen, de maneira tão aguda, denominou a sedução pela memória, acompanhada por uma monumentalização das formas de relação com o passado, nos permite concluir que, na formulação conceitual freudiana, vincula-se à recordação de cenas vividas ou imaginadas, e, nesse sentido, supõe, portanto, uma centralidade da lembrança e seus mecanismos de constituição de sujeitos.

Sendo assim estamos nos referindo a sujeitos plurais, concretos e complexos. A partir das raízes históricas da formação da população itapevense – o índio, o negro, o europeu – e de sua evolução na relação dialética de espaço-tempo não se pode menosprezar a contribuição dos mestiços, mulatos, cafusos e caboclos para a constituição do caipira, que também não mais existe em seu estado de “pureza” na sociedade contemporânea, fruto da hibridação cultural, como define Canclini (2011).

c) O AMBIENTE: Trata-se de estender um olhar museológico ao território a partir da compreensão de que essa prática tem uma dimensão que requer uma organização de espaços e um ordenamento do território que implica uma interação com o meio ambiente, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Mais do que contemplar as transformações sócio-econômicas que definem a paisagem cultural seja no centro ou periferia da cidade, seja nas dezenas de bairros rurais do município, que é o segundo maior em extensão territorial do Estado, no caso de Itapeva a musealização territorial deve estar atenta aos movimentos migratórios da zona rural para a área urbana, onde em geral amplos setores da população passam a ocupar bairros periféricos desprovidos de infra-estrutura básica, sem deixar de considerar também a migração de populações de municípios vizinhos, atraídas pelas oportunidades que a cidade oferece como polo regional de desenvolvimento.

Portanto, para além de preocupar-se em atuar dentro do tênue limite existente entre preservação e desenvolvimento, também o fenômeno da desterritorialização se evidencia como desafio para a musealização do território itapevense. Afora isso, importa problematizar a própria noção de desenvolvimento, uma questão tão claramente tematizada pelo pensamento de Paulo Freire:

> Estamos convencidos de que, para aferirmos se uma sociedade se desenvolve ou não, devemos ultrapassar os critérios que se fixam na análise de seus índices *per capita* de ingresso que, "estatisticados" não chegam sequer a expressar a verdade, bem como os que se centram no estudo de sua renda bruta. Parece-nos o critério básico, primordial, está em sabermos se a sociedade é ou não um "ser para si". Se não é, todos estes critérios indicarão sua modernização, mas não seu desenvolvimento. (FREIRE, 1987, p.219)

02) A PEDAGOGIA MUSEOLÓGICA

Como ações basilares, para que a musealização territorial de Itapeva possa cumprir as suas funções educativas, científicas e sociais, a pedagogia museológica deve contemplar a integração na gestão de referências patrimoniais, a demarcação espacial e temporal dos lugares de memória como estratégia de musealização *in situ*, a valorização de núcleos museológicos e a roteirização de percursos museológicos, com atenção especial à Educação Patrimonial.

A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PATRIMONIAL

A questão da organização do território patrimonial é evidentemente indissociável de outra questão cada vez mais desafiadora para o mundo contemporâneo: o ordenamento do território.

Com efeito, desde a década de 1970 e, em especial, na ECO Rio 92, como já vimos anteriormente, intensificaram-se as aproximações entre gestão do patrimônio e gestão ambiental, uma relação direta de interdependência: "Existe sempre uma associação entre o meio natural e o construído, no qual se imprime a marca da criatividade humana e das inovações culturais que humanizam o meio natural." (Regales, 1997, ALMEIDA, F., 2011).

> É de origem relativamente recente a ordem ambiental, em seus tão diversificados aspectos como hoje é discutida e posicionada, abrangendo não

> só os elementos vinculados à conservação e proteção dos recursos naturais e o estudo do impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais, mas principalmente a crítica à sociedade industrial, cujo modelo dominante é considerado não apenas ecologicamente insustentável como também socialmente injusto. (BINSZTOK, 2011, p 315)

Esta relação entre ambiente natural e ambiente antrópico, ainda que esta diferenciação seja alvo de questionamentos contundentes, vem sendo tratada pela ecologia social, cujo campo de reflexão se aproxima mais das ciências sociais e humanas, que procura estudar as múltiplas relações entre os homens e o meio ambiente, especificamente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza. (BINSZTOK, 2011, p 321)

Para além dos fatores econômicos e sociais que definem a ocupação do espaço, a questão do desenvolvimento sustentável tem sido relacionada a fatores de ordem cultural:

> Considerando-se sustentabilidade a combinação balanceada de meio ambiente e desenvolvimento, a sustentabilidade tem dimensões que podem ser elencadas como social, econômica, ecológica, espacial e cultural (MALHEIROS, 2001, *apud* ALMEIDA, F., p. 332)

É neste contexto amplo que propomos a organização do território patrimonial de Itapeva embasada no princípio de que devemos “pensar globalmente e agir localmente”, como defende o sociólogo alemão Ulrich Beck, considerado um dos autores mais respeitados no que diz respeito à discussão da nova realidade mundial pós-industrial.

A fim de promover a organização do território patrimonial de Itapeva, propomos três estruturas essenciais: a criação de um sistema integrado de referências patrimoniais, a requalificação do Museu Histórico de Itapeva bem como a implantação de núcleos museológicos temáticos e a constituição de percursos museológicos.

A) SISTEMA INTEGRADO DE REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS

A criação de um sistema que integre as referências patrimoniais do município é fundamental para que a musealização territorial cumpra suas funções essenciais. Propõe-se a criação de um banco de dados que possa ser acessado remotamente, não apenas por pesquisadores com os mais diferentes perfis (escolares, acadêmicos e

demais interessados) como também por visitantes dos núcleos museológicos, onde poderão ser instalados terminais de computadores para acesso *online*.

A criação do Sistema Integrado de Referências Patrimoniais de Itapeva (SIRP-Itapeva) deverá pautar-se por uma configuração multidisciplinar e associar-se à criação do SIG-Arqueologia proposto pelo ProjPar como solução tecnológica para coleta, sistematização, cruzamento e visualização de dados espaciais, abrindo novas perspectivas para a potencialização de um centro regional de referências patrimoniais com capacidade de armazenamento e gerenciamento de informações com acessos automatizados.

O banco de dados deverá ter como conteúdos:

— fontes documentais textuais, primárias e secundárias, sobre o Município de Itapeva;

— coletânea do ordenamento jurídico atual e antigo;

— fontes cartográficas e iconográficas;

— diagnósticos do meio físico, biótico e antrópico;

— registro de elementos significativos do patrimônio material e imaterial.

B) NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

A presente proposta de musealização territorial considera como diretriz central para a organização do território patrimonial a estruturação de um museu polinuclear. O olhar museológico sobre o território implicará a identificação e mapeamento de referências patrimoniais, algumas delas transformadas em Núcleos Museológicos Temáticos (NMT) e outras consideradas unidades de paisagem (UP).

O conjunto de núcleos temáticos e as unidades de paisagem aqui enfeixadas não pode ser assumido como fechado, estanque. Como já o dissemos, sua constituição final dependerá de referenciamento oriundo de um processo de inventário participativo.

Na perspectiva deste modelo de musealização todos os núcleos temáticos e todas as unidades de paisagem serão considerados espaços de intervenção territorial, o que vai diferenciar ambas as categorias é o tipo de atividade e articulação que irão desempenhar junto aos distintos grupos comunitários.

Quadro 12: Estrutura polinuclear proposta para a musealização territorial de Itapeva

NMT 01 – Museu Histórico de Itapeva

Figura 58: Casa da Cultura Cícero Marques, em obras de restauro, deverá sediar o Museu Histórico de Itapeva. Fonte: Arquivo Folha do Sul

Sediado na Casa da Cultura Cícero Marques, edifício de taipa de pilão e alvenaria do século XIX situado na região central da cidade, o MHI exercerá o papel de núcleo central do museu de território não só devido a sua localização em ponto de grande

visibilidade e fácil acesso, mas também por abrigar uma exposição de longa duração que remeterá o visitante aos demais núcleos e percursos.

Figura 59: Localização da Casa da Cultura na praça central da cidade. Fonte: Google Earth

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Conclusão do restauro da edificação
- Instalação de reserva técnica
- Implantação de exposição de longa duração
- Instalação de espaços para exposições temporárias
- Terminal de acesso ao SIRP-Itapeva
- Restrição de trânsito pesado nas cercanias

NMT 02 – Catedral de Santana

Edifício construído em taipa de pilão do século XVIII, a Catedral de Santana é considerado patrimônio símbolo da cidade, tendo sido tombada em 1987. Sua musealização se materializa principalmente pela ação de educação patrimonial, com mediação da leitura interpretativa do painel do presbitério que tematiza a história da cidade e por meio da observação de janela testemunho da técnica construtiva. Possui um relógio de torre da marca Collins S. de Wagner Horloger – Paris, France e um órgão de fole, que se encontra inativo e carece de restauro. A catedral, que possui excelente acústica, costuma ser utilizada para concertos de música clássica e recitais de corais. Conta com acessibilidade para cadeirantes.

Figura 60: O painel do presbitério da Catedral de Santana., obra do artista Cláudio Pastro, narra a história da cidade. À esquerda figuras de tropeiro e índios, à direita o povoamento, dos dois lados a presença de araucárias e abaixo a lenda da serpente. Foto: Emiliano Hagge

Figura 61: Musealização da Catedral de Santana conta com janela prospectiva revela técnica construtiva.

Fonte: Arquivo pessoal

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Instalação de painel informativo defronte à catedral
- Restauro do órgão de fole
- Programação cultural

- Restrição de trânsito pesado nas cercanias

NMT 03 – Capela de Nª Sª do Carmo

Situada na área central da cidade, em edificação do século XIX também construída em taipa de pilão, recebe visitação de escolares pelo programa de educação patrimonial. Possui janela prospectiva para apresentação da técnica construtiva. O local também pode abrigar programação cultural. Conta com acessibilidade para cadeirantes.

Figura 62: Visita técnica do Grupo de estudantes do curso técnico de Turismo à Capela de Nª Sª do Carmo. Fonte: Google Earth

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Instalação de painel informativo defronte à capela
- Programação cultural

NMT 04 – E.M. Acácio Piedade

Edifício tombado pelo CONDEPHAAT de São Paulo e pelo COMDEPHHAT de Itapeva, inaugurado em 1913, representa a arquitetura das escolas públicas da Primeira República, com estilo francês. Possui uma sala de memória com acervo que representa os diferentes momentos da educação pública de Itapeva e arquivo com documentação primária.

Figura 63: Visitação à E.M. Acácio Piedade. Fonte: Arquivo pessoal

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Obras de restauro
- Obras de complementação de acessibilidade para cadeirantes
- Visitação à sala de memória
- Instalação de painel informativo defronte à escola

NMT 05 – Sala Verde

Situada no Centro de Educação Ambiental “Avelino Comeirão Peixe Filho” e mantida pelo Instituto Planeta Terra em parceria com a Prefeitura Municipal de Itapeva, oferece atividades de educação ambiental com trilhas interpretativas na reserva florestal, lagos, viveiro de mudas medicinais, sala de memória, área de lazer, auditório e lanchonete. Possui acessibilidade para cadeirantes e acessibilidade digital.

Figura 64: Visitação à Sala Verde Fonte: Instituto Planeta Terra

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Demarcação da área total
- Regularização legal como APA
- Instalação de painel informativo defronte ao parque

Figura 65: Localização dos núcleos museológicos na área central. Fonte: Google Earth

NMT 06 – Parque do Pedrão

Área de proteção ambiental localizada na área urbana da cidade com facilidade de acesso, entretanto vem sofrendo invasão de casas. Classificada como área verde do Jardim Paulista apresenta grande potencial para criação de um núcleo museológico com foco no patrimônio geológico do município. Apresenta floração rochosa da era devoniana em arenito basáltico, que estabelece ligação com o Canyon do Faxinal e Canyon do Itanguá. Nesse sentido, pode remeter o visitante a estes sítios geológicos.

Figura 66: Pedrão: Área classificada como área verde urbana. Fonte: Arquivo pessoal

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Demarcação da área total
- Regularização legal como APA
- Demarcação de trilha interpretativa
- Instalação de painéis informativos
- Construção de alambrado no perímetro
- Construção de área de recepção, com instalações sanitárias
- Construção de pequeno auditório

NMT 07 – Parque Pilão d'Água

O Parque Pilão d'Água é um patrimônio municipal de aproximadamente 37 alqueires, dentro da área urbana do município, composto pelo Recanto Jorge Assumpção Schimidt e a Fazenda Pilão d'Água, patrimônio histórico do período tropeirista de grande relevância por abrigar vestígios da era escravagista. Na área de lazer e recreação, existe um auditório com capacidade para 200 pessoas, Casa do Artesão, Posto de Informação Turística, restaurante (em construção), quadras esportivas (em construção), trilhas, estacionamento e muro dos escravos. O núcleo histórico abrange a sede da Fazenda Pilão d' Água, Oficina de Artes e Ofício, mata de araucária, mata secundária, campo aberto, muros de pedra e trilhas.

Figura 67: Parque Pilão d'Água apresenta espaços diversificados como o muro de pedra construído por escravos e a escada de pedra com técnica portuguesa. Fonte: Arquivo pessoal

Figura 68: Visita mediada à área da senzala. À direita, acesso à área de recreação e lazer. Fonte: Arquivo pessoal

O plano diretor do Parque Pilão d'Água, elaborado em 2010, prevê ações e projetos para a revitalização e gerenciamento desta importante área não só para o Município de Itapeva como para toda região, transformando-a em uma Unidade de Uso Sustentável em conformidade com a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

É importante ressaltar que foram definidas como áreas de zoneamento do Parque Pilão d'Água:

A. Zona de Lazer e Recreação – Constituída, em sua maior parte, por áreas antropizadas. Os ecossistemas alterados, em função das sucessivas interferências, têm baixo valor ambiental. Seu valor ambiental prende-se mais aos valores estéticos do relevo e pequenos fragmentos de ecossistemas florestais próprios para desenvolvimento de atividades físicas e atividades educacionais. Corresponde à área

ocupada pelo Recanto Pilão d'Água e demais áreas adjacentes (Gleba 1), onde se podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental, lazer e recreação. Também as áreas das Glebas 3 e 4 são destinadas a abrigar atividades de lazer, recreação, exposições e esportes. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a educação ambiental, o lazer e a recreação intensiva, em harmonia com o meio.

B. Zona Histórico-Cultural – Nesta zona são encontradas as referências patrimoniais que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas pelo público visitante, servindo à pesquisa, educação e uso científico, compreendendo a Gleba 2, onde se localiza a sede da Fazenda Pilão d'Água e seu entorno. O objetivo geral do manejo é proteger sítios históricos, em harmonia com o meio ambiente, bem como preservar manifestações culturais do patrimônio imaterial para pesquisas, estudos, educação e interpretação.

O Plano Diretor do Pilão d'Água prevê para este setor a criação de espaço museológico destinado a abrigar o acervo arqueológico do município, bem como a instalação de um Núcleo Regional de Pesquisa Arqueológica, abrangendo também o LABARQ.

C. Zona de Uso Especial – Esta zona apresenta ecossistemas em estado alterado de médio a baixo valor ambiental, que apresentam usos conflitantes. Ela se destina a conter as áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas, estacionamentos e/ou vias consolidadas. O objetivo geral de manejo é monitorar as ocupações já consolidadas e minimizar o impacto da implantação das estruturas ou dos efeitos das obras no ambiente natural ou histórico do parque.

Essa definição do zoneamento foi fundamental para definição dos segmentos que serão atendidos na Revitalização do Pilão d'Água: Lazer e Esportes, Cultura, Eventos, Contemplação, Educação Ambiental e Histórico.

Figura 69: Perímetro da área de proteção ambiental do Parque Pilão d'Água. Localizada à beira do Rodovia SP-258, a área do parque é margeada pela represa Pilão d'Água. Imagem Google Earth

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Elaborar plano de manejo para conservação dos recursos hídricos, controle da erosão do solo e assoreamento da represa, proteger sítios históricos e culturais; conservação das belezas cênicas e panorâmicas, visando a recreação e o turismo;
- Criar estrutura de recreação ao ar livre de forma saudável para munícipes e visitantes, e desenvolver o turismo baseado nas características naturais e culturais;
- Criar ações de educação ambiental com atividades educativas formais e informais, de investigação e monitoramento do ambiente;
- Criar uma exposição de longa duração na sede da Fazenda Pilão d'Água;
- Construir espaço museológico para o acervo arqueológico do município;
- Criar ações para inventário e proteção à fauna silvestre;
- Instalar alambrado em todo o perímetro do parque;
- Instalar placas de comunicação visual;
- Instalar terminal de acesso ao SIRP-Itapeva;
- Proporcionar acessibilidade digital;
- Propor legislação para a administração do parque.

NMT 08 – Mirante Debret

A Praça Debret, onde está prevista a criação de um mirante em homenagem ao pintor francês Jean Baptiste Debret, situa-se em local aproximado no qual no ano de 1827 ele registrou em aquarela a paisagem do povoamento de Itapeva da Faxina.

A obra, iniciada em 2010, encontra-se paralisada, sem ter sido concluída. Estão previstos um Posto de Informações Turísticas (PIT) e instalações sanitárias no térreo, espaços expositivos no primeiro, segundo e terceiro pavimentos, que deverão tematizar as presenças de Debret e de Saint-Hilaire, bem como a própria atuação da

Missão Francesa no Brasil, além de exposições de curta duração e um mirante no último andar, onde poderá ser comparada a paisagem retratada por Debret e a paisagem atual da cidade.

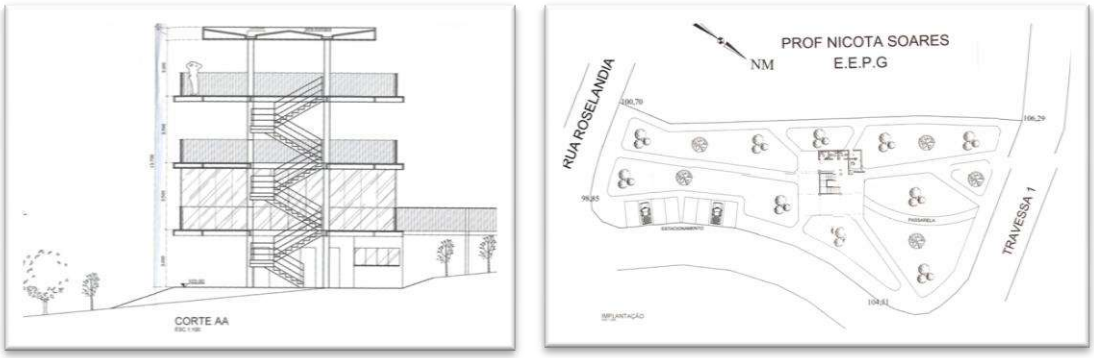


Figura 70: Croquis da obra e localização do Mirante Debret

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Conclusão da obra
- Implantação de espaços expositivos
- Instalação de terminais para acesso ao SIRP-Itapeva
- Instalação do PIT

NMT 09 – Estação Ramos de Azevedo

A Estação Ferroviária de Itapeva, localizada na Vila Isabel, foi inaugurada em 2012 e desativada em 1998. A planta original é do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo. A edificação, tombada pelo município, pertence à União e encontra-se totalmente abandonada, em estado adiantado de deterioração.

O local pode ser destinado a abrigar o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva (IHGGI), que não tem sede própria e possui numeroso acervo documental, bibliográfico e iconográfico, bem como poderá compreender um espaço museológico disponibilizado para exposições temáticas do acervo ferroviário, além de espaços para exposições temporárias e eventos culturais. Conta com área construída suficiente para sediar, ainda, o núcleo de informática do Sistema Integrado de Referências Patrimoniais. Este núcleo abranger também as residências do entorno que integram o patrimônio ferroviário.

Figura 71: A estação exposta ao vandalismo e deterioração. Fonte: Arquivo pessoal

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Transferência do imóvel para o município
- Execução da obra de restauro
- Implantação de espaços expositivos
- Instalação de terminais para acesso ao SIRP-Itapeva
- Urbanização da área de entorno para recreação e lazer
- Instalação de painel informativo na área externa
- Implantação de alambrado no perímetro da área musealizada

NMT 10 – Quilombo do Jaó

A comunidade remanescente de quilombo do Jaó localiza-se na zona rural do município, cerca de 30 quilômetros da Itapeva. O nome Jaó foi dado há cerca de 40 anos, quando da construção da Estação Ferroviária do Jaó, que fica próxima das terras da comunidade. Sua antiga denominação é Ponte Alta, nome do sítio que foi doado a um casal de ex-escravos, Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha Paula Lima. Atualmente a comunidade de Jaó conta com 53 famílias (cerca de 450 pessoas), que ocupam uma área de aproximadamente 166 hectares.

Figura 72: Atividades desenvolvidas no Quilombo do Jaó. Fonte: Arquivo Folha do Sul

Figura 73: Grupo de dança reúne jovens. Mulheres participam de oficina de artesanato

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Criação de um plano diretor comunitário
- Implantação de espaços expositivos
- Criação de um centro de memória
- Criação de uma casa de cultura
- Instalação de terminais para acesso ao SIRP-Itapeva
- Urbanização da área de entorno

NMT 11 – Assentamento Pirituba

Na Agrovila I, uma área de assentamentos em Itapeva que completou 30 anos neste 13 de maio de 2014, estão assentadas 80 famílias, entre cooperados e produtores individuais. O feijão colhido nesta safra é levado para um barracão. Ali, até os anos 2000, eram organizadas as festas para comemorar o aniversário do assentamento, o primeiro da região, onde ficava, em uma área pública, a Fazenda Pirituba. Ao todo são sete agrovilas espalhadas na região, que reúnem 450 famílias, aproximadamente 1.800 pessoas, em 17.000 hectares.

As agrovilas contam com diversas organizações associativas vinculadas ao MST, dentre elas a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva e a Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida, em ação há mais de duas décadas. Ali, trabalho, terra e renda são coletivos, e as moradias estão ao lado umas das outras. A cooperativa faz controle diário e mensal da produção, e o rateio é feito conforme as horas trabalhadas. Na última safra, dos 500 hectares agricultáveis saíram 307 toneladas de feijão, 810 toneladas de soja, 840 toneladas de milho e 1,1 mil toneladas de trigo, além de 110 mil litros de leite.

Figura 74: Sem-Terra em ocupação recente em Itapeva. Foto: Josoel Borges/Itapeva News

Figura 75: Produção agrícola e hortigranjeira no Assentamento Pirituba. Foto: MST

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Implantação de espaços expositivos
- Criação de um centro de memória
- Criação de uma casa de cultura
- Instalação de terminais para acesso ao SIRP-Itapeva
- Urbanização da área de entorno
- Implantação de painéis informativos

Além dos nove núcleos museológicos temáticos, identificamos as seguintes unidades de paisagem localizadas na área urbana e área rural.

UP 01 – Sítio arqueológico Abrigo Itapeva

Localiza-se na Fazenda Fracarolli, propriedade particular situada no Canyon Faxinal compreendido pelo Conjunto Estrutural de Furnas. Apresenta beleza cênica e fácil acesso, embora sob controle dos proprietários, que têm interesse na musealização do local. Distante 15 quilômetros da cidade, tem grande potencial para visitação turística e atividades de educação ambiental e patrimonial. Sua visitação pode ser articulada ao Canyon Itanguá, onde se localizam monumentos geológicos da “cidade dos gigantes” e paisagens naturais de exuberante beleza cênica.

Figura 76: Abrigo Itapeva: visitação turística na trilha de acesso ao Abrigo Itapeva, onde a atração são as inscrições rupestres do sítio arqueológico. Fonte: Arquivo Itapeva Ecoturismo

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Criação de um plano de manejo visando a visitação turística
- Instalação de paineis informativos
- Instalação de placas de sinalização nos percursos e vias de acesso
- Criação de estruturas de apoio

UP 02 – Sítio arqueológico Silveira

Próximo ao primeiro sítio arqueológico descoberto na Bacia do Paranapanema na década de 1940. Localizado em propriedade particular, tem grande potencial de visitação turística e atividades de educação ambiental. Dista a cerca de 30 quilômetros da cidade e possui facilidade de acesso.

Figura 77: Sítio arqueológico Silveira. Fonte: Arquivo Folha do Sul

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Criação de um plano de manejo visando a visitação turística
- Instalação de paineis informativos
- Instalação de placas de sinalização nos percursos e vias de acesso
- Criação de estruturas de apoio

UP 03 – Estação Cultura "Prof. Newton de Moura Müzel"

Tombada como patrimônio histórico pelo COMDEPHAAT, a edificação foi construída originalmente para abrigar um armazém da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). As obras do armazém e da nova estação foram iniciadas em 1946, a pedido da população que reclamava da distância da Estação de Vila Isabel, mas nunca chegaram a ser inauguradas. Adquirida e restaurada pelo município, abrigou a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a Biblioteca Municipal Josina Vasques Ferrari e o Acesso São Paulo. Desde o início de 2014 é sede do Poupatempo. Localiza-se na área central da cidade e possui acessibilidade para cadeirantes.

Figura 78: Estação Cultura "Prof. Newton de Moura Müzel". Fonte: Arquivo Folha do Sul

PROPOSTAS DE TRABALHO

- Instalação de paineis informativos na área externa

C) PERCURSOS MUSEAIS

A musealização territorial prevê, ainda, a criação de percursos museológicos, quer seja no âmbito de Educação Patrimonial, por meio de um programa concebido e desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, quer seja para *tour* turístico destinado ao público local ou para visitantes.

PERCURSO HISTÓRICO

Criado pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, o Programa de Educação Patrimonial existe em Itapeva desde 2008 com a perspectiva de construir e compartilhar novos conhecimentos a partir de ações educativas que tomam bens culturais como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica. O programa envolve alunos e professores da rede municipal de ensino. Em paralelo desenvolve-se o programa Lugares de Aprender: Cultura é Currículo, que envolve alunos e professores da rede estadual de ensino de Itapeva e região.

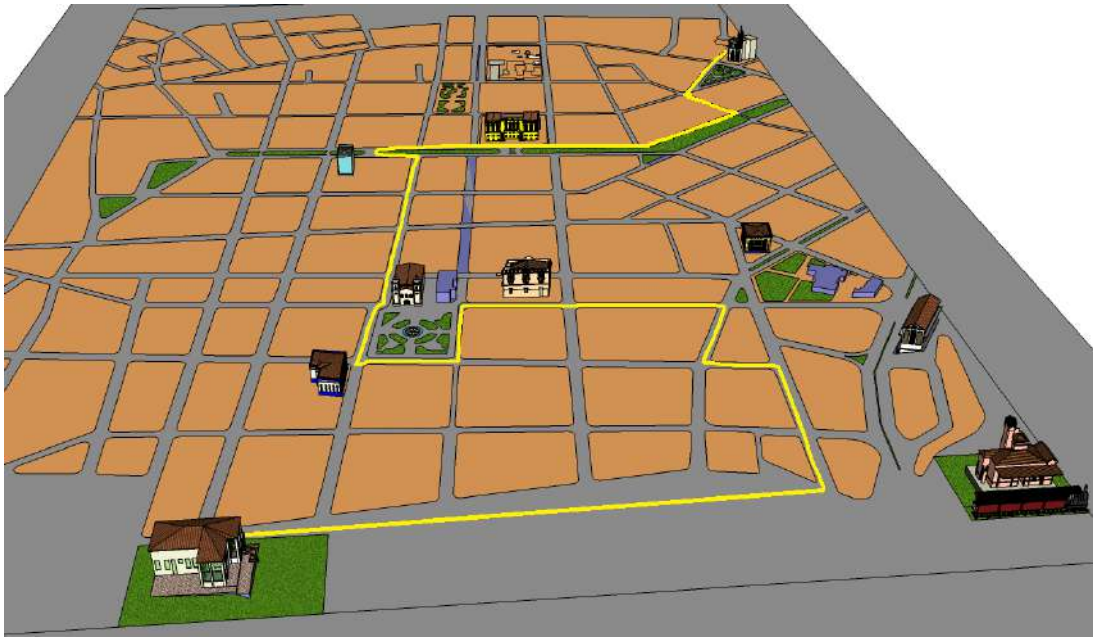


Figura 79: Ilustração de rota patrimonial

PERCURSO DA CIDADE | CITY TOUR

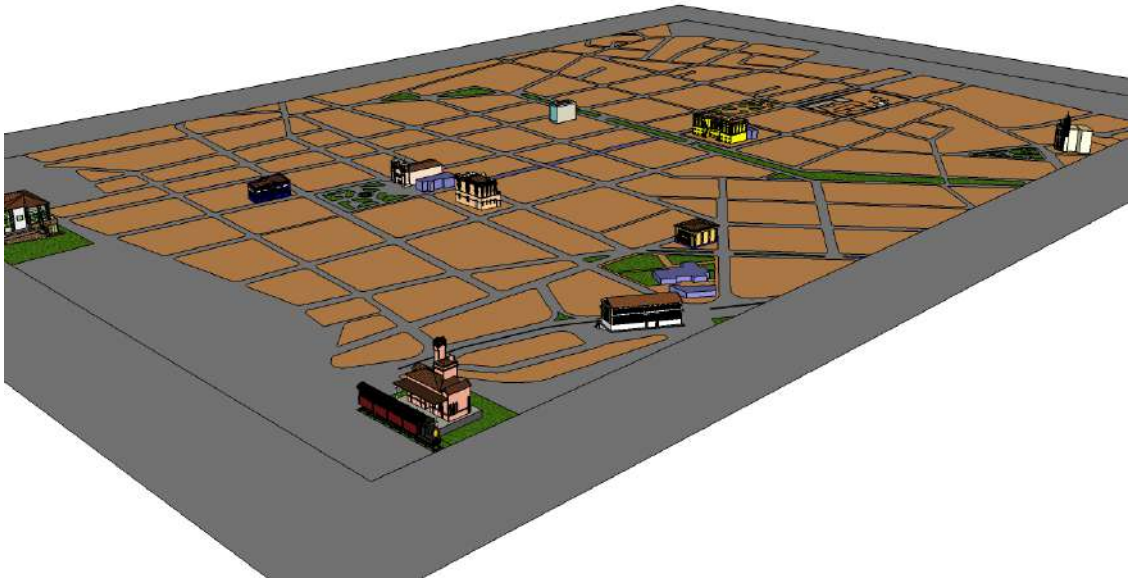


Figura 80: Ilustração do mapa do patrimônio histórico na região central de Itapeva

Outras possibilidades de circuito cultural podem ser seguidas livremente pelo visitante a partir de orientações prestadas por um Guia do Patrimônio Histórico de Itapeva. No percurso, defronte aos imóveis tombados pelo COMDEPHAAT, deverão ser implantados paineis informativos constando os dados de cada edificação.

3.6.1 – Um modelo de gestão patrimonial para Itapeva

É indiscutível que para cada modelo de museu de território deva corresponder um modelo de gestão patrimonial até porque ambos se constituem a partir de um diagnóstico situacional. Como já aludido anteriormente, os parques nacionais norte-americanos do final do século XIX, tomados como modelo de inspiração para todo o mundo, consolidaram os princípios das Unidades de Conservação (UC) em larga escola adotados no Brasil, que são geridos pelo poder público federal. Os ecomuseus europeus, originalmente concebidos para terem autogestão, como é o caso do ecomuseu Le Creusot Montceau-Les-Mines, adaptaram-se às circunstâncias e hoje também são geridos por instâncias públicas, embora de forma participativa. Há, ainda, os ecomuseus e museus comunitários que se conservam independentes, como é o caso do Ecomuseu de Santa Cruz, a despeito de receberem eventualmente algum tipo de subsídio do poder público. O modelo de geoparque, articulado a partir do conceito

de APAs, conforme propõe Iracy Xavier para a região do Canyon Itanguá (2006), via de regra é gerido exclusivamente pelo poder público. Ou seja, direta ou indiretamente, o poder público está presente, em menor ou maior grau, na gestão dos museus de território.

No Brasil, historicamente o financiamento dos museus apresenta extremada dependência dos recursos públicos, à exceção de pouquíssimos museus privados. Para os museus de território, esse é um fator ainda mais agudo, portanto não é de se estranhar que muitas iniciativas comunitárias e ecomuseus recebam aportes de recursos públicos ou mesmo que sejam diretamente administrados por órgãos públicos. É o caso do Ecomuseu da Amazônia, que se constitui a partir de um programa da Prefeitura Municipal de Belém (PA) criado pela Secretaria Municipal de Educação e instituído na Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário.

Trata-se de um museu aberto que vivencia o dia a dia das comunidades locais, inserido no território amazônico, onde mostra o acervo natural e cultural de uma região. A área de atuação começa no Distrito de Icoaraci – Bairro do Paracuri e a Orla, estendendo-se até as regiões das ilhas, que compreende a Ilha de Cotijuba, Ilha do Mosqueiro e Ilha de Caratateua. O Ecomuseu da Amazônia tem como missão: “Pensar coletiva e interinstitucionalmente os problemas da região e suas comunidades, sem desvincular as dimensões ecológicas, sociais, educacionais, políticas e econômicas”.

Pode-se notar que em todos os exemplos mencionados alguns princípios são recorrentes, dentre eles o aspecto participativo na gestão e no ordenamento do território, ainda que em alguns casos o poder decisório se concentre nos órgãos públicos e em outros a tomada de decisão permaneça nas mãos da comunidade.

O equacionamento que propomos para a musealização territorial do município de Itapeva passa pelo desafio de se conjugar as responsabilidades do poder público e o comprometimento da população local no que diz respeito à salvaguarda e comunicação de seu patrimônio por meio de uma gestão participativa no ordenamento do território.

Recordemos que dentre as hipóteses que constituem o ponto de partida desta pesquisa está a convicção da viabilidade político-cultural de se implantar um processo de musealização territorial que encontre eco e cumplicidade no espectro social, de

modo que haja estímulo ao envolvimento de grupos de interesse especializado, profissionais e voluntariado, imbuídos no propósito de estimular a participação sistemática do público-alvo do museu.

Assim, tendo em vista a realidade de avanços e recuos institucionais que caracteriza a trajetória da gestão patrimonial em Itapeva, a presente proposta ratifica o protagonismo do MHI não somente como núcleo-sede da estrutura polinuclear da musealização territorial, mas também como espinha dorsal do arcabouço institucional, antevendo, ao largo da realização do diagnóstico situacional, alternativas de uma gestão compartilhada com organizações não governamentais que permita a possibilidade de contornar as dificuldades típicas do poder público municipal, além de favorecer a captação de recursos de múltiplas fontes de financiamento, com o objetivo de assegurar uma estrutura profissionalizada para a operacionalização das atividades museais a serem desenvolvidas.

Nesse sentido, pode ser estudado o exemplo do modelo de gestão adotado exitosamente pelos museus paulistas pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com Organizações Sociais. Outra possibilidade é a criação de uma fundação cultural, modelo institucional que também se apresenta como alternativa viável para se ter autonomia político-administrativa, ainda que o financiamento da instituição seja mantido pelo poder público. Se a opção, entretanto, continuar sendo a administração pública direta, mesmo assim recomenda-se uma estrutura de gestão enxuta e profissionalizada, de caráter permanente, mas que permita agilidade e eficácia nas ações.

Desse modo, levando-se em consideração que a escolha do modelo de gestão deve passar por um processo de pactuação política entre os diversos atores envolvidos, limitamo-nos a desenhar apenas a arquitetura de um programa de gestão. Qualquer que seja a opção pelo modelo de gestão a ser adotado pelo Museu de Território de Itapeva, impõe-se a necessidade de uma estrutura administrativa em conformidade com as práticas contemporâneas das organizações culturais, e a clareza de sua definição como instituição vocacionada para a transformação social mediante ação educativa.

O desenvolvimento de um modelo de gestão inovador para a musealização territorial de Itapeva deve incluir, a nosso ver, a proposição de três núcleos, com um corpo

técnico reduzido, mas suficiente para operar, inicialmente, os programas museológicos a serem apontados mais adiante.

Núcleo de Gestão Institucional: responsável pela administração (recursos humanos, financeiro, administrativo), pelos espaços dos núcleos museológicos temáticos (café, loja), pelas relações institucionais, pelos serviços de tecnologia (software, hardware, gerenciamento de informação), pela coordenação da programação (seminários, workshops, palestras, filmes, espetáculos, oficinas), pela assessoria de imprensa, pela alimentação do site e outras mídias virtuais, e pela área de relações públicas. Este núcleo se encarrega também da elaboração de projetos e captação de recursos, além de coordenar as ações de avaliação integrada, cujos trabalhos levantarão dados para alimentar e ajustar as ações da instituição.

O quadro de funcionários indicado a seguir poderá ser ampliado na medida em que o desenvolvimento dos programas museológicos assim o exigir, desde que haja suporte orçamentário:

Museu do Território de Itapeva		
Quant.	Cargo/Função	Formação/Qualificação Profissional
1	Diretor	Nível superior
1	Assistente de Comunicação Institucional	Nível médio
1	Assistente de Desenvolvimento Institucional	Nível médio
1	Gerente Administrativo	Nível superior
1	Assistente de Informática	Nível médio
1	Auxiliar de Administração	Nível médio
1	Gerente de Museologia	Nível superior
1	Especialista em conservação	Nível médio
1	Especialista em documentação	Nível médio
1	Gerente de Educação	Nível superior
1	Assistente de educação (agendamentos)	Nível médio
15	Educadores/mediadores	Nível médio

Quadro 13: Estrutura de pessoal do museu

Vale observar que as qualificações e formações profissionais propostas atendem minimamente as exigências para as respectivas funções, podendo ser potencializadas na medida em que houver disponibilidade orçamentária, cabendo aos servidores de nível gerencial o protagonismo na coordenação técnica de suas equipes.

Núcleo de Museologia: responsável pelas áreas de salvaguarda e comunicação museológica. Coordena a relação entre o Museu e seus públicos por meio dos programas de exposições, assim como a área de preservação encarregada do

programa de pesquisa, documentação, conservação preventiva e política de gestão patrimonial, que aqui inclui também o acervo do MHI.

Núcleo de Educação: coordena todo o atendimento educativo ao público do Museu, desde sua chegada e acolhimento. Inclui a elaboração de roteiros temáticos para as exposições, elaboração de material de apoio e didático, as atividades de oficina, e o atendimento a públicos especiais (deficientes auditivos, visuais, físicos, transtornos psiquiátricos ou em vulnerabilidade social). Coordena as atividades de formação e capacitação de mediadores do programa de Educação Patrimonial e as publicações educativas, bem como o relacionamento do Museu com a rede de ensino formal pública e privada, e instituições e entidades da sociedade civil organizada.

Cabe observar que o número de educadores previstos leva em conta as ações educativas a serem desenvolvidas no conjunto de núcleos museológicos temáticos. Esta equipe, todavia, pode ser compartilhada pela rede municipal de ensino a quem se destinam os serviços educativos a serem prestados.

Reiterando-se, com efeito, a importância da participação das forças vivas da sociedade no planejamento e na gestão do museu, seja ela direta ou indireta, é imprescindível para a sustentabilidade e vitalidade institucional que as políticas públicas de gestão do território patrimonial sejam construídas coletivamente por meio de estruturas institucionais que permitam a participação da população. Desse modo, propomos que a atuação da equipe de gestão do Museu de Território de Itapeva seja orientada e fiscalizada pelo próprio COMDEPHAAT, a quem competirá exercer a função de formular as diretrizes destas políticas públicas através da interação com a comunidade local, visando à construção de conhecimento sobre as práticas patrimoniais e a cultura.

O desafio é debater com as comunidades e os diversos setores da sociedade itapevense políticas públicas mitigadoras do caráter impositivo próprio dos mecanismos como o tombamento e o registro de inventário, propondo-se medidas compensatórias para além da isenção de IPTU, via de regra considerada insuficiente para contrabalançar eventuais prejuízos dos proprietários atingidos pelas medidas de proteção ao patrimônio. Ainda que a Constituição Federal priorize o valor social da propriedade sobre o direito individual, este conflito de interesses tem sido alvo de grande tensão na sociedade brasileira, moldada sob o regime neoliberal.

Cabe assinalar que o COMDEPHAAT é, atualmente, composto por 13 membros, dos quais quatro pertencem ao poder público municipal e todos os demais pertencentes à sociedade civil, sendo um representante de Prefeito Municipal; um representante da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo; um representante da Secretaria Municipal da Educação; um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços; um representante do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva (IHGGI); um representante da ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itapeva; um representante dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Município; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - 76ª. Sub-Secção de Itapeva; um representante da Associação Regional dos Engenheiros do Sudoeste Paulista (Aresp); um representante dos movimentos sociais, um representante de Organização Não Governamental do Setor Ambiental; um representante de segmento Turismo; um representante de Classe artística.

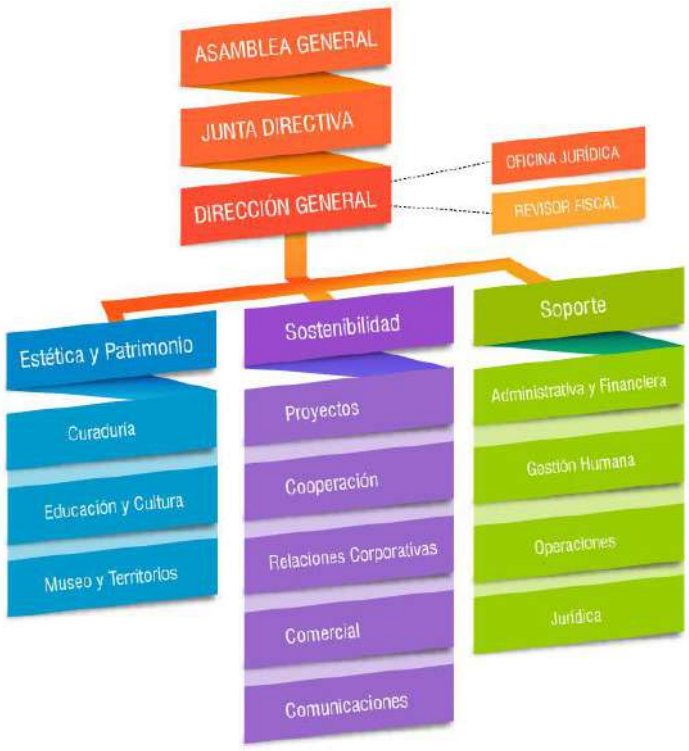
Quadro 14 : Organograma proposto para o Museu de Território de Itapeva

Mesmo prevalecendo amplamente a representação da sociedade civil, caberia discutir os mecanismos de indicação dos representantes dos respectivos segmentos e instituições representadas de maneira a ampliar ainda mais a representatividade do

conselho, que já tem caráter deliberativo e promove o empoderamento de sua presidência por meio de processo eletivo interno, conforme previsto em seu Regimento Interno.

Ainda assim, com o intuito de assegurar ampla participação direta de todas as comunidades do território na construção das políticas públicas de gestão patrimonial, propomos a realização de um Fórum Anual de Patrimônio Cultural, instância de discussão e deliberação a respeito de temas diversos atinentes às práticas patrimoniais, à gestão do território e às ações culturais.

A concepção deste mecanismo de institucionalização da participação popular se inspira explicitamente em uma experiência que o Museu de Antioquia desenvolve com muito sucesso em Medellín, na Colômbia.



Quadro 15: Organograma do Museu de Antioquia. Fonte: Museu de Antioquia

Fundado em 1881, o Museu de Antioquia em sua longa trajetória viveu períodos com altos e baixos institucionais, experimentando diferentes modelos de gestão. Atualmente, encontra-se em sua melhor forma. Apoiado pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e pela Fundação Botero, conta ainda com um rol de

patrocinadores que garantem um desempenho bastante satisfatório no desenvolvimento de seus programas museológicos.

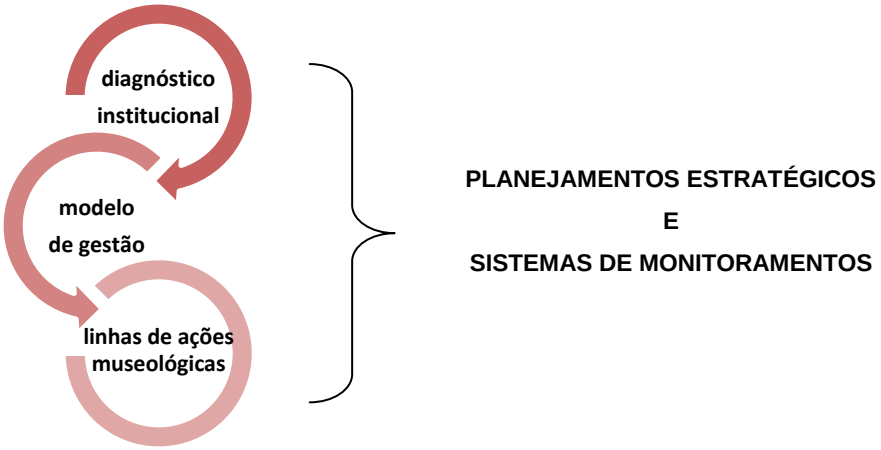
Um destes programas consiste no acompanhamento por parte do Museu de Antioquia aos habitantes e líderes de diversas comunidades da cidade, para que eles mesmos realizem trabalhos de investigação e reflexão sobre memória, patrimônio e território, trabalho que parte de uma pergunta base: o que é mais importante que tem teu bairro e tua comunidade? Dessa forma, se exploram as realidades culturais, sociais, econômicas e políticas das comunidades.

O programa – intitulado *Museo + Comunidad* - não pretende que uma equipe de investigadores do Museu de Antioquia realize as investigações das comunidades, senão que os próprios habitantes destes espaços se apropriem desses processos, os desenvolvam e os resultados sejam mostrados nos espaços públicos de seu território, com murais ou atividades artísticas em seus bairros. Anualmente, o museu promove um grande encontro cultural que discute a relação do patrimônio com o território e estabelece um calendário de atividades a ser desenvolvido pelas próprias comunidades.[90]

Nesse sentido, a busca de alternativas de modelos de gestão deve fruir a partir do diálogo entre os diferentes atores sociais envolvidos com o diagnóstico situacional. Para a musealização territorial de Itapeva, portanto, deverá se levar em conta a vocação institucional e seus compromissos com o seu público e o patrimônio, os limites e potencialidades identificados pelo diagnóstico situacional, considerando ainda as especificidades demandadas pelas linhas de ações programáticas exigidas pelas atividades-meio e atividades-fim a serem desenvolvidas, “na perspectiva de realização de ações processuais, sistematicamente avaliadas e engajadas em políticas públicas mais amplas (processos museológicos)”.

Para além das diferentes etapas de planejamento, Bruno destaca, ainda, a importância de se incluir no processo de planejamento estratégico os sistemas de avaliação permanente, imprescindíveis para se atingir as metas acordadas em cada uma de suas etapas.

[90] Disponível em www.museodeantioquia.co/el-museo/#/organigrama/, acessado em 17/02/2014.



Quadro 16: A dinâmica das fases de planejamento. Quadro sinótico proposto por Cristina Bruno.[91]

A partir da perspectiva de que a musealização territorial seja instrumentalizada como mecanismo de transformação social, a Educação Patrimonial ganha também uma dimensão fundamental nos processos museológicos. Nesse sentido, a avaliação das ações de educação patrimonial deve se configurar como processo permanente e estratégico para assegurar que a ação educativa centrada no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo cumpra suas funções a contento.

3.6.2 – Ações programáticas para o museu de território de Itapeva

Nas últimas décadas, o planejamento assumiu papel central no universo dos museus em todo o mundo. Seja pelas pressões das questões administrativas e financeiras que envolvem o financiamento e a sustentabilidade institucional seja porque o planejamento revela-se como ferramenta de qualificação dos serviços prestados pelos museus, alavancado o cumprimento de suas metas e objetivos, ele deve ser consolidado no Plano Museológico, enquanto etapa fundamental da gestão de museus e documento norteador que estabelece as conexões entre missão, funções específicas do museu, texto e contexto museológico.

No Brasil, como já vimos no início deste capítulo, o Plano Museológico tornou-se obrigatório para os museus, sejam eles pequenos ou grandes, tenham coleções ou

[91] Fonte: Texto norteador da disciplina de Planejamento museológico: da Museologia Tradicional à Sociomuseologia, ministrada por Cristina Bruno pelo PPGMUS-USP em 2012.

não, estejam abrigados em prédios ou não e mesmo que não sejam chamados de museu.

Posteriormente à Lei do Estatuto de Museus de 2009, mais recentemente o Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, estabelece no Art. 23 que é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, como "instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade".

É evidente que a aplicabilidade da legislação ainda encontra situações de diferentes graus de fragilidade e não apenas nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde se situam a maioria dos museus mais bem qualificados. Todavia, a legislação deve ser vista na perspectiva histórica, assinalando um momento de transição e de estruturação do setor museológico no território nacional.

Um avanço a ser destacado é o reconhecimento dos ecomuseus e museus comunitários como instâncias representativas que passam a compor o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), conforme prevê o Art. 17 do Decreto 8.124/13, que reserva uma cadeira para a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC).

Para a formulação de diretrizes para a gestão dos museus de território, importa aqui investigar como podem ser desenvolvidas no âmbito dos processos de musealização territorial as linhas programáticas que integram a pedagogia museológica prevista na estruturação do plano museológico.

Conforme prevê o marco regulatório instituído pelo IBRAM, os programas podem ser agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com as suas necessidades.

Além dos conteúdos programáticos previstos neste decreto e das regras previstas anteriormente na Lei do Estatuto de Museus a serem aplicadas aos planos museológicos – interdisciplinaridade, participação, avaliação permanente e revisão periódica – a normativa estipula que os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas das ações museológicas. Nesse aspecto, é preciso considerar a acessibilidade no seu sentido mais amplo, abrangendo não somente adaptações que atendam aos visitantes com

necessidades especiais, mas também a crianças em idade pré-escolar, além de ações específicas de inclusão social, visando à acessibilidade cultural.

Como parâmetros para elaboração de planos museológicos, a legislação brasileira apresenta-se bastante avançada. Na prática, porém, o cumprimento da lei encontra um cenário bastante complexo, como, aliás, é tradição no Brasil. O próprio presidente do IBRAM, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, reconhece que ”a propósito do decreto regulamentador do Estatuto de Museus, cumpre lembrar que o decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, definidor da política brasileira de patrimônio cultural, já assegurava, em linhas gerais, praticamente a maioria das iniciativas agora adotadas com as especificidades demandadas pelo campo dos museus”. (SANTOS, A., 2014)

Em 2009, quando foi promulgada a Lei do Estatuto de Museus, o IBRAM divulgou um levantamento informando que o país tinha 2.716 museus dos quais 387 possuíam plano museológico, ou seja apenas 14,25% das instituições museológicas atendiam as exigências legais (CÂNDIDO, 2013, p. 111). Decorridos os cinco anos previstos para cumprimento da determinação legal, embora não haja números oficiais atualizados, é sabido que esta realidade pouco mudou ao longo deste período.

Além de questões adversas como o custo destes projetos e a falta de profissionais credenciados para realizá-los, muitas questões ainda padecem de maior detalhamento. Dentre elas, importa aqui a discussão específica sobre as linhas de ações programáticas. Como ela se configura no caso dos museus de território?

Ainda que transversalmente as questões programáticas percorram percursos paralelos e muitas vezes convergentes nas distintas tipologias museológicas, em alguns campos as diferenças se evidenciam com maior intensidade quando se trata de museus a céu aberto, diante de suas notórias especificidades.

Nos museus tradicionais de cal e pedra, por exemplo, as boas práticas museológicas, embasadas no conhecimento científico, estabelecem que toda política de gestão de acervo deve compreender regras claras sobre política institucional relativa aos cuidados com acervos, incluindo a aquisição e descarte de objetos e coleções, além de instruções específicas relacionadas à conservação do acervo, incluindo a organização de reservas técnicas, a manutenção e uso do acervo, procedimentos de manuseio, monitoramento e controle ambientais, programas de conservação e restauro, procedimentos de segurança tanto preventivos como em casos de

emergência. As funções de salvaguarda, essenciais para os museus, ainda se completam com as ações de pesquisa e documentação do acervo.

O museu de território está muito além das ações de conservação física de objetos e coleções ou mesmo de edifícios e monumentos, podendo dar forma a uma série de ações concertadas que alterem conceitos estanques de musealização do patrimônio, imprimindo uma dinâmica de funcionamento que tenha como referência os recursos territoriais e humanos da região. Nesta dinâmica, o patrimônio cultural deixa de ser contemplado pela sociedade tão somente como um tesouro artístico, convertendo-o em algo mais valioso: um recurso fundamental para utilizar nas estratégias de desenvolvimento local e territorial.

As questões de territorialidade, área de influência e circuitos de descobertas patrimoniais ganham ainda mais complexidade próprias da sociedade contemporânea e em constante mutação, avalia Judite Primo.

> A hierarquização e a ritualidade do patrimônio no universo dos museus têm sido questionadas desde a década de 60 do século XX, através dos movimentos da Nova Museologia que têm promulgado a democratização dos processos de seleção das categorias de patrimônio, o alargamento da noção de patrimônio, o exercício pleno da cidadania nos processos de seleção, preservação e divulgação das identidades e memórias coletivas. (PRIMO, 2008, *apud* MORAIS, D., 2010)

Neste sentido, Cristina Bruno alerta que, conceitualmente, a Museologia tem avançado nas últimas décadas. “Basta citar as considerações sobre Patrimônio Comunitário e Patrimônio Integral que têm apontado para as responsabilidades extramuros dos museus, ou ainda a noção de Referência Patrimonial assumindo o lugar das exauridas Coleções”.

> Entende-se por **Patrimônio Comunitário** o conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo.
>
> Entende-se por **Patrimônio Integral** o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos. (BRUNO, 1996, p. 19 – *o grifo é nosso*)

De uma forma ou de outra, porém, musealização implica preservação e, como assinala Waldisa Rússio, se preocupa com “a informação trazida pelos objetos (*lato*

sensu) em termos de *documentalidade*, *testemunhalidade* e *fidelidade*. (BRUNO, 2010, p. 205). Waldisa explica que *documentalidade* pressupõe "documento", cuja raiz é a mesma de "docere" (ensinar). Ou seja, não basta que cada patrimônio tombado e musealizado seja referenciado com exaustiva documentação que assegure informações confiáveis para o seu registro, mas principalmente que essas informações ensinem alguma coisa a alguém. *Testemunhalidade* pressupõe "testemunho", cuja origem é testimonium. ou seja, testificar, atestar. Isso quer dizer que o bem cultural musealizado deve ter um valor testemunhal de algo de alguém ou de algum fato. Ou seja, deve ter sua relevância reconhecida para o público, seja ela de natureza ambiental, social ou cultural. Fidelidade, em Museologia, conforme ensina Waldisa, "não pressupõe necessariamente *autenticidade* no sentido tradicional e restrito, mas a *veracidade*, a *fidedignidade* do documento ou testemunho" (grifos da autora).

No que diz respeito à musealização territorial, os atributos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade não só devem nortear a seleção dos bens a serem musealizados como deverão ser ressaltados de modo singular no processo de salvaguarda e comunicação para que os bens musealizados não sejam apresentados como fetiches.

Esse tratamento deve se estender tanto aos bens patrimoniais do ambiente físico natural como do ambiente cultural, ainda que esta distinção cada vez faça menos sentido contemporaneamente e, menos ainda no município de Itapeva, já que inexistem ali ambientes totalmente preservados sem nenhuma intervenção humana. Para Waldisa, ambos são dimensões diferentes da Cultura do Homem:

> Não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo Homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação humanas; o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem, percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança. (BRUNO, 2010, p. 207)

O homem estabelece relações sociais e culturais com a natureza e suas intervenções decorrem de processos dos quais derivam técnicas, hábitos, costumes, crenças e valores. Nesse sentido, "*a relação do Homem com o seu meio*, seja em termos de mera apreensão da realidade, seja de ação sobre essa mesma realidade, *implica realização humana em termos de consciência, de consciência crítica e histórica*, de consciência possível". (BRUNO, 2010, p. 206, grifos da autora). Trata-se de

compreender, portanto, que ao nos referirmos à relação do homem com o seu meio ambiente, incluímos aí também o meio cultural.

Para dar conta da complexidade das relações do homem com o patrimônio que integra a sua realidade, que neste caso se processam num cenário de musealização territorial, evidenciam-se dois princípios metodológicos que permearão todos os procedimentos de gestão do patrimônio: a matriz participativa e a permeabilidade das ações do museu de território em outros setores. O diálogo intersetorial e o diálogo interinstitucional deve ser uma constante no processo. Waldisa Rússio já preconizava que “a interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos e funcionários de museu”. (BRUNO, 2010, p. 126)

Daisy Morais reitera esta posição ao propor a interdisciplinaridade como método de trabalho na sua proposta de musealização territorial:

> No ambiente do Município de Piraju, o planejamento e a gestão do território e seus possíveis desdobramentos não podem prescindir da perspectiva patrimonial, como aporte das relações recíprocas entre disciplinas como Arqueologia, História, Arquitetura e Urbanismo em todas as suas etapas operacionais. (MORAIS, D., 2010, p. 25)

Nas palavras de Cristina Bruno, a metodologia de trabalho tem a ver com a pedagogia museológica e, nesse caso, o método adotado no processo de musealização pressupõe o reconhecimento do território patrimonial como território de intervenção de social.

> Assim sendo, as atividades básicas vinculadas à coleta, conservação, documentação, armazenamento, exposição, ação sócio-cultural e avaliação devem estar relacionadas a dois grandes blocos, a saber: salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória. O desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais. (BRUNO, 1996, p. 20)

Nesse sentido, para fazer frente às funções básicas de salvaguarda e comunicação, elencamos algumas propostas de ações programáticas para a musealização territorial em Itapeva:

I – Programa Institucional

- Coordenação do Diagnóstico Situacional
- Coordenação do Inventário Participativo
- Coordenação do processo de elaboração do Plano Museológico
- Gestão e desenvolvimento institucional
- Regularização jurídico-institucional de todos os núcleos museológicos
- Parcerias institucionais com ênfase ao setor cultural, da educação e do turismo e do meio ambiente
- Gerenciamento de informações, criação e desenvolvimento de banco de dados
- Integração às políticas públicas de gestão do território
- Intercâmbio com instituições científicas, universitárias e instituições congêneres
- Avaliação de desempenho

II – Programa de Gestão de Pessoas

- Capacitação continuada do conjunto de servidores, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu
- Elaboração de Código de Ética para servidores, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu

III – Programa de Gestão de Patrimônio

- Elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) visando ao processamento técnico, a gestão patrimonial e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica
- POP para ações de conservação preventiva visando assegurar condições de segurança ao acervo museológico
- Elaboração do Plano Integrado de Gestão do Patrimônio

IV – Programa de Exposições

- Formatação de percursos museais
- Organização e programação de uso para todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração

V – Programa educativo e cultural

- Projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições, com ênfase na Educação Patrimonial e na inclusão cultural
- Integração ao calendário cultural do município
- Projetos de acessibilidade visual

VI – Programa de pesquisa

- Projetos de pesquisa para estudos de patrimônio tangível e intangível
- Projetos de pesquisa para estudos museológicos
- Programação científica (seminários, palestras, oficinas, congressos)
- Pesquisa de público e de novos públicos

VII – Programa arquitetônico-urbanístico

- Identificação, conservação e adequação dos espaços livres e construídos dos núcleos museológicos temáticos (NMT)
- Plano de Manejo, com a descrição dos espaços dos NMT e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu
- Identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas aos visitantes e, em especial, às pessoas com deficiência

VIII – Programa de segurança

- Projetos para obtenção de AVCB para as edificações dos NMT
- Projeto para segurança preventiva das edificações dos NMT, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência para segurança dos públicos interno e externo

IX – Programa de Financiamento e Fomento

- Planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos

X – Programa de Comunicação

- Planejamento de ações de divulgação de projetos e atividades da instituição
- Produção de publicações de anais científicos, revistas, guias etc.
- Planejamento de ações de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional

XI – Programa Sócio-ambiental

- Planejamento de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o ordenamento e o desenvolvimento do território, do museu e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Todas as ações previstas devem ser articuladas entre si e desenvolvidas por meio de atuação integrada dos núcleos de gestão. Lembrando que o objeto musealizado, no seu sentido lato, adquire um sentido social e público na medida em que sofre uma ação preservacionista, mesmo que esta ação ocorra *in situ*, impõe-se a este objeto sua inserção no processo museológico, integrando-o a um sistema de comunicação museológica, tal como o define Marília Xavier Cury:

> Conjunto teórico, procedimentos metodológicos, infra-estrutura, recursos humanos e materiais, técnicas, tecnologias, políticas, informações e experiências necessários para o desenvolvimento de processos de comunicação de conhecimento por meio de exposições e ações educativas. Ainda, a exposição e a ação educativa como produtos dos sistemas em operação e a recepção do público. (CURY, 2005, p.53)

Repisando o ponto de vista de Cristina Bruno, defendemos que a musealização territorial de Itapeva deva adotar como princípio norteador a construção de um museu em que a população local possa se ver, se reconhecer e desenvolver seu pertencimento, mas que também possa ser vista por visitantes de outras localidades da região e do planeta. A dinâmica é dialógica, pois como argumentava Benjamin: "Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar."

Nesse sentido, na interlocução com as políticas públicas de desenvolvimento do turismo, o museu de território deverá propugnar em especial pelo fortalecimento do turismo cultural, alinhando-se à Carta de Princípios sobre Museus e Turismo Cultural, proposta pelo ICOMOS [92], da qual destacamos:

> 1. A ética no turismo cultural exige dos agentes atuantes que o visitante combine o conhecimento criativo com o desfrute de seu tempo livre, favorecendo principalmente, a participação em um contexto social que lhe sendo desconhecido, o convida a participar da vida e saberes locais da comunidade anfitriã;
>
> 2. O turismo cultural se vincula ao patrimônio enquanto parceiro de um conjunto de contribuições de uma cultura, povo ou comunidade, que mostra através de suas expressões, o testemunho de sua própria identidade. Esta vinculação é única e excepcional e constitui um recurso não renovável. O patrimônio cultural não pode se constituir em um produto de consumo, nem estabelecer com o visitante uma relação superficial.

[92] ICOMOS. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248 . Acessado em 12/06/2014

> 3. Frente ao turismo cultural, os museus devem promover a participação ativa das comunidades locais, tanto no planejamento e na gestão patrimonial, como na operação turística;
>
> 4. Do ponto de vista econômico, a comercialização do turismo cultural baseado em recursos patrimoniais, deverá entender a rentabilidade nas dimensões econômica, social e meio ambiental.

No que diz respeito ao ordenamento sócio-ambiental do território, entendemos que a qualidade do meio ambiente também deve ser encarada como um bem ou patrimônio:

> A qualidade do meio ambiente transforma-se, assim, num bem ou patrimônio, cuja preservação, recuperação ou revitalização tornou-se um imperativo do poder público para assegurar uma boa qualidade de vida, que implica também boas condições de trabalho, segurança, enfim, boas condições de bem-estar do homem e de seu desenvolvimento pessoal (SILVA,1997, *apud* ALMEIDA, F., 2011, p. 341).

A interface com o planejamento ambiental e com outras instâncias de gestão do território como o Plano Diretor do Município, que disciplina o uso e ocupação do solo, cria a base para uma atuação assentada nos princípios da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, visando à construção de políticas públicas voltadas para a gestão integrada do território, a partir de um paradigma holístico, “vinculado à visão sistêmica, como a maneira de ver todos os fenômenos ou eventos de um todo coordenados entre si, de modo que funcionem como uma estrutura organizada”. (MORAIS, L., 2011, p. 33)

A natureza da ação patrimonial proposta para a musealização territorial de Itapeva, com efeito, contribui para instrumentalizar a população local para a autogestão de seu território.

> O reconhecimento das diferenças individuais e a clareza no entendimento da existência dos diversos grupos de interesse, origens, formação, regulamentos por diferentes causas e objetivos, que permitam a manifestação de todos os setores e que contemplem grande parte dos interesses da maioria sem inviabilizar a concretização de alguns interesses de minorias, são relevantes na concepção e prática da gestão – principalmente sem perder de vista a tese de que a gestão não deve ser tutelada indefinidamente; União, estados, universidades, empresas ou qualquer outro fomentador, incentivador, motivador ou mediador deve atuar no sentido da organização e da capacitação local para garantir a autogestão. (ALMEIDA, F., 2011, p. 342)

Desde a virada do século XXI, o conceito de gestão integrada do território ganha importância não apenas no meio acadêmico e se consolida como modelo participativo que envolve poder público, empresas, organizações da sociedade civil, instituições de educação e lideranças regionais na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento de municípios e de regiões onde se instalam empreendimentos ou instituições civis. A Gestão Integrada do Território (GIT), uma metodologia desenvolvida por pesquisadores brasileiros e europeus, subverte o conceito de atuação isolada do poder público e se vale dos princípios do desenvolvimento sustentável, com inspiração direta dos princípios teorizados por Stephan Schmidheiny na ECO RIO 92, estabelecendo como pilares as vertentes econômica, ambiental e social.

Tendo como ponto de partida programas GIT em países europeus, no Brasil a parceria entre Instituto Politécnico de Tomar e Instituto BioAtlântica permitiu introdução dos princípios e processos de Gestão Integrada do Território em diversas iniciativas. Desenvolveu-se um conjunto de ferramentas que promove a diversidade e a integração cultural das dimensões social, econômica e ambiental partindo da identificação dos conflitos para a busca de soluções para o território e as comunidades.

Para gerar a transformação, as ações reforçam a cultura como mais um elemento da sustentabilidade, a necessidade de formação da comunidade, a economia de recursos e a gestão compartilhada de empresas, poder público e sociedade civil. Neste contexto, a presente proposta de criação de um plano de gestão integrada do patrimônio cultural no município de Itapeva se coaduna plenamente com os princípios da GIT, representando um novo paradigma de inserção institucional do museu no território.

Considerações finais

Neste limiar do século XXI, a despeito de o Brasil ser signatário de todas as convenções internacionais de proteção e valorização do patrimônio cultural, Itapeva, como a maioria dos municípios brasileiros, ainda não despertou satisfatoriamente para a importância estratégica que deve ter a cultura no processo de desenvolvimento social, político e econômico para que se possa dar um salto qualitativo e atingir um novo patamar conceitual de gestão patrimonial. Está, entretanto desafiada a construir uma política patrimonial abrangente, pública, democrática, descentralizada, integrada e conectada com o mundo.

Nesta última parte da dissertação, serão apresentadas as considerações finais a respeito da propositura do museu como gestor do patrimônio cultural, seu papel de mediação entre a sociedade e seu patrimônio, bem como sua integração como sujeito ativo na definição de políticas públicas de desenvolvimento local no cenário da sociedade pós-moderna, tendo em vista as perspectivas do museu como agente de mudança social diante dos desafios tanto da sustentabilidade institucional como da sustentabilidade planetária no século XXI.

O intuito de propor estas diretrizes de musealização territorial deve ser entendido a partir da constatação de que as iniciativas existentes de salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural de Itapeva – quer seja aquelas que foram criadas há mais de trinta e cinco anos e já produziram um significativo acervo em um museu tradicional, ou mesmo os mais recentes esforços de sistematização de políticas públicas destinadas à preservação e valorização do patrimônio cultural do município, incluindo os seus lugares de memória – correm o risco de se perder pela falta de planejamento institucional e de ação efetiva.

Buscando refletir sobre a historicidade dos museus de território, vimos no primeiro capítulo que ainda no século XIX surgiram pioneiramente os primeiros museus a céu aberto, quando os museus europeus consolidavam-se em suas três categorias clássicas – museus de arte, museus de história, museus de história natural (ou museus de ciências). Acompanhando a trajetória dos museus na primeira metade do século XX, verificamos que os museus tradicionais se multiplicaram em número e em diversidade, mas sempre especializados em coleções e encerrados em quatro paredes.

A despeito dos avanços da expografia, neste período, os museus enfrentam sua primeira grande crise, seja porque conservam vieses ideológicos como o culto à burguesia e uma visão envelhecida do Estado-nação, seja porque privilegiam a autoridade dos especialistas e imprimem ao seu discurso um caráter autoritário, monológico, ou seja, um discurso que não tem um destinatário e não requer uma resposta. Os museus e seus acervos emudeceram e, ao perderem a conexão com a contemporaneidade, tornaram-se anacrônicos.

A reação se inicia com a evolução do pensamento museológico e a consolidação epistemológica da Museologia, cujos marcos institucionais mais expressivos são, reconhecidamente, a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) associado à UNESCO, em 1946, e a instauração do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), em 1977.

A grande inspiração que orienta o nosso trabalho do ponto de vista conceitual, todavia, são os princípios que revolucionaram a trajetória dos museus ao largo do século XX , contidos na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que evidenciam simbolicamente, como assinala Cristina Bruno, a implosão de valores seculares, desencadeando uma busca de novos caminhos para os processos de musealização, com destaque para a criação do ecomuseu.

Em Santiago surge o conceito de patrimônio integral e o debate sobre a função social do museu, bem como o engajamento social e político da educação museal à pedagogia da libertação postulada por Paulo Freire. É nesse terreno fértil que prospera o ecomuseu de Creusot-Montceau-Les-Mines, que se destaca no âmbito nacional e internacional como uma nova tipologia de museu.

Este novo museu difere do museu tradicional na ênfase dada ao território (meio ambiente ou sítio), em vez de enfatizar o prédio institucional em si; no patrimônio, em vez da coleção; na comunidade, em vez dos visitantes.

Em Quebec (1984), coube a sistematização dos princípios da Nova Museologia que, a partir de então, iriam imprimir novos rumos à sistematização da Museologia como ciência social e promover o alargamento de seus horizontes epistemológicos. No âmbito do movimento da Nova Museologia, a ideia de museu integral contribuiria decisivamente para a redefinição do fato museal como objeto de estudo da

Museologia, tal como o formularam Ana Gregorová e Waldisa Rússio, conceito que alicerça a nossa proposta de musealização territorial.

A segunda metade do século XX assistiria, ainda, à dilatação do conceito de patrimônio cultural e natural composto por bens materiais e imateriais e, ao largo da consolidação da ecomuseologia, consagraria o museu de território em suas diversas vertentes conceituais.

Ao examinarmos a trajetória dos museus e da Museologia ao longo do século XX, notoriamente marcada por tradições, transições e rupturas, podemos concluir que a problematização da função social do museu, para além de abrir caminho para novas tipologias museais, impactaria em definitivo também os museus clássicos. Assim considerados os museus de arte, de história e de ciências, à margem de suas estratégias e programas, também passariam a tangenciar perspectivas de mediação, visando adaptar seus métodos de pesquisa, de comunicação e de educação a diferentes públicos, alinhando-se expressamente a compromissos sociais contemporâneos. E o fazem, como já disse Waldisa Rússio, com o engajamento entusiasmado de seus profissionais no desenvolvimento dos métodos e atividades inclusivas.

Conclui-se, portanto que as ações que visam à integração cultural de populações imigrantes, mobilização cívica, inclusão social, acolhimento de pessoas portadoras de deficiências, inclusão cultural e o debate sobre políticas públicas não são competências exclusivas dos museus de território, ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança e museus de cidade.

Vimos, entretanto, que a eclosão de ecomuseus nas duas últimas décadas do século XX, em diferentes contextos e conformações, numa profusão de experimentações que, entre altos e baixos, muitas vezes confrontam ou distorcem as suas premissas fundadoras, em suas distintas subtipologias se enraizariam no mundo contemporâneo ao representarem segmentos sociais marginalizados, alguns deles praticamente “invisíveis”.

No limiar do novo século, reinventando o conceito de ecomuseu, estes museus concebidos como reação à desterritorialização surgem, no Brasil e no mundo, nas favelas e nos bairros periféricos das regiões metropolitanas, no interior do país e em

aldeias indígenas. Estão atrelados às lutas pela cidadania, pela terra, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento das culturas marginais.

Nem sempre praticam o princípio da autogestão, mas em comum compartilham a mudança nas relações museais que substituem a tríade público-coleções-edifício pelo trinômio sociedade-patrimônio-território. Nesse contexto, os museus de território tomam o patrimônio como recurso de desenvolvimento e tornam-se sistemas complexos de comunicação e de mediação, possibilitando a transformação do patrimônio em herança cultural a céu aberto.

A partir desta contextualização histórica da ecomuseologia, que entendemos necessária para nos posicionar face às opções conceituais adotadas pelos diferentes modelos de museus de território, dedicamos o segundo capítulo da pesquisa para estabelecer os fundamentos da musealização territorial de Itapeva, começando pela identificação dos princípios teórico-metodológicos a serem adotados.

Examinamos o balizamento político-institucional e as diversas possibilidades de organização territorial, assim como a compreensão do município como território patrimonial. Nesse sentido, mediante a análise das características geográficas do município de Itapeva e a apresentação dos aspectos mais relevantes e por vezes conflitantes da história do município, bem como das referências patrimoniais identificadas no âmbito das pesquisas do ProjPar, concluímos que Itapeva apresenta-se vocacionada para a musealização de seu território.

Por fim, dedicamos o terceiro e último capítulo para delinear nossa proposta de musealização territorial para Itapeva, reiterando que não optamos por definir *a priori* uma proposta fechada e sim por traçar diretrizes, reafirmando a premissa conceitual de que o processo constitutivo da musealização deva ser uma construção coletiva.

Nesse sentido, no que diz respeito à identificação de princípios e métodos para o gerenciamento museológico do território patrimonial, como já vimos, destaca-se a importância da participação das comunidades, das instituições culturais e dos setores organizados da sociedade civil na realização do diagnóstico situacional, na elaboração do inventário participativo e na construção do plano museológico.

Cabe ressaltar aqui que, nesta fase inicial de construção do projeto museológico, pode-se contar com a participação de especialistas convidados que deverão limitar sua atuação seja no campo da mediação de conflitos de interesses seja no que diz

respeito à sistematização do programa museológico. A participação de museólogos e de outros especialistas, compondo uma equipe multidisciplinar, pode significar importante contribuição para qualificar o processo, jamais podendo representar um protagonismo no que tange à seleção das memórias, histórias e identidades a serem contempladas pelo museu.

Com base na história do município, examinando os avanços e recuos na trajetória das políticas públicas de proteção ao patrimônio, verificamos que a musealização de seu território patrimonial pode impulsionar Itapeva a atingir um novo patamar conceitual de gestão patrimonial.

Nesse contexto, além do engajamento das diversas comunidades e distintos segmentos sociais, destaca-se a importância da valorização das instituições culturais existentes no município que constituíram ao longo do tempo um respeitável legado de atuação no campo patrimonial, assim como a contribuição das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito do ProjPar.

Vale assinalar que as diretrizes propostas para o inventário patrimonial recomendam levar em consideração as referências patrimoniais identificadas pela relevância científica, pela sua inserção institucional e pelo reconhecimento e a indicação pelos itapevenses, por meio de um processo de engajamento das comunidades e de diferentes segmentos da população na discussão sobre o significado histórico, social, cultural ou mesmo afetivo de suas referências patrimoniais.

Sítios arqueológicos, sítios históricos, vestígios da cultura material e imaterial potencializam-se como semióforos para se tornarem indicadores de memória, aqui compreendidos em sua dimensão social e coletiva, incluindo a paisagem, “que é memória e palimpsesto”, como vislumbra Certeau. Neste processo de empoderamento das comunidades locais de modo a se capacitarem para a autogestão patrimonial, o território passa a ser assumido como um campo de intervenção sócio-ambiental.

Nesse sentido, a título de considerações finais, reiteramos a ideia central de que a definição de diretrizes de ação para a musealização territorial de Itapeva, consolidadas nas linhas programáticas propostas pela presente pesquisa, para além de proporcionar a elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural do município, se consolida como uma contribuição qualificada, por meio da interlocução com outras instâncias de planejamento, para o ordenamento sócio-ambiental do

território, uma vez que as questões do controle do ordenamento e da gestão do espaço devem ser sempre inseridas nas discussões sobre o território patrimonial.

A visão sistêmica proposta para a construção de políticas públicas voltadas para a gestão integrada do território, a partir de um paradigma holístico amparado nos princípios da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, abre caminho para a interface com o planejamento ambiental e com outras instâncias de gestão do território como o Plano Diretor do Município, que disciplina o uso e ocupação do solo, assim como abre caminho para a interlocução com outras instâncias de macro planejamento regional.

Assim, as diretrizes propostas para a musealização territorial de Itapeva reposicionam o papel do museu de território como agente político, antecipando uma tendência que, a nosso ver, se evidenciará ao longo do século XXI. Argumentamos que, para além de sua função social, já amplamente reconhecida, e de sua função política no que tange às ações educativas que desenvolve, o museu de território pode ser potencializado como um espaço privilegiado de mediação no contexto dos embates entre diferentes vozes presentes no processo de negociação pertinente ao conceito de Gestão Integrada do Território.

Se como advoga Waldisa, “a evolução da Museologia como ciência que se constrói está intimamente ligada à do museu e de seu conceito” (BRUNO, 2010, p. 78), podemos antever que a Museologia ainda terá muito a evoluir como ciência aplicada ao longo deste novo século.

Ao encerramos este trabalho, reiteramos todos os princípios e diretrizes nele estabelecidos. Estamos convictos de que comprovamos as hipóteses que nortearam a presente pesquisa. Evidenciamos a viabilidade de se implantar um projeto de musealização territorial em Itapeva que seja reconhecido e apropriado pelos mais diversos segmentos da população, a partir de uma estratégia de empoderamento das comunidades e do envolvimento de grupos interessados na valorização do patrimônio cultural, incluindo-se aí os profissionais especializados e voluntariado.

Apontamos diferentes opções de modelo de gestão institucional, indicando a manutenção do Museu Histórico de Itapeva como espinha dorsal da estrutura institucional, dotando-o de um quadro de pessoal com formação e qualificação profissional adequadas. De modo bastante pragmático, mantivemos a indicação do

COMDEPHAAT como instância de orientação e fiscalização do corpo funcional encarregado das ações executivas do museu de território e inovamos ao propor um Fórum Anual do Patrimônio Cultural como instância participativa das comunidades nos processos decisórios do museu.

A título de sugestão, indicamos a formatação de um museu polinuclear que tenha o MHI como célula-mãe, abrigando uma exposição-síntese que remeta o visitante a diferentes percursos museológicos e, como já o dissemos, ao final, acreditamos ter comprovado inequivocamente que a musealização territorial pode transformar o patrimônio cultural em recurso para o desenvolvimento sustentável.

Cremos não só ter comprovado as hipóteses fixadas como ponto de partida de nossa pesquisa como também acreditamos ter conseguido aliar os objetivos precípuos da formação acadêmica à praxis oriunda de nosso ativismo cultural, produzindo este trabalho como um legado que, se for apropriado pelos itapevenses, com os devidos ajustes, poderá contribuir para o avanço dos programas propostos pelo ProjPar em nível regional e, em especial, por meio da musealização do território instituir mecanismos amplamente sustentados em princípios teórico-metodológicos para a gestão patrimonial do município de Itapeva, com grande impacto junto às comunidades locais e regionais.

Referências[93]

AIDAR, Gabriela. **Museu e Inclusão Social**. Revista Ciências &Letras, nº 31, p. 53-62, Porto Alegre, 2002.

ALMEIDA, Aluísio de. **O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba**. Ed. do autor. Sorocaba, 1968.

_____- **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ALMEIDA, Flávio Gomes de – O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos et al. – Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2011, p. 332-352.

ARAÚJO, Astolfo G. de Mello **– Levantamento Arqueológico da Área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos** – Dissertação de Mestrado – São Paulo: FFLCH/MAE/USP, 1995.

ARAÚJO, Sílvio A. C.- **Conhecer para preservar: Arqueologia e inclusão social na Bacia do Paranapanema Superior**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

ARRUDA, José Robson de Andrade. **São Paulo nos séculos XVI-XVII**. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : POIESIS, 2011.180 p. (Coleção História Geral do Estado de São Paulo ; v 1 / Coord. Marco Antonio Villa).

AYROSA, Plínio – **Estudos tupinológicos**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1967.

AYTAI, Desidério. **–** As gravações rupestres de Itapeva – **Revista Pontifícia Universidade Católica de Campinas, nº 33**, p. 29-61, Campinas/SP, 1970.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831; prefácio de José Murilo de Carvalho, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

BARBOSA, Euflávio. **– Curiosa História de Itapeva no Século XIX** – 3 vols., Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva. Itapeva/SP, 1988.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para a compreensão e análise. *apud* **Anais do Museu Paulista – História e cultura material**. Nova Série, V. 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, jan./dez., 1995.

[93] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Editora Martins Fontes: São Paulo, 1997.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura in **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BESANÇON, Hèléne. Política local e museologia: reflexões sobre a problemática da acção social dos museus inclusivos. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 41. p.54-83. Lisboa: UHLT, 2011.

BINSZTOK, Jacob – Principais vertentes (escolas) da (des)ordem ambiental. In **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos et al. – Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2011, p. 315-331.

BORDIEU, Pierre - **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

BOLANÕS, María - **La memória del mundo – Cien años de museología (1900-2000).** Ediciones Trea, S.L.: Gijon, Espanha, 2002.

BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. F. (Orgs.) - **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento - Propostas e Reflexões Museológicas**. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. 210 p .

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: Um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**, São Paulo. 1995. Tese de Doutorado da FFCHL-USP. Orientador: Dr. José Luiz de Morais.

_____ - Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 9**. Lisboa: UHLT, 1996.

_____ - Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 10**. Lisboa: UHLT, 1997.

_____ - **Museologia: a luta pela perseguição ao abandono**. São Paulo, 2000. Tese de Livre Docência do MAE-USP. 238p.

_____ - Museus e Museologia: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 25**. p.3-15. Lisboa: UHLT, 2006.

_____ – Estudos da Cultura Material e Imaterial: Avanços, retrocessos e desafios. *In* GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.

BRUNO, M. C. O. (Org.) - **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro - documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. v. 2. 402p.

BRUNO, M. C. O. (Orgs.) - **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri - textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. v. 2. 499p.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira – Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitânia de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, v. 17, n.2, p. 251-294, São Paulo, 2009.

BUENO, Francisco da Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português** – São Paulo: Brasilivros, 5ª ed., 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO/MINOM **– Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado**, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 4ª ed 5ª reimp., 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte - **"Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia".** In: Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras,nº 31. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2002. p. 63-75.

_____ – Diagnóstico Museológico: Estudos para uma metodologia. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, Volume 3, pp. 124-132.

_____ – Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia/ULHT**. Lisboa, nº 33. 252 p. – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009.

_____ – **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CARREÑO, Francisco Javier Zubiaur – **Curso de Museología**. Ediciones Trea, S.L.: Gijón – Espanha, 2004.

CASADEI, E. Bachega - **"Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva"**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 9, p. 153-161, 2010.

CAVANI, Ana C. - **A desconcentração industrial no Estado de São Paulo das décadas de 1970-1980: Descrição, posições interpretativas e abordagem exploratória sobre o envolvimento da área de Itapeva** – Florianópolis, 2006. 128 p. Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Ciências

Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins.

CERÁVOLO, Suely Moraes – Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, v. 12, p. 237 a 268. Jan-Dez. São Paulo, 2004.

CERTEAU, Michel de – **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**; 20ª ed. Tradução de Efraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHAGAS, Mário de Souza – Novos rumos da museologia - **Cadernos da Sociomuseologia/ULHT**, Lisboa, nº 2, 1994.

_____ – Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 13**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

_____ – **Imaginação museal - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro** - Rio de Janeiro, 2003. 308 p. Tese de doutorado apresentada na UERJ, Orientadora: Professora Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos.

_____ - **Cultura, Patrimônio e Memória** – Artigo publicado pela Revista Museu em 18 /05/ 2013, disponível em www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986, acessado em 22/06/2014.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade : UNESP, 2006. 288 p..

Conceitos-chave de Museologia / André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

CURY, M. X. - **Exposição:** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ - Museologia, novas tendências. In: MAST. **Museu e museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro, 2009. (MAST Colloquia, n. 11).

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. Tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. Série Museologia, v. 1 – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001.

DE CARLI, Georgina. Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos. In: Revista ABRA. Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad

Nacional.Costa Rica: Editorial EUNA, julio-diciembre, 2003. ILAM, edición electrónica – www.ilam.org , p.10-12, apud MATTOS, Yara, Ecomuseu, desenvolvimento social e turismo - http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=3, acessado em 1º/02/2014.

DEVIDÉ, David José – **História do Tropeirismo**. Botucatu, SP: SABEP, 2008

DIEGUES, Antonio Carlos S. - **O mito moderno da natureza intocada** - 3ª ed., São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

FERREIRA, Moacyr Costa. **Dicionário morfológico tupi-guarani**. 2ª ed. – São Paulo: Edicon, 2004.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____ – **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 30ª ed., 2007.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças.** S Paulo: Solaris Edições Culturais, 2003.

GODÓI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1999.

GONZAGA, Jandir Abreu – **Coletânea itapevense**. Itapeva: Ed. do autor, 2011.

GRETZ,Roberto Herbert. **1909: Pelos trilhos à Faxina**. Itapeva: FS Editora, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HAESBAERT, Rogério da Costa – Concepções de território para entender a desterritorialização. In **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos et al. – Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2011, p.43-71.

_____ – **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/>. Acessado em 04.12.2012.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de – **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: J.E.M.M. Editores/Nova Fronteira, 1ª ed., 1975.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JESUS, A. Silva; BARRETO, F. Sá.; Müller, E. - **O museu e o paradoxo da memória na contemporaneidade: Teoria museológica e experiência museal**. Trabalho apresentando no 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1043&Itemid=353. Acessado em 15/02/2013.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem a Província de São Paulo**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976.

KOK, Gloria. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista – História e cultura material**. V. 17, nº 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, jan./dez., 2009.

KOPKE, João. **Carta de João Kopke dirigida a José Maria Lisboa quando da sua vinda como promotor de justiça para Faxina**, 1838. Disponível em http://www.ihggi.org.br/conteudo/acervo/mostra_documento.php?idDocumento=1. Acessado em 26.06.2014.

KOPTCKE, L. S. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, n**.** 31, p. 185-205, 2005.

LANGNER E SOUZA, Léia de Cassia. **A educação pública de Itapeva-SP : Da gênese ao Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade (séculos XIX e XX)**. Sorocaba, 2008 Dissertação de Mestrado apresentada na UNISO. Orientador : Prof. Dr. José Luis Sanfelice.

LARA FILHO, Durval de – **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. São Paulo, 2006. 140 p. Dissertação de Mestrado apresentada na ECA/USP. Orientador: Prof. Dr. Martin Grossmann.

LHERING, Hermann Von. **A questão dos índios no Brasil**. Revista do Museu Paulista, vol. VIII, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1911.

LITTLE, Paul. E. – **Territórios sociais e povos tradicionais: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, Henrique Augusto. **Itapeva**. São Paulo: Lex Editora, 1977.

MAGALHÃES, João Carlos – Emancipação político-administrativa dos municípios no Brasil. In CARVALHO, A; ALBUQUERQUE; C., MOTA, J.; PIANCASTELLI, M (Orgs.). **Dinâmica dos Municípios**. Brasília: IPEA, Cap. 1, p. 13-52, 2007.

MARQUES, J. S. Turriani. **Ocorrências da Revolução Constitucionalista de 1932 no Setor Sul**. Botucatu: SABEP, 2008.

MARQUES, S. C. **História e memória do Jaó: um bairro rural de Negros**. Dissertação de mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios à mediação: comunicação, cultura e hegemonia**; prefácio de Nestor Garcia Canclini; tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATUS, Carlos; HUERTAS, Franco. **O método PES: entrevista com Matus.** São Paulo: Fundap, 1 ed., 1996.

MENSCH, Peter van – **O Objeto de estudo da museologia** – Trad. Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de – Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista.** Nova Série, v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

_____ – Identidade cultural e arqueologia. In: Alfredo Bosi (Org). **Cultura brasileira: temas e situações.** São Paulo: Ática, 1992. p. 182-189. (Série Fundamentos).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista (SP)**. Elaborado por Ariane Favareto. São Paulo / Itapeva, 2007. Acessado em 23/03/2014. Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio089.pdf

MORAIS, Daisy de – **Teique'pe' integrando as referências patrimoniais**. Lisboa, 2010. Tese de doutorado em Museologia apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno.

MORAIS, J. L. – **Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista**. Erechim, RS : Habilis, 2011.

_____ – A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed. p. 97-103. (Coleção Turismo Contexto)

_____ – **Arqueologia da Paisagem**. *In* SCHEUNEMANN Inguelore, OOSTERBEEK Luiz (Orgs.). RJ: Ed. IBio, 2012.

MORAIS, J. L. e MORAIS, Daisy. Arqueologia : Academia e Mediação de Conflitos. In SOUZA, M.C. (Org.) – **Arqueologia Preventiva ; Gestão e Mediação de Conflitos – estudos comparativos**. São Paulo, SP : Iphan, 2010.

MOREIRA, Conceição - PARQUES NATURAIS E PATRIMÓNIO. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 05**. Lisboa: ISMAG/UHLT, 1996.

MOUTINHO, MARIO – Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 01**. Lisboa: ISMAG/UHLT, 1993.

NASCIMENTO, José Leonardo do. **São Paulo no século XIX**. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : POIESIS, 2011.136 p. (Coleção História Geral do Estado de São Paulo ; v 3 / Coord. Marco Antonio Villa).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Programas Museológicos e Museologia Aplicada: O Centro de Memória do Samba de São Paulo. **Cadernos de Sociomuseologia, nº 20**. Lisboa: UHLT, 2002.

OLIVEIRA, Leonor Ribeiro de. **Itapeva para crianças**. Itapeva: FS Editora, 3ª ed., 2005.,

ORTIZ, Renato – **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (8ª reimp. da 1ª ed. de 1994).

_____ – **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PESSOA, Fernando Santos – **Reflexões sobre a Ecomuseologia**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: LE GOFF, Jacques. (Coord) **Memória e história**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 51-83. (Enciclopédia Einaudi,1).

PRADO JR., CAIO. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 2 vol., 1957.

PRIMO, Judith S. - Museologia e património: documentos fundamentais. Organização e presentação. In **Cadernos de Sociomuseologia n°15**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

_____ - **Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa**. 2000. Dissertação de Mestrado. UHLT, Lisboa. Orientador: Márcio Canova de Magalhjães Moutinho.

PRIOSTI, Odalice Miranda – **Ecomuseu, memória e comunidade: museologia da libertação e piracema cultural no Ecomuseu de Santa Cruz** / Odalice Miranda Priosti, Walter Vieira Priosti – Rio de Janeiro: Camelo Comunicação, 2013.

RAMOS, Bruno Brazílio. **Guerra das elites (1930-32)**. Itapeva: FS Editora, 2006.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – Rio de Janeiro: 4ª ed., EDUSP/José Olympio, 1970.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**/ v. 1, n. 11, São Luis/MA, 2009. Disponível em http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114 . Acessado em 06/03/2014.

RUCHKYS, Úrsula Azevedo - Geoparques e a Musealização do Território: um Estudo Sobre o Quadrilátero Ferrífero, **Revista do Instituto de Geociências - USP**, v. 5. São Paulo: Instituto de Geociências-USP, 2009.

SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**, 2ª. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Revolução no mundo dos museus**. Artigo publicado na revista Interesse Nacional, Ano 6, nº 14. Brasília: Brand Member Marketing Direto Ltda., 2014.

Disponível em http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/revolucao-no-mundo-dos-museus/ , acessado em 10/06/2014.

SANTOS, Leandro B. - A indústria de cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. **Revista Sociedade & Natureza**. Publicação da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Vol. 23, nº 1, Uberlândia, 2011. *On-line version* ISSN 1982-4513.

SANTOS, Maria Célia T. Moura - Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário. **Cadernos da Sociomuseologia/ULHT**, Lisboa, nº 7. 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHEINER,Tereza C. M. - **Apolo e Dionísio no templo das Musas: museu, gênese, idéia e representações na cultura ocidental.** 1998. 152 f. Dissertação de Mestrado. ECO, UFRJ. Rio de Janeiro. Orientadores: Paulo Vaz e Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

SILVA, Iracy Xavier da - **Gestão das áreas de proteção ambiental - APAs - no estado de São Paulo: estudo e avaliação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH da USP. São Paulo, 2006. Orientadora Profa. Dra. Ana Maria Marques Camargo Marangoni.

SILVA, Michel Platini Fernandes da - **Coleção, Colecionador, Museu: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará.** Dissertação de Mestrado. UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010. Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá. 142 p.

SOARES, Bruno C. B. - **Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia**. Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio. Ano 01, nº. 02, agosto de 2006. Disponível em http://www.unirio.br/jovemmuseologia

SOARES, Bruno C. B.; SCHEINER, Tereza C. - **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa.** p.2.469-2.489. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. A responsabilidade

social da ciência da Informação. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009. Disponível em http://www.academia.edu/720960/A_ascencao_dos_museus_comunitarios_e_os_patrimonios_comuns, acessado em 03 de março de 2014.

TEIXEIRA, David J. V. - **O Ecomuseu de Barroso – A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local.** Universidade do Minho, Portugal, 2005. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Jean-Yves Dominique Durand.

VARINE-BOHAN, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), em **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro – documentos selecionados**. Volume 2, p. 38-43. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

_____ - **As raízes do futuro – O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____ - O ecomuseu. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 61-90, jan./jun. 2000.

VENÂNCIO, Fábio B. – **A criação do o Assentamento Pirituba II nos Municípios de Itapeva/Itaberá-SP e a participação dos movimentos sociais no campo**. Comunicação feita no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paula, 2009.

VIÉGAS, R. F. - **Os relatórios da Comissão Geográfica e Geológica e a Comunicação Científica no Brasil. (1886-1928)**. 169f. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado em jornalismo e editoração. ECA/USP.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno.

ANEXOS

Anexo 01 – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e a Universidade de São Paulo

EXERCÍCIO DE 2.008 LIVRO N.º 90 PÁG. N.º 260

MUNICÍPIO DE ITAPEVA
ESTADO DE SÃO PAULO
PALÁCIO PREFEITO CÍCERO MARQUES

Convênio que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA** e a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** por intermédio do **MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA** objetivando planejar e executar ações visando o estudo, a proteção, a valorização e a inclusão social do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico do Município de Itapeva nos termos do programa **"Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva**",

Pelo presente convênio, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA**. Com sede á Praça Duque de Caxias, n.º 22, Centro, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 46.634.359/0001-77, , representada por Sr. **LUIZ ANTONIO HUSSNE CAVANI,** brasileiro, casado, empresário, portador do RG. n.° 4.707.729-SSP/SP e CPF n.º 748.657.818-20, devidamente **autorizado pela Lei Municipal n.º 1.020 de 21 de julho de 1.997**, doravante designada **PREFEITURA**, e de outro lado a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução n° 3.461, de 07 de outubro de 1988 e pelo Regimento Geral aprovado pela Resolução n° 3745, de 19 de outubro de 1990, com sede na Rua da Reitoria, 109, São Paulo-SP, adiante denominada USP, inscrita no CGC/MF sob n° 63.025.530/0001-04, neste ato, representada pela Magnífica Reitora, **Profa. Dra. Suely Vilela** e o **MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA**, representado por seu Diretor, **Prof. Dr. José Luiz de Morais,** de acordo com o deliberado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio; e com fundamento na Lei n° 8.666/93, têm entre si justo e acertado o que se segue, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente convênio tem por objeto planejar e executar ações visando o estudo, a proteção, a valorização e a inclusão social do Patrimônio Arqueológico Pré- Histórico e Histórico do Município de Itapeva nos termos do **programa "Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva"**, considerando o ordenamento jurídico em vigor, especialmente a Lei Federal 3.924/1961, bem como as diretrizes estabelecidas pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme plano de trabalho em anexo, que passa a ser parte integrante deste instrumento.

DAS OBRIGAÇÕES DA USP

CLÁUSULA SEGUNDA

Compete a USP.

1 - Elaborar as peças de planejamento relacionadas com a execução dos objetivos do programa "Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva", coordenando a sua execução.

2 - Estimular o envolvimento e a participação de alunos de pós-graduação, especialmente aqueles que estejam desenvolvendo projetos de pesquisa voltados para a região de Itapeva.

3 - Agregar contribuições interdisciplinares envolvendo as áreas de atuação institucional, especialmente Arqueologia, Museologia e Educação para o Patrimônio.

4 - Colaborar na formação do pessoal técnico da Prefeitura atuante no setor de Educação, Cultura e Meio Ambiente.

5 - Organizar e coordenar equipes interdisciplinares de cunho interinstitucional, concedendo endossos institucionais de caráter científico aos projetos de pesquisa encaminhados ao IPHAN.

DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

CLÁUSULA TERCEIRA

Compete a **PREFEITURA:**

1 - Participar das equipes interdisciplinares estimulando o envolvimento do pessoal técnico de seus quadros no programa **"Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Município de Itapeva"**.

2 - Proporcionar a infraestrutura logística necessária para a execução do programa, envidando esforços no sentido de criar um Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas que, dentre outras atividades, mantenha espaço expositivo, reserva técnica de materiais arqueológicos e ações vinculadas à pesquisa, extroversão e inclusão social.

3 - Conceder endossos de apoio logístico e operacional necessários à aprovação de projetos de pesquisa junto ao IPHAN.

DA COORDENAÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA QUARTA

Para constituir a Coordenação Técnica e Administrativa do presente convênio ficam indicados pela USP/MAE o Prof. Dr. José Luiz de Morais e pela **PREFEITURA** o Sr. Davidson Panis Kaseker.

PARÁGRAFO ÚNICO

Caberá à Coordenação Técnica e Administrativa a solução e encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que surgirem durante a vigência do presente Convênio; bem como a supervisão e gerenciamento, inclusive financeiro, da execução dos trabalhos.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA

O presente convênio vigorará pelo prazo de **4 (quatro) meses**, a partir da data da assinatura.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CLÁUSULA SEXTA

Caso resultem das atividades do convênio, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de obtenção de privilégio ou patente, nos termos da legislação brasileira, das Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário ou ainda da legislação nacional do convenente, fica estabelecido o seguinte:

a) As partes se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem a algum resultado passível de obtenção de privilégio ou patente, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado;

b) Os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de registro de privilégios ou patentes decorrentes deste convênio, serão atribuídos a ambas as signatárias, na proporção de 50% (cinquenta por cento) a cada uma;

c) Cada parte, em seu país e nos prazos estabelecidos na legislação vigente, se obriga a requerer, em nome de ambas e perante os órgãos competentes, o privilégio ou patente, bem como o acompanhamento e tramitação do processo.

d) Caberá a cada parte, em seu país, tomar as providências legais e judiciais no sentido de resguardar a propriedade, a apropriação e o uso indevido por terceiros, das patentes mencionadas neste convênio

e) A concessão de licença a terceiros para a exploração de patentes geradas neste convênio dependerá de prévia anuência de cada parte, ficando convencionado que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelas convenentes;

f) Cada parte poderá, com a aprovação da outra, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre as patentes, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantido à convenente o direito de preferência na aquisição, respeitadas, no âmbito da USP, as disposições da Lei n° 8666/93.

DIREITOS AUTORAIS

CLÁUSULA SÉTIMA

Se do convênio resultar obra científica, literária, ou relativa a programas de computador, os direitos decorrentes pertencerão às convenentes em partes iguais.

PARÁGRAFO ÚNICO

A eventual utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

DENÚNCIA

CLÁUSULA OITAVA

0 presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO

Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio as

responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

FORO

CLÁUSULA NONA

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Convênio, fica eleito o foro da Capital Estado de São Paulo, em uma das Varas da Fazenda Pública, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

E assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente termo em 4 vias de igual teor e para um só fim.

Prefeitura Municipal de Itapeva-SP, Palácio Prefeito Cícero Marques, 11 de março de 2.008.

LUIZ ANTONIO HUSSNE CAVANI
Prefeito Municipal

SUELY VILELA
Reitora

DAVIDSON PANIS KASEKER
Secretário Municipal de Cultura

JOSÉ LUIZ DE MORAIS
Diretor

Anexo 02 – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e a Universidade de São Paulo